

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Karina Avelar de Almeida

Disputas do passado no presente: reconstruções virtuais de centros
clandestinos de detenção na Argentina

Juiz de Fora
2026

Karina Avelar De Almeida

Disputas do passado no presente: reconstruções virtuais de centros
clandestinos de detenção na Argentina

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal de Juiz de Fora como requisito a
obtenção do grau de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim

Juiz de Fora
2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Almeida, Karina Avelar de.

Disputas do passado no presente : reconstruções virtuais de centros clandestinos de detenção na Argentina / Karina Avelar de Almeida. -- 2026.
203 p.

Orientador: Fernando Perlatto Bom Jardim

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2026.

1. Memória. 2. Ditadura. 3. Tecnologia. 4. Argentina. I. Jardim, Fernando Perlatto Bom, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Nº PPG: D-2026.88

Formato da Defesa: virtual

Ata da sessão pública referente à defesa da tese intitulada **Disputas do passado no presente: reconstruções virtuais de centros clandestinos de detenção na Argentina**, para fins de obtenção do título de doutora em HISTÓRIA, área de concentração HISTÓRIA, CULTURA E PODER, pelo(a) discente Karina Avelar de Almeida (matrícula 103100134 - início do curso em 01/03/2022), sob orientação da Prof.(a) Dr.(a) Fernando Perlatto Bom Jardim.

Aos 29 dias do mês de junho do ano de 2026, às 8 horas e 30 minutos, remotamente, reuniu-se a Banca examinadora da tese em epígrafe, aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação, conforme a seguinte composição:

Titulação Prof(a) Dr(a) / Dr(a)	Nome	Na qualidade de:	Vínculo Institucional
Prof(a) Dr(a)	Fernando Perlatto Bom Jardim	Orientador(a) e Presidente da Banca	UFJF
Prof(a) Dr(a)	Odilon Caldeira Neto	Membro titular interno	UFJF
Prof(a) Dr(a)	Ian Kisil Marino	Membro titular interno	UFJF
Prof(a) Dr(a)	Samantha Viz Quadrat	Membro titular externo	UFF
Prof(a) Dr(a)	Ana Paula Brito	Membro titular externo	UFPE
Prof(a) Dr(a)	Valéria Marques Lobo	Suplente interno	UFJF
Prof(a) Dr(a)	Jorge Chaloub	Suplente externo	UFRJ

*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Membro titular interno
- Membro titular externo
- Membro titular externo e Coorientador(a)
- Orientador(a) e Presidente da Banca
- Suplente interno
- Suplente externo
- Orientador(a)
- Coorientador(a)

*Obs: Conforme §2º do art. 54 do Regulamento Geral da Pós-graduação stricto sensu, aprovado pela Resolução CSPP/UFJF nº 28, de 7 de junho de 2023, "estando o(a) orientador(a) impedido(a) de compor a banca, a presidência deverá ser designada pelo Colegiado".

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação Stricto sensu e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

(X) APROVADO

() REPROVADO, conforme parecer circunstanciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

() APROVADO CONDICIONALMENTE, sendo consenso da banca de que esta ata é provisória e condicional

Novo título da Dissertação/Tese (só preencher no caso de mudança de título):

--

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre a dissertação/tese e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes

Descrição de todas as condicionalidades para a aprovação (só preencher no caso de Aprovação Condicional):

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de mestre(a)/doutor(a), a versão final da dissertação/tese, considerada Aprovada, devidamente conferida pela Secretaria do Programa de Pós-graduação, deverá ser tramitada para a PROPP, em Processo de Homologação de Dissertação/Tese, dentro do prazo de de 60 ou 90 dias, para discentes aprovados condicionalmente, a partir da data da defesa. Após o envio dos exemplares definitivos, o processo deverá receber homologação e, então, ser encaminhado à CDARA.

Se as condições descritas nesta ata não forem atestadamente atendidas dentro do prazo de 90 dias, a aprovação condicional será convertida em reprovação.

Esta Ata de Defesa é um documento padronizado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Observações excepcionais feitas pela Banca Examinadora poderão ser registradas no campo disponível acima ou em documento anexo, desde que assinadas pelo(a) Presidente(a).

Esta Ata de Defesa somente poderá ser utilizada como comprovante de titulação se apresentada junto à Certidão da Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos da UFJF (CDARA) atestando que o processo de confecção e registro do diploma está em andamento.

Documento assinado eletronicamente por **Fernando Perlatto Bom Jardim, Professor(a)**, em 29/06/2026, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Ian Kisil Marino, Professor(a)**, em 29/06/2026, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Karina Avelar de Almeida, Usuário Externo**, em 30/06/2026, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA FERREIRA DE BRITO, Usuário Externo**, em 30/06/2026, às 20:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Samantha Viz Quadrat, Usuário Externo**, em 01/07/2026, às 00:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Odilon Caldeira Neto, Professor(a)**, em 01/07/2026, às 13:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **3053215** e o código CRC **FBB4968B**.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro e mais profundo agradecimento é ao meu orientador, Fernando Perlatto. Desde 2017, ele acompanha de perto minha formação, tendo me orientado na iniciação científica, no mestrado e agora no doutorado. Poucas pessoas tiveram uma influência tão duradoura no meu percurso acadêmico, e sou profundamente grata por ter encontrado nele um mentor ao longo de quase uma década.

A realização desta tese deve muito à relação que construímos durante esses anos. Desde o início, Perlatto soube oferecer algo raro na vida acadêmica: a combinação entre presença e liberdade. Nunca tentou conduzir minhas escolhas nem impor um ritmo que não fosse o meu. Mesmo diante das mudanças e inflexões que marcaram meu caminho, jamais transformou minhas escolhas em objeto de julgamento. Ao contrário, sempre acolheu esses movimentos com compreensão e respeito, permitindo que eu encontrasse, no meu próprio tempo, a forma de seguir adiante.

Hoje reconheço que essa liberdade foi exatamente o que eu precisava. Talvez a melhor maneira de expressar minha gratidão seja dizer que não acredito que teria chegado até aqui com qualquer outro orientador. Muito do que construí deve-se à maneira como fui acompanhada durante esse processo. Sou profundamente grata por tudo o que aprendi e pelo privilégio de compartilhar com ele toda a minha trajetória de formação acadêmica. Minha gratidão por sua orientação, amizade e presença constante é impossível de expressar plenamente nestas poucas linhas.

Agradeço também aos professores Samantha Viz Quadrat, Odilon Caldeira Neto, Ian Kisil Marino e Ana Paula Brito pela generosidade em aceitar o convite para compor a banca de defesa desta tese. É uma honra contar com a leitura e as contribuições de pesquisadores cujas trajetórias e trabalhos foram importantes referências ao longo desta pesquisa. Estendo esse agradecimento à professora Virginia Vecchioli, que integrou a banca de qualificação. Suas observações e questionamentos contribuíram para o amadurecimento de reflexões que acompanharam a escrita desta tese em sua etapa final.

Agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora, instituição onde realizei toda a minha formação, da graduação ao doutorado, e onde encontrei o ambiente intelectual, os interlocutores e as oportunidades que tornaram possível a pesquisadora que me tornei. Ao Programa de Pós-Graduação em História e ao Departamento de História, agradeço pelos espaços de formação, pesquisa e debate que acompanharam não apenas a construção desta tese, mas também a consolidação da minha trajetória acadêmica. Registro também meu

agradecimento pelas bolsas de pesquisa concedidas ao longo do doutorado pelo próprio Programa e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). O apoio financeiro dessas instituições foi decisivo para que esta pesquisa pudesse ser realizada e para que eu pudesse me dedicar às atividades de pesquisa e escrita que ela exigiu.

Agradeço especialmente a Martín Malamud e Gonzalo Conte pela generosidade com que aceitaram participar desta pesquisa. As entrevistas concedidas foram fundamentais para a construção desta tese e constituíram muito mais do que uma fonte de informação: foram oportunidades de diálogo que enriqueceram profundamente minha compreensão sobre os processos, desafios e disputas que atravessam o campo da memória na Argentina contemporânea. Sou grata pelo tempo que dedicaram a esta pesquisa, pela disposição em compartilhar experiências, reflexões e inquietações, e pela confiança com que acolheram minhas perguntas e interesses de investigação.

Ao Eduardo, meu companheiro de vida, agradeço pelo apoio, pelo cuidado e pela parceria de todos os dias. Desde os primeiros anos da graduação até a conclusão desta tese, acompanhou de perto cada etapa da minha formação, dividindo comigo não apenas as conquistas, mas também as dúvidas, mudanças e recomeços que marcaram esse período. Nos momentos finais da escrita, assumiu generosamente inúmeras tarefas do cotidiano para que eu pudesse me dedicar inteiramente a este trabalho. Sou profundamente grata por caminhar ao seu lado e por poder contar, todos os dias, com seu incentivo, sua paciência e seu afeto.

Ao Daniel, agradeço por uma amizade que atravessa mais de quinze anos da minha vida. Em diferentes momentos, entre mudanças, distâncias e novos caminhos, sua amizade permaneceu como um dos pontos mais estáveis da minha trajetória. Durante os primeiros anos do doutorado, abriu as portas da sua casa todas as semanas para que eu pudesse frequentar as aulas em Juiz de Fora. Mas sua contribuição para esta tese, e para muito do que construí ao longo dos anos, vai muito além dessa generosidade. Agradeço pelo cuidado, pela preocupação sincera e por estar ao meu lado nos momentos mais importantes e também nos mais difíceis. Ter a certeza de que existe alguém torcendo pelo meu sucesso, mesmo nos momentos em que eu mesma duvidei dele, foi um dos maiores presentes que recebi ao longo dessa caminhada.

À Mariana e à Júlia, agradeço pela amizade, pelo carinho e pela companhia nos últimos anos. Compartilhar o cotidiano com vocês tornou muito mais leve um período marcado por desafios, incertezas e longas horas de escrita. Obrigada pela escuta, pelas conversas e por terem acompanhado tão de perto tudo o que envolveu a construção desta tese. A amizade de vocês foi um apoio fundamental ao longo dessa caminhada.

À minha mãe, Aparecida, ao meu pai, Edson, e à minha irmã, Laís, agradeço pelo carinho e pela presença ao longo desses anos. Nem sempre foi fácil compreender algumas das escolhas que fiz, mas nunca deixei de sentir o cuidado que me acompanhou em cada uma delas. Agradeço especialmente por reconhecerem, ainda que nem sempre compartilhassem das mesmas expectativas, a determinação e a coragem com que procurei conduzir minha vida. Parte importante do que sou hoje também nasceu desse processo.

Ao concluir estas páginas, percebo que esta tese não é apenas o resultado de anos de estudo, pesquisa e escrita. Ela também é fruto dos vínculos construídos e cultivados ao longo dessa trajetória. Se hoje chego ao fim desta etapa, é porque tive o privilégio de caminhar ao lado de pessoas que, de diferentes maneiras, compartilharam alegrias, ofereceram apoio nos momentos difíceis e permaneceram presentes ao longo dos anos.

Por fim, reservo algumas palavras para reconhecer o caminho que me trouxe até aqui. Esta tese foi escrita em circunstâncias muito diferentes daquelas que eu imaginava quando iniciei o doutorado. Ao longo desses anos, meus interesses mudaram, novos projetos surgiram e minha vida tomou direções que eu jamais poderia ter previsto quando escolhi seguir o caminho da História. Em muitos momentos, concluir este trabalho deixou de parecer uma consequência natural da trajetória que eu construía e passou a representar uma escolha diária. Hoje compreendo que a conclusão desta tese significa algo diferente daquilo que significava quando comecei. Mais do que um título ou uma etapa acadêmica, ela representa o cumprimento de um compromisso assumido por uma jovem de dezessete anos que decidiu estudar História e levar essa escolha até onde pudesse. Houve dúvidas, mudanças de rota e momentos em que abandonar parecia uma alternativa razoável. Ainda assim, segui em frente. Por isso, encerro este trabalho com um sentimento de orgulho sereno: o orgulho de ter chegado até aqui da melhor forma que pude, conciliando diferentes projetos, enfrentando dificuldades e permanecendo fiel às minhas escolhas. Hoje termino uma longa etapa da minha vida levando comigo não apenas esta tese, mas também uma compreensão mais profunda dos meus próprios limites e potencialidades.

Resumo

Esta tese investiga reconstruções virtuais de antigos Centros Clandestinos de Detenção (CCDs) na Argentina, com foco nas iniciativas desenvolvidas pelas organizações *Huella Digital* e *Memoria Abierta*. O objetivo é analisar como tecnologias digitais participam da reconfiguração das formas de mediação da memória da última ditadura militar argentina (1976–1983), especialmente no que diz respeito às relações entre testemunho, visibilidade, espacialização, prova e presença pública das narrativas sobre a violência de Estado. A pesquisa parte do argumento de que essas reconstruções não operam apenas como instrumentos de representação do passado, mas como dispositivos que intervêm nas próprias condições de produção, legitimação e circulação das memórias sobre o terrorismo de Estado no presente. Metodologicamente, a investigação articula análise documental, observação de plataformas e conteúdos digitais e entrevistas com atores envolvidos nos projetos. A análise evidencia que tais dispositivos participam de disputas políticas, institucionais e simbólicas mais amplas, reorganizando modos de construção da autoridade, regimes de visibilidade e formas contemporâneas de elaboração pública do passado em contextos marcados pela digitalização das práticas culturais, pela instabilidade política e pelas transformações nas políticas de memória.

Palavras-chave: Memória. Ditadura. Tecnologia. Argentina.

Resumen

Esta tesis investiga reconstrucciones virtuales de antiguos Centros Clandestinos de Detención (CCDs) en Argentina, con foco en las iniciativas desarrolladas por las organizaciones *Huella Digital* y *Memoria Abierta*. El objetivo es analizar cómo las tecnologías digitales participan en la reconfiguración de las formas de mediación de la memoria de la última dictadura militar argentina (1976–1983), especialmente en lo que respecta a las relaciones entre testimonio, visualidad, espacialización, prueba y presencia pública de las narrativas sobre la violencia de Estado. La investigación parte del argumento de que estas reconstrucciones no operan únicamente como instrumentos de representación del pasado, sino como dispositivos que intervienen en las propias condiciones de producción, legitimación y circulación de las memorias sobre el terrorismo de Estado en el presente. Metodológicamente, la investigación articula análisis documental, observación de plataformas y contenidos digitales y entrevistas con actores involucrados en los proyectos. El análisis evidencia que tales dispositivos participan en disputas políticas, institucionales y simbólicas más amplias, reorganizando modos de construcción de autoridad, regímenes de visibilidad y formas contemporáneas de elaboración pública del pasado en contextos marcados por la digitalización de las prácticas culturales, la inestabilidad política y las transformaciones en las políticas de memoria.

Palabras clave: Memoria. Dictadura. Tecnología. Argentina.

SUMÁRIO

Introdução	6
1 Memória e disputa: políticas do passado na Argentina	16
1.1 A constituição do campo da memória na transição democrática	18
1.2 A elaboração do passado: enquadramentos narrativos e empreendedores de memória 27	
1.3 Disputas, silêncios e limites da justiça no pós-ditadura	36
1.4 Direitas, negacionismos e disputas contemporâneas pela representação do passado	46
1.5 A reconfiguração do campo da memória e a centralidade das tecnologias.....	59
2 Mediações tecnológicas da memória: dos espaços físicos às reconstruções virtuais	63
2.1 Lugares de memória e espacialização do passado.....	67
2.2 Tecnologias digitais e reconfiguração dos suportes da memória	77
2.3 Reconstruções digitais de centros clandestinos: mediações, disputas e limites	86
3 Entre a memória e a mediação: reconfigurações nas reconstruções virtuais	91
3.1 As reconstruções virtuais em seus contextos de produção	95
3.2 Configurações da experiência: espacialidade, narrativa e regimes de visibilidade..	101
3.3 A construção da mediação: dispositivos, objetivos e condições de produção	115
3.4 Tensões, limites e disputas: a mediação como campo de conflito	126
3.5 Síntese analítica: reconfigurações da mediação no campo da memória	142
Conclusão	147
Referências	151

Introdução

A memória da última ditadura militar argentina (1976–1983) permanece, no tempo presente, como um campo de disputas políticas, simbólicas e institucionais, atravessado por diferentes formas de elaboração, contestação e reatualização do passado. Longe de constituir um capítulo encerrado da história recente, esse período segue mobilizando conflitos em torno da definição do que deve ser lembrado, de como esse passado deve ser narrado e de quais atores são legitimados a produzir sentidos sobre a violência estatal. As reflexões de Henry Rousso acerca dos passados traumáticos e de sua permanência na vida pública oferecem uma chave importante para compreender esse cenário. Ao analisar a memória do regime de Vichy, o autor demonstrou como determinados acontecimentos históricos continuam produzindo controvérsias duradouras em torno de sua interpretação e de seus usos políticos, constituindo aquilo que denominou um "passado que não passa" (ROUSSO; CONAN, 1994). Essa perspectiva permite compreender por que a última ditadura argentina permanece como objeto de disputas no presente.

Desde o processo de redemocratização, a Argentina construiu um campo de políticas de memória profundamente marcado pela articulação entre memória, justiça e direitos humanos, no qual os julgamentos dos crimes da ditadura, a atuação de organismos de direitos humanos e a institucionalização de políticas públicas de memória desempenharam um papel central. Esse campo, no entanto, não se apresenta como homogêneo ou pacificado. Ao contrário, ele tem sido constantemente atravessado por revisões, disputas e reconfigurações, especialmente no que se refere à gestão dos legados materiais e simbólicos da repressão e às formas de tornar visível uma violência que operou, em grande medida, na clandestinidade.

É nesse cenário que diferentes dispositivos são mobilizados como formas de mediação desse passado traumático. Entre eles, os antigos centros clandestinos de detenção ocupam um lugar singular, tanto pela centralidade que assumiram nos processos judiciais e nas políticas públicas de memória quanto pelos desafios específicos que impõem à sua representação. Utilizados durante a ditadura para o sequestro, a tortura, o assassinato e o desaparecimento de pessoas perseguidas por motivos políticos ou sociais, esses espaços operaram à margem da legalidade e constituíram uma infraestrutura fundamental do terror de Estado.

A persistência dos centros clandestinos de detenção como problema político e memorial até os dias de hoje decorre tanto da gravidade das violências ali cometidas quanto das dificuldades de tornar visível e inteligível uma experiência marcada pela clandestinidade, pelo apagamento e pela fragmentação das provas. Em muitos casos, esses espaços foram

deliberadamente destruídos, descaracterizados ou tiveram seus usos convertidos ao longo do tempo, o que produziu novas camadas de invisibilização e silenciamento sobre os crimes ali perpetrados. É nesse quadro que emergem iniciativas de reconstrução virtual desses espaços, apresentadas como respostas situadas às demandas contemporâneas por verdade, memória e justiça.

Diante dessas dificuldades, as reconstruções virtuais têm se consolidado como uma das formas pelas quais as disputas em torno da memória da ditadura se deslocam e se reconfiguram no ambiente digital. Ao propor novas formas de acesso, visualização e experiência desses espaços, tais dispositivos prolongam a presença dos centros clandestinos de detenção no tempo presente e colocam em questão os modos tradicionais de representação do passado, abrindo um campo de tensões que constitui o problema central desta pesquisa.

A formulação desse problema de pesquisa não surgiu, contudo, de maneira isolada. Ela se insere em uma trajetória de investigação iniciada ainda na graduação, marcada por um interesse contínuo pelas disputas em torno das políticas de memória e das formas de representação pública de passados autoritários. Ainda na graduação, investiguei as disputas em torno da memória da ditadura militar nos espaços públicos de Juiz de Fora, pesquisa desenvolvida no âmbito do trabalho de conclusão de curso (AVELAR, 2019). Posteriormente, no mestrado, ampliei essa discussão para analisar os lugares de memória e as comissões da verdade no contexto brasileiro (AVELAR, 2022). Embora esses trabalhos tenham mobilizado objetos e contextos distintos, todos partiram de uma mesma inquietação analítica: compreender como sociedades que vivenciaram experiências autoritárias elaboram publicamente esse passado e como essas formas de representação permanecem atravessadas por disputas políticas, institucionais e simbólicas. Foi no desenvolvimento dessa trajetória — e, sobretudo, a partir do contato com experiências argentinas de preservação da memória e com iniciativas que utilizavam tecnologias digitais para reconstruir antigos centros clandestinos de detenção — que se tornou evidente uma questão ainda pouco explorada pela bibliografia: de que maneira esses dispositivos digitais participam das disputas contemporâneas em torno da memória da ditadura?

Partindo de tal trajetória e inquietação, esta tese propõe analisar as reconstruções virtuais de centros clandestinos de detenção como dispositivos que participam ativamente das disputas memoriais em torno da última ditadura argentina. Essas reconstruções são aqui compreendidas como dispositivos de mediação do passado que articulam espacialidades físicas, tecnologias digitais e narrativas documentais, operando na intersecção entre práticas memoriais, regimes de prova e linguagens visuais. Mais do que examinar percepções ou

discursos isolados sobre essas iniciativas, a pesquisa se propõe a analisar os próprios dispositivos, atentando para seus modos de funcionamento, seus usos sociais e suas implicações políticas e simbólicas.

O trabalho concentra-se em experiências desenvolvidas no contexto argentino, considerando o período em que tais iniciativas passam a se consolidar como práticas recorrentes no campo da memória. O recorte temporal abrange, assim, o período de 2007 a 2025, tomando como ponto de partida o surgimento das primeiras experiências sistemáticas de reconstrução virtual de centros clandestinos de detenção e acompanhando suas transformações ao longo de diferentes conjunturas políticas. Esse intervalo permite observar tanto a emergência e a consolidação desses dispositivos, como também as mudanças em suas condições de produção, circulação e recepção, em um contexto marcado por variações significativas nas políticas estatais de memória — dos governos kirchneristas ao governo de Javier Milei.

Ao acompanhar esse arco temporal, a pesquisa busca compreender de que maneira os dispositivos analisados refletem contextos políticos específicos e são diretamente afetados por eles, seja em termos de financiamento, enquadramento institucional, visibilidade pública ou disputas em torno de seus usos e sentidos. O recorte adotado possibilita, assim, analisar as reconstruções virtuais como práticas dinâmicas, atravessadas por continuidades e descontinuidades, e não como objetos estáticos ou homogêneos.

Para a análise empírica, a pesquisa concentra-se nos projetos desenvolvidos por *Memoria Abierta* e *Huella Digital*, tomados como experiências representativas do uso de tecnologias digitais na reconstrução de centros clandestinos de detenção na Argentina. Ambas as iniciativas se destacam pela continuidade de seus projetos ao longo do tempo e pela centralidade que assumiram no campo da memória, articulando de maneira sistemática a produção de dispositivos digitais, o trabalho com arquivos e testemunhos e o diálogo com instâncias judiciais, educativas e institucionais.

A escolha desses casos se justifica, sobretudo, por sua capacidade de evidenciar, de forma particularmente clara, as tensões e negociações implicadas na mediação digital da violência estatal. Ao longo de suas trajetórias, *Memoria Abierta* e *Huella Digital* desenvolveram dispositivos que operam simultaneamente como instrumentos de documentação, narrativas memoriais e interfaces de experiência, permitindo analisar como diferentes regimes de verdade, linguagens visuais e usos sociais se entrecruzam nesses projetos. Nesse sentido, esses casos oferecem um terreno privilegiado para investigar os conflitos, limites e potencialidades que atravessam as reconstruções virtuais de centros

clandestinos de detenção no tempo presente, permitindo analisar de forma situada as disputas simbólicas e políticas implicadas na mediação digital da violência estatal.

É a partir desse conjunto de escolhas analíticas e empíricas que esta tese formula sua hipótese central. Sustenta-se que as reconstruções virtuais de centros clandestinos de detenção na Argentina intervêm ativamente nos modos de presença do passado ditatorial, reconfigurando formas de visibilidade, inteligibilidade e disputa em torno desse passado no tempo presente, ao mesmo tempo em que cumprem funções de difusão memorial. Em vez de substituir os lugares materiais a que se referem, essas reconstruções operam em diálogo com eles, prolongando sua existência simbólica e reatualizando seus sentidos no ambiente digital, em um regime marcado pela convergência de mídias, suportes e temporalidades.

Ao desafiar fronteiras consolidadas entre documento e simulação, prova e experiência, materialidade e representação, tais dispositivos produzem um campo híbrido no qual diferentes regimes de verdade e autoridade se entrecruzam. As tecnologias digitais, nesse contexto, não podem ser compreendidas como meios neutros ou meramente instrumentais, mas como mídias de memória que moldam formas específicas de narrar, visualizar e experimentar o passado, incidindo diretamente sobre as disputas em torno do que deve ser lembrado, como deve ser lembrado e a partir de quais critérios de legitimidade. É a partir dessa compreensão que as reconstruções virtuais analisadas nesta pesquisa são abordadas ao longo da tese.

A hipótese sustenta ainda que essas reconstruções virtuais são atravessadas por usos, apropriações e interpretações múltiplas, que variam conforme os contextos e os atores envolvidos — sejam eles educativos, judiciais, institucionais ou de fruição individual. Essa abertura a diferentes formas de navegação e interação confere aos dispositivos um caráter intrinsecamente instável e disputado, tornando-os espaços privilegiados de conflito simbólico e político no campo da memória da ditadura.

Por fim, argumenta-se que a elaboração e a circulação dessas reconstruções implicam negociações constantes entre escolhas de linguagem, limites da representação, imperativos de precisão documental e riscos de espetacularização da violência estatal. É nesse processo — marcado por compromissos, tensões e dilemas ético-políticos — que se revelam as disputas mais profundas em torno da mediação visual do passado traumático, evidenciando que tais dispositivos participam ativamente de sua reconfiguração no presente.

Orientada por essa hipótese, a pesquisa tem como objetivo geral analisar de que maneira as reconstruções virtuais de centros clandestinos de detenção participam das disputas simbólicas, políticas e memoriais em torno da última ditadura militar argentina, considerando

seu papel na reconfiguração das relações entre espaço, prova documental e visualidade no ambiente digital. Ao privilegiar a análise dos próprios dispositivos — compreendidos em sua materialidade técnica, em seus modos de funcionamento e nas reflexões produzidas por seus desenvolvedores —, a tese busca deslocar o olhar de uma leitura centrada exclusivamente nos efeitos ou nas recepções dessas iniciativas para uma abordagem que considere os processos, escolhas e mediações que estruturam sua produção.

A partir desse enquadramento, a pesquisa procura compreender como as reconstruções virtuais são concebidas enquanto formas específicas de mediação visual e espacial da violência estatal, interrogando os regimes de visibilidade que mobilizam, os critérios de precisão documental que orientam sua elaboração e os dilemas éticos e políticos implicados na representação de espaços marcados pela clandestinidade, pela tortura e pelo desaparecimento. Nesse sentido, pergunta-se de que maneira esses dispositivos negociam os limites entre documentação, simulação e experiência, bem como quais são os riscos e potencialidades associados à tradução digital de evidências fragmentárias e testemunhais.

Outro objetivo da pesquisa consiste em analisar os diferentes usos e apropriações das reconstruções virtuais em arenas diversas, como os campos judicial, educativo, institucional e público, considerando como tais usos incidem sobre os sentidos atribuídos aos centros clandestinos de detenção e sobre as disputas contemporâneas em torno de sua memória. Interessa, nesse ponto, compreender como esses dispositivos circulam socialmente, quais atores os mobilizam e em que contextos, e de que modo essas apropriações contribuem para reforçar, tensionar ou reconfigurar narrativas estabelecidas sobre a ditadura.

Por fim, a tese busca examinar como essas iniciativas são atravessadas por conjunturas políticas específicas, atentando para as transformações em suas condições de produção, financiamento, visibilidade e recepção ao longo do período analisado. A partir dessa perspectiva, investiga-se de que maneira as reconstruções virtuais são afetadas por mudanças nas políticas de memória e nos discursos públicos sobre o passado recente, bem como em que medida se configuram como espaços de resistência, negociação ou conflito no cenário político contemporâneo.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter interpretativo, combinando diferentes estratégias de investigação com o objetivo de apreender as reconstruções virtuais de centros clandestinos de detenção em sua complexidade material, discursiva e institucional. O trabalho articula análise documental, exame sistemático dos dispositivos digitais produzidos pelas organizações selecionadas e a realização de

entrevistas semiestruturadas com atores diretamente envolvidos na concepção, desenvolvimento e circulação dessas iniciativas.

A pesquisa toma como objeto principal os dispositivos digitais desenvolvidos pelas organizações selecionadas. Complementarmente, também são mobilizados materiais produzidos pelas próprias organizações, tais como textos de apresentação dos projetos, registros audiovisuais e conteúdos institucionais disponíveis em plataformas digitais. Esses materiais são utilizados como elementos que contribuem para a contextualização das condições de produção, circulação e legitimação das iniciativas analisadas, sem constituírem um corpus documental autônomo.

A análise dos dispositivos digitais considera suas arquiteturas técnicas, interfaces, escolhas visuais, formas de navegação, modos de apresentação das informações e articulações entre imagens, testemunhos e documentos. Busca-se compreender como tais dispositivos produzem determinadas experiências do espaço e do passado, quais mediações operam e quais limites e possibilidades instauram nos processos de representação da violência estatal.

Um eixo central da investigação é constituído pelas entrevistas semiestruturadas realizadas com Martín Malamud, criador do grupo *Huella Digital* e um dos responsáveis pela concepção e pelo início da iniciativa, e Gonzalo Conte, membro fundador e diretor executivo de *Memoria Abierta*. A escolha desses interlocutores se justifica por sua atuação direta e prolongada na idealização, coordenação e reflexão crítica sobre os projetos analisados, o que os posiciona como atores-chave na formulação de estratégias de mediação digital do passado ditatorial. Suas trajetórias e práticas permitem compreendê-los como verdadeiros “empreendedores de memória” (JELIN, 2002), no sentido de agentes que atuam ativamente na produção, organização e circulação pública de narrativas sobre o passado, mobilizando recursos técnicos, institucionais e simbólicos para intervir no campo memorial.

A escuta dessas vozes é mobilizada para compreender os processos coletivos de decisão, os dilemas éticos e políticos enfrentados, as tensões internas aos projetos e as condições concretas de produção dessas iniciativas, para além das percepções individuais isoladas. As entrevistas são, assim, tratadas como parte integrante do corpus analítico da pesquisa, permitindo articular os dispositivos digitais às reflexões e justificativas formuladas por aqueles que os conceberam e implementaram.

Ao combinar essas diferentes estratégias metodológicas, a pesquisa busca construir uma análise situada das reconstruções virtuais de centros clandestinos de detenção, atentando tanto para seus modos de funcionamento quanto para os contextos institucionais e políticos que as atravessam. Esse desenho metodológico permite, por fim, sustentar uma reflexão

crítica sobre o papel desses dispositivos nas disputas contemporâneas em torno da memória da ditadura argentina.

Para compreender o alcance analítico dessas escolhas e situar a hipótese formulada, torna-se necessário examinar os debates acadêmicos nos quais esta pesquisa se insere. A análise das reconstruções virtuais de centros clandestinos de detenção dialoga com diferentes campos de produção intelectual — dos estudos sobre memória e justiça de transição às reflexões sobre cultura digital e regimes contemporâneos de memória —, ainda que nem sempre esses campos tenham tratado diretamente desses dispositivos ou de suas implicações políticas no tempo presente.

A temática das reconstruções virtuais de ex-centros clandestinos de detenção na Argentina insere-se em um campo de estudos relativamente recente, que se desenvolve na interseção entre memória, tecnologias digitais e representação do passado traumático. Embora ainda pouco numerosa, essa produção tem crescido nas últimas duas décadas, especialmente a partir da consolidação de iniciativas que mobilizam recursos digitais para a visualização, a documentação e a transmissão das experiências associadas à repressão estatal. Nesse conjunto, destacam-se os trabalhos de Virginia Vecchioli (2018; 2021), que analisam o uso de tecnologias e dispositivos interativos digitais na reconstrução de espaços de violência vinculados à última ditadura argentina. A autora examina essas iniciativas como formas de mediação do passado, atentando para suas condições de produção, circulação e utilização em diferentes contextos institucionais, especialmente nos campos da memória e da justiça. Seus trabalhos também discutem as relações entre testemunho, prova, visualização e reconstrução digital, problematizando os modos pelos quais essas tecnologias participam da representação contemporânea dos centros clandestinos de detenção.

Outros estudos têm abordado essas iniciativas a partir de recortes específicos. Jazmín Ohanian (2013; 2015), por exemplo, discute as potencialidades narrativas e os usos das reconstruções virtuais em iniciativas de transmissão do passado recente e de representação dos espaços clandestinos de detenção. Já os trabalhos de Higuera Rubio, Tezanos e Serrano (2018), assim como Serrano e Tezanos (2017), refletem sobre os desafios implicados no uso de tecnologias digitais em sítios de memória, problematizando aspectos técnicos, documentais e representacionais envolvidos na reconstrução virtual de espaços de violência estatal. Em conjunto, esses estudos oferecem contribuições relevantes para a compreensão das condições de produção e dos dilemas envolvidos nessas iniciativas, ainda que frequentemente privilegiem dimensões técnicas, narrativas ou descritivas das experiências analisadas.

Paralelamente, uma vasta bibliografia tem se dedicado à análise dos processos de justiça de transição e das políticas de memória na Argentina, constituindo um campo já consolidado de investigação. Autores como Emilio Crenzel (2008; 2014) examinam os julgamentos e as disputas em torno do tratamento público do passado ditatorial, enquanto Ruti Teitel (2000) oferece uma formulação abrangente da justiça de transição como um processo que articula diferentes mecanismos de enfrentamento dos legados da violência estatal. No caso argentino Marina Franco (2017) chama atenção para a contingência e as disputas que atravessaram esse processo. Esse conjunto de estudos permite situar as respostas institucionais e políticas construídas diante do legado da violência estatal, ao passo que esta pesquisa se concentra nas formas contemporâneas de mediação, visualização e experiência dos espaços associados à repressão.

A pesquisa também dialoga com um conjunto expressivo de estudos sobre memória cultural e regimes contemporâneos de memória, cuja produção tem se expandido significativamente nas últimas décadas. No campo dos estudos sobre memória, esta pesquisa dialoga de forma central com as reflexões de Elizabeth Jelin (2002; 2017), em especial com sua concepção das memórias como processos conflitivos e socialmente situados. Ao propor a noção de “empreendedores de memória”, Jelin chama atenção para os atores individuais e coletivos que disputam sentidos sobre o passado, mobilizando recursos simbólicos, institucionais e materiais para tornar determinadas narrativas visíveis e legítimas no espaço público. Essa perspectiva é particularmente relevante para a análise das reconstruções virtuais de centros clandestinos de detenção, uma vez que permite compreender as iniciativas estudadas não apenas como produtos técnicos, mas como intervenções ativas no campo das disputas memoriais.

Essa compreensão das memórias como processos disputados e atravessados por relações de poder também dialoga com as reflexões de Andreas Huyssen (2000; 2014), sobretudo quanto à compreensão da memória como um campo atravessado por conflitos, deslocamentos e reconfigurações no tempo presente. Ao analisar as relações entre memória, cultura e mídia, Huyssen destaca que os processos de rememoração contemporâneos são marcados por disputas em torno da visibilidade do passado, da legitimidade das narrativas e dos usos políticos da memória, aspecto central para a análise das reconstruções virtuais como arenas de negociação simbólica.

No contexto argentino, Beatriz Sarlo (2005) e Hugo Vezzetti (2009) oferecem fundamentos centrais para compreender as disputas em torno da narrativa do passado ditatorial, especialmente no que se refere às tensões entre testemunho, experiência, memória e

elaboração crítica. Seus trabalhos problematizam tanto os usos políticos da memória quanto os limites da representação do trauma, contribuindo para uma leitura atenta às ambiguidades e aos riscos envolvidos na construção pública do passado.

Ao articular esse campo aos debates sobre história digital (ROSENZWEIG; COHEN, 2006), mediação tecnológica da memória e circulação cultural no ambiente digital (HOSKINS, 2011; ERLI, 2012), bem como às críticas ao tecnoutopismo (MOROZOV, 2013), esta tese busca contribuir para um campo ainda pouco explorado: o da análise crítica das reconstruções virtuais de centros clandestinos de detenção como dispositivos híbridos, atravessados por conflitos políticos, escolhas éticas e disputas simbólicas no tempo presente, situados na interseção entre justiça, memória e mediação tecnológica.

É a partir desse posicionamento teórico e do diálogo crítico com a bibliografia examinada que se define o enquadramento da pesquisa. Ao articular debates sobre políticas de memória, justiça de transição e mediações digitais, a tese toma como eixo analítico as reconstruções virtuais e suas condições de produção, circulação e uso, buscando demonstrar progressivamente a hipótese proposta por meio da articulação entre reflexão conceitual, análise dos dispositivos e investigação empírica das iniciativas selecionadas. Nesse horizonte, os diferentes níveis de análise — histórico, teórico e empírico — são mobilizados de forma integrada ao longo do percurso desenvolvido nos capítulos que seguem.

O primeiro capítulo tem caráter histórico e conceitual, dedicando-se à reconstrução das transformações do campo da memória na Argentina desde a transição democrática. Nele, examino a constituição das políticas de memória vinculadas à última ditadura, as disputas em torno da representação pública do passado, os regimes de visibilidade produzidos em torno da violência estatal e os limites dos processos de justiça no período pós-ditatorial. O capítulo também aborda as reconfigurações contemporâneas desse campo diante da emergência de discursos negacionistas, da retração das políticas públicas e da crescente centralidade das tecnologias digitais nas formas de produção, circulação e mediação das memórias do terrorismo de Estado.

O segundo capítulo desloca a discussão para as relações entre memória, espacialidade e mediações tecnológicas, examinando as transformações produzidas pelas tecnologias digitais nas formas de representação, circulação e experiência do passado. Inicialmente, o capítulo discute a constituição dos lugares de memória e os processos de espacialização das narrativas sobre a violência estatal. Em seguida, analisa a reconfiguração dos suportes da memória no ambiente digital, para então abordar as reconstruções virtuais de centros clandestinos de detenção como dispositivos de mediação atravessados por disputas políticas,

escolhas técnicas e limites representacionais. Ao longo desse percurso, problematizam-se as formas pelas quais essas tecnologias reorganizam os modos de visualização, autoridade e legitimação das memórias da ditadura.

O terceiro capítulo dedica-se à análise das reconstruções virtuais desenvolvidas por *Memoria Abierta* e *Huella Digital*, articulando a análise dos dispositivos às entrevistas realizadas com os responsáveis por essas iniciativas. O capítulo examina as formas de mediação produzidas por essas reconstruções, considerando suas espacialidades, regimes de visibilidade, estruturas narrativas e condições de produção. Também são analisadas as tensões, disputas e limites implicados na representação digital da violência estatal, observando como esses dispositivos se constituem como espaços de negociação simbólica e política no interior do campo da memória. A partir dessas análises, busca-se compreender de que maneira as reconstruções virtuais reconfiguram as formas contemporâneas de representação, circulação e experiência do passado ditatorial.

Ao longo desse percurso, a tese busca compreender as reconstruções virtuais de centros clandestinos de detenção como dispositivos atravessados por mediações, disputas e escolhas políticas, capazes de reconfigurar as formas contemporâneas de representar a violência estatal, afastando-se de uma compreensão dessas reconstruções como formas transparentes ou estabilizadas de acesso ao passado. Ao evidenciar os conflitos, limites e ambivalências inscritos nessas iniciativas, a pesquisa procura demonstrar que as memórias da ditadura permanecem objeto de negociação permanente no presente, articulando disputas por visibilidade, legitimidade e autoridade na construção pública do passado.

1 Memória e disputa: políticas do passado na Argentina

A última ditadura militar argentina (1976–1983) produziu um regime sistemático de violência de Estado e uma profunda reorganização das formas de visibilidade do terror. Centros clandestinos de detenção, tortura e extermínio foram instalados em edifícios civis, dependências militares ou imóveis adaptados, operando sob uma lógica de ocultamento que buscava simultaneamente eliminar os corpos e apagar os vestígios materiais da repressão. O desaparecimento forçado, eixo central desse dispositivo, implicou a negação do destino das vítimas e a produção deliberada de lacunas no espaço urbano e na memória social. Com o fim da ditadura, esses vazios — físicos, simbólicos e narrativos — tornaram-se objeto de disputas políticas persistentes, nas quais a memória da violência passou a ser reivindicada, regulada e reconfigurada no espaço público.

Diante desse cenário, diferentes atores — como o Estado, as Forças Armadas, organizações de direitos humanos, sobreviventes e familiares de vítimas — passaram a disputar os sentidos atribuídos ao passado ditatorial, suas formas de representação e os modos de construção das memórias sobre a repressão. Longe de se tratar de um processo homogêneo, essas disputas envolveram projetos distintos de inscrição do passado no presente, nos quais se confrontaram interpretações divergentes sobre a violência de Estado, suas responsabilidades e seus legados. Para sustentar essas disputas, tais agentes mobilizaram recursos materiais, afetivos e políticos diversos, articulando testemunhos, práticas institucionais, demandas jurídicas e intervenções no espaço público com o objetivo de manter em circulação os relatos sobre os crimes cometidos pelo Estado. Nesse processo, a memória passou a operar como instrumento de reivindicação política, vinculando a elaboração do trauma à exigência de verdade, justiça e reparação.

Esse processo, contudo, não se constituiu de maneira consensual ou linear. Ao longo do período pós-ditatorial, setores da sociedade e do próprio Estado defenderam, em diferentes momentos, a necessidade de “superar” esse capítulo da história nacional, seja por meio do silêncio, da reconciliação ou da negação explícita da violência exercida pela ditadura militar. Tais posicionamentos expressaram tentativas recorrentes de limitar o alcance público das memórias da repressão, redefinindo os marcos a partir dos quais o passado poderia — ou não — ser tematizado. Como analisa Sarlo (2012), essas posições revelam distintos modos de se relacionar com o passado e se inserem em disputas mais amplas pelo controle dos sentidos atribuídos a ele no presente, indicando que lembrar ou esquecer constitui sempre uma operação atravessada por relações de poder.

É nesse contexto que a memória se afirma como um problema político central na Argentina pós-ditatorial, marcado pela tensão permanente entre lembrança e esquecimento. Essa dinâmica torna-se particularmente visível nas disputas em torno dos lugares que integraram o aparato repressivo, nos quais diferentes atores passaram a confrontar projetos divergentes de preservação, transformação ou apagamento. Enquanto alguns reivindicavam sua conversão em espaços de memória, outros defendiam sua destruição, ocultação ou reutilização segundo lógicas alheias à rememoração da violência de Estado.

Justamente por essa centralidade simbólica e política, os centros clandestinos constituem espaços fundamentais para compreender a experiência da repressão. Eles organizaram a experiência da violência, produziram invisibilidade e deixaram marcas — ou vazios — no território, configurando-se como um dos meios pelos quais o passado recente se torna inteligível. Nesse sentido, esses espaços se articulam a outras formas de mediação — como testemunhos, julgamentos, museus, arquivos e memoriais — que possibilitam o acesso à experiência da repressão por meio de construções narrativas. Decidir quais desses lugares preservar, como narrá-los, quem pode falar sobre eles e em que suportes implica escolhas atravessadas por disputas, hierarquias e interesses, nas quais o espaço físico se entrelaça à produção pública de relatos sobre o passado.

Nas últimas décadas, novas mediações técnicas e digitais passaram a integrar esse repertório de ações memoriais relacionadas aos espaços da repressão. Em um contexto marcado pela tentativa deliberada de apagar rastros — por meio da demolição de edifícios e da transformação de territórios —, as tecnologias digitais passaram a ser mobilizadas como uma possibilidade de reinscrever esses lugares em outras modalidades de existência pública. Nesse quadro, emergiram iniciativas que reivindicam a reconstrução digital de centros clandestinos de detenção como parte das lutas por memória histórica e justiça, dando origem a dispositivos interativos digitais (DID).

Essas iniciativas ultrapassam a restituição visual do que foi destruído e propõem a construção de cenas de memória nas quais o passado se torna acessível de outras maneiras, expandindo os modos de inscrição da experiência da repressão no presente. Nesse processo, a tecnologia atua como instância produtora de sentidos, capaz de tensionar o que lembrar, como lembrar e o que pode ser esquecido. Ao recolocar em circulação espaços que a repressão buscou apagar, esses dispositivos atualizam as disputas em torno da memória e do esquecimento, ampliando o campo no qual se definem os legados da violência ditatorial.

Diante desse cenário, em que novas formas de mediação se incorporam a um campo historicamente marcado por conflitos, torna-se fundamental compreender o contexto em que

tais iniciativas se inscrevem. Assim, ao longo deste capítulo, busca-se analisar como se configurou, na Argentina pós-ditatorial, um campo de disputas em torno da memória, da justiça e da representação do passado, e de que modo esse campo criou tanto as condições quanto os limites para a emergência de dispositivos digitais de memória, como as reconstruções virtuais de centros clandestinos de detenção.

1.1 A constituição do campo da memória na transição democrática

As reconstruções virtuais de centros clandestinos de detenção inscrevem-se em um campo de disputas que antecede em muito sua emergência no ambiente digital. Para compreender as formas que essas iniciativas assumem no presente, torna-se necessário examinar os processos históricos que deram origem às políticas de memória na Argentina, particularmente no contexto da transição democrática. Trata-se, portanto, de analisar os aspectos históricos, políticos e institucionais que conformaram esse campo, compreendido aqui como um terreno atravessado por tensões, conflitos e assimetrias de poder.

A análise do cenário em que essas iniciativas se inscrevem desempenha um papel estruturante na compreensão tanto das continuidades quanto das reconfigurações observadas nas práticas contemporâneas de memorialização. Ao examinar a emergência de atores, narrativas, dispositivos e marcos institucionais vinculados à elaboração pública do passado ditatorial, torna-se possível identificar como determinadas matrizes interpretativas, sensibilidades morais e repertórios de ação se consolidaram, ao passo que outras experiências e narrativas foram progressivamente marginalizadas ou silenciadas.

Assim, articulando debates sobre justiça de transição, políticas estatais, ativismos de direitos humanos e disputas em torno da representação do passado traumático, esta análise inscreve as iniciativas examinadas em uma genealogia mais ampla de práticas e discursos, marcada por disputas persistentes em torno da verdade, da memória e da justiça. A análise do período da transição democrática opera, nesse sentido, como um eixo interpretativo indispensável para compreender os deslocamentos e as ambivalências que caracterizam as atuais políticas de memória na Argentina. É somente a partir desse horizonte analítico que se torna possível examinar iniciativas desenvolvidas no âmbito dos processos de redemocratização, como as reconstruções virtuais de centros clandestinos de detenção.

O período da transição democrática iniciado na Argentina após a ditadura militar de 1976–1983 ilustra essa complexidade das disputas em torno de como enfrentar os legados do

terrorismo de Estado.¹ As marcas deixadas pelos desaparecimentos, pelas torturas e pelos assassinatos ultrapassaram a dimensão individual da violência e produziram efeitos duradouros no tecido social e nas formas de organização política. As lutas por memória e justiça passaram, assim, a ocupar um lugar central na redefinição das relações entre passado, democracia e direitos humanos, tornando-se um elemento estruturante das políticas públicas e das mobilizações sociais do período.

Ainda que essas dinâmicas apresentem especificidades locais, elas se inscrevem em um contexto mais amplo de transformações políticas e culturais que marcaram as transições pós-autoritárias em diferentes partes do mundo. A recuperação da memória pública do terrorismo estatal na Argentina se alinhou com o trabalho de recuperação e indagação acerca dos massacres ocorridos no Ocidente no mesmo período, unindo-se aos esforços contemporâneos por memória. Entre as décadas de 1970 e 1980, diversos países passaram por processos que levavam regimes autoritários, em suas mais diversificadas composições, a se tornarem democracias, processo que Samuel Huntington (1994) chamou de "terceira onda de democratização".

Em contextos pós-ditatoriais, as respostas do Estado e da sociedade civil aos crimes cometidos sob regimes autoritários são atravessadas por tensões entre esquecimento e lembrança, punição e impunidade, silêncio e testemunho. É nesse terreno conflitivo que a articulação entre justiça de transição e cultura da memória ganha centralidade, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX, quando tais debates passam a se institucionalizar e a circular globalmente.

Diante desse cenário, histórias do passado mais recente passaram a circular para além do âmbito acadêmico, estendendo-se à esfera pública por meio de diferentes operações de memória, perceptíveis no crescimento de processos de museificação, patrimonialização e na proliferação de novelas, livros, filmes e outras produções culturais voltadas a temáticas históricas. Esse movimento relaciona-se ao que Andreas Huyssen (2003) identifica como uma intensificação contemporânea da cultura da memória, marcada pelo temor da destruição dos rastros do passado e pela crescente urgência de preservação e arquivamento. No caso argentino, tais processos também se articulam às disputas em torno da transmissão, institucionalização e circulação pública das memórias da violência estatal, mobilizando arquivos, marcas territoriais e diferentes iniciativas de memorialização (JELIN, 2020).

¹ Nesta tese, a expressão "terrorismo de Estado" é empregada para designar o sistema de repressão ilegal organizado e implementado pelo Estado argentino durante a última ditadura militar, caracterizado por práticas como sequestros, detenções clandestinas, tortura, desaparecimento forçado de pessoas, assassinatos e apropriação de crianças.

A memória emergia, então, tanto como fenômeno cultural quanto político, uma vez que, em sociedades atravessadas por experiências traumáticas, o temor da perda de memória se inscreve em um contexto cultural indissociável das disputas políticas (HUYSEN, 2000; SARLO, 2012). Nesse cenário, o surgimento da chamada “cultura de memória” (HUYSEN, op. cit.) ocorre de forma concomitante à consolidação de iniciativas voltadas ao enfrentamento de passados marcados pela violência, materializadas em políticas públicas que buscavam combater práticas deliberadas de esquecimento e silenciamento, bem como responder às atrocidades cometidas por meio de medidas institucionais específicas (SANTOS, 2009).

A transformação do passado ditatorial em objeto de disputa pública e política também reconfigurou os debates em torno da justiça de transição.² Trata-se de um processo atravessado por tensões, negociações e assimetrias, no qual diferentes atores disputam sentidos sobre verdade, responsabilidade e reparação (TEITEL, 2000). A articulação entre mecanismos jurídicos, políticas de memória, iniciativas educacionais e reformas institucionais revela tanto o caráter multifacetado quanto os limites desses processos, voltados ao enfrentamento das injustiças do passado e à configuração do presente e de futuros democráticos (TEITEL, 2000), assumindo configurações específicas de acordo com os contextos históricos e políticos em que se desenvolvem (FRANCO, 2017).

Na Argentina, a justiça de transição configurou-se como uma resposta institucional às demandas sociais por responsabilização e reparação, assumindo um percurso marcado por avanços, interrupções e reconfigurações. Assim como em outros países que vivenciaram regimes autoritários, sua implementação foi atravessada por disputas políticas e por iniciativas destinadas a limitar, suspender ou reorientar os mecanismos de responsabilização. Embora a literatura sobre justiça de transição destaque a articulação entre intervenção judicial, mobilização social e ação política como elementos centrais desses processos (TEITEL, 2000; SIKKINK, 2011), na Argentina essa dinâmica adquiriu características próprias, estreitamente vinculadas às disputas em torno da memória da ditadura e às sucessivas reconfigurações das relações entre Estado, organismos de direitos humanos e sociedade (LVOVICH; BISQUERT, 2008; FRANCO, 2017).

² Nesta tese, a expressão “justiça de transição” é utilizada como categoria analítica para designar o conjunto de mecanismos voltados ao enfrentamento dos legados da ditadura. O emprego dessa categoria nesta tese não pressupõe uma compreensão linear do processo de redemocratização argentino ou a ideia de que os acontecimentos do período convergiriam inevitavelmente para a consolidação da justiça. Ao contrário, acompanha-se a perspectiva de Marina Franco (2017), para quem leituras retrospectivas podem obscurecer a contingência, as disputas e a complexidade que marcaram esse processo histórico.

A dimensão da intervenção judicial desempenhou um papel central já nos primeiros anos da transição democrática, configurando-se como uma das frentes mais visíveis e controversas desse processo. A realização do *Juicio a las Juntas*³, conduzido pela Câmara Federal de Buenos Aires em 1985, submeteu a julgamento os principais integrantes das primeiras juntas militares responsáveis pela ditadura instaurada em 1976. Esse julgamento representou um acontecimento singular no cenário latino-americano ao transferir para a justiça civil a responsabilização de altos comandantes militares por crimes cometidos durante a ditadura (SIKKINK, 2011) e resultou de uma decisão política situada, ancorada em um arranjo institucional específico, que produziu efeitos duradouros na forma como a violência estatal passou a ser nomeada e juridicamente enquadrada (CRENZEL, 2008; VEZZETTI, 2012). Ainda que posteriormente tensionado pelas leis de *Punto Final* e *Obediencia Debida*, bem como pelos indultos presidenciais, o precedente estabelecido pelo julgamento seguiria informando, de maneira descontínua, os debates em torno da justiça e da memória nas décadas seguintes.

Contudo, a intervenção judicial não se sustentou de forma isolada. Ela foi permanentemente atravessada e reativada pela mobilização de atores sociais que disputaram os sentidos da justiça, da verdade e da memória no espaço público. Organizações de direitos humanos, como as Mães e Avós da Praça de Maio, desempenharam papel fundamental nesse processo, ao manterem a denúncia pública dos desaparecimentos forçados e pressionarem o Estado por responsabilização. Ao transformar suas demandas em linguagem política e em símbolos de luta, esses atores contribuíram para consolidar uma cultura de direitos humanos no país. Como observam Elizabeth Jelin (2020) e Emilio Crenzel (2015), essa arena foi marcada por intensas disputas interpretativas, nas quais a memória se constituiu como campo de conflito e não como narrativa consensual.

A justiça de transição argentina também incorporou medidas de reforma institucional, voltadas à transformação das estruturas que haviam permitido os abusos de poder. Conforme destaca Ruti Teitel (2000), a justiça transicional articula a responsabilização penal a reformas destinadas a prevenir a repetição das violações e a consolidar novos parâmetros normativos. No caso argentino, isso incluiu reconfigurações nas Forças Armadas, o enfraquecimento de sua autonomia política e o fortalecimento do sistema judicial, compondo um processo gradual de redefinição das relações entre poder civil e poder militar. Essas medidas foram

³ Sobre o julgamento e seus efeitos políticos, jurídicos e simbólicos, ver, entre outros, Nino (1996), Crenzel (2008), Feld (2002), Vezzetti (2002) e Sikkink (2011).

fundamentais para inscrever o enfrentamento do passado repressivo no horizonte da consolidação democrática.

Para além dos julgamentos e das reformas institucionais, a transição também envolveu a produção de uma verdade pública sobre os crimes da ditadura. Nesse contexto, foi criada, em dezembro de 1983, a *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), encarregada de reunir denúncias, colher testemunhos e documentar os casos de desaparecimento forçado ocorridos entre 1976 e 1983. O trabalho da comissão resultou, em 1984, na publicação do relatório *Nunca Más*, que sistematizou milhares de depoimentos e evidências documentais, convertendo-se em referência central tanto para o *Juicio a las Juntas* quanto para a consolidação de uma narrativa pública sobre o terrorismo de Estado (CRENZEL, 2008).⁴ Ao tornar visível a magnitude e a sistematicidade das violações cometidas, a CONADEP e seu relatório contribuíram para estabelecer parâmetros de reconhecimento e enquadramento do passado repressivo no espaço democrático recém-restaurado (VEZZETTI, 2012; JELIN, 2002).

A articulação entre esses diferentes mecanismos — a atuação judicial, expressa no *Juicio a las Juntas*; a mobilização social de organizações de direitos humanos; as reformas institucionais; e a elaboração pública do passado por meio da CONADEP e do relatório *Nunca Más* — configurou um conjunto de práticas que, orientadas à responsabilização dos perpetradores, à reparação das vítimas e à afirmação pública da condenação da violência estatal, passaram a compor aquilo que se convencionou denominar políticas de memória. Nessa perspectiva, tais iniciativas assumiram papel central no processo de transição democrática, ao operarem simultaneamente como instrumentos jurídicos e como instâncias de reconstrução e enquadramento do passado traumático (SARLO, 2012, p. 24).

Para que possam contribuir com processos democráticos e reparadores, as políticas de memória devem reconhecer a responsabilidade do Estado pelas violações aos direitos humanos e considerar os impactos duradouros dessas violências na sociedade. Ao mesmo tempo, é fundamental que favoreçam a emergência de distintas narrativas sobre o passado traumático, ampliando o espaço público de debate e escuta. Segundo Bauer (2014, 2021), políticas de memória podem ser compreendidas como ações deliberadas, promovidas por governos — em articulação ou não com outros atores — voltadas à gestão da memória social. Isso implica criar, preservar e transmitir relatos sobre determinados acontecimentos considerados significativos, bem como implementar medidas concretas de reparação.

⁴ Sobre a CONADEP, o relatório e seus efeitos políticos e memoriais, ver, entre outros, Crenzel (2008), Jelin (2002), Vezzetti (2002) e Feld (2002).

Como parte de processos mais amplos de reconhecimento, justiça e pertencimento, essas iniciativas participam da definição dos sentidos atribuídos ao passado e dos valores mobilizados para interpretá-lo no presente. Por meio delas, determinadas experiências da repressão ganham formas de representação e transmissão que interferem na maneira como esse passado é compreendido e incorporado às narrativas sobre o período. Por isso, é necessário tratá-las como objeto de análise crítica, atentando às lógicas, interesses e relações de poder que moldam suas propostas e formas de implementação. As políticas de memória expressam disputas simbólicas e materiais e, muitas vezes, seu alcance permanece restrito a determinados setores sociais ou regionais. Analisá-las criticamente implica examinar como suas propostas se traduzem em práticas, considerando seus efeitos, limites e eventuais exclusões.

A análise proposta nesta tese procura situá-las em uma dinâmica histórica e política específica, atentando para as condições em que foram produzidas e para os efeitos que produzem. Isso envolve compreender quem as promove, a que públicos se dirigem, que formas de representação do passado privilegiam e de que maneira se articulam com outras dimensões da justiça de transição, como o julgamento dos responsáveis, a reparação das vítimas e a produção de verdade pública. No caso argentino, como veremos, a relação entre políticas de memória e justiça transicional é especialmente densa e mobilizadora, tornando o país uma referência regional nesse campo. É nesse entrelaçamento que a memória passa a incorporar expectativas sobre o presente e o futuro, tornando-se objeto de disputas sobre como e para quê lembrar.

Nos processos de transição pós-ditatoriais do Cone Sul, essa inflexão assume uma formulação emblemática na consigna do “nunca mais”. A memória do passado repressivo passa, então, a ocupar um lugar central nos discursos públicos sobre democracia, justiça e direitos humanos, sendo frequentemente apresentada como condição para que os horrores da violência estatal não se repitam. Recordar deixa de significar apenas registrar o ocorrido e passa a ser concebido como um imperativo orientado ao futuro. Como observa Jelin (2020, p. 505), as inscrições do passado articulam experiências pretéritas e expectativas de futuro, mobilizando a memória como forma de ação no tempo presente diante da possibilidade de repetição das violências vividas.

É nesse enquadramento que se consolida a noção de “dever de memória”, entendida como um imperativo moral e político que passa a circular fortemente nos contextos pós-ditatoriais, articulando a preservação ativa do passado traumático à centralidade conferida às vítimas e à afirmação dos direitos humanos. Tal noção sustenta a ideia de que a lembrança

pública dos crimes cometidos pelo Estado desempenharia um papel simbólico e pedagógico na produção de sentidos sobre cidadania e democracia, convertendo as políticas de memória em instrumentos privilegiados de transmissão do passado e de orientação do futuro.

No entanto, a literatura tem problematizado os pressupostos normativos implicados nessa formulação. Caroline Bauer, por exemplo, chama atenção para os riscos associados à transformação da memória em dever, na medida em que a imposição de uma obrigação de lembrar pode obscurecer o caráter conflitivo e plural das disputas em torno do passado. Em oposição a essa perspectiva prescritiva, a autora propõe deslocar o foco do “dever de memória” para a noção de direito à memória, enfatizando a multiplicidade de vozes, experiências e demandas que atravessam os processos de elaboração do passado e recusando expectativas de consenso moral ou narrativo (BAUER, 2021).

Em sentido convergente, Virginia Vecchioli analisa o “dever de memória” não como um princípio ético a ser simplesmente afirmado, mas como um problema social e político, isto é, como uma categoria mobilizada por diferentes atores — estatais, militantes e institucionais — na organização de práticas, expectativas e políticas de memória. Ao deslocar o olhar do imperativo normativo para seus usos concretos, a autora evidencia como esse “dever” participa da definição de formas socialmente legitimadas de lembrar e das disputas que atravessam o campo memorial contemporâneo (VECCHIOLLI, in GALLO, 2021).

Quando institucionalizado no âmbito das políticas estatais, o “dever de memória” revela, assim, suas ambivalências. Se, por um lado, sustenta a condenação pública da violência e a promessa de um futuro democrático, por outro pode contribuir para a cristalização de narrativas dominantes sobre o passado, reduzindo o espaço para o dissenso, para o conflito interpretativo e para a pluralidade de experiências. Ao converter a lembrança em imperativo cívico e fundamento da legitimidade democrática, o dever de memória tende a estabilizar determinados enquadramentos narrativos como moralmente indiscutíveis, deslocando outras interpretações para posições marginais ou deslegitimadas.

A consolidação de uma memória oficial opera, nesses casos, de modo normativo: define quais eventos devem ser lembrados, quais categorias interpretativas são socialmente aceitáveis e quais formas de enunciação são reconhecidas como legítimas. Trata-se de um processo sutil de hierarquização simbólica, no qual certos testemunhos, experiências e leituras do passado adquirem centralidade pública, enquanto outros permanecem à margem ou são considerados inadequados ao consenso democrático estabelecido. Ao fazê-lo, o dever de memória pode transformar uma arena potencialmente plural de disputas em um campo

relativamente estabilizado, no qual o conflito não desaparece, mas se vê regulado por fronteiras discursivas previamente demarcadas.

O caráter normativo do “dever de memória” também envolve expectativas sobre o presente e o futuro, uma vez que as formas de recordar o passado orientam determinadas concepções sobre a sociedade que se pretende construir. Nesse sentido, as políticas de memória intervêm no presente a partir de determinados projetos de futuro e concepções de sociedade. Reconhecer esse horizonte normativo implica, portanto, atentar para os riscos e as ambiguidades que atravessam as práticas memoriais quando estas se dissociam de um engajamento crítico com o presente. A mera existência de políticas de memória não assegura, por si só, que os horrores do passado não se repitam, tampouco garante a preservação de seus sentidos críticos ao longo do tempo. As ações memoriais são sempre passíveis de deslocamento semântico: seus significados podem ser reapropriados por novos discursos, reconfigurados em contextos políticos distintos ou mesmo esvaziados de seu potencial transformador. Como alerta Hugo Vezzetti (2012, p. 35), a memória pode converter-se tanto em repetição quanto em esquecimento quando desvinculada das responsabilidades e tarefas do presente. Nesses casos, o passado tende a ser ritualizado ou neutralizado, transformando-se em objeto de consumo simbólico ou em narrativa consensual, incapaz de produzir fricções no campo do social e do político.

Essa instabilidade é constitutiva das dinâmicas memoriais. Como observa Andreas Huyssen (2000), a memória não pode ser definitivamente protegida ou armazenada: monumentos podem ser derrubados, comemorações podem perder centralidade, lugares de memória podem tornar-se invisíveis no espaço público ou ter seus sentidos progressivamente obscurecidos, enquanto novos atores e demandas sociais passam a disputar as marcas do passado. Longe de indicar um fracasso, esses deslocamentos evidenciam que a memória opera sempre em um campo de forças, no qual seus usos, significados e efeitos permanecem abertos à contestação e à reconfiguração.

Podem também ocorrer usos e abusos das narrativas do passado, já que “a gestão da memória não é um privilégio de sociedades com valores democráticos, igualitários, de justiça e de proteção aos direitos humanos” (BAUER, 2021, p. 21). Em contextos de instabilidade política ou avanço de discursos autoritários, iniciativas memoriais podem ser mobilizadas para fins de revanche, revisionismo ou reafirmação de identidades excludentes. Desse modo, a superabundância de discursos memorialísticos — especialmente quando esvaziados de sentido crítico — pode ser tão prejudicial quanto o silêncio, pois contribui para a banalização do passado ou sua apropriação distorcida. Como a memória envolve sempre uma tensão entre

lembrar e esquecer, nem todas as formas de rememoração são igualmente desejáveis ou emancipadoras.

Nesse sentido, Todorov (2000) propõe uma distinção fundamental entre usos legítimos e ilegítimos da memória. Recordar, para ele, não é um valor em si, mas um ato político cuja legitimidade depende da forma e da finalidade com que é realizado. Isso implica avaliar criticamente que tipo de passado se está recuperando, com quais propósitos e a serviço de quem. No caso argentino — onde coexistem políticas de reparação com discursos negacionistas e tentativas de reabilitar figuras da repressão — fica evidente que a simples existência de políticas de memória não basta para assegurar a superação dos legados autoritários. Ao contrário, o passado permanece um terreno em disputa, onde se decide não apenas o que lembrar, mas sobretudo como lembrar, por quê e para quem.

É justamente essa dimensão situada dos usos do passado que permite compreender a constituição do campo da memória na Argentina como resultado de um processo histórico no qual diferentes atores, instituições e iniciativas contribuíram para definir formas de nomear, interpretar e transmitir a violência da ditadura. A criação da CONADEP, a publicação do *Nunca Más*, o *Juicio a las Juntas* e, posteriormente, a ampliação das políticas de memória estabeleceram referências fundamentais para o reconhecimento público dos crimes e para a responsabilização de seus agentes. Esses processos, contudo, também produziram enquadramentos específicos para a elaboração do passado, cujos sentidos permanecem sujeitos a reapropriações e deslocamentos conforme as condições políticas do presente.

A análise desse processo exige, portanto, atenção às formas concretas pelas quais diferentes atores e iniciativas participam da produção e da circulação de representações sobre a ditadura. Documentos, testemunhos, arquivos, espaços e outras formas de registro contribuem para selecionar, organizar e tornar visíveis determinadas experiências da violência estatal. Os antigos centros clandestinos de detenção ocupam um lugar específico nesse processo: sua materialidade esteve diretamente implicada nas práticas de repressão e, posteriormente, tornou-se objeto de investigação judicial, documentação, testemunho e elaboração memorial. As diferentes formas de representar esses espaços participam, assim, da construção dos sentidos atribuídos à violência que neles ocorreu e das maneiras pelas quais essa experiência pode ser transmitida.

É nesse conjunto de práticas e disputas que se situam as reconstruções virtuais de antigos centros clandestinos de detenção examinadas nesta tese. Ao mobilizar modelos tridimensionais, documentos, testemunhos e diferentes formas de representação espacial, essas iniciativas retomam uma questão que acompanha a elaboração pública da ditadura:

como representar e transmitir experiências associadas a espaços cuja materialidade foi destruída, transformada ou permanece inacessível? A questão conduz à análise dos enquadramentos narrativos e dos atores que participam da elaboração dessas representações, abrindo caminho para compreender como diferentes formas de mediação contribuem para produzir sentidos sobre o passado recente.

1.2 A elaboração do passado: enquadramentos narrativos e empreendedores de memória

Se a seção anterior buscou situar a constituição do campo da memória na Argentina a partir das articulações entre justiça, política e disputas em torno do passado traumático, esta seção desloca o foco da análise para as formas por meio das quais esse passado passou a ser narrado, registrado e tornado visível no espaço público. Trata-se, portanto, de examinar não apenas o que foi dito sobre a violência estatal, mas os modos pelos quais tais enunciações se organizaram, se estabilizaram e adquiriram legitimidade, conformando matrizes narrativas e regimes de visibilidade⁵ por meio das quais determinadas leituras do passado se tornaram socialmente inteligíveis. Interessa compreender, assim, como se produziram certos enquadramentos narrativos que estruturaram as condições de possibilidade das políticas de memória nas décadas seguintes.

No contexto imediato ao fim da ditadura, a elaboração pública do passado desenvolveu-se em meio a disputas intensas acerca do que deveria ser lembrado, sob quais termos e com que efeitos. A luta por memória, inicialmente vinculada à resistência à repressão e à denúncia do desaparecimento forçado de pessoas, constituiu-se como enfrentamento ao silêncio e a versões oficiais que buscavam encobrir ou distorcer a violência estatal. Ao longo do processo de redemocratização, contudo, essa disputa se ampliou: além da preservação dos acontecimentos traumáticos, passou a envolver a elaboração de uma narrativa capaz de atribuir responsabilidades institucionais e inscrever o terrorismo de Estado em um horizonte normativo compartilhado. Colocava-se, então, o problema dos critérios, valores e procedimentos que deveriam orientar esse trabalho de memória no novo cenário democrático (VEZZETTI, 2012, p. 21-23).

⁵ Entendo aqui “regimes de visibilidade” como distribuições históricas do que pode aparecer, ser dito e ser reconhecido no espaço comum, em diálogo com a noção de “partilha do sensível” proposta por Jacques Rancière (2005).

Como destaca Michael Pollak (1989), a memória é fruto de um trabalho social de enquadramento: ela constitui uma prática seletiva e orientada pelos embates do presente. Nessa perspectiva, torna-se necessário examinar as linguagens, os suportes e as formas de inscrição que tornam possível sua enunciação, uma vez que os sentidos atribuídos a acontecimentos pretéritos são produzidos por meios materiais e simbólicos que organizam aquilo que pode ser lembrado, contado e compartilhado.

Nesse horizonte, torna-se necessário considerar os meios através dos quais o passado é narrado, preservado, disputado e transmitido, entendendo-os como dimensões constitutivas das formas de narrar e dos regimes de visibilidade que orientam sua circulação. Mais do que simples suportes de registro ou transmissão, esses dispositivos participam da configuração das formas pelas quais o passado se torna inteligível e socialmente compartilhável. Como argumenta Astrid Erll (2012), toda memória depende de formas de inscrição e circulação que condicionam tanto sua elaboração quanto seus modos de recepção.

Essa perspectiva implica reconhecer que recordar não equivale a recuperar fatos, mas a produzi-los narrativamente em contextos sociais específicos. Como propõe Elizabeth Jelin (2020), a memória se constitui na medida em que sujeitos e coletividades compartilham marcos culturais que lhes permitem materializar sentidos sobre o passado em produtos, práticas e performances, evidenciando seu caráter socialmente situado e disputado. Nessa mesma direção, Beatriz Sarlo (2007) sublinha que toda narrativa retrospectiva é necessariamente mediada, mesmo quando elaborada por aqueles que vivenciaram diretamente os acontecimentos, pois recordar implica sempre traduzir a experiência em linguagem.

Compreender a memória a partir de sua medialidade implica, portanto, deslocar o eixo da análise dos acontecimentos históricos considerados em si mesmos para as formas por meio das quais eles são narrados, inscritos e tornados socialmente inteligíveis. Para além de simples suportes de registro, essas formas de mediação participam da produção de enquadramentos interpretativos que orientam leituras do passado no presente, incidindo sobre percepções públicas, sensibilidades sociais e horizontes normativos. Nessa perspectiva, determinados artefatos deixam de figurar apenas como fontes sobre o ocorrido e passam a ser examinados como instâncias de mediação que intervêm ativamente na constituição de seus sentidos históricos.

Desse modo, os acontecimentos mencionados na seção anterior como marcos históricos e políticos do processo de redemocratização argentina podem, agora, ser reexaminados a partir de outro ângulo analítico. Trata-se da criação da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), cujo trabalho resultou no relatório *Nunca*

Más (1984), e do *Juicio a las Juntas* (1985), responsável por julgar os principais comandantes das Forças Armadas. Se antes foram mobilizados sobretudo como eventos decisivos no plano institucional da transição, interessa agora considerá-los como instâncias de mediação do passado, isto é, como arranjos institucionais que estabeleceram procedimentos específicos de registro, critérios de validação da verdade e espaços autorizados de enunciação.

Sob essa ótica, tanto o *Nunca Más* quanto o *Juicio a las Juntas* contribuíram para configurar regimes particulares de visibilidade da violência de Estado — no sentido proposto por Rancière (2005) —, ao estabelecer formas de tornar determinados acontecimentos, testemunhos e documentos publicamente legíveis. Ao articular testemunho, documentação e autoridade institucional, essas iniciativas produziram parâmetros de reconhecimento do terrorismo de Estado cujos efeitos ultrapassaram o momento da transição, projetando-se sobre disputas memoriais e políticas posteriores.

O relatório *Nunca Más*, longe de se limitar à condição de documento estatal voltado à apuração das violações de direitos humanos perpetradas entre 1976 e 1983, configurou-se como uma instância decisiva de mediação narrativa, responsável por ordenar testemunhos, hierarquizar evidências e estabelecer uma moldura interpretativa capaz de conferir inteligibilidade ao passado repressivo. Publicado em 1984, o texto sistematizou informações e instituiu formas específicas de apreensão pública da violência ao fixar categorias analíticas e circunscrever responsabilidades, oferecendo um repertório discursivo a partir do qual esse passado pôde ser nomeado e reconhecido socialmente. É nesse sentido que se tornam perceptíveis dois efeitos centrais de sua intervenção: por um lado, a centralidade conferida à figura do desaparecido como eixo interpretativo do terrorismo de Estado; por outro, a constituição de uma cena pública de enunciação que devolvia protagonismo à sociedade civil ao integrá-la diretamente ao processo de produção narrativa do relatório.

Estruturado em torno da tarefa de narrar o destino dos desaparecidos — o que havia acontecido com eles, como e em que circunstâncias —, o informe contribuiu decisivamente para que as representações sociais da repressão passassem a gravitar em torno dessa figura, deslocamento já assinalado por Emilio Crenzel (2008) e também destacado por Hugo Vezzetti (2012) em suas análises sobre os efeitos públicos do relatório. Nessa perspectiva, a força histórica do documento ultrapassa sua dimensão documental e se manifesta em sua capacidade de reorganizar simbolicamente o passado recente.

Como observa Vezzetti, o *Nunca Más* operou como um acontecimento reordenador das significações desse passado, convertendo-se em polo de referência para os trabalhos da memória (2012, p. 28). Essa dimensão estruturante tem sido igualmente enfatizada por

Elizabeth Jelin (2002), ao demonstrar como as narrativas institucionais do período de transição contribuíram para estabilizar certos marcos interpretativos a partir dos quais as disputas memoriais passaram a se organizar. Ao articular a legitimidade do novo ciclo democrático à causa dos direitos humanos, o relatório, além de registrar as violações ocorridas, instituiu um horizonte ético-político de leitura, convertendo-se simultaneamente em arquivo, narrativa e intervenção.

Tal operação implicou também a constituição de um espaço de participação social mediado pelo testemunho. A convocação de vítimas e familiares contribuiu para a coleta de provas jurídicas e, ao mesmo tempo, instaurou uma cena pública de escuta que reposicionava esses sujeitos como agentes autorizados da narrativa sobre o passado. Nesse processo, o relatório operou como instância de mediação ao transformar relatos individuais em um corpus compartilhado de significação histórica, configurando um repertório interpretativo que passaria a orientar tanto debates públicos quanto iniciativas posteriores de memorialização. Essa dinâmica aproxima-se do que Ludmila da Silva Catela (2001) analisa em relação ao papel dos arquivos e testemunhos na construção social das memórias da violência de Estado, evidenciando como essas práticas participam da produção pública de narrativas legitimadas sobre o passado repressivo.

Ademais, além de organizar um arquivo documental sobre a repressão, o relatório final da comissão também constituiu um corpo de provas que estabelecia uma conexão direta entre a produção de memória e a ação judicial. Ao reunir testemunhos, documentos e evidências, o informe estruturava um repertório probatório que viria a desempenhar papel decisivo na viabilização de processos judiciais posteriores, articulando práticas de documentação, denúncia e responsabilização no contexto da justiça de transição — dinâmica observada por Kathryn Sikkink (2011) em sua análise sobre os processos de accountability por violações de direitos humanos.

Nesse sentido, a realização do julgamento dos comandantes das juntas militares em 1985, conhecido como *Juicio a las Juntas*, pode ser compreendida menos como um desdobramento meramente institucional do trabalho da comissão e mais como a passagem desse repertório narrativo para outro regime de mediação do passado: o espaço público do tribunal. Se o relatório havia organizado uma gramática documental da violência de Estado, o julgamento a reinscrevia em uma cena performativa, na qual testemunhos, acusações e sentenças eram encenados diante da sociedade como atos de enunciação pública sobre o ocorrido — dimensão que a historiografia tem destacado ao enfatizar simultaneamente o caráter midiático, ritual e coletivo desses processos.

Embora não tenha tornado conhecidos fatos substantivamente distintos daqueles já sistematizados pelo relatório, o processo introduziu um elemento decisivo: a dimensão pública e performativa da justiça em ato. Frequentemente descrita como “teatral”, essa dimensão indica que os efeitos simbólicos do julgamento ultrapassavam a administração jurídica e se aproximavam de um acontecimento de caráter fundacional, cuja força retrospectiva lhe conferiria estatuto quase mítico, como observam Claudia Feld (2002) ao analisar a visibilidade midiática do julgamento e Hugo Vezzetti (2012) ao interpretá-lo como cena histórica de elaboração coletiva do passado. A audiência judicial funcionava, assim, como instância de visibilidade e deliberação que convertia provas em narrativa pública e testemunhos em acontecimentos compartilhados, reinscrevendo as vítimas em uma comunidade política mediada pela lei. Nessa operação, além de julgar crimes, o processo produzia um enquadramento interpretativo para o passado recente, no qual a violência estatal era narrada sob a autoridade do direito e sob a legitimação do novo regime democrático.

Com isso, o julgamento sancionava responsabilidades individuais e instaurava um horizonte de leitura historicamente eficaz: subordinava simbolicamente a força militar à autoridade civil, desestabilizava discursos justificadores da ditadura e contribuía para consolidar um consenso interpretativo acerca do seu caráter ilegítimo (VEZZETTI, 2012; CRENZEL, 2008). Sua potência histórica, portanto, residiu na capacidade de reencenar publicamente o passado sob novas regras de inteligibilidade e reconhecimento (FELD, 2002). É precisamente nessa dimensão — isto é, na articulação entre intervenção institucional e mobilização social — que o julgamento revela uma dinâmica mais ampla que ultrapassa o próprio evento e permite situá-lo no interior de um processo histórico mais abrangente.

Tanto o julgamento das juntas militares quanto o relatório *Nunca Más* podem ser compreendidos como expressões de um mesmo processo relacional, estruturado por dinâmicas simultâneas e mutuamente constitutivas: ao mesmo tempo em que setores da sociedade civil se mobilizavam para resgatar, preservar e tornar públicas as marcas das violências cometidas, instâncias estatais e jurídicas eram continuamente interpeladas a reconhecer tais violações e a inscrevê-las em registros institucionais capazes de produzir formas socialmente legitimadas de nomeação e enquadramento do passado repressivo (CRENZEL, 2008). Nesse percurso, se a intervenção judicial assumiu papel decisivo ao converter-se em um dos eixos organizadores das formas públicas de elaboração do passado ditatorial, tal centralidade só se tornou possível porque familiares de vítimas, organizações de direitos humanos e outros atores sociais tensionaram o espaço público e consolidaram a legitimidade dessas demandas na agenda política da transição (JELIN, 2002).

Nessa perspectiva, a centralidade assumida pela arena judicial no caso argentino não deve ser interpretada como resultado exclusivo de decisões estatais, mas como efeito de uma articulação histórica na qual mobilização social e institucionalização jurídica se reforçaram reciprocamente. Como observa Elizabeth Jelin (2020, p. 509), “En Argentina hubo juicios cuando en otros lugares se decretaban amnistías.” Essa singularidade indica que as reivindicações por memória e justiça, inicialmente exercidas como pressão sobre o Estado desde fora de suas estruturas, passaram progressivamente a integrar suas próprias linguagens de legitimação, configurando um processo de retroalimentação no qual as fronteiras entre demanda social e resposta institucional se tornaram porosas.

Diversos autores assinalam que tais processos participaram da formulação de um novo pacto entre Estado e sociedade, simbolicamente condensado na fórmula do “*Nunca Más*” (HILB, 2018; CRENZEL, 2015; VEZZETTI, 2012). Mais do que recuperar acontecimentos pretéritos, eles reconfiguraram os próprios enquadramentos interpretativos por meio dos quais esse passado se tornava inteligível, tornando certas perguntas socialmente formuláveis e, simultaneamente, delimitando os contornos do dizível sobre a experiência ditatorial. Ao instaurarem matrizes duráveis de interpretação em resposta às disputas da transição, alteraram as condições históricas de elaboração pública do passado, produzindo uma inflexão no próprio campo das lutas por direitos humanos, até então majoritariamente sustentado por atores da sociedade civil e progressivamente incorporado a agendas estatais e políticas públicas.

É nesse ponto que se torna necessário deslocar o foco da análise para os atores que operam esses enquadramentos e disputam os sentidos do passado no espaço público. Como propõe Elizabeth Jelin (2002), os processos de abertura política instauram um cenário de disputas no qual múltiplos agentes intervêm ativamente na produção, circulação e estabilização de interpretações sobre o passado. Nesse contexto, a autora introduz a noção de “empreendedores de memória” para designar aqueles sujeitos — individuais e coletivos — que se mobilizam para construir, sustentar e promover determinadas leituras dos acontecimentos pretéritos no espaço público.

No caso argentino, essas disputas assumiram uma densidade particular, na medida em que a construção da memória sobre o passado repressivo esteve, desde o início, fortemente ancorada na atuação de organismos de direitos humanos, familiares de desaparecidos e outros atores sociais que, ainda durante a ditadura, organizaram denúncias, articularam redes transnacionais e produziram formas de visibilização dos crimes de Estado. Essas iniciativas podem ser compreendidas como parte de um campo de disputas no qual diferentes atores buscam inscrever suas interpretações do passado no espaço público, mobilizando recursos

simbólicos, jurídicos e políticos. Nesse contexto, tais intervenções confrontaram o silêncio imposto pela ditadura e contribuíram para a consolidação de categorias interpretativas — como “desaparecimento forçado” e “terrorismo de Estado” — que se tornariam centrais nas disputas posteriores e na estruturação das demandas por verdade e justiça (JELIN, 2002; CRENZEL, 2008).

Com o processo de redemocratização, essas formas de mobilização foram reconfiguradas em novas arenas de atuação. Ao longo da transição, organismos de direitos humanos como as *Madres e Abuelas de Plaza de Mayo*, ao lado de familiares, sobreviventes e militantes, mantiveram uma presença constante no espaço público, sustentando demandas por memória, verdade e justiça e resistindo a iniciativas de esquecimento e impunidade. Por meio de marchas, denúncias públicas, intervenções simbólicas e articulações políticas, esses atores pressionaram o Estado e contribuíram ativamente para moldar os termos nos quais o passado ditatorial passou a ser publicamente discutido. Nesse sentido, a atuação do movimento de direitos humanos foi fundamental para a construção da nova democracia argentina, mantendo vivas as demandas de justiça, memória e reparação no espaço público (JELIN, 2020; VEZZETTI, 2012).

Essa atuação contínua ajuda a compreender por que as disputas em torno da memória da ditadura permaneceram centrais na vida pública argentina mesmo após a consolidação democrática. A produção de marcos interpretativos como o relatório *Nunca Más* exemplifica os processos pelos quais determinadas narrativas sobre o passado repressivo adquiriram legitimidade e circulação ampliada, sem que isso eliminasse conflitos, disputas e reinterpretações posteriores (CRENZEL, 2008). Nesse percurso, organismos de direitos humanos, familiares de desaparecidos e outros atores sociais mantiveram-se como agentes fundamentais na sustentação pública das demandas por memória, verdade e justiça, intervindo continuamente nas formas de nomeação, visibilidade e elaboração social da violência estatal em diferentes conjunturas desde a redemocratização até o presente (JELIN, 2002; VEZZETTI, 2012).

Ao longo das décadas seguintes, essa dinâmica se desdobrou em novas formas de articulação entre sociedade civil e Estado. A partir dos anos 2000, especialmente durante os governos Kirchner, assistiu-se à institucionalização de uma série de políticas públicas de memória — incluindo a criação de espaços de memória em ex-centros clandestinos de detenção, a abertura de arquivos e a incorporação de marcos comemorativos ao calendário oficial — que foram amplamente impulsionadas por demandas historicamente sustentadas por esses atores (DA SILVA CATELA, 2014). Esse processo evidencia a continuidade das

disputas e negociações que acompanharam a incorporação dessas demandas ao Estado, por meio das quais diferentes empreendedores de memória atuaram na tradução e reconfiguração dessas agendas no interior do aparato estatal. Como destaca Cinthia Balé (2020, p. 21), a intervenção estatal é decisiva na configuração dos sentidos do passado, na medida em que habilita certas narrativas como visões autorizadas, ao mesmo tempo em que marginaliza ou deslegitima outras.

Nesse sentido, a análise dos empreendedores de memória permite compreender que os enquadramentos discutidos anteriormente resultam de processos historicamente situados de mobilização, disputa e articulação. Ao mesmo tempo, evidencia que a atuação desses atores se desenvolve em estreita relação com os dispositivos, instituições e matrizes narrativas que condicionam as formas de visibilidade do passado. É nesse entrelaçamento entre ação, mediação e enquadramento que se definem as condições pelas quais certas interpretações se tornam dominantes, enquanto outras são marginalizadas, questão que será retomada, sob outra perspectiva, na análise dos dispositivos de mediação no capítulo seguinte.

É a partir desse processo de constituição das condições de elaboração pública do passado que o *Nunca Más* e o julgamento das juntas podem ser retomados como momentos decisivos da experiência pós-ditatorial argentina. Além de se constituírem como marcos institucionais da transição, essas iniciativas contribuíram para consolidar enquadramentos narrativos que reordenaram o horizonte de ação política e simbólica do período. Ao produzirem gramáticas de interpretação, repertórios probatórios e cenas públicas de enunciação, contribuíram para constituir aquilo que, mobilizando a noção de “campo de possibilidades” proposta por Fernando Perlatto (2023) em sua análise do caso brasileiro, pode ser descrito como um horizonte historicamente situado de condições discursivas, jurídicas e políticas que delimitam o que se torna possível, legítimo e inteligível em determinado contexto. Como observa o autor, transformações conjunturais podem expandir ou contrair esse campo, redefinindo as condições de atuação dos diferentes atores — perspectiva que permite compreender tais iniciativas argentinas não apenas como respostas ao contexto de transição, mas como intervenções que contribuíram decisivamente para configurá-lo.

Essa configuração das condições de elaboração pública do passado ajuda a situar as formas posteriores de mobilização e institucionalização das demandas por memória, verdade e justiça no processo de consolidação das políticas públicas de memória iniciado durante a transição democrática e posteriormente ampliado em diferentes conjunturas (KREFT; SAUX; LAUZÁN, 2011). A expansão de iniciativas memoriais nas décadas seguintes expressa a continuidade e a reatualização de matrizes interpretativas consolidadas naquele momento, que

seguiram condicionando os modos de nomeação, visibilidade e inteligibilidade da violência estatal para diferentes empreendedores de memória, tanto no âmbito estatal quanto na sociedade civil.

Entre esses desdobramentos, observa-se a multiplicação de iniciativas voltadas à inscrição pública dessas memórias em diferentes escalas e suportes. Desde a criação de comissões pela memória em espaços sociais diversos, ainda nos anos 1990 (CRENZEL, 2015)⁶, até sua posterior institucionalização em políticas públicas mais amplas a partir dos anos 2000, essas experiências indicam a expansão das práticas de elaboração do passado para além do aparato estatal, por meio da atuação contínua de diferentes atores na tradução, circulação e reconfiguração dos enquadramentos em contextos específicos.

Esse processo se expressa também na materialização dessas disputas em espaços e suportes diversos, incluindo a marcação de lugares vinculados à repressão e a produção de registros sistemáticos sobre esses locais. A transformação de espaços como a *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA) em sítios de memória exemplifica esse movimento, no qual edifícios antes associados à clandestinidade e à violência estatal passam a funcionar como suportes públicos de inscrição do passado. Essas práticas prolongam e reconfiguram as condições de visibilidade da violência, à medida que diferentes atores intervêm na produção de evidências, na construção de narrativas e na disputa por reconhecimento.

Esse alargamento dos espaços e suportes de elaboração do passado também envolve formas de mediação que deslocam essas disputas para ambientes digitais. As reconstruções virtuais de ex-centros clandestinos de detenção, objeto desta pesquisa, inscrevem-se nesse processo ao mobilizar recursos tecnológicos para produzir novas formas de representação, acesso e inteligibilidade de espaços marcados pela violência estatal. Sua emergência permite observar como enquadramentos historicamente constituídos são retomados, reconfigurados e tensionados quando transpostos para outros dispositivos de mediação.

A multiplicação de linguagens, suportes e práticas memoriais decorre, assim, de um processo histórico no qual diferentes empreendedores de memória atuam sobre enquadramentos já constituídos, reconfigurando seus sentidos e seus modos de circulação. As formas contemporâneas de elaboração do passado se desenvolvem nesse campo de condições históricas, no qual determinadas interpretações adquirem maior reconhecimento e outras permanecem sujeitas à disputa e à contestação.

⁶ Tais iniciativas incluíram a formação de comissões pela memória em escolas, universidades, sindicatos e bairros, voltadas à reconstrução das trajetórias de desaparecidos políticos e à produção de registros locais sobre a repressão, evidenciando a capilarização dessas práticas para além do âmbito estatal (CRENZEL, 2015).

Assim, os processos analisados nesta seção configuram um limiar: o momento em que se estabelecem condições históricas, políticas e simbólicas que tornam possíveis, ao mesmo tempo em que limitam, diferentes formas de enunciação, visibilidade e disputa em torno do passado recente. É nesse horizonte que se inscrevem as reconstruções virtuais dos ex-centros clandestinos de detenção, cuja análise permitirá examinar como essas condições históricas são retomadas e transformadas em novos dispositivos de mediação.

1.3 Disputas, silêncios e limites da justiça no pós-ditadura

“No hay soluciones perfectas para la salida del horror; no hay tampoco verdades sencillas para pasados complejos” (HILB, 2018, p. 166).

Se as seções anteriores procuraram demonstrar como, no contexto da transição democrática argentina, determinadas matrizes narrativas e dispositivos jurídico-institucionais contribuíram para estruturar um campo de disputas em torno do passado ditatorial, a advertência formulada por Hilb (2018) convida a deslocar o olhar para seus limites, fraturas e zonas de indeterminação. A consolidação pública de uma narrativa sobre o terrorismo de Estado — ancorada tanto no relatório da CONADEP quanto no julgamento das juntas militares — não implicou a estabilização definitiva desse campo, nem a superação linear dos conflitos herdados da ditadura.

Frequentemente evocada como paradigma no âmbito das políticas de memória e justiça na América Latina, a experiência argentina foi atravessada por negociações, retrocessos e pactos que evidenciam o caráter contingente da própria democratização. Leis de impunidade, indultos presidenciais e hiatos prolongados na persecução penal dos crimes da ditadura produziram fraturas que ultrapassaram o plano jurídico, incidindo diretamente sobre a esfera pública e reabrindo disputas em torno da responsabilidade estatal, da legitimidade das vítimas e dos sentidos atribuídos à violência política. Em vez de seguir um percurso cumulativo, o processo revelou que o chamado “avanço” da justiça esteve sempre condicionado por correlações de força instáveis, expondo a precariedade das garantias democráticas no imediato pós-ditadura.

É nesse horizonte que esta seção propõe examinar as “transições imperfeitas” a partir de seu caráter constitutivo da própria configuração democrática argentina, afastando-se de

uma leitura que as toma como desvio em relação a um modelo ideal de justiça. Ao enfatizar os limites da justiça no pós-ditadura, busca-se romper com leituras teleológicas que apresentem o percurso argentino como trajetória linear de esclarecimento e reparação. Argumenta-se, ao contrário, que o campo da memória se constituiu e se reconfigurou precisamente a partir dessas interrupções, silêncios e reaberturas sucessivas — momentos nos quais se tornaram visíveis as assimetrias de poder e as disputas pela autoridade de narrar o passado.

Apesar dos discutidos avanços promovidos pela justiça de transição, a incorporação das Forças Armadas ao novo regime democrático impôs restrições significativas à aplicação de medidas de responsabilização retroativa, revelando que a democratização não eliminou de imediato as heranças institucionais do autoritarismo. Como observa Vezzetti (2012, p. 24), “todas las transiciones de regímenes de dictadura a democracia son impuras e insatisfactorias: son tanto más insatisfactorias cuanto más graves y extendidos hayan sido los crímenes”. Mais do que constatar a incompletude desses processos, importa reconhecer que tais “impurezas” estruturaram o próprio campo das disputas memoriais, configurando-o como arena permanentemente tensionada, na qual diferentes atores buscam estabilizar interpretações concorrentes sob condições políticas mutáveis.

Foi nesse contexto de limites institucionais e de disputas persistentes em torno da responsabilização pelos crimes da ditadura que a evocação pública do passado recente adquiriu centralidade na cena política argentina. Conforme discutido nas seções anteriores, a memória do terrorismo de Estado tornou-se um recurso fundamental para a construção de um horizonte normativo de condenação das violações aos direitos humanos e de afirmação da necessidade de justiça. Contudo, essa eficácia política da memória não se produziu sem tensões nem exclusões. Ao contrário, ela esteve condicionada a operações seletivas de visibilização e silenciamento que possibilitaram estabilizar, ainda que provisoriamente, certos enquadramentos interpretativos do passado. Nesse sentido, como observa Huyssen (2014), tornou-se necessário “esquecer” os atentados da guerrilha urbana do início da década de 1970 para viabilizar uma narrativa pública capaz de reunir apoios mais amplos em um contexto ainda marcado pela presença e pela pressão das Forças Armadas.

Esse deslocamento pode ser observado de maneira particularmente clara no relatório da CONADEP. O *Nunca Más* privilegiou a descrição sistemática das violações cometidas pelo aparato repressivo estatal, mas evitou incorporar de forma substantiva a trajetória política pregressa dos desaparecidos, suas filiações partidárias ou sua participação em agrupamentos armados. A classificação das vítimas segundo critérios etários, ocupacionais e de gênero

evidenciava a amplitude social da repressão e contribuía para inscrevê-la como experiência que atravessou múltiplos setores da sociedade (CRENZEL, 2008). Ao enfatizar a condição de vítima em chave humanitária, o relatório produziu um enquadramento no qual a dimensão político-militante de parte dessas trajetórias perde centralidade na narrativa pública. Esse regime de inteligibilidade favoreceu a construção de uma separação moral entre o terrorismo de Estado e a violência insurgente, estabelecendo uma assimetria normativa que se tornaria estruturante nas disputas em torno da memória da transição (VEZZETTI, 2012).

Essa centralidade atribuída à condição de vítima, em detrimento da militância política, não deve ser compreendida apenas como omissão factual, tampouco como resultado de uma decisão unilateral e transparente. Ela se inscreve em um contexto marcado por intensas disputas acerca da interpretação da violência e pela necessidade de estabelecer critérios públicos de legitimidade para a condenação do terrorismo de Estado. Nesse cenário, a linguagem dos direitos humanos ofereceu um vocabulário moral capaz de ampliar consensos e produzir inteligibilidade social para a denúncia das violações, ainda que isso implicasse a redução da complexidade das trajetórias políticas de parte dos desaparecidos. A memória pública da transição, portanto, operou por meio de seleções estratégicas, politicamente eficazes, embora historicamente parciais, cujo efeito não se confundiu com o simples apagamento. Como argumenta Huyssen (2014), memória e esquecimento se articulam como processos imbricados, nos quais lembrar implica necessariamente relegar determinadas camadas do passado — camadas que permanecem politicamente significativas.

Essa dimensão seletiva da memória cultural foi igualmente destacada por Aleida Assmann (2011), ao enfatizar que toda narrativa coletiva se organiza por meio de mecanismos de filtragem e hierarquização que tornam possível sua circulação social. No caso argentino, tais operações contribuíram para estabilizar determinados enquadramentos públicos sobre o passado repressivo, produzindo formas socialmente compartilháveis de reconhecimento da violência estatal e delimitando os marcos de inteligibilidade a partir dos quais a ditadura passou a ser narrada no espaço democrático. O que se apresentou como consenso nacional foi, assim, resultado de um arranjo contingente, sustentado por operações de enquadramento que reorganizaram o conflito sem suprimi-lo.

Além do relatório da CONADEP, o *Juicio a las Juntas* também desempenhou papel decisivo na consolidação dos enquadramentos públicos sobre a violência recente. Como analisam Acuña e Smulovitz (1995), o julgamento inscreveu-se em um delicado equilíbrio nas relações civis-militares, buscando afirmar a autoridade do novo governo democrático sem provocar uma ruptura institucional. Conforme observa Vezzetti (2012), embora o processo

tenha representado um marco na responsabilização dos comandantes militares, ele também dialogava com uma leitura que situava a violência estatal no horizonte mais amplo do confronto com a insurgência armada.

Se, em nível institucional, o julgamento contribuiu para estabilizar determinados enquadramentos sobre o passado recente, em seu funcionamento interno ele também se constituiu como arena de disputa em torno da definição de cidadania e da legitimidade política das vítimas. Enquanto muitas testemunhas evitaram explicitar vínculos político-partidários dos desaparecidos, reforçando sua condição de sujeitos de direitos violados, as estratégias das defesas buscaram justamente evidenciar tais conexões, questionando sua inscrição plena na comunidade política. Como demonstra Crenzel (2008), o espaço judicial operou, assim, como lugar de negociação dos limites da cidadania na democracia nascente.

Essa dinâmica confirma que as memórias sobre o passado recente não se estruturaram como narrativas homogêneas ou definitivas; são construções provisórias, atravessadas por disputas simbólicas e dependentes de condições políticas específicas. . A aparente estabilização da figura da vítima não eliminou as tensões subjacentes, que passaram a se manifestar em outros planos do debate público. Ao delimitar com nitidez a condenação do terrorismo de Estado, a narrativa humanitária deixou em aberto — e, em certa medida, intensificou — a controvérsia sobre como interpretar a violência revolucionária e sua relação com o ciclo repressivo.

É precisamente nesse ponto de fratura que ganhou visibilidade uma forma específica de interpretar o período, posteriormente conhecida como “teoria dos dois demônios”. Tal formulação buscava apresentar a violência estatal como reação — ainda que desmedida — à ameaça representada pelas organizações armadas, estabelecendo uma equivalência moral entre os polos em confronto. Como observa Hugo Vezzetti, essa leitura contribuiu para inscrever a violência política dos anos 1970 na chave de um enfrentamento entre forças antagônicas, deslocando o debate da singularidade do terrorismo de Estado para uma interpretação mais ampla de conflito entre violências contrapostas (VEZZETTI, 2002; 2012).

Essa mesma tensão pode ser observada no prólogo do relatório *Nunca Más*. Ao afirmar que o país havia sido atravessado por uma escalada de violência proveniente de “ambos os extremos”, o texto inscrevia os acontecimentos dos anos 1970 em uma narrativa de confronto entre forças antagônicas. Como demonstra Crenzel (2008), essa formulação coexistia com a centralidade atribuída à denúncia do terrorismo de Estado e à produção de um repertório humanitário de reconhecimento das vítimas. O relatório articulava, assim, registros interpretativos parcialmente distintos: de um lado, afirmava a especificidade e a gravidade da

violência estatal; de outro, situava essa violência em um quadro mais amplo de conflito político e social. Longe de constituir uma contradição meramente discursiva, essa coexistência expressava as disputas e ambiguidades que marcaram os processos de elaboração pública do passado no contexto da transição democrática.

Tal enquadramento encontrou ressonância no contexto político da transição e se articulou às decisões adotadas durante o governo de Raúl Alfonsín⁷, que, por meio dos decretos 157 e 158 de 1983, determinou o processamento tanto das Juntas militares quanto de dirigentes das organizações armadas. Como analisam Acuña e Smulovitz, essa estratégia fazia parte de um delicado equilíbrio nas relações civis-militares e buscava viabilizar o avanço da agenda de justiça sem comprometer a estabilidade institucional do novo regime democrático (ACUÑA; SMULOVITZ, 1995).

Essa leitura, no entanto, foi objeto de críticas consistentes, sobretudo por parte de organizações de direitos humanos e de setores da produção acadêmica, que apontaram os riscos de uma equivalência moral entre atores estatais e organizações insurgentes. Ao minimizar a especificidade do terrorismo de Estado, tal formulação tenderia a obscurecer a assimetria constitutiva entre um aparato repressivo que detinha o monopólio legítimo da força e grupos armados que atuavam à margem da legalidade. Como argumenta Elizabeth Jelin (2002), a responsabilidade estatal não pode ser pensada nos mesmos termos que a violência insurgente, na medida em que o Estado, ao recorrer ao terror, compromete os próprios marcos normativos que deveriam regular o exercício do poder e garantir a proteção dos cidadãos. Em linha semelhante, Daniel Feierstein (2018) observa que a lógica da chamada teoria dos dois demônios contribui para diluir a especificidade da violência estatal ao enquadrar o período como resultado de duas violências equivalentes, operação que tende a obscurecer o caráter sistemático e institucional da repressão e a apresentar a sociedade como vítima passiva de um confronto entre extremos. Nesse sentido, a crítica a essa formulação enfatiza que a equiparação entre as partes em confronto tende a relativizar a singularidade dos crimes

⁷ Raúl Alfonsín governou a Argentina entre 10 de dezembro de 1983 e 8 de julho de 1989, inaugurando o primeiro governo democrático após a ditadura militar (1976–1983). Sua gestão foi marcada pela criação da Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP), pela realização do Juicio a las Juntas (1985) e, posteriormente, pela aprovação das leis de Punto Final (1986) e Obediencia Debida (1987), adotadas em meio a fortes pressões e levantes militares (“carapintadas”). Seu governo combinou iniciativas inéditas de responsabilização penal com tentativas de estabilização das relações civis-militares em um contexto de fragilidade institucional e grave crise econômica. Sobre o governo Alfonsín, ver: Acuña & Smulovitz (1995), Novaro (2010), Sikkink (2011).

cometidos pelo Estado e a desconsiderar a profunda disparidade de poder e recursos implicada nesse processo.

Mais do que um debate restrito à interpretação do passado, essas controvérsias incidiram diretamente sobre os modos pelos quais a própria transição democrática estruturou suas políticas de enfrentamento dos crimes da ditadura. Esse processo de elaboração pública do passado ultrapassou o plano das narrativas e disputas simbólicas e se materializou em iniciativas institucionais voltadas à investigação e punição das violações cometidas durante o regime militar. Nesse contexto, a centralidade atribuída à denúncia do terrorismo de Estado esteve diretamente articulada às políticas de justiça implementadas pelo governo democrático, as quais se tornaram também objeto de intensas disputas e controvérsias no espaço público.

Como demonstram Novaro e Palermo (2003) e Quiroga (2005), a política de julgamentos e a publicização das violações de direitos humanos tensionaram as relações entre o governo democrático e setores das Forças Armadas, alimentando receios de instabilidade institucional. Ao mesmo tempo, segmentos conservadores questionavam a legitimidade dessas medidas, mobilizando a narrativa de que os militares teriam atuado em cumprimento de ordens e em defesa da nação. Essas disputas evidenciam que a consolidação de uma memória centrada na denúncia do terrorismo de Estado não se deu de forma consensual ou linear, mas no interior de um campo político marcado por pressões, negociações e conflitos persistentes.

Naquele momento, a criação da CONADEP foi alvo de críticas provenientes de diferentes setores. Enquanto as Forças Armadas e seus aliados rejeitavam qualquer iniciativa destinada a revisar a chamada “luta antissubversiva”, parte das organizações de direitos humanos questionava o formato adotado pelo governo, defendendo a criação de uma comissão parlamentar bicameral com maiores atribuições investigativas. Ainda assim, como observa Crenzel (2008), várias dessas organizações acabaram colaborando com os trabalhos da comissão, fornecendo testemunhos, documentação e denúncias sobre os desaparecimentos. Os julgamentos também foram objeto de críticas provenientes desses dois polos: enquanto setores das Forças Armadas reivindicavam o reconhecimento de sua vitória na chamada “luta contra a subversão”, as organizações de direitos humanos defendiam a ampliação das investigações e a punição de todos os responsáveis pelas violações cometidas durante a ditadura (JELIN, 2002; CRENZEL, 2008; NOVARO; PALERMO, 2003).

As tensões em torno do alcance das investigações tornaram-se ainda mais evidentes com a aprovação de medidas legislativas destinadas a limitar a responsabilização penal dos perpetradores. Entre elas, destacou-se a *Ley de Punto Final* (Lei n.º 23.492/1986), que

estabeleceu um prazo de sessenta dias para a apresentação de novas denúncias contra suspeitos de participação em crimes cometidos durante a ditadura. Na prática, a medida restringia significativamente a continuidade das investigações e reduzia as possibilidades de ampliar os processos judiciais contra os responsáveis pelas violações de direitos humanos (NOVARO; PALERMO, 2003; QUIROGA, 2005).

No ano seguinte, foi aprovada a *Ley de Obediencia Debida* (Lei n.º 23.521/1987), segundo a qual os militares de baixa patente que haviam cumprido ordens superiores não poderiam ser responsabilizados pelos crimes cometidos durante a ditadura, salvo em casos considerados excepcionais. A norma baseava-se na presunção de que tais agentes teriam agido sob coerção hierárquica, transferindo a responsabilidade penal para os níveis superiores da cadeia de comando. Como observam Novaro e Palermo (2003), essa medida representou um ponto de inflexão na política de justiça do governo Alfonsín, ao reduzir de maneira significativa o universo de possíveis réus nos processos relacionados ao terrorismo de Estado.

Nesse sentido, a política de direitos humanos do governo Alfonsín apresentou um caráter ambivalente: ao mesmo tempo em que promoveu iniciativas inéditas de responsabilização judicial — como o julgamento das juntas militares — também estabeleceu limites ao alcance dessas mesmas políticas. Como observa Jelin (2020, p. 493-494), muitos organizações de direitos humanos passaram a considerar essa estratégia excessivamente cautelosa, o que contribuiu para o progressivo distanciamento entre parte desses atores e o governo democrático.

Esse quadro se agravaria nos anos seguintes, especialmente durante o governo de Carlos Menem⁸, quando foram concedidos indultos presidenciais a militares e agentes de segurança envolvidos em crimes cometidos durante a ditadura. Como analisa Claudia Hilb (2013, p. 148), tais medidas contribuíram para consolidar um cenário de impunidade e bloquearam o avanço da responsabilização judicial, em um contexto amplamente interpretado pela literatura como um momento de retração das políticas de justiça transicional (JELIN, 2002; CRENZEL, 2008; SIKKINK, 2011). Ao limitar o alcance das investigações e

⁸ Carlos Menem governou a Argentina entre 8 de julho de 1989 e 10 de dezembro de 1999. Seu governo foi marcado por um amplo programa de reformas neoliberais, incluindo privatizações, abertura econômica e a implementação do regime de convertibilidade. No campo das políticas relacionadas ao passado da ditadura, Menem concedeu, entre 1989 e 1990, uma série de indultos presidenciais que beneficiaram militares condenados ou processados por violações de direitos humanos, bem como dirigentes de organizações armadas, medida apresentada pelo governo como parte de uma política de “reconciliação nacional”. Esses indultos foram amplamente criticados por organizações de direitos humanos e por diversos analistas, que os interpretaram como um retrocesso no processo de responsabilização judicial pelos crimes do terrorismo de Estado. Sobre o governo Menem, ver: Novaro (2009), Palermo & Novaro (1996), Sikkink (2011).

interromper processos já em curso, as leis de impunidade e os indultos presidenciais contribuíram para consolidar, naquele momento, a percepção de que as possibilidades de justiça haviam sido significativamente restringidas no país. Como observam diversos autores, esse cenário produziu um impacto moral e político profundo entre as organizações de direitos humanos, alimentando a sensação de que as vias institucionais de responsabilização haviam sido momentaneamente encerradas (JELIN, 2002; SIKKINK, 2011). Nesse contexto, parte das mobilizações sociais em torno da denúncia do terrorismo de Estado sofreu uma retração temporária em sua regularidade e capacidade de convocação.

A partir da segunda metade da década de 1990, contudo, o passado da ditadura voltou a adquirir maior visibilidade no debate público argentino. Entre os acontecimentos que contribuíram para esse deslocamento estiveram as declarações de membros das Forças Armadas que reconheceram publicamente a existência de práticas repressivas ilegais durante a ditadura, como ocorreu em 1995 com as confissões do ex-capitão da marinha Adolfo Scilingo sobre os chamados “voos da morte” (VERBITSKY, 1995; JELIN, 2002). Tais revelações tiveram ampla repercussão pública e contribuíram para reabrir discussões sobre a violência estatal e suas responsabilidades.

Esse processo também coincidiu com transformações mais amplas nas formas de elaboração social do passado recente. Como observa Hilb, a reflexão sobre os anos 1970 passou a envolver um esforço de revisão crítica de interpretações consolidadas, abrindo espaço para novas perguntas sobre as experiências políticas daquele período: “Porque es nuestra responsabilidad comprender, fue necesario remover certezas, diluir discursos petrificados, para que de sus grietas emergieran viejas y nuevas preguntas” (HILB, 2013, p. 167–168). Nesse contexto, multiplicaram-se iniciativas voltadas à reconstrução de trajetórias militantes, à preservação de testemunhos e à produção de novas narrativas sobre a violência política do período.

Ao longo desses anos, diversas organizações da sociedade civil, coletivos militantes e instituições públicas passaram a desenvolver iniciativas voltadas à reconstrução e transmissão da memória da repressão estatal. Em universidades, escolas, sindicatos e bairros, formaram-se comissões e grupos de memória dedicados a reunir testemunhos, recuperar documentos e reconstruir as histórias de desaparecidos e militantes assassinados pela ditadura (DA SILVA CATELA, 2001; LVOVICH; BISQUERT, 2008). Essas iniciativas desempenharam um papel importante na preservação de experiências e registros que, até então, circulavam sobretudo no interior de redes militantes ou familiares.

Paralelamente, consolidou-se um conjunto crescente de práticas voltadas à inscrição pública desse passado no espaço urbano. Museus, arquivos, monumentos, parques e marcas territoriais — como placas e sinalizações instaladas em antigos centros clandestinos de detenção — passaram a integrar um repertório de dispositivos de memória destinados a tornar visíveis as violências cometidas durante a ditadura e a homenagear suas vítimas. Como observa Ludmila da Silva Catela (2001), essas práticas contribuíram para ampliar os suportes sociais de transmissão da memória e para reforçar a presença pública das lembranças associadas ao terrorismo de Estado.

Esse período também foi marcado pela expansão de iniciativas no campo educacional e editorial. Ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000, conteúdos relacionados à ditadura militar passaram a ser progressivamente incorporados aos currículos escolares, ao mesmo tempo em que se ampliava a produção de livros autobiográficos, biográficos e testemunhais dedicados a reconstruir trajetórias de militância política e experiências de repressão. Como argumenta Vera Carnovale, essas narrativas contribuíram para recolocar em circulação debates sobre os projetos políticos e as formas de engajamento que marcaram a militância revolucionária dos anos 1970, ampliando os enquadramentos interpretativos disponíveis sobre esse passado (CARNOVALE, 2006).

A partir do início dos anos 2000, esse conjunto de iniciativas desenvolvidas na sociedade civil passou a articular-se de maneira mais direta com políticas públicas promovidas pelo Estado. A chegada de Néstor Kirchner⁹ à presidência, em 2003, é frequentemente interpretada pela bibliografia especializada como um momento de inflexão nesse processo, marcando o ponto em que as demandas históricas das organizações de direitos humanos por memória, verdade e justiça passaram a ocupar um lugar central na agenda estatal (CARNOVALE, 2006; LVOVICH; BISQUERT, 2008; DA SILVA CATELA, 2014; SIKKINK, 2011).

⁹ Néstor Kirchner (2003–2007) assumiu a presidência da Argentina após a grave crise política, econômica e institucional que culminou no colapso do governo de Fernando de la Rúa, em dezembro de 2001, episódio marcado por protestos massivos, repressão estatal e uma sucessão de presidentes interinos em curto período. Durante sua gestão, foram adotadas medidas que representaram uma inflexão nas políticas estatais relativas ao legado da última ditadura militar. Entre elas destacam-se o impulso político à anulação das leis de Punto Final e Obediencia Debida — posteriormente declaradas inconstitucionais pela Corte Suprema em 2005 —, a reabertura dos julgamentos por crimes contra a humanidade e a incorporação da agenda de memória, verdade e justiça como eixo central das políticas públicas de direitos humanos. Nesse período também foram promovidas iniciativas de memorialização, como a transformação da antiga Escola de Mecânica da Armada (ESMA) em espaço de memória. Sobre o governo Kirchner e as políticas de memória e justiça nesse período, ver: Carnovale (2011), Crenzel (2008), Lvovich & Bisquert (2008), Sikkink (2011).

Um dos marcos mais significativos dessa mudança foi a anulação, pelo Congresso Nacional em 2003, das leis de *Punto Final* e *Obediencia Debida*, posteriormente confirmada pela Suprema Corte em 2005. Essa decisão permitiu a reabertura dos processos judiciais relacionados aos crimes cometidos durante a ditadura e marcou a retomada sistemática dos julgamentos por crimes de lesa-humanidade na Argentina, consolidando o país como uma das experiências mais abrangentes de responsabilização judicial por violações de direitos humanos na América Latina (SIKKINK, 2011).

Paralelamente à retomada dos julgamentos, o período foi marcado pela expansão de políticas públicas voltadas à preservação e institucionalização de lugares de memória. Entre as iniciativas mais emblemáticas esteve a transformação do antigo centro clandestino de detenção da Escola de Mecânica da Armada (ESMA) no *Espacio para la Memoria y para la Promoción y Defensa de los Derechos Humanos*, inaugurado em 2004. A conversão desse espaço — anteriormente utilizado como um dos principais centros de detenção e tortura da ditadura — em um lugar dedicado à memória e à promoção dos direitos humanos tornou-se um símbolo da nova política estatal de reconhecimento das violações cometidas durante a ditadura (DA SILVA CATELA, 2014; BALE, 2020).

Outras iniciativas importantes incluíram a consolidação do *Parque de la Memoria* — *Monumento a las Víctimas del Terrorismo de Estado*, em Buenos Aires, inaugurado em 2007, e a institucionalização do 24 de março como *Día Nacional de la Memoria por la Verdad y la Justicia*, transformado em feriado nacional em 2006. Essas medidas contribuíram para ampliar a presença institucional das políticas de memória no espaço público e para reforçar o reconhecimento estatal das violações cometidas durante a ditadura.

Desse modo, durante os governos Kirchner, as políticas de memória adquiriram uma dimensão inédita na história recente argentina, passando a articular iniciativas judiciais, educativas e memorialísticas no interior de uma agenda estatal mais ampla de reconhecimento e reparação. Esse processo, contudo, também foi acompanhado por novas controvérsias públicas e disputas políticas, refletindo diferentes interpretações sobre o passado recente e sobre as formas adequadas de lidar com o legado da ditadura (LVOVICH; BISQUERT, 2008; GARBERO, 2019).

Essas diferentes conjunturas e iniciativas revelam que, desde a recuperação da institucionalidade democrática na Argentina, o campo da memória tem sido atravessado por disputas persistentes em torno das formas de interpretar, transmitir e institucionalizar o legado das violações de direitos humanos. Longe de se desenvolver de maneira linear, esse processo foi marcado por avanços, recuos e reconfigurações sucessivas, refletindo as tensões políticas e

sociais que atravessam a elaboração pública do passado recente. As políticas de memória e justiça que se consolidaram a partir dos anos 2000 não eliminaram essas disputas; ao contrário, passaram a constituir um novo terreno no qual diferentes atores sociais e políticos continuam a disputar os sentidos do passado ditatorial e as formas de torná-lo visível, narrá-lo e transmiti-lo no espaço público.

Nesse contexto, compreender a trajetória das políticas de memória na Argentina exige considerar não apenas os marcos institucionais que tornaram possível a reabertura dos julgamentos e a ampliação das iniciativas de memorialização, mas também os conflitos que atravessam a própria construção pública desse legado. A persistência dessas controvérsias indica que a elaboração social do passado recente permanece aberta e sujeita a reinterpretações, disputas e questionamentos. É nesse campo de disputas que se inscrevem também as diferentes formas de representar e tornar acessíveis os espaços associados à violência de Estado, cuja transformação em lugares de memória envolve escolhas sobre o que preservar, o que mostrar e como produzir sentidos sobre experiências que já não podem ser diretamente acessadas. Nas últimas décadas, essas tensões têm se expressado, entre outras formas, na emergência de discursos revisionistas e negacionistas que procuram reconfigurar os termos do debate público sobre a violência estatal e suas responsabilidades, tema que será examinado na seção seguinte.

1.4 Direitas, negacionismos e disputas contemporâneas pela representação do passado

A análise desenvolvida na seção anterior procurou evidenciar que as políticas de memória constituídas na Argentina desde a transição democrática se constituíram no interior de disputas, negociações e reconfigurações sucessivas entre distintos atores estatais e sociais. Nesse percurso, consolidou-se um conjunto de narrativas, dispositivos e marcos institucionais — como os julgamentos, os relatórios oficiais e as políticas de memória implementadas a partir dos anos 2000 — que, embora tenham adquirido centralidade na elaboração social do passado, devem ser compreendidos como configurações históricas provisórias, permanentemente sujeitas a revisão e contestação (CRENZEL, 2008; JELIN, 2002; VEZZETTI, 2012).

Nesse sentido, a reflexão de Elizabeth Jelin (2020) permite aprofundar essa chave interpretativa ao enfatizar que os sentidos atribuídos ao passado são produzidos no presente, no interior de disputas narrativas e intervenções públicas que reatualizam continuamente aquilo que se entende por passado. A autora desloca, assim, a ideia de memória como registro fixo ou encerrado, para compreendê-la como um processo dinâmico de elaboração, no qual diferentes atores sociais disputam interpretações legítimas, definem responsabilidades e mobilizam enquadramentos narrativos específicos. Nesse horizonte, a memória pode ser entendida como um campo de disputas em permanente reconfiguração, atravessado por assimetrias de poder e por variações contextuais que afetam suas formas de expressão e circulação (JELIN, 2002; VEZZETTI, 2012; SALVI, 2016).

É precisamente nesse horizonte que se inscrevem as controvérsias mais recentes em torno das memórias da última ditadura argentina. Nas últimas décadas, e de forma particularmente visível nos anos mais recentes, diferentes atores políticos e intelectuais vinculados a setores das direitas passaram a questionar, relativizar ou contestar interpretações do passado que haviam adquirido significativa legitimidade no espaço público. Esses questionamentos assumem formas diversas — que vão desde a crítica às políticas estatais de memória até a formulação de discursos abertamente negacionistas — e se articulam a disputas mais amplas sobre os sentidos atribuídos à violência política dos anos 1970, às responsabilidades pelos crimes cometidos e ao estatuto das vítimas do terrorismo de Estado (LVOVICH, 2007; SALVI, 2016; VEZZETTI, 2012).

Mais do que representar uma ruptura absoluta em relação às controvérsias que marcaram as décadas anteriores, essas intervenções devem ser compreendidas como parte de um processo contínuo de disputa pela definição legítima do passado recente. Ao mesmo tempo, contudo, elas introduzem inflexões significativas no campo da memória, ao mobilizar novos repertórios discursivos, estratégias de intervenção pública e plataformas de circulação — muitas vezes amplificadas pelas dinâmicas contemporâneas do debate político e midiático. Examinar essas transformações torna-se particularmente relevante para compreender de que modo as memórias da ditadura continuam sendo objeto de disputa no presente e como essas disputas se articulam às reconfigurações mais amplas do cenário político argentino.

Diante disso, esta seção se propõe a analisar o modo como, nas últimas décadas, setores das direitas argentinas têm buscado intervir nas disputas públicas sobre o passado ditatorial, questionando políticas de memória, promovendo releituras da violência política dos anos 1970 e, em alguns casos, mobilizando discursos negacionistas ou relativizadores do terrorismo de Estado. Essas posições se articulam a conjunturas específicas, às estratégias de

determinados atores e às disputas em torno da legitimidade das políticas de memória implementadas nas décadas anteriores. Nesse sentido, diferentes estudos têm destacado que as memórias da ditadura se configuram também como objeto de intervenção e disputa entre distintos atores políticos e sociais no espaço público, em meio a conflitos sociais mais amplos (LVOVICH, 2007; SALVI, 2012). O objetivo desta seção é situar essas posições no interior das transformações recentes do campo da memória na Argentina, evidenciando como elas tensionam interpretações previamente consolidadas e reabrem controvérsias em torno da representação pública do passado. Esse quadro de disputas é também fundamental para compreender o contexto no qual se inserem as reconstruções virtuais de antigos centros clandestinos de detenção, na medida em que essas iniciativas participam das formas contemporâneas de representação e transmissão das memórias da violência de Estado.

No contexto latino-americano, diversos autores têm destacado que o chamado “tempo político” das memórias é frequentemente moldado pelas disputas políticas e pelas agendas dos governos em exercício, que podem impulsionar, redefinir ou restringir determinadas políticas de memória (JELIN, 2002; STERN, 2010; SOLÍS DELGADILLO, 2015). Como observa Carlos Martín Beristain (2011), a própria institucionalização dessas políticas depende, em grande medida, da vontade política dos governos envolvidos nos processos de transição. As formas de recordação pública do passado recente se entrelaçam, portanto, com as disputas políticas do presente, sendo continuamente reinterpretadas à luz de novos contextos e correlações de força.

Essa dinâmica pode ser compreendida a partir da noção de enquadramento da memória, proposta por Michael Pollak, para quem as lembranças coletivas resultam de um trabalho social de seleção, organização e hierarquização das experiências passadas, orientado pelos conflitos e disputas do presente (POLLAK, 1989). Nessa perspectiva, os enquadramentos da memória correspondem aos processos por meio dos quais determinados acontecimentos, atores e significados são privilegiados nas narrativas públicas, enquanto outros são marginalizados ou silenciados.

Essa interpretação é reforçada por Elizabeth Jelin, que destaca que a recordação pública do passado envolve necessariamente escolhas que privilegiam determinados acontecimentos, interpretações e atores, enquanto outros são relegados ao esquecimento (JELIN, 2002). Nesse sentido, diferentes narrativas sobre o passado podem disputar legitimidade na esfera pública, configurando o que Andreas Huyssen descreve como verdadeiras batalhas entre passados (HUYSEN, 2014).

Essas disputas não dizem respeito apenas ao conteúdo das lembranças, mas também às formas consideradas legítimas de representar e interpretar o passado. Diferentes atores sociais e políticos — que Jelin denomina “empreendedores de memória” — mobilizam narrativas, símbolos e repertórios interpretativos com o objetivo de promover determinadas leituras da história recente (JELIN, 2002). Esses atores atuam publicamente na produção e difusão de sentidos sobre o passado, buscando conferir visibilidade a certas experiências e interpretações, ao mesmo tempo em que disputam o reconhecimento de suas versões como legítimas na esfera pública.

Nesse contexto, a própria definição do que deve ser lembrado ou esquecido reflete relações de poder e hierarquias sociais. Como observa Aleida Assmann, os processos de seleção e transmissão do passado são condicionados por estruturas institucionais, enquadramentos culturais e disputas políticas que determinam quais experiências adquirem visibilidade pública (ASSMANN, 2011). A elaboração social do passado envolve, portanto, a confrontação entre “memórias contra memórias”, isto é, entre narrativas que se opõem e competem pela definição legítima da história recente (JELIN, 2020). Como sintetiza Vezzetti (2012), a memória resulta, em última instância, de um compromisso sempre instável entre a força do passado e as demandas do presente.

No caso argentino, essas dinâmicas tornaram-se particularmente visíveis nas sucessivas mudanças de orientação que marcaram as políticas estatais relacionadas à memória da última ditadura. Diferentes governos atribuíram significados distintos ao passado ditatorial, promovendo marcos interpretativos específicos para sua interpretação pública e institucionalização. Durante a presidência de Raúl Alfonsín (1983–1989), por exemplo, a criação da CONADEP e a realização do *Juicio a las Juntas* estabeleceram marcos fundamentais na construção de uma narrativa pública sobre o terrorismo de Estado, ao mesmo tempo em que inauguraram os primeiros esforços institucionais de verdade e responsabilização (CRENZEL, 2008; JELIN, 2002). Nos anos 1990, entretanto, as políticas de reconciliação promovidas pelo governo de Carlos Menem — especialmente por meio dos indultos concedidos a militares e integrantes de organizações armadas — produziram uma reorientação significativa nesse processo, deslocando o debate público e limitando temporariamente o avanço das políticas de justiça (LVOVICH; BISQUERT, 2008; VEZZETTI, 2012). A partir dos anos 2000, os governos de Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner promoveram uma reconfiguração importante desse cenário ao impulsionar a anulação das leis de anistia, reabrir os julgamentos por crimes contra a humanidade e ampliar o papel do Estado na promoção de políticas de memória (VEZZETTI,

2012; CRENZEL, 2008). Essas transformações, entretanto, não encerraram as disputas em torno da interpretação do passado recente, que continuaram a se reconfigurar à medida que novos atores e projetos políticos passaram a intervir no campo da memória.

É nesse cenário que se insere a crescente visibilidade de setores associados à chamada “nova direita” na Argentina, fenômeno que se tornou particularmente evidente a partir de meados da década de 2010 (SANAHUJA; BURIAN, 2023).¹⁰ A eleição de Mauricio Macri em 2015, à frente da coalizão *Cambiamos*, representou um ponto de inflexão nesse processo, marcando o início de um novo ciclo político caracterizado por um reposicionamento do campo político à direita¹¹ e pela reabertura de debates em torno das políticas de memória, dos enquadramentos interpretativos do passado recente e das formas de representação pública do terrorismo de Estado — incluindo aquelas materializadas em arquivos, museus e espaços de memória vinculados à repressão estatal.

A ascensão de Macri à presidência marcou um momento importante de reorganização das direitas na Argentina. Como mostram Gabriel Vommaro, Sergio Morresi e Alejandro Bellotti, a consolidação do partido PRO (Propuesta Republicana) deve ser compreendida no contexto da emergência de uma nova direita que buscou diferenciar-se das experiências conservadoras tradicionais ao adotar uma retórica centrada na eficiência da gestão, na modernização do Estado e na profissionalização da política (VOMMARO; MORRESI; BELLOTTI, 2015). Ao mesmo tempo, esse projeto político esteve associado à defesa de uma agenda econômica de orientação liberal, caracterizada pela valorização do mercado, pela crítica ao intervencionismo estatal e pela promoção de políticas voltadas à abertura econômica e à atração de investimentos.

Embora a dimensão econômica tenha ocupado lugar central nesse projeto político, diferentes autores observam que a recomposição das direitas na Argentina também esteve acompanhada por disputas no campo cultural e simbólico. Nesse sentido, como argumenta Pablo Stefanoni, parte das novas direitas latino-americanas passou a articular discursos críticos em relação a agendas progressistas consolidadas nas décadas anteriores, questionando políticas associadas aos direitos humanos, ao papel do Estado na promoção da igualdade social e à legitimidade de determinadas narrativas sobre o passado recente (STEFANONI, 2021). No caso argentino, essas disputas também alcançaram o campo das memórias da

¹⁰ Sobre o fortalecimento da extrema-direita no mundo ver: GRIFFIN, 2018; TRAVERSO, 2018; FORTI, 2021; MUDDE, 2021.

¹¹ Para um contexto mais amplo da nova direita na América Latina e sua influência na Argentina, ver: LEVITSKY & MURILLO, 2020.

última ditadura militar, especialmente em um contexto no qual as políticas de Memória, Verdade e Justiça haviam adquirido forte centralidade nas décadas anteriores.

Durante o governo Macri (2015–2019), esse cenário se expressou de maneira ambivalente no campo das políticas de memória. Por um lado, os julgamentos por crimes contra a humanidade e as estruturas institucionais vinculadas à agenda de direitos humanos não foram formalmente interrompidos, mantendo-se a continuidade dos processos judiciais iniciados na década anterior (LESSA, 2013; CRENZEL, 2008). Por outro lado, diversos pesquisadores apontam que o período foi marcado por mudanças na orientação política e discursiva do governo em relação a esse tema. Como observa Mariana Di Stefano (2020), o discurso oficial durante a gestão Macri frequentemente buscou deslocar o lugar central que as políticas de memória haviam ocupado na agenda estatal nas décadas anteriores. Essa reorientação se inseria em uma disputa mais ampla em torno dos sentidos atribuídos ao passado recente e ao papel das políticas de direitos humanos no espaço público argentino (CANELO, 2019), evidenciando que as interpretações sobre a ditadura continuam sendo objeto de controvérsias e intervenções discursivas na arena pública (FELD; SALVI, 2019).

As disputas em torno dessas políticas tornaram-se particularmente visíveis em 2017, quando a Suprema Corte argentina decidiu aplicar o benefício conhecido como “2x1” a um condenado por crimes cometidos durante a última ditadura militar. A decisão baseou-se na interpretação do artigo 7º da Lei nº 24.390, de 1994, que estabelecia que, após dois anos de prisão preventiva, cada dia adicional de detenção deveria ser contabilizado em dobro para fins de cálculo da pena. A aplicação desse critério a crimes contra a humanidade gerou forte reação de organizações de direitos humanos e desencadeou amplas mobilizações públicas em diversas cidades do país (SALVI; BALÉ, 2024). Diante da repercussão social e política do caso, o Congresso Nacional aprovou rapidamente a Lei nº 27.362, em 2017, que proibiu a aplicação desse benefício a delitos de lesa-humanidade. O episódio evidenciou, assim, a persistência de profundas disputas em torno da interpretação do passado recente e dos limites das políticas de justiça transicional na Argentina, revelando a fragilidade dos consensos construídos nas décadas anteriores.

Nesse contexto, portanto, as disputas em torno das memórias da ditadura voltaram a ganhar visibilidade no debate público. Além da mencionada aplicação do benefício “2x1”, questionamentos sobre o número de desaparecidos, críticas às políticas estatais de memória e tensões envolvendo organizações de direitos humanos passaram a ocupar espaço recorrente na arena política e midiática. Ainda que tais posições não tenham se traduzido em uma interrupção institucional das políticas de justiça transicional, elas contribuíram para reabrir

controvérsias em torno das interpretações do passado recente e para evidenciar a persistência de disputas no campo memorialístico argentino.

No entanto, como observa Carlos Artur Gallo (2017), governos que buscam revisar ou enfraquecer a agenda de direitos humanos enfrentam dificuldades para reverter plenamente os avanços obtidos no campo da justiça de transição na Argentina, uma vez que as memórias das vítimas, de seus familiares e dos movimentos sociais continuam a desempenhar um papel relevante na arena pública. Em trabalho posterior, o autor reafirma que, apesar das tentativas de desarticulação dessas políticas, as decisões da Corte Suprema e a atuação persistente das organizações de direitos humanos seguem desempenhando um papel fundamental na continuidade dos processos judiciais e das políticas de memória, mesmo em contextos políticos adversos (GALLO, 2022). De modo semelhante, Martiarena et al. (2024) argumentam que a capacidade de mobilização dos movimentos sociais argentinos, aliada ao grau de institucionalização alcançado pelas políticas implementadas nas décadas anteriores, contribuiu para limitar retrocessos mais profundos no campo das políticas de memória durante o governo Macri.

Ainda assim, como observa Pablo Stefanoni (2021), esse período também foi marcado pelo surgimento de novos atores e linguagens políticas no campo da direita argentina. Embora, até então, o consenso memorial estruturado em torno do *Nunca Más* ainda funcionasse como um obstáculo importante à legitimação pública de posições mais abertamente revisionistas, já era possível observar a ascensão de setores libertários que, articulando críticas às políticas de direitos humanos e ao chamado “consenso progressista”, começaram a dar forma a uma nova subcultura política de direita — da qual figuras como Javier Milei se tornariam posteriormente uma expressão central.

Milei foi fundador do partido *La Libertad Avanza* (LLA), coalizão política que surgiu em Buenos Aires em 2021, tendo ele mesmo e Victoria Villarruel como principais candidatos a deputados nacionais naquele ano. Posteriormente, nas eleições presidenciais realizadas em novembro de 2023, a coalizão alcançou a vitória e Milei e Villarruel foram eleitos presidente e vice-presidente da Argentina, respectivamente, ao derrotar o candidato peronista Sergio Massa. A ascensão eleitoral do líder libertário tem sido interpretada por diversos analistas como expressão da emergência de novas direitas na Argentina, marcadas pela combinação entre retórica antipolítica, liberalismo econômico extremo e forte presença nas redes sociais (STEFANONI, 2021; SVAMPA, 2023).

Nesse contexto, Milei passou a ocupar posição central nesse movimento, mobilizando parcelas significativas da população insatisfeita com o sistema político tradicional e com a

persistente crise econômica do país. Sua campanha foi marcada por um discurso fortemente confrontativo, centrado na denúncia da chamada “casta política” e na defesa de propostas consideradas disruptivas no cenário argentino, como a dolarização da economia, a extinção do Banco Central e uma ampla agenda de desregulamentação econômica. Esse tipo de retórica anti-establishment e de radicalização do liberalismo econômico pode ser compreendido como parte de um fenômeno mais amplo de reconfiguração das direitas contemporâneas, marcado pela mobilização do descontentamento social contra elites políticas e consensos progressistas (STEFANONI, 2021; MUDDE, 2021).

A ascensão eleitoral de Javier Milei também adquiriu relevância no campo das disputas em torno das memórias da ditadura argentina. Desde a redemocratização, as políticas de memória, verdade e justiça consolidaram um conjunto de consensos públicos acerca do caráter do terrorismo de Estado e da centralidade das violações de direitos humanos cometidas durante o período. Nas últimas décadas, como discutido anteriormente, esses consensos foram ocasionalmente tensionados por diferentes atores políticos e sociais. No entanto, a chegada ao poder de uma coalizão política associada a setores da nova direita introduziu novos elementos nesse cenário, abrindo espaço para a circulação de discursos que questionam interpretações historicamente consolidadas sobre o passado recente e reativam disputas em torno dos sentidos atribuídos à violência política dos anos 1970.

Nesse contexto, a figura de Victoria Villarruel assume particular relevância, já que seus posicionamentos sobre o passado recente argentino chamaram atenção durante a campanha eleitoral. Diferentemente de Javier Milei, cuja trajetória política está associada sobretudo a círculos libertários e a uma crítica radical ao Estado e à “casta política”, Villarruel construiu sua carreira pública em espaços vinculados às disputas em torno das memórias da violência política dos anos 1970. Filha, sobrinha e neta de militares, sua trajetória está marcada pela participação em iniciativas e organizações que questionam as interpretações predominantes sobre a última ditadura argentina e reivindicam o reconhecimento de vítimas da violência exercida por organizações guerrilheiras durante o período.

Ao longo de sua juventude, Villarruel participou da *Asociación Unidad Argentina*, organização que se posicionava criticamente em relação às políticas de memória e justiça desenvolvidas após a redemocratização e que defendia a revisão de decisões tomadas no contexto da política de reconciliação impulsada durante o governo de Carlos Saúl Menem. Posteriormente, durante os anos em que Néstor Kirchner esteve à frente da presidência — período marcado pela reabertura dos julgamentos por crimes contra a humanidade e pela intensificação das políticas estatais de memória —, Villarruel concentrou sua militância na

defesa de militares que considerava terem sido detidos injustamente. Em 2006, fundou o *Centro de Estudios Legales sobre el Terrorismo y sus Víctimas* (CELTYV), organização por meio da qual passou a atuar publicamente na defesa do reconhecimento das vítimas da violência guerrilheira e na crítica às políticas de memória desenvolvidas pelo Estado argentino desde a redemocratização (GOLDENTUL; PALMISCIANO, 2023).

Durante a campanha eleitoral para a vice-presidência em 2023, Villarruel manifestou posições críticas em relação às políticas de memória, verdade e justiça desenvolvidas no país desde a redemocratização. Essas políticas, conforme discutido anteriormente, contribuíram para impulsionar processos judiciais contra agentes estatais envolvidos na repressão e para reconhecer institucionalmente as vítimas do terrorismo de Estado. Ainda que as propostas da candidata não tenham sido apresentadas de forma detalhada, seu posicionamento sinaliza a possibilidade de uma reorientação nesse campo, no qual, ao longo das últimas décadas, consolidou-se relativo consenso público em torno da caracterização da ditadura como um regime responsável por violações sistemáticas de direitos humanos.

Em suas intervenções públicas, Villarruel tem defendido a necessidade de construir uma “memoria completa” sobre a violência política dos anos 1970, reivindicando o reconhecimento das vítimas da violência exercida por organizações armadas de esquerda e questionando as narrativas predominantes sobre o período (GOLDENTUL; PALMISCIANO, 2023). Essa perspectiva propõe uma leitura da história recente que coloca em relação direta a repressão estatal conduzida durante a ditadura e as ações realizadas por grupos guerrilheiros, sugerindo uma interpretação simétrica da violência política. Como indicam diferentes estudos, narrativas desse tipo não constituem uma novidade no cenário argentino, estando presentes desde a redemocratização em discursos vinculados a setores militares e civis que contestam as interpretações consolidadas sobre o terrorismo de Estado e reivindicam uma leitura alternativa do passado recente (SALVI, 2012; LVOVICH, 2007; FELD; SALVI, 2019).

Nesse sentido, essa perspectiva dialoga com uma das formulações interpretativas que emergiram no contexto da transição democrática, a chamada “teoria dos dois demônios”, já discutida anteriormente nesta tese. A expressão é utilizada para designar uma leitura da violência política que atribuía a responsabilidade pelos acontecimentos dos anos 1970 a dois polos — as organizações armadas e as Forças Armadas — e que compreendia a repressão estatal como resposta à ação guerrilheira. Embora essa interpretação tenha sido posteriormente objeto de numerosas críticas no campo acadêmico e no movimento de direitos humanos, ela permaneceu presente em diferentes discursos públicos ao longo das décadas

seguintes, reaparecendo periodicamente nas disputas em torno das interpretações do passado recente (CRENZEL, 2015; VEZZETTI, 2012).

Durante a campanha eleitoral de 2023, Villarruel também organizou um ato na Assembleia Legislativa de Buenos Aires para homenagear vítimas do que define como “terrorismo” por parte de organizações armadas que atuaram no país durante os anos 1970. Posteriormente, em um debate entre os candidatos à vice-presidência realizado poucos dias antes do segundo turno das eleições, um dos momentos mais tensos teve como tema o número de mortos e desaparecidos durante a última ditadura argentina. Na ocasião, Villarruel negou publicamente a cifra de 30 mil desaparecidos, argumentando que haveria cerca de oito mil nomes registrados no *Parque de la Memoria*¹² (LUCENA, 2023).

O número de 8.961 desaparecidos durante a ditadura foi documentado menos de um ano após o retorno da democracia no relatório da CONADEP, com base nas informações disponíveis naquele momento. A lista, contudo, nunca foi considerada definitiva, uma vez que diversos documentos e testemunhos ainda não haviam sido reunidos ou analisados. Como observa Brisk (apud CRENZEL, 2015), a própria natureza do desaparecimento forçado — marcada pela clandestinidade da repressão, pela destruição sistemática de registros e pela recusa dos perpetradores em fornecer informações — impõe limites estruturais à determinação precisa do número de vítimas.

As posições defendidas por Villarruel encontram eco em declarações do próprio candidato presidencial de sua chapa. Em debates eleitorais, Javier Milei também questionou o número de desaparecidos durante a ditadura — “No desaparecieron 30 mil. Fueron 8.753” — e reivindicou o reconhecimento de vítimas da violência guerrilheira no período:

Estamos absolutamente en contra de una visión torcida de la historia. En nuestra opinión, hubo una guerra en los años 70 y, en esa guerra, las fuerzas del Estado cometieron excesos, pero los Montoneros y los terroristas del ERP también mataron gente, colocaron bombas y cometieron crímenes de lesa humanidad (apud CARMO, 2023).

¹² O *Parque de la Memoria – Monumento a las Víctimas del Terrorismo de Estado* é um espaço público dedicado à memória das vítimas da última ditadura militar argentina (1976–1983). Localizado às margens do Río de la Plata, na cidade de Buenos Aires, o projeto foi aprovado pela Legislatura da Cidade em 1998 e desenvolvido em colaboração com organismos de direitos humanos e instituições públicas, sendo inaugurado em 2007. O espaço integra um conjunto mais amplo de iniciativas estatais voltadas à memorialização do terrorismo de Estado e à promoção de políticas públicas de memória no período pós-ditatorial. Sobre o *Parque de la Memoria* e seu processo de criação e institucionalização como espaço público de memorialização do terrorismo de Estado na Argentina, ver: VECCHIOLI (2014); MACÓN (2022); WROBEL (2024).

Dessa forma, Villarruel e Milei conseguiram recolocar as interpretações sobre a violência política dos anos 1970 no centro da disputa eleitoral, transformando em objeto explícito de controvérsia um tema que, nas últimas décadas, havia sido fortemente estruturado pelas políticas de memória e pelos debates sobre direitos humanos, ainda que nunca tenha deixado de atravessar disputas políticas mais amplas. A própria candidata à vice-presidência reconheceu esse deslocamento na reta final da campanha ao afirmar que estavam conseguindo colocar em debate “ideas que eran impensables, que eran intocables, que no se podían cuestionar” (Ibidem).

Nesse sentido, como discutido anteriormente nesta tese, as interpretações sobre a violência política dos anos 1970 constituem um dos eixos centrais das disputas em torno das memórias da ditadura na Argentina. Desde a década de 1980, diferentes atores sociais e políticos têm disputado os sentidos atribuídos a esse passado, produzindo narrativas que ora enfatizam o caráter sistemático da repressão estatal, ora procuram estabelecer equivalências entre as ações das organizações armadas e a violência exercida pelo Estado. Essas disputas foram amplamente analisadas pela historiografia dedicada ao tema, que destaca o caráter conflitivo, plural e politicamente situado das memórias sobre o período (FEITLOWITZ, 1998; JELIN, 2002; CRENZEL, 2008; VEZZETTI, 2012; HUYSEN, 2014).

Outro ponto crítico diz respeito às posições assumidas por Javier Milei e por integrantes de seu governo em relação aos condenados por crimes cometidos durante a última ditadura militar. Desde o início da gestão, organizações de direitos humanos e analistas do campo da memória têm chamado atenção para uma aproximação do governo com setores que defendem a revisão das condenações impostas a agentes da repressão estatal. Ao mesmo tempo, diferentes reportagens e análises jornalísticas apontam para um processo de enfraquecimento das políticas públicas de memória, verdade e justiça no país, marcado por cortes orçamentários, demissões e paralisação de atividades em instituições vinculadas à preservação da memória do terrorismo de Estado, conforme reportagens da imprensa internacional e argentina (EL PAÍS, 2025; ELDIARIOAR, 2024; AP, 2025) e verificações de fatos sobre medidas governamentais específicas (CHEQUEADO, 2025).

Entre as medidas que suscitaram críticas estão aquelas relacionadas aos antigos centros clandestinos de detenção que, nas últimas décadas, foram transformados em espaços de memória. O informe *Memoria Cancelada*, elaborado por *Memoria Abierta* e pelo *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS), aponta que diversos desses lugares sofreram cortes de financiamento e redução de equipes de trabalho durante os primeiros meses do governo de Javier Milei, o que resultou na paralisação de obras, na interrupção de projetos de

infraestrutura e na diminuição de atividades de pesquisa, preservação e divulgação histórica (CELS; MEMORIA ABIERTA, 2024). Diferentes reportagens também registram demissões de funcionários e dificuldades para a manutenção de projetos de conservação, investigação e atividades educativas nesses espaços, que, desde os anos 2000, passaram a ocupar posição central nas políticas públicas de memória do país (EL PAÍS, 2025; ELDIARIO.ES, 2024).

No que se refere aos arquivos e à gestão de acervos documentais, diferentes medidas adotadas pelo governo também suscitaram críticas de organizações de direitos humanos e de trabalhadores dessas instituições. O informe *Memoria Cancelada* aponta para o enfraquecimento de estruturas responsáveis pela análise de documentos das Forças Armadas relacionados às violações de direitos humanos, bem como para a interrupção de iniciativas voltadas ao tratamento de arquivos de inteligência (CELS; MEMORIA ABIERTA, 2024). Segundo o documento, tais mudanças afetaram áreas responsáveis pela sistematização e análise de acervos documentais utilizados tanto na reconstrução histórica da repressão estatal quanto no apoio a investigações judiciais. Matérias jornalísticas também registram demissões e reestruturações que atingiram equipes dedicadas à organização e preservação desses acervos, incluindo setores do *Archivo Nacional de la Memoria*, além de apontarem para a ausência de uma direção estável na instituição, responsável pela guarda de importantes fundos documentais vinculados às violações de direitos humanos durante a ditadura (ELDIARIOAR, 2024; CANAL ABIERTO, 2024).

No que se refere às condenações, o relatório destaca que, desde 2004, mais de mil pessoas foram condenadas na Argentina por crimes cometidos durante a ditadura, incluindo sequestro, tortura e homicídio. Segundo o documento, 1.187 pessoas haviam sido condenadas até o momento de sua publicação, das quais 508 cumpriam prisão domiciliar e 134 estavam detidas em unidades prisionais (CELS; MEMORIA ABIERTA, 2024). Dados produzidos por órgãos judiciais e reportagens especializadas também indicam a continuidade dos julgamentos por crimes contra a humanidade no país e o grande número de condenados que cumprem pena em regime domiciliar, evidenciando tanto o alcance quanto as limitações desse processo judicial iniciado nos anos 2000 (PROCURADURÍA DE CRÍMENES CONTRA LA HUMANIDAD, 2025).

No que diz respeito às políticas de busca por desaparecidos, o informe também aponta impactos sobre a *Comisión Nacional por el Derecho a la Identidad* (CoNaDI), responsável por investigar o paradeiro de crianças sequestradas durante a ditadura. De acordo com o documento, medidas administrativas adotadas pelo governo teriam interrompido ou dificultado o envio de documentos das Forças Armadas e das forças de segurança, além de

provocar mudanças institucionais no Banco Nacional de Dados Genéticos (BNDG), organismo central para a identificação genética de filhos e filhas de desaparecidos (CELS; MEMORIA ABIERTA, 2024). Organizações de direitos humanos, como *Abuelas de Plaza de Mayo*, também manifestaram preocupação com alterações institucionais e administrativas no funcionamento do banco genético, alertando para possíveis impactos na continuidade das políticas de restituição de identidade de pessoas apropriadas durante a ditadura (TIEMPO ARGENTINO, 2024).

Por fim, no que se refere às políticas de reparação, o relatório indica que o governo iniciou um processo de auditoria das solicitações de reparação às vítimas da ditadura e suspendeu temporariamente o pagamento desses benefícios enquanto a revisão administrativa estivesse em curso (CELS; MEMORIA ABIERTA, 2024). Essas medidas foram interpretadas por diferentes organizações e analistas como parte de um processo mais amplo de reestruturação das políticas públicas vinculadas aos direitos humanos, que incluiu também a redução institucional da área governamental responsável por essas políticas e cortes administrativos em programas relacionados à memória e à justiça de transição (AP, 2025).

Em síntese, as posições assumidas pelo governo de Javier Milei e por integrantes de sua administração têm sido alvo de críticas por parte de organizações de direitos humanos, pesquisadores e diferentes atores do campo da memória, que apontam para um conjunto de iniciativas capazes de enfraquecer políticas públicas construídas nas últimas décadas em torno da memória, da verdade e da justiça. Desde a campanha eleitoral, Milei e sua vice-presidente, Victoria Villarruel, trouxeram à esfera pública debates que reatualizam interpretações revisionistas sobre a violência política dos anos 1970. Entre eles destacam-se o questionamento acerca da extensão das violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura, a minimização do número de vítimas, as críticas às políticas de memória e justiça desenvolvidas desde a redemocratização e a relativização da responsabilidade das Forças Armadas e de agentes estatais pelos crimes cometidos no período. Ao mobilizar esse conjunto de argumentos — frequentemente associado à defesa de uma “memória completa” — tais intervenções contribuem para deslocar os termos do debate público sobre a ditadura e seus legados, reabrindo controvérsias que pareciam relativamente estabilizadas no campo político e institucional argentino.

Nesse sentido, a ascensão recente de correntes da nova direita na Argentina evidencia a persistência das disputas em torno do passado ditatorial e das interpretações sobre seus significados no presente. A chegada ao poder de lideranças como Mauricio Macri e, posteriormente, de Javier Milei, contribuiu para reativar debates sobre a ditadura e suas

consequências, recolocando em circulação leituras críticas ou revisionistas em relação às políticas de memória e justiça implementadas desde a redemocratização.

Esse cenário revela a permanência de um campo de disputas no qual diferentes atores sociais, políticos e institucionais buscam estabelecer interpretações legítimas sobre a violência estatal do passado e sobre as formas de lidar com seus legados no presente. Essas disputas envolvem as políticas estatais e o debate público, mas também se manifestam nas práticas culturais voltadas à elaboração desse passado. A conjuntura política recente, portanto, reforça a importância de compreender as transformações nas políticas de memória e os desafios colocados à sua manutenção e reconfiguração.

Essas disputas dizem respeito também às formas pelas quais o passado é produzido, preservado e difundido socialmente. Nas últimas décadas, o desenvolvimento de tecnologias digitais e a expansão de iniciativas voltadas à digitalização, visualização e circulação de arquivos e testemunhos transformaram significativamente as práticas de documentação, pesquisa e transmissão das memórias sobre o terrorismo de Estado. Nesse processo, diferentes instituições e organizações da sociedade civil passaram a incorporar recursos tecnológicos em projetos dedicados à preservação e à comunicação desse passado, contribuindo para reconfigurar as formas de acesso, representação e interpretação da violência estatal. É nesse cenário que se inserem as iniciativas analisadas nesta tese, desenvolvidas por Huella Digital e Memoria Abierta, cujas propostas articulam práticas de memória, produção historiográfica e experimentação tecnológica. A seção a seguir examina, portanto, como a incorporação dessas tecnologias tem contribuído para redefinir dinâmicas e disputas no campo da memória na Argentina.

1.5 A reconfiguração do campo da memória e a centralidade das tecnologias

A análise desenvolvida nas seções anteriores mostrou que o campo da memória na Argentina foi constituído a partir de intensas disputas em torno da interpretação do passado ditatorial. Desde a transição democrática, organizações de direitos humanos, sobreviventes e familiares de desaparecidos desempenharam um papel central na denúncia das violações cometidas pela ditadura e na construção de uma narrativa pública sobre o terrorismo de Estado. Ao longo das décadas seguintes, contudo, esse campo não permaneceu estático. As disputas políticas e simbólicas em torno da memória da ditadura coexistiram com transformações mais amplas nas formas pelas quais o passado recente passou a ser

preservado, transmitido e tornado visível no espaço público (JELIN, 2002; CRENZEL, 2008; VEZZETTI, 2012).

Essas transformações também podem ser compreendidas à luz de um processo mais amplo, observado em diferentes sociedades a partir das últimas décadas do século XX, que Andreas Huyssen descreve como a emergência de uma verdadeira “cultura da memória” (HUYSEN, 2000). Em contraste com a orientação fortemente voltada para o futuro que caracterizou a modernidade ao longo de grande parte do século XX, as décadas finais desse período assistiram à crescente centralidade do passado no debate público, na produção cultural e nas políticas institucionais. Segundo o autor, esse deslocamento estaria associado a mudanças profundas nas experiências contemporâneas de temporalidade, marcadas pela aceleração das transformações tecnológicas e culturais e pela consequente sensação de encurtamento do presente. Nesse contexto, a disseminação de formas de amnésia social — associadas, entre outros fatores, à rápida obsolescência das informações e das experiências — convive paradoxalmente com uma intensificação do interesse pelo passado e pela memória (HUYSEN, 2000).

Um dos indícios dessa transformação seria, segundo Huyssen, a crescente “musealização” do mundo contemporâneo, visível na proliferação de museus, arquivos, monumentos e iniciativas voltadas à preservação e à encenação do passado. A expansão dessas práticas evidencia que a memória deixou de ocupar apenas o terreno da experiência individual ou da transmissão social informal, passando a constituir também um domínio institucionalizado de intervenção cultural e política. Nesse sentido, a consolidação de políticas públicas de memória, a criação de instituições dedicadas à documentação das violências do passado e a multiplicação de iniciativas voltadas à preservação de vestígios históricos podem ser compreendidas como parte de um processo mais amplo de institucionalização da memória nas sociedades contemporâneas.

No caso argentino, esse movimento se articula de maneira particular com as disputas em torno do legado da última ditadura militar. As iniciativas de memória constituíram-se, desde o início, em estreita relação com as práticas de denúncia e mobilização promovidas por organismos de direitos humanos, que permaneceram como atores centrais ao longo das décadas seguintes, ainda que em interação com novos enquadramentos institucionais e políticas públicas (JELIN, 2002; CRENZEL, 2008; VEZZETTI, 2012). Nesse processo, o campo da memória se expandiu e se complexificou, incorporando progressivamente um conjunto diversificado de instituições, dispositivos estatais e iniciativas voltadas à preservação e à transmissão do passado recente, sem que isso implicasse o deslocamento ou a substituição

dos atores originalmente envolvidos (JELIN, 2002; LVOVICH, 2009; FRANCO, 2015). A criação de arquivos especializados, a transformação de antigos centros clandestinos de detenção em espaços de memória e o desenvolvimento de programas estatais destinados à documentação e à difusão das violações cometidas durante a ditadura constituem alguns dos elementos que evidenciam esse processo de expansão, institucionalização e reconfiguração do campo da memória (LVOVICH, 2009; SALVI, 2016).

A consolidação dessas iniciativas implicou também transformações significativas nas formas de atuação no interior desse campo. Como mostram diversos estudos sobre as políticas de memória na Argentina, o processo de elaboração pública do passado recente esteve marcado pela progressiva ampliação e diversificação dos atores envolvidos na produção e circulação de narrativas sobre a repressão estatal. Organismos de direitos humanos, sobreviventes, familiares de desaparecidos, intelectuais e instituições estatais passaram a disputar e produzir interpretações sobre a violência política, configurando um campo heterogêneo e marcado por diferentes posições e projetos de memória (JELIN, 2002; CRENZEL, 2008).

Paralelamente a essa pluralização de atores, observa-se também um processo de formalização das práticas de preservação e transmissão da memória da ditadura. A criação de arquivos especializados, a transformação de antigos centros clandestinos de detenção em espaços de memória e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao registro e à investigação das violações de direitos humanos contribuíram para consolidar novas práticas institucionais de gestão e mediação do passado (DA SILVA CATELA, 2001; MESSINA, 2010; MESSINA, 2014; FELD, 2015). Nesse processo, a produção de memória passou a mobilizar também saberes técnicos e profissionais associados à organização de acervos, à preservação documental e à curadoria de exposições, envolvendo a atuação de historiadores, arquivistas, museólogos e pesquisadores vinculados a instituições acadêmicas e culturais. Mais recentemente, esse conjunto de práticas passa a incorporar também dispositivos técnicos associados à digitalização, à circulação em rede e à mediação algorítmica dos arquivos, indicando que a reconfiguração do campo da memória envolve tanto a ampliação institucional quanto transformações nas formas de mediação material e tecnológica do passado.

Ao mesmo tempo, esse processo de institucionalização e profissionalização das políticas de memória esteve acompanhado por mudanças nas formas de apresentação pública do passado recente. À medida que arquivos, museus e espaços de memória se consolidavam como instâncias responsáveis pela preservação e transmissão das experiências da violência estatal, tornava-se igualmente necessário desenvolver dispositivos capazes de organizar,

interpretar e tornar socialmente comunicáveis os vestígios deixados pela repressão. Como observa Elizabeth Jelin, a memória é transmitida por meio de práticas sociais e marcos institucionais que estruturam as formas de narrar e interpretar o passado (JELIN, 2002). Nesse contexto, exposições, arquivos documentais, produções audiovisuais e projetos museográficos passaram a desempenhar um papel central na organização e apresentação pública das experiências da ditadura, configurando diferentes modos de tornar visível e inteligível esse passado no espaço público (HUYSEN, 2000; FELD, 2015).

Nesse processo de expansão e institucionalização das políticas de memória, também se observa a incorporação progressiva de diferentes recursos técnicos às práticas de preservação, documentação e transmissão do passado recente. A digitalização de acervos documentais, a criação de bases de dados e o desenvolvimento de plataformas voltadas à organização e difusão de arquivos sobre a repressão estatal passaram a integrar o repertório de iniciativas dedicadas à investigação e à preservação das violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura. Como indicam estudos recentes sobre arquivos de direitos humanos, a organização e sistematização desses registros tornou-se parte fundamental dos processos de documentação das violências políticas, envolvendo estratégias institucionais voltadas à preservação e à circulação pública de testemunhos, documentos e outros vestígios da repressão (WELD, 2014; CASWELL, 2014). Ao mesmo tempo, a crescente presença de infraestruturas digitais na gestão e na difusão desses acervos tem transformado as formas pelas quais tais registros são armazenados, organizados e tornados acessíveis, ampliando as possibilidades de preservação e circulação da memória em diferentes contextos institucionais (HOSKINS, 2017). É nesse ponto que se insere o objeto desta pesquisa, centrado nas formas contemporâneas de mediação tecnológica do passado, incluindo as reconstruções virtuais de antigos centros clandestinos de detenção, cuja análise será desenvolvida nos capítulos seguintes.

2 Mediações tecnológicas da memória: dos espaços físicos às reconstruções virtuais

A relação com o passado é atravessada por diferentes formas de mediação. A memória envolve processos de elaboração que partem tanto da experiência vivida quanto da mobilização de linguagens, contextos sociais e culturais e formas de transmissão na construção dos sentidos atribuídos aos acontecimentos. Para aqueles que não vivenciaram diretamente os fatos, essa relação depende ainda mais explicitamente de redes de circulação de sentidos que tornam o passado conhecido e socialmente compartilhável.

Nesse âmbito se situa o conceito de “pós-memória”, formulado por Marianne Hirsch (1997) para descrever a relação que a geração seguinte a um evento traumático estabelece com esse passado. Segundo a autora, trata-se de uma conexão profunda, porém mediada, na qual a geração posterior vivencia as experiências dos sobreviventes de forma indireta, por meio de relatos, imagens e narrativas. Ainda que o conceito seja particularmente fecundo para pensar as transmissões intergeracionais do trauma, ele também permite explicitar um aspecto mais amplo dos processos de memória: seu caráter relacional e construído a partir de suportes e mediações diversas. Essa dimensão mediada pode ser compreendida como constitutiva de toda relação com o passado, para além das experiências específicas de determinadas gerações, o que permite aproximá-la da ênfase, aqui adotada, nas operações e dispositivos que tornam esse passado perceptível e inteligível no presente.

Independentemente da geração ou da relação direta com os acontecimentos, os processos de rememoração são atravessados por múltiplas mediações, que incluem contextos históricos, culturais e sociais, bem como as trajetórias e experiências dos sujeitos. Desse modo, a memória pode ser compreendida como um processo situado de elaboração, constituído por diferentes formas de transmissão e enquadramento. Para aqueles que não vivenciaram diretamente os fatos, trata-se de uma “representación del pasado construida como conocimiento cultural compartido por generaciones sucesivas y por diverso/as ‘otro/as’” (JELIN, 2020, p. 434). Ou seja, a possibilidade de lembrar o não vivido depende da inserção dos sujeitos em redes de circulação de sentidos — escolares, institucionais, políticas ou familiares — que tornam esse passado inteligível e socialmente partilhável.

Assim, a memória, além de remeter à experiência, configura-se como um processo de elaboração que mobiliza narrativas, imagens e testemunhos que podem decorrer da escuta, da leitura e da inscrição em circuitos mais amplos de produção de sentido, para além da vivência direta. Para Beatriz Sarlo, toda narração do passado é vicária e hiper-mediada, pois implica sujeitos que buscam compreender experiências alheias a partir de representações disponíveis.

“Si el pasado no fue vivido, su relato no puede sino provenir de lo conocido a través de mediaciones; e, incluso, si fue vivido, las mediaciones forman parte de ese relato” (SARLO, 2012., p. 128). Nessa perspectiva, a mediação integra a própria elaboração narrativa da experiência.

De modo semelhante, Elizabeth Jelin (2020) argumenta que o conceito de “experiência” não depende diretamente do evento em si, mas é sempre atravessado por linguagens, enquadramentos culturais e formas socialmente disponíveis de interpretação. A autora propõe, assim, repensar a suposta distinção entre memórias autobiográficas e aquelas compartilhadas por meio de mecanismos de transmissão, uma vez que ambas se constituem a partir de processos de mediação. Ao enfatizar essa imbricação, Jelin desloca a oposição entre experiência direta e indireta, permitindo compreender a memória como um campo de produção de sentidos no qual diferentes formas de mediação se articulam de maneira dinâmica.

Ademais, se entendemos a memória como uma prática social e cultural, é preciso reconhecer que, além de se constituir por meio de mediações, ela também se materializa em dispositivos concretos que possibilitam sua expressão, circulação e estabilização no tempo. Nesse sentido, como observa Jelin, a produção da memória implica a atuação de sujeitos e agentes sociais empenhados em inscrever sentidos do passado em diferentes formas materiais e simbólicas, concebidas como — ou que se tornam — veículos de memória, tais como livros, museus, monumentos, filmes ou arquivos (JELIN, 2020, p. 438). Essas formas operam como instâncias de inscrição e organização do passado, configurando as maneiras pelas quais ele se torna presente e inteligível.

Nessa direção, a noção de “mídias de memória”, tal como desenvolvida por Aleida Assmann (2011), oferece uma chave importante para compreender os meios técnicos, materiais e simbólicos através dos quais o passado é inscrito e preservado. Partindo dessa formulação, interessa aqui enfatizar as articulações e operações por meio das quais diferentes suportes e linguagens se combinam na produção de sentidos sobre o passado. Assim, propõe-se compreender essas mídias como parte de dispositivos mais amplos de mediação, que veiculam memórias e configuram as condições de sua visibilidade e inteligibilidade, bem como as formas de relação que estabelecem com o passado.

Segundo Assmann, essas formas de inscrição da memória abrangem desde práticas tradicionais, como a literatura, os rituais e os monumentos, até configurações mais recentes, como o cinema, a fotografia, os museus e os arquivos digitais. Essa diversidade evidencia a distribuição da memória por múltiplos regimes de materialidade e mediação, cada um deles

operando segundo lógicas próprias de representação e circulação. Nessa linha, Beatriz Sarlo observa que “diarios, televisión, vídeo, fotografía son medios de un pasado tan fuerte y persuasivo como el recuerdo de la experiencia vivida, y muchas veces se confunden con ella” (SARLO, op. cit., p. 129), indicando que essas formas de mediação participam do registro do passado e produzem efeitos de presença e de evidência capazes de se aproximar da força atribuída à experiência vivida.

Nesse sentido, os dispositivos de mediação são atravessados por escolhas e operações que ultrapassam uma função meramente instrumental. Ao organizar as formas pelas quais o passado pode ser percebido e interpretado, eles intervêm diretamente na maneira como os eventos históricos são compreendidos e disputados, influenciando as relações que diferentes sujeitos estabelecem com esse passado. Assim, sua atuação articula a circulação das memórias às próprias condições de possibilidade de sua significação no espaço público, inserindo-as em circuitos mais amplos de produção de sentidos.

A atuação dos dispositivos também precisa ser considerada em relação aos contextos nos quais circulam e aos modos como são incorporados socialmente. No âmbito da cultura de massa, essa relação ganha particular relevância, já que o debate sobre a indústria cultural oferece elementos importantes para problematizar o caráter não neutro dessas mediações. A tradição crítica associada à Escola de Frankfurt, em especial a Theodor W. Adorno, enfatiza como a transformação da cultura em mercadoria pode reduzir sua potência crítica, reconfigurando a memória em produtos ajustados às lógicas de consumo e contribuindo para a estabilização de narrativas compatíveis com a ordem vigente (ADORNO, 1985).

Contudo, compreender esses circuitos apenas a partir de sua dimensão reprodutiva seria insuficiente. Abordagens posteriores têm destacado que esses mesmos espaços de mediação não operam de maneira unívoca ou homogênea. Andreas Huyssen (2000; 2014), por exemplo, propõe compreender a cultura contemporânea como um campo atravessado por disputas em torno da memória, no qual diferentes narrativas competem por visibilidade e reconhecimento. De modo semelhante, Stuart Hall (1980) argumenta que os produtos culturais assumem significados diversos conforme são apropriados pelos públicos, abrindo margem para leituras negociadas ou mesmo oposicionais. Essas perspectivas permitem compreender os dispositivos de mediação como arenas de disputa, nas quais diferentes interpretações do passado se articulam, tensionam e transformam.

É nesse ponto que se torna necessário avançar de uma compreensão geral da não neutralidade das mediações para uma análise mais precisa de seus modos de operação. A noção de medialidade da memória, proposta por Astrid Erll, oferece ferramentas para esse

deslocamento ao enfatizar o caráter performativo das mediações e o fato de que cada forma de mediação — escrita, visual, sonora ou digital — opera segundo lógicas próprias, participando ativamente da configuração do que é lembrado e de como é lembrado (ERLL, 2012). Assim, compreender os dispositivos como formas de mediação implica examinar como suas formas e linguagens estruturam experiências distintas, configurando ritmos, enquadramentos e modos de apreensão particulares. A medialidade da memória permite, desse modo, qualificar analiticamente os dispositivos já discutidos, evidenciando como diferentes configurações midiáticas participam da produção social do passado em contextos históricos e disputas específicas.

A centralidade dessas questões tem sido amplamente reconhecida por diferentes campos de investigação, que se debruçam sobre as relações entre memória, cultura e mediação em uma variedade de suportes e linguagens (HUYSEN, 2000; ROTHBERG, 2009; RIGNEY, 2012; ERLL, 2012). Em conjunto, essas abordagens permitem sustentar o caráter dinâmico, relacional e continuamente reconfigurado das memórias sociais, que circulam, se transformam e se rearticulam através de diferentes dispositivos e contextos culturais. É nesse horizonte que se insere a análise proposta neste capítulo, voltada às formas pelas quais o passado da violência estatal é mediado e tornado experienciável nas reconstruções de antigos centros clandestinos de detenção na Argentina.

A partir desse enquadramento, o capítulo se organiza em torno de duas formas de medialidade que permitem acompanhar a transformação da relação com o passado da violência estatal: a espacialização e a virtualização. A primeira diz respeito aos modos pelos quais esse passado é ancorado em lugares específicos e convertido em objeto de visita, circulação e experiência. A análise dos chamados lugares de memória permite observar como o espaço participa da produção de sentidos sobre o passado, organizando percursos e orientando formas de percepção e envolvimento dos visitantes.

A segunda forma de medialidade corresponde à virtualização, compreendida aqui como o processo pelo qual recursos digitais reconfiguram formas anteriores de relação espacial com o passado. A análise de reconstruções virtuais e plataformas interativas permite observar como essas tecnologias reorganizam a apresentação e a apreensão do passado, produzindo outras formas de acesso e experiência. A articulação entre espacialização e virtualização orienta, assim, o percurso do capítulo, permitindo examinar como diferentes configurações midiáticas transformam as maneiras de tornar o passado presente e experienciável.

2.1 Lugares de memória e espacialização do passado

Entre as diferentes formas de mediação da memória, a dimensão espacial ocupa um lugar específico na articulação entre passado e presente. Espaços físicos como monumentos, museus, memoriais e sítios históricos participam da configuração das narrativas sobre o passado, na medida em que organizam formas de percepção, orientam vínculos afetivos e estruturam experiências situadas de rememoração. Tomar a memória a partir de sua espacialização implica, portanto, deslocar o olhar para os modos pelos quais o passado se inscreve em materialidades concretas, tornando-se acessível, disputado e reconfigurado em diferentes contextos históricos. Nessa perspectiva, esses espaços constituem dispositivos de produção de sentido histórico e político, capazes de intervir na construção da verdade, na produção de evidências e na elaboração de formas de reparação simbólica.

Para Jelin (2002), esses lugares permitem transformar experiências individuais e muitas vezes intransferíveis em significados públicos e compartilháveis, o que se torna particularmente relevante nos casos de desaparecimento forçado, em que a ausência de materialidade do corpo intensifica a centralidade dessas formas de espacialização da memória. Aleida Assmann (2011) amplia essa perspectiva ao compreender os espaços como mídias de memória. Para a autora, lugares e espaços físicos atuam como veículos de mediação de experiências históricas e culturais, ao oferecer uma materialidade que favorece a conexão entre passado e presente e funciona como âncora concreta da memória cultural. Essa materialidade contribui para preservar e estabilizar determinadas memórias, ao mesmo tempo em que possibilita sua transmissão e vivência por gerações subsequentes. Assmann defende ainda que esses suportes espaciais funcionam de maneira complementar a outras mídias, como a literatura e as tecnologias digitais. Diferentes mídias participam, assim, de modos específicos e articulados da construção e mediação da memória, combinando formas distintas de narrar, materializar e experimentar o passado.

Para além dessa abordagem centrada nas mídias, diferentes tradições teóricas têm enfatizado a relação entre memória, experiência e espacialidade, ainda que a partir de perspectivas distintas. Em comum, essas abordagens destacam que o ato de recordar não se dá de forma abstrata, mas se ancora em configurações materiais e simbólicas que estruturam a relação com o passado (CASEY, 1987; TUAN, 1977; LOWENTHAL, 1985). Nessa direção, os espaços participam da configuração da experiência da memória, na medida em que orientam formas de percepção, modulam vínculos afetivos e organizam modos de apreensão

do tempo. Tomadas em conjunto, essas contribuições permitem compreender a espacialidade como uma dimensão constitutiva da experiência da memória.

A compreensão mais ampla da espacialização da memória permite, então, situar a emergência do conceito de “lugares de memória”, tal como formulado por Pierre Nora (1993), no interior de um debate mais abrangente sobre as formas de inscrição do passado. Para o autor, o “lugar de memória” é um espaço físico ou simbólico que encapsula e transmite a memória de um grupo ou de uma nação, podendo se tratar de monumentos, instituições, rituais, símbolos ou até mesmo eventos históricos que adquiriram um significado particular para uma comunidade. De acordo com Nora, esses lugares funcionam como âncoras da memória e desempenham um papel importante na construção de identidades e na transmissão do passado.

Cabe destacar, contudo, que o conceito formulado por Nora apresenta limites importantes quando mobilizado para a análise de passados marcados pela violência e pelo trauma. Ao privilegiar, em sua formulação original, referências associadas à identidade nacional e a marcos históricos relativamente estabilizados, o conceito pode se mostrar insuficiente para dar conta de experiências atravessadas por conflitos, silenciamentos e disputas (HARTOG, 1997, p. 25). Ainda assim, ao longo do tempo, essa noção foi ampliada e ressignificada, passando a ser mobilizada também na análise de contextos traumáticos, como é o caso da última ditadura argentina.

Os lugares de memória podem, então, ser entendidos como locais que devem se orientar no sentido de romper com a lógica do silenciamento, de valorizar as vozes das vítimas e de repudiar as graves violações ocorridas, cumprindo uma função específica no Estado democrático com a participação da sociedade. Como definem Brett et al. (2007 apud SOARES e QUINALHA, 2011, p. 81), os lugares de memória são “memoriais públicos que assumem um compromisso específico com a democracia mediante programas que estimulam o diálogo sobre temas sociais urgentes de hoje e que oferecem oportunidades para a participação pública naqueles temas”.

Nessa perspectiva, os espaços vinculados à violência de Estado — como os ex-centros clandestinos de detenção na Argentina — podem ser compreendidos como arenas de disputa entre diferentes atores, narrativas e projetos de memória, nos quais se confrontam interpretações sobre o passado e demandas por justiça e reparação. Sua inscrição no espaço público envolve, assim, processos de seleção, atribuição de sentidos e definição de formas legítimas de rememoração.

O conceito pode ainda ser associado a outros, como “lugares de consciência” e “patrimônios difíceis”, pois todos abordam a relação entre espaço, memória e história e, muitas vezes, se sobrepõem. Essas noções integram um campo de formulações que, embora provenientes de tradições distintas, convergem ao destacar o caráter problemático e frequentemente controverso da inscrição do passado no espaço (QUADRAT; SILVA, 2021; MENEGELLO, 2020). Os “lugares de consciência”, por exemplo, contemplam tanto locais diretamente associados às violações dos direitos humanos cometidas durante ditaduras quanto aqueles vinculados à resistência a tais regimes e às disputas de memória e aos embates políticos e sociais em torno desses passados (QUADRAT; SILVA, 2021).

De acordo com a Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência (INTERNATIONAL COALITION OF SITES OF CONSCIENCE, s.d.), os lugares de consciência são quaisquer memoriais, museus, locais históricos, organizações ou iniciativas que se comprometam com princípios básicos como: interpretar a história por meio dos espaços históricos; estar envolvido em programas públicos que estimulem o diálogo sobre questões sociais urgentes; promover valores humanitários e democráticos como função principal; e promover oportunidades para a participação pública em questões levantadas no local.

Esses espaços que atestam a ocorrência de regimes de exceção promovidos pelo Estado e que, em geral, estão associados a violações dos direitos humanos podem também ser identificados pelo conceito de “patrimônios difíceis”, os quais, além de desempenharem as funções de memorial ou de reconhecimento públicos de direitos e de reparação, podem ainda se referir a lugares que não são oficializados como patrimônio, mas que aglutinam demandas por justiça e indenização por estarem relacionados aos eventos traumáticos desencadeados em função de tais experiências autoritários. Muitas vezes, são resultado de políticas de memória que têm como objetivo evitar a ocultação dos fatos e promover esclarecimentos sobre o passado, cumprindo uma função essencial na manutenção dos direitos humanos (MENEGELLO, 2020).

Nesse campo de estudos, há ainda outros dois conceitos mobilizados para entender o caráter desses lugares: “marcas territoriais” (JELIN & LANGLAND, 2003) e “territórios da memória” (DA SILVA CATELA, 2001). O primeiro deles se refere a locais e inscrições físicas significativos para uma comunidade, resultantes de processos impulsionados por “empreendedores de memória” e atravessados por disputas, limitações e lutas pela representação do passado. Os “territórios da memória”, por sua vez, abarcam o entrelaçamento entre material e imaterial, físico e simbólico, bem como a relação entre as

marcas da memória e as práticas sociais que as produzem e ressignificam. Em ambos os casos, assim como nas formulações anteriores, opera uma premissa comum: a ideia de que a espacialização da memória é atravessada por disputas entre diferentes atores sociais pelo sentido do passado e pela apropriação de seus símbolos. São, portanto, conceitos que enfatizam a dimensão conflitiva e histórica dos modos que assume a espacialização da memória.

Em conjunto, essas diferentes categorias evidenciam a pluralidade de perspectivas mobilizadas para compreender as relações entre espaço, memória e violência de Estado. Embora enfatizem aspectos distintos desse fenômeno, elas convergem ao reconhecer que a inscrição do passado no espaço constitui um processo histórico, político e social atravessado por disputas de sentido. Essa convergência permite deslocar o olhar dos lugares de memória enquanto objetos relativamente estáveis para os processos através dos quais são produzidos, apropriados e ressignificados, evidenciando o caráter dinâmico e relacional das formas de inscrição do passado no espaço.

Considerando que o interesse desta pesquisa recai justamente sobre os processos de espacialização da memória e suas formas de mediação, opta-se por privilegiar, ao longo da tese, a expressão "lugares de memória". Trata-se de uma escolha terminológica e analítica voltada a conferir unidade à exposição, sem pretender estabelecer uma hierarquia entre as diferentes categorias apresentadas, cuja discussão teve como objetivo delimitar o campo conceitual em que esta investigação se insere. Adotar essa categoria implica compreender os lugares de memória menos como espaços estáticos e mais como processos históricos de produção, disputa e ressignificação de sentidos sobre o passado. Nessa perspectiva, memoriais, monumentos, placas sinalizatórias e outras marcas conferem materialidade às memórias, participam de sua legitimação e favorecem sua circulação na esfera pública, contribuindo para tornar visíveis diferentes narrativas sobre o passado. Embora a musealização não seja capaz de substituir instrumentos de justiça nem de assegurar a estabilidade e a permanência da memória ao longo do tempo, ela se configura como uma forma de resistência à obsolescência e ao apagamento, atuando também como dispositivo de formação política e cultural e como estímulo à mobilização de outros recursos de memória (HUYSEN, 2000).

Por isso, medidas relativas aos locais associados à repressão e à resistência a experiências autoritárias se inserem no conjunto de abordagens que deve ser adotado pelos Estados visando atender à necessidade de efetividade de direitos humanos e de reparação com relação a um passado agressor, pois se configuram como mídias da memória, como

mediadores entre o passado e o presente. Constitui-se, assim, obrigação dos Estados a adoção de “decisões judiciais, legais, administrativas ou de qualquer outra índole que forem necessárias para garantir a manutenção física dos lugares onde foram cometidas graves violações aos direitos humanos” (IPPDH, 2012, p. 8).

Em decorrência das reconhecidas potencialidades destes espaços, organizações internacionais salientam sua importância para a efetivação dos direitos à verdade e à memória. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por exemplo, reconhece que o patrimônio cultural e os sítios históricos podem servir para despertar e materializar memórias de eventos traumáticos e dolorosos relacionados a histórias de violação de direitos humanos. A Corte Interamericana dos Direitos Humanos, por sua vez, salienta a obrigação dos estados participantes em promover ações relacionadas à criação de suportes físicos para a construção de memórias sobre ditaduras.

Assim, em casos vinculados a massacres ou violações massivas aos direitos humanos, a Corte Interamericana ordenou realizar monumentos, atos públicos de reconhecimento de responsabilidade internacional, e colocação de placas comemorativas nos lugares onde ocorreram os fatos. Além de serem medidas de reparação simbólica e suportes materiais para a construção da memória, essas iniciativas são compreendidas, na jurisprudência do sistema interamericano, como dispositivos voltados ao reconhecimento público dos fatos e à reconstrução coletiva de seus sentidos no espaço social (IPPDH, 2012, p. 12).

No caso argentino, a noção de *lugarización de la memoria* (MESSINA, 2010) permite apreender um dos processos centrais de inscrição do passado recente no espaço público. Trata-se da consolidação de uma forma específica de mediação do passado, na qual o espaço se torna um suporte privilegiado para a produção, organização e disputa de sentidos sobre a violência de Estado. Esse processo está relacionado à institucionalização pública da memória das violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura militar. Conforme discutido no capítulo anterior, especialmente os governos de Néstor Kirchner (2003–2007) e Cristina Kirchner (2007–2015) adotaram políticas de memória, verdade e justiça que favoreceram a transformação de locais de repressão em espaços de memória (CRENZEL, 2008; IPPDH, 2012), contribuindo para a reconfiguração das formas de visibilidade do passado no espaço público.

As políticas de memória adotadas durante esse período incluíram a criação de museus, monumentos e atividades de sensibilização voltadas ao reconhecimento público das experiências da repressão e das lutas por memória e justiça (FELD, 2015). Ao articularem materialidade, narrativa e experiência, esses dispositivos orientam modos específicos de

perceber e interpretar o passado. A incorporação desses locais à narrativa nacional pelos governos Kirchner contribuiu para reinscrever o passado ditatorial no espaço público, ampliando sua visibilidade social e política (BALÉ, 2021).

Contudo, é crucial reconhecer que esses lugares, assim como qualquer meio de memória, estão imersos em disputas e conflitos de memória (JELIN, 2002; DA SILVA CATELA, 2001; CRENZEL, 2008). Esses espaços configuram arenas nas quais diferentes atores disputam as formas legítimas de mediação do passado, mobilizando narrativas e interpretações vinculadas a experiências distintas da violência de Estado. Além disso, conforme foi discutido, os conflitos em torno da memória podem ser exacerbados pela conjuntura política, especialmente em períodos de ascensão de governos que podem questionar ou redefinir políticas de memória anteriormente consolidadas (SVAMPA, 2023; STEFANONI, 2021).

O processo de institucionalização dos lugares de memória na Argentina, intensificado nos governos Kirchner, se deu em meio a intensas disputas políticas e sociais. A ex-Escola de Mecânica da Armada (ESMA), convertida posteriormente no *Espacio para la Memoria y para la Promoción y Defensa de los Derechos Humanos*, tornou-se o principal símbolo dessas tensões. Como analisa Claudia Feld (2017), o local concentra múltiplas camadas de significados e apropriações, funcionando como um dispositivo complexo no qual se articulam dimensões espaciais, narrativas e performativas da memória, e sua trajetória ilustra os conflitos sobre como preservar, recuperar e ocupar espaços marcados pela violência de Estado.

Desde os primeiros anos após a redemocratização, surgiram demandas por investigação dos crimes cometidos na ESMA, ainda que sem uma definição clara por parte do Estado sobre o destino do edifício (CALADO, 2014). A ausência de uma política estatal ativa marcou esse período, enquanto avançavam propostas que defendiam usos institucionais ou imobiliários do espaço, frequentemente em detrimento de seu reconhecimento como lugar de memória. Conforme analisa Feld (2017), um episódio emblemático desse momento ocorreu no final da década de 1990, quando foi sugerida a demolição completa do prédio do Cassino de Oficiais — principal local de detenção e tortura dentro do complexo — sob o argumento de “exorcizar o passado”. A proposta foi amplamente repudiada por organismos de direitos humanos, que a entenderam como uma forma de negar a memória e promover a impunidade, evidenciando o caráter conflitivo que atravessa as disputas em torno dos usos do passado recente.

Esse conflito catalisou uma nova onda de mobilizações, reforçando a ideia de que o lugar deveria ser preservado como prova material dos crimes da ditadura (FELD, 2017). Nesse sentido, evidencia-se como a materialidade do espaço constitui um elemento ativo na produção da inteligibilidade do passado no presente. A tentativa de demolição foi, assim, um marco decisivo nesse processo: assinalou a passagem de uma fase de ambiguidade institucional para um novo ciclo de disputa ativa pela memória e pela preservação do sítio.

Em março de 2004, o presidente Néstor Kirchner anunciou oficialmente a desocupação do complexo pela Marinha, num gesto que reconfigurou de maneira significativa as políticas estatais de memória e o reconhecimento dos crimes de terrorismo de Estado (CALADO, 2014). Esse movimento pode ser compreendido, também, como uma intervenção nos modos de visibilização do passado, ao redefinir institucionalmente os usos legítimos do espaço. A partir desse deslocamento, a definição de sua gestão passou a envolver diferentes instâncias institucionais e uma pluralidade de atores — organizações de direitos humanos, universidades e órgãos públicos — que passaram a disputar os sentidos e as funções atribuídos ao local (FELD, 2017), evidenciando o caráter conflitivo que estrutura o campo da memória (JELIN, 2002).

Em 2007, foi criado formalmente o *Espacio Memoria y Derechos Humanos* (ex ESMA), consolidando um processo de institucionalização que reorganizou os sentidos e usos do espaço a partir da articulação de uma multiplicidade de práticas e atores em seu interior. Como analisa Ana Guglielmucci (2013), o complexo passou a abrigar diferentes instâncias institucionais — incluindo organismos estatais, organizações de direitos humanos e iniciativas de caráter museográfico e educativo —, configurando-se como um espaço no qual se sobrepõem funções administrativas, políticas e simbólicas. No entanto, essa heterogeneidade esteve na base de novas controvérsias, sobretudo entre setores que temiam a "banalização" do espaço, defendendo que ele fosse reservado exclusivamente à homenagem às vítimas e à denúncia da repressão. Como destaca Feld (2017), a ESMA consolidou-se, assim, como um campo de disputas simbólicas e políticas, cujas tensões se mantêm presentes mesmo após sua institucionalização.

Já durante as discussões no Congresso sobre a construção de um museu no ex-CCD, entre 2010 e 2012, Cinthia Balé (2021) analisa como a controvérsia em torno do projeto evidenciou disputas sobre os sentidos do passado e sobre a própria legitimidade dos atores autorizados a defini-los. Segundo a autora, setores da oposição passaram a questionar o caráter participativo do processo, interpretando-o como um mecanismo de legitimação de decisões previamente orientadas pelo Estado. Nessa chave, o debate desloca-se do plano

estrito dos conteúdos memoriais para incidir sobre os próprios dispositivos institucionais e museográficos por meio dos quais a memória é produzida e tornada pública. Para esses setores, o governo kirchnerista operaria uma forma de centralização da memória, ao reivindicar para si a autoridade de definir os usos do espaço e os enquadramentos legítimos do passado, o que alimentava críticas relativas tanto à suposta monopolização das narrativas quanto ao risco de banalização do lugar.

Outro exemplo significativo dessas tensões pode ser observado no episódio analisado por Feld (2017), referente ao evento organizado em 27 de dezembro de 2012 pelo então ministro da Justiça, Julio Alak, em um dos espaços abertos do predio da ex-ESMA, com o objetivo de realizar um brinde de fim de ano com integrantes de sua equipe. Ainda que apresentado por seus organizadores como um encontro institucional, o episódio foi rapidamente reinscrito no debate público como um “*asado y brindis*”¹³ — denominação mobilizada por organismos de direitos humanos para denunciar a inadequação de tais práticas em um espaço marcado pela violência estatal. A crítica formulada por esses atores evidencia como determinados usos do local são percebidos como incompatíveis com sua densidade histórica e simbólica. Nesse sentido, mais do que um episódio isolado, a polêmica permite apreender os critérios, frequentemente implícitos, que regulam as formas consideradas legítimas de relação com esses espaços, revelando que, mesmo sob gestão estatal e após sua institucionalização como sítio de memória, a ex-ESMA permanece atravessada por disputas acerca de seus usos, significados e limites (FELD, 2017).

Os acontecimentos posteriores mostram que essas disputas assumiram novas configurações à medida que a institucionalização e o reconhecimento público do espaço avançavam. Em maio de 2015, durante uma cerimônia de reinauguração simbólica, a então presidenta Cristina Kirchner reafirmou o sentido político do espaço, ao afirmar que “la recuperación [...] es un acto de resistencia de la memoria y de la vida” (CASA ROSADA, 2015). A ocasião marcou a incorporação formal da ESMA à *Red Federal de Sitios de Memoria*, reforçando sua projeção institucional e pedagógica. Ainda assim, novas controvérsias emergiram em torno dos usos do local: organizações como a *Asociación de Ex-Detenidos Desaparecidos* denunciaram o uso do local para a realização de práticas e

¹³ Em espanhol, *asado* designa o tradicional churrasco argentino. No contexto da última ditadura militar, entretanto, o termo adquiriu também uma conotação associada à repressão, sendo empregado em alguns relatos e testemunhos como eufemismo para a incineração de corpos de pessoas assassinadas pelo terrorismo de Estado. Foi essa sobreposição de sentidos que levou organismos de direitos humanos a considerar particularmente inadequada a realização de um “*asado y brindis*” nas dependências da ex-ESMA.

encenações políticas consideradas alinhadas ao governo, em detrimento da centralidade das experiências dos sobreviventes. Em nota pública, o grupo afirmou que “la ESMA no debe ser un espacio de jolgorio... sino de interpelación con respecto al genocidio” (ENLACE CRÍTICO, 2015). O episódio evidencia que a institucionalização não eliminou as disputas em torno do espaço, mas deslocou seus termos, envolvendo diferentes concepções sobre seus usos e sobre as formas de interpretar o passado.

Além da ESMA, outros ex-CCDs vivenciaram embates similares, envolvendo associações de sobreviventes, governos locais e organizações da sociedade civil. Casos como o *Club Atlético*, *Automotores Orletti* e *Mansión Seré* — posteriormente integrados ao circuito de sítios de memória — evidenciam que essas disputas atravessam de maneira recorrente os processos de recuperação e institucionalização desses espaços. As controvérsias gravitaram em torno da gestão, do acesso e da programação — se deveriam priorizar exposições museográficas, atividades educativas, eventos culturais ou usos comunitários —, reforçando o caráter político e dinâmico dessas mídias espaciais de memória.

O ex-CCD *Olimpo*, por exemplo, também se consolidou como campo visível dessas disputas em torno do sentido, do uso e da gestão dos lugares de memória na Argentina. Luciana Messina (2010, 2011) analisa como o local se constituiu como um dispositivo de memória envolvendo marcas territoriais, ocupações temporárias e mobilizações que incluíram Estado, organizações sociais, sobreviventes e vizinhos. A dissertação de Mariana Paganini (2020) complementa essa perspectiva ao investigar os conflitos intergeracionais no processo educativo do local, evidenciando como orientadores, visitantes jovens e narrativas institucionais disputam as representações do passado.

Os casos examinados permitem situar essas disputas em um processo mais amplo de institucionalização das memórias sobre o terrorismo de Estado na Argentina. A recuperação e a gestão dos ex-CCD envolveram organismos de direitos humanos, sobreviventes, familiares, organizações sociais, governos locais e outros atores que participaram da definição dos usos desses lugares e dos sentidos atribuídos ao passado (DA SILVA CATELA, 2014; JELIN, 2002). A consolidação de determinados espaços como referências do campo da memória, como a ESMA e o *Olimpo*, esteve, portanto, articulada a formas de interlocução entre Estado e sociedade e a diferentes iniciativas voltadas à memória, verdade e justiça.

Entre essas iniciativas, destacam-se a criação do *Archivo Nacional de la Memoria*, a institucionalização do 24 de março como data central do calendário público e escolar, a reformulação de marcos narrativos como o prólogo do *Nunca Más*, bem como a promoção de

instâncias de debate público — incluindo jornadas, seminários e atividades educativas — voltadas à circulação de interpretações sobre o passado recente. A abertura e organização de arquivos vinculados à repressão estatal também ampliaram as possibilidades de investigação histórica e as condições de sustentação das demandas judiciais (MINISTERIO DE JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS, 2015).

Também é nesse contexto que se inscrevem as políticas voltadas especificamente aos chamados lugares de memória. A partir da experiência da ESMA e da crescente visibilidade dessas demandas, observou-se uma ampliação das iniciativas de identificação, preservação e sinalização de ex-CCD em diferentes regiões do país. Esse processo foi, em grande medida, estruturado pela criação da *Red Federal de Sitios de Memoria* (REFESIM), que passou a articular uma política nacional voltada ao reconhecimento e à marcação desses espaços.

Por meio dessa rede, desenvolveu-se uma política de sinalização voltada à identificação pública e à preservação material dos locais utilizados como centros clandestinos de detenção. Entre 2005 e 2015, mais de uma centena desses espaços foi oficialmente sinalizada, em um universo de centenas de locais identificados em todo o território nacional. Contudo, como demonstram Luciana Messina (2009) e Ana Guglielmucci (2013), a seleção desses sítios e as formas de sua institucionalização estiveram diretamente vinculadas às demandas e mobilizações de atores locais, incluindo denúncias sobre o funcionamento passado desses espaços e reivindicações por sua desocupação e reconversão.

A expansão das políticas de sinalização envolveu a participação articulada de instâncias nacionais, provinciais e municipais, configurando uma dinâmica multiescalar. Como observa Balé (2020), essas iniciativas resultaram de negociações situadas, nas quais demandas locais se articulavam a enquadramentos mais amplos sobre o passado. Esse processo evidencia o caráter político de sua institucionalização, uma vez que a definição dos sítios, de suas formas de preservação e de sua inscrição nas políticas públicas envolveu disputas em torno dos sentidos atribuídos ao passado (DA SILVA CATELA, 2014; MESSINA, 2019). A capacidade dessas políticas de produzir reconhecimento dependia, assim, das condições específicas em que esses lugares eram incorporados às narrativas públicas sobre o passado ditatorial.

Esses processos permitem compreender os lugares de memória em um plano mais amplo, como formas de inscrição material de disputas em torno do passado. Retomando discussões desenvolvidas no capítulo anterior, as lutas pela criação de monumentos, museus, memoriais e marcas territoriais podem ser compreendidas como processos pelos quais determinados sentidos do passado são tornados públicos e inscritos em formas visíveis e

compartilháveis (JELIN, 2002; DA SILVA CATELA, 2001; HUYSEN, 2000). Esses espaços participam, assim, de disputas sociais nas quais diferentes interpretações do passado encontram formas materiais de expressão e reconhecimento.

A expansão das políticas de sinalização envolveu a participação articulada de instâncias nacionais, provinciais e municipais, configurando uma dinâmica multiescalar. Como observa Balé (2020), essas iniciativas resultaram de negociações situadas, nas quais demandas locais se articulavam a enquadramentos mais amplos sobre o passado. Esse processo evidencia o caráter político de sua institucionalização, uma vez que a definição dos sítios, de suas formas de preservação e de sua inscrição nas políticas públicas envolveu disputas em torno dos sentidos atribuídos ao passado (DA SILVA CATELA, 2014; MESSINA, 2019). A capacidade dessas políticas de produzir reconhecimento dependia, assim, das condições específicas em que os lugares eram incorporados às narrativas públicas sobre o passado ditatorial.

Esses processos permitem compreender os lugares de memória em um plano mais amplo, como formas de inscrição material de disputas em torno do passado. Retomando discussões desenvolvidas no capítulo anterior, as lutas pela criação de monumentos, museus, memoriais e marcas territoriais podem ser compreendidas como processos pelos quais determinados sentidos do passado são tornados públicos e inscritos em formas visíveis e compartilháveis (JELIN, 2002; DA SILVA CATELA, 2001; HUYSEN, 2000). Esses espaços participam, assim, de disputas sociais nas quais diferentes interpretações do passado encontram formas materiais de expressão e reconhecimento.

2.2 Tecnologias digitais e reconfiguração dos suportes da memória

A ênfase nos lugares de memória como dispositivos de ancoragem do passado em suportes materiais e espacialmente situados permite compreender como determinadas experiências históricas são inscritas, preservadas e disputadas no espaço. No entanto, essa inscrição não se esgota na materialidade dos sítios físicos. Nas últimas décadas, a expansão das tecnologias digitais introduziu novas formas de mediação que tensionam, deslocam e reconfiguram essas relações entre memória, espaço e presença. Mais do que simplesmente ampliar o acesso ou oferecer suportes complementares, tais tecnologias reconfiguram as próprias condições de produção, circulação e apreensão das narrativas sobre o passado,

incidindo diretamente sobre os modos de ver, narrar e experienciar esses eventos, instaurando outros regimes de visibilidade, interação e experiência.

Nesse contexto, as questões formuladas por Jelin — “¿Es necesario o importante sacrificar los espacios o lugares donde ocurrieron los hechos? [...] ¿valen también los espacios simbólicos?” (JELIN, 2020, p. 480) — ganham novos desdobramentos quando consideradas à luz das mediações digitais, ao provocarem uma reflexão fundamental no campo da memória: até que ponto a experiência do passado precisa estar ancorada em sua materialidade original? E, sobretudo, como lidar com formas mediadas — inclusive digitais — de elaboração e transmissão da memória, seja na ausência desses suportes, seja em coexistência com eles, em contextos nos quais os espaços foram destruídos, transformados ou institucionalizados como lugares de memória?

Essa problemática se torna particularmente evidente em contextos de violência de Estado. Como lembra Georges Didi-Huberman ao discorrer sobre o Holocausto, nosso conhecimento sobre esse passado marcado pela violência e pela repressão é fragmentado, pois é afetado pelas decisões políticas nazistas de liquidar toda possibilidade de representação posterior e, portanto, tem como limitação a ausência de documentos (apud SARLO, 2005, p.138-139). Essa observação permite compreender que a representação de experiências de violência de Estado é sempre atravessada por lacunas, silêncios e disputas, resultantes tanto de estratégias deliberadas de apagamento quanto das próprias condições de possibilidade da memória — o que também se verifica no caso argentino. A destruição, a transformação e, em alguns casos, a preservação parcial de espaços utilizados pelo aparato repressivo constituem diferentes formas de relação com esse passado, que condicionam as possibilidades de sua representação. Diante disso, questões sobre como representar o que já não existe — ou como representar também o que existe, mas foi transformado, ressignificado ou incorporado a políticas institucionais de memória — deixam de ser apenas epistemológica e se tornam também políticas.

Ainda quando a força ou medidas administrativas visam apagar determinadas memórias ou quando elas não podem se materializar em um lugar específico, os sujeitos buscam canais alternativos de expressão. “Cuando se encuentra bloqueada por otras fuerzas sociales, la subjetividad, el deseo y la voluntad de las mujeres y hombres que están luchando por materializar su memoria se ponen claramente de manifiesto de manera pública, y se renueva su fuerza o potencia” (JELIN, 2020, p. 570-571). Nesse sentido, a impossibilidade — total ou parcial — de inscrição material conduz à reconfiguração da memória em diferentes suportes, linguagens e dispositivos, que passam a disputar publicamente a visibilidade do

passado. Diante disso, surgem novas reflexões: é possível “destruir” o que as pessoas tentam recordar ou perpetuar? O esquecimento que a repressão buscou impor não teve como efeito paradoxal a multiplicação de memórias e a atualização dos debates acerca do ocorrido? E, nesse processo, que diferença faz que o lugar escolhido para servir como veículo de memória tenha sido, ou não, o lugar onde os fatos ocorreram?

Essas perguntas se tornam ainda mais pertinentes diante dos processos de transformação dos dispositivos memorialísticos na contemporaneidade. Como foi discutido até aqui, lugares como a ex-ESMA e o ex-Olimpo exemplificam disputas políticas em torno da preservação e da significação de espaços materiais vinculados à repressão. No entanto, a elaboração pública do passado não se restringe à ocupação física de sítios históricos: ela também ocorre em plataformas tecnológicas, cujas interfaces, linguagens e lógicas técnicas introduzem formas específicas de mediação e reconfiguram os modos de reconstrução e experiência do passado.

A virtualidade, nesse contexto, pode desempenhar um papel relevante na preservação e na circulação da memória de espaços utilizados pela ditadura, tanto daqueles que foram destruídos quanto daqueles que permanecem existentes, mas foram transformados, institucionalizados ou têm seu acesso limitado, o que inclui situações em que a experiência do lugar físico é mediada, restrita ou reconfigurada por políticas públicas e institucionais. Em todos esses casos, as tecnologias digitais oferecem possibilidades para tornar visíveis experiências e informações que foram silenciadas, apagadas ou marginalizadas no espaço físico. Na medida em que memórias não existem abstratamente, mas necessitam de formas públicas de expressão e articulação, artefatos culturais como a internet são, atualmente, importantes meios para sua concretização e materialização (NEIGER; MEYERS; ZANDBERG, 2011). Assim, reconstruções virtuais podem reinterpretar o que permanece, tensionar usos presentes do espaço e intervir nas disputas simbólicas em torno de seus significados, ampliando os modos de engajamento público com o passado.

É nesse cenário que se insere o objeto empírico desta pesquisa: as reconstruções virtuais de ex-centros clandestinos de detenção na Argentina. Essas iniciativas baseiam-se em modelagens tridimensionais, acervos documentais e, em alguns casos, tecnologias imersivas, produzindo formas específicas de visualização, navegação e experiência, nas quais a relação com o passado é mediada por escolhas técnicas, estéticas e narrativas que orientam o que é mostrado, como é mostrado e quais percursos são possíveis ao usuário.

Essa expansão do campo da memória para o universo digital ocorre em articulação com os lugares, ao mesmo tempo em que abre novas formas de representação e

experimentação do passado. Nessa perspectiva, as tecnologias digitais também devem ser compreendidas como mídias de memória: participam ativamente da configuração de experiências sensíveis, narrativas e disputas sobre o que deve ser lembrado, como e por quem, operando como instâncias de mediação que moldam a própria relação entre passado e presente.

Em uma sociedade mediada pelas novas tecnologias de informação e comunicação (CASTELLS, 2005), as formas contemporâneas de elaboração do passado passam a ser atravessadas de maneira estruturante pelos meios digitais, o que implica reconhecer que as práticas de constituição de significados não se desenvolvem à margem dessas mediações. Nesse contexto, iniciativas de memória articuladas por essas mídias ampliam o acesso a conteúdos históricos e intervêm na produção de significados sobre o passado, podendo gerar novas formas de elaboração e apropriação mnêmica (MERRIL; KEIGHTLEY; DAPHI, 2020; NEIGER; MEYERS; ZANDBERG, 2011). Interessa, portanto, compreender como essa centralidade se manifesta em dinâmicas específicas de mediação, nas quais diferentes atores e dispositivos intervêm na elaboração das narrativas sobre o passado.

Através de tecnologias como a realidade virtual, a reconstrução digital e a narrativa multimídia, é possível recriar esses espaços de forma imersiva e interativa, permitindo que diferentes públicos acessem representações detalhadas desses locais históricos. "Las materialidades (y ahora también las virtualidades) son vehículos, son instrumentos para la conciencia, para la reflexividad, para la 'educación ciudadana'." (JELIN, 2020, p.482). Essas representações articulam a reprodução da arquitetura física a múltiplas camadas de informação — como depoimentos de testemunhas, fotografias, documentos históricos e outros artefatos —, produzindo formas específicas de experiência e interpretação, nas quais a dimensão sensorial e imersiva desempenha um papel relevante na construção de sentidos sobre o passado.

Além disso, a virtualidade abre possibilidades relevantes para o acesso e a circulação de memórias, na medida em que pode ampliar o alcance geográfico e temporal das narrativas sobre a ditadura, permitindo que pessoas de diferentes regiões e contextos sociais acessem testemunhos, documentos e reconstruções de espaços ligados ao terrorismo de Estado. Essa ampliação das condições de acesso e circulação se articula diretamente às transformações mais amplas que deram origem ao campo da história digital, cuja consolidação está associada à incorporação de novos suportes e à transformação das formas de interação com as fontes e de produção do conhecimento histórico, incidindo também sobre as relações entre historiadores, públicos e objetos de investigação.

Nesse quadro, diferentes autores têm chamado atenção para os impactos dessas transformações nas práticas historiográficas, destacando que a digitalização de acervos e a criação de repositórios online reorganizam as próprias condições de pesquisa, escrita e circulação do conhecimento histórico (COHEN; ROSENZWEIG, 2005; AYERS, 1999; HITCHCOCK, 2013). Essas mudanças ultrapassam a dimensão instrumental das ferramentas digitais e envolvem outras formas de narrar e interagir com o passado, nas quais a relação entre produção acadêmica e públicos mais amplos tende a se tornar mais permeável — aspecto particularmente relevante para o campo da história pública, que busca engajar diferentes setores da sociedade na reflexão sobre eventos históricos, inclusive aqueles marcados por experiências traumáticas.

No entanto, é preciso problematizar a ideia de que os espaços digitais seriam, por definição, democráticos ou inclusivos. Crymble (2021) destaca que a digitalização permite criar representações mais complexas e interativas do passado, mas observa que essas possibilidades estão condicionadas por desigualdades de acesso, pelo domínio de certos atores institucionais e pelo risco de homogeneização das experiências históricas. Assim, embora a história digital amplie o repertório de estratégias para narrar o passado, seus limites e condições de produção devem ser cuidadosamente examinados.

Rosenzweig e Cohen (2005) mostram que a digitalização de acervos envolve escolhas que moldam o acesso e a interpretação, evidenciando que as infraestruturas digitais constituem instâncias que reorganizam desigualdades e condicionam a visibilidade dos conteúdos históricos. Nessa mesma direção, a reflexão de Astrid Erll (2011) permite aprofundar essa problematização ao destacar que os meios de mediação participam ativamente da configuração do passado como objeto de conhecimento, influenciando os modos pelos quais ele é selecionado, enquadrado e interpretado. Assim, as tecnologias digitais constituem dimensões dos processos de produção de sentido, o que desloca a análise para as condições sob as quais determinadas narrativas se tornam visíveis, inteligíveis e socialmente compartilhadas.

No interior das transformações já apontadas, um dos aspectos centrais diz respeito aos modos pelos quais o digital reorganiza a visibilidade do passado, tornando disponível um volume cada vez maior de registros históricos, mas submetendo sua circulação a dinâmicas específicas de seleção, hierarquização e reconhecimento público. Nesse sentido, a ampliação do acesso não se traduz automaticamente em inteligibilidade ou relevância, na medida em que a própria experiência de contato com esses registros é atravessada por lógicas de dispersão,

sobrecarga e descontinuidade. Como propõe Hoskins (2017), essa nova ecologia da memória — marcada pela fragmentação, pela velocidade e pela instabilidade — produz uma situação paradoxal: ao mesmo tempo que amplia a disponibilidade de registros, dificulta a consolidação de narrativas mais duradouras e a construção de sentidos compartilhados.

Nesse contexto, a contribuição de Wendy Chun (2006) permite aprofundar a análise ao evidenciar que as infraestruturas digitais operam simultaneamente como condições de possibilidade e como mecanismos de regulação, articulando lógicas de abertura e controle que incidem diretamente sobre o que pode ser visto, acessado e lembrado. Essas infraestruturas definem as condições sob as quais determinados registros se tornam perceptíveis, circuláveis e socialmente relevantes, estruturando sua permanência e hierarquização de acordo com critérios que combinam dimensões técnicas, institucionais e econômicas.

É nesse ponto que a crítica ao “tecno-utopismo”, formulada por Morozov (2011), ganha densidade analítica, ao problematizar a tendência de associar inovação tecnológica à ampliação automática da democracia ou do acesso ao conhecimento. No campo da memória, essa advertência permite tensionar leituras que tratam as reconstruções digitais como respostas suficientes aos desafios da preservação e da transmissão do passado, deslocando a análise para as condições concretas de sua produção, circulação e apropriação. No caso argentino, isso implica reconhecer que a recriação digital de ex-centros clandestinos de detenção, embora possa constituir um recurso relevante, é atravessada por escolhas narrativas, estéticas e políticas que incidem sobre o que é mostrado e sobre os modos pelos quais essas representações se tornam acessíveis e significativas para diferentes públicos.

Ao integrar essas perspectivas, torna-se evidente que, embora as tecnologias digitais permitam preservar conteúdos ameaçados pelo esquecimento e torná-los acessíveis a novos públicos, seu papel no campo da memória não pode ser compreendido em termos de ampliação linear ou de democratização automática, uma vez que o engajamento público e a visibilidade das reconstruções digitais dependem de regimes de mediação específicos, estruturados por escolhas curatoriais, interfaces e normas institucionais que atravessam desigualdades de acesso e disputas sobre legitimidade e interpretação. Esse enquadramento permite compreender o digital como um espaço de organização diferencial da visibilidade do passado, no qual se definem as condições de produção, circulação e reconhecimento das narrativas, evitando leituras que o associem de forma imediata à transparência ou à neutralidade.

Relacionando essa abordagem ao caso argentino, a recriação digital de ex-centros clandestinos de detenção pode, de fato, representar um recurso estratégico para a preservação

e difusão da memória das violações de direitos humanos perpetradas pela ditadura. Entretanto, é preciso interrogar quais memórias são privilegiadas nessas representações, quem são os agentes por trás dessas iniciativas e quais interesses orientam as escolhas estéticas, narrativas e políticas dos projetos. Tal como discutido anteriormente a respeito dos lugares de memória e da espacialização do passado, essas iniciativas constituem dispositivos de mediação que realizam seleções, produzem enquadramentos e organizam formas específicas de visibilidade e experiência do passado (ERLL, 2012; JELIN, 2002). Em um contexto em que parte desses espaços foi destruída, enquanto outros foram transformados em lugares de memória ou permanecem sob controle das Forças Armadas, as iniciativas digitais se articulam de maneira diferenciada a essas distintas condições de existência dos lugares, sem eliminar os debates sobre sua destinação material ou os riscos de instrumentalização simbólica do passado. Nesse sentido, embora se insiram no processo mais amplo de transformação da historiografia e da memória mediada por tecnologias, essas iniciativas devem ser compreendidas como construções situadas, que demandam uma análise crítica atenta às relações de poder que moldam sua produção e circulação. Sua análise envolve, portanto, tanto a dimensão empírica dos projetos quanto a problematização das categorias mobilizadas para compreender essas formas de mediação do passado.

As tensões observadas nessas iniciativas — entre materialidade e virtualidade, entre acesso e controle, entre preservação e disputa — colocam em evidência limites nas categorias tradicionalmente mobilizadas para pensar a relação entre memória e espaço, particularmente no que se refere à noção de “lugares de memória”. Nesses termos, a aproximação entre ambientes digitais e essa categoria não pode ser estabelecida como uma equivalência direta, uma vez que as diferenças quanto às formas de materialidade, de inscrição e de experiência impedem sua transposição imediata. Mais do que afirmar que os ambientes digitais são, em si, lugares de memória, interessa, portanto, investigar sob quais condições, por meio de quais dispositivos e a partir de quais agentes eles podem operar como instâncias de ancoragem, atualização e disputa do passado, nas quais se articulam práticas de inscrição, circulação e produção de sentidos.

É justamente diante desses limites que a noção de patrimônio cultural se torna analiticamente produtiva, ao oferecer um enquadramento mais flexível para pensar a incorporação de suportes não materiais no campo da preservação do passado. Acompanhando um processo de expansão iniciado nas últimas décadas, o patrimônio deixou de ser pensado apenas como objetos, sítios ou monumentos materiais para incorporar práticas, saberes e expressões imateriais, reconhecendo que a transmissão do passado envolve modos de vida e

repertórios culturais em constante transformação. Essa reconfiguração permite situar as produções digitais no interior das práticas de preservação, deslocando o foco da comparação direta com os lugares de memória para as condições históricas e institucionais que orientam seu reconhecimento como suportes legítimos do passado.

Nesse horizonte, emergem também os chamados “novos patrimônios”, nos quais se inscrevem elementos imateriais da cultura, assim como produções vinculadas à cultura digital, em consonância com a ampliação contemporânea do próprio conceito de patrimônio, que passa a abarcar práticas, saberes e formas de expressão não necessariamente ancoradas em suportes materiais tradicionais (SMITH, 2006; HARRISON, 2013). Nessa perspectiva, o patrimônio deixa de ser compreendido como um conjunto fixo de objetos a serem preservados e passa a ser entendido como um campo de disputas em torno do que deve ser reconhecido, transmitido e legitimado como herança cultural (KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 2004). É nesse contexto que se inscrevem também as discussões sobre patrimônio digital, entendido como um conjunto de recursos produzidos ou convertidos em formato digital e cuja preservação se coloca como um desafio específico das sociedades contemporâneas (UNESCO, 2003; CAMERON; KENDERDINE, 2007). Assim, produções vinculadas à cultura digital podem ser situadas nesse campo ampliado, cujo reconhecimento como herança a ser preservada permanece em disputa, evidenciando que os critérios de legitimação dessas formas de memória são historicamente construídos e politicamente negociados.

A UNESCO (2003) salienta que os recursos que são frutos do saber ou da expressão dos seres humanos cada vez mais são gerados diretamente em formato digital ou se convertem a esse formato a partir de um material analógico já existente. Embora sua preservação ainda seja um desafio, muitos desses recursos possuem valor e importância duradouros e, por isso, constituem um patrimônio digno de proteção e conservação, em benefício das gerações atuais e futuras. Ainda assim, reconhecer o estatuto patrimonial desses conteúdos não elimina as tensões relativas à sua estabilidade, autenticidade e circulação, que permanecem atravessadas por condicionantes técnicos e institucionais.

A despeito dos desafios que envolvem a preservação e a circulação de bens culturais no ambiente digital, os chamados patrimônios digitais apresentam características específicas que não se esgotam na oposição entre ampliação de acesso e seus limites, mas dizem respeito às formas particulares de produção e transformação dos próprios conteúdos. Sua natureza recombinação — isto é, a capacidade de serem reutilizados, editados e recontextualizados — permite que textos, imagens, sons e modelos tridimensionais circulem amplamente na internet, sendo apropriados e transformados por diferentes usuários. Essa abertura técnica e

semântica, conforme observa Vera Dodebei (2015), favorece a construção de novas camadas de sentido, introduzindo uma dinâmica de permanente reatualização das narrativas sobre o passado, na qual os conteúdos deixam de operar como registros estáveis para se constituírem como materiais passíveis de reconfiguração contínua.

Essa dinâmica, no entanto, não implica uma horizontalização das disputas de memória, uma vez que a circulação e a visibilidade dessas reconfigurações permanecem condicionadas por plataformas, algoritmos, padrões de usabilidade e regimes de propriedade intelectual, que definem quais conteúdos ganham projeção e quais permanecem marginais (HOSKINS, 2017; VAN DIJCK, 2007). Nesse sentido, a multiplicação de agentes e de possibilidades de intervenção — como destaca Malerba (2017) ao analisar a emergência de novos atores na produção de narrativas históricas — deve ser compreendida à luz das condições desiguais de participação que atravessam o ambiente digital. Ainda assim, os patrimônios digitais constituem recursos relevantes para a construção de narrativas sobre objetos, práticas e espaços que desapareceram, foram transformados ou permanecem inacessíveis. No caso dos sítios vinculados à repressão na Argentina, isso significa que as reconstruções digitais podem operar como formas de reinscrição do passado, sem, contudo, substituir os conflitos em torno da materialidade desses lugares, da sua destinação no presente ou das disputas políticas que os atravessam.

Dessa maneira, pensar a relação entre o ciberespaço e as diferentes formas de representação do passado exige mais do que mapear novas mídias ou formatos. Trata-se de examinar como essas mediações se concretizam em práticas específicas, mobilizadas por distintos agentes, em contextos sociopolíticos determinados, e quais efeitos produzem na configuração das narrativas sobre o passado. Essa perspectiva permite observar os dispositivos digitais em sua operação concreta, considerando os percursos que estabelecem, os enquadramentos narrativos que constroem e as modalidades de engajamento que propõem. É a partir desse enfoque que as reconstruções digitais podem ser analisadas como intervenções situadas, nas quais escolhas técnicas, estéticas e políticas incidem sobre os modos de apreensão do passado.

A análise dessas reconstruções convida, portanto, a interrogar de forma mais precisa os modos pelos quais as mídias digitais configuram experiências, produzem autoridade e organizam a circulação pública das narrativas sobre o passado, particularmente no que diz respeito às memórias do terrorismo de Estado. Essa análise envolve examinar os efeitos produzidos por essas tecnologias sobre a densidade histórica e a dimensão testemunhal dos espaços reconstruídos, considerando tanto as possibilidades de acesso e engajamento quanto

dinâmicas de simplificação, despolitização ou espetacularização. Coloca-se, assim, a necessidade de compreender como se constituem, nessas mediações, regimes específicos de legitimação, e de que maneira eles se articulam — ou entram em tensão — com as vozes das vítimas, dos sobreviventes e dos diversos atores envolvidos na construção dessas memórias.

Essas questões adquirem particular densidade no caso das reconstruções virtuais dos ex-centros clandestinos de detenção argentinos, cujas múltiplas dimensões — físicas, afetivas e históricas — tensionam as possibilidades e os limites das tecnologias digitais. É a partir desse enquadramento que a próxima seção se orienta, voltando-se à análise de como essas reconstruções são produzidas, mediadas e recebidas, e das implicações que apresentam para o campo da memória e para os processos de justiça e reparação no presente.

2.3 Reconstruções digitais de centros clandestinos: mediações, disputas e limites

As transformações sofridas pelos centros clandestinos de detenção após o fim da ditadura produziram condições distintas para a preservação de seus vestígios e para a transmissão das experiências neles vividas, como discutido nas seções anteriores. Entre as respostas a esse problema, ganharam espaço, nas últimas décadas, iniciativas voltadas à reconstrução digital desses centros, mobilizando diferentes recursos tecnológicos para produzir representações de sua configuração espacial e de seu funcionamento.

Essas reconstruções podem ser compreendidas como formas específicas de mediação do passado, cuja elaboração envolve escolhas narrativas, visuais e tecnológicas articuladas a dimensões políticas, institucionais e afetivas. Mais do que reproduzir ambientes, elas organizam informações e vestígios em dispositivos que orientam formas particulares de acesso e exploração, estabelecendo relações específicas entre os usuários e aquilo que é apresentado como conhecimento sobre esses lugares e as experiências neles vividas.

Tais iniciativas se constituem como atores no marco dos processos de construção de memórias relativas ao terrorismo de Estado na Argentina. A bibliografia que se dedica a analisá-los mobiliza uma diversidade de denominações, tais como “museus digitais” (VECCHIOLI, 2018; VECCHIOLI et al., 2016), “documentários interativos” (OHANIAN, 2015; OHANIAN; MALAMUD, 2013), “dispositivos multimídia virtuais” (LARRALDE ARMAS, 2017) e “webdocumentários” (HIGUERA RUBIO; TEZANOS; SERRANO, 2018; SERRANO; TEZANOS, 2017), entre outras (MARGIOTTA, 2022). Essa multiplicidade terminológica indica a heterogeneidade dessas experiências e as diferentes formas pelas quais

elas têm sido apreendidas analiticamente. Nesta tese, opta-se por empregar prioritariamente a expressão "reconstruções virtuais", por se tratar de uma denominação suficientemente abrangente para contemplar iniciativas com características distintas, sem privilegiar um único enquadramento disciplinar. Quando pertinente, utiliza-se também a expressão "reconstruções digitais" como termo equivalente. Compreendem-se essas reconstruções como dispositivos memoriais, isto é, como arranjos materiais e discursivos que configuram narrativas e orientam determinadas representações e modos de rememorar o passado, sendo produzidos no interior de políticas de memória (MARGIOTTA, 2022).

Essa diversidade de enquadramentos pode ser observada, por exemplo, em abordagens que aproximam essas iniciativas do campo museológico, enfatizando suas dimensões expositivas e sua inscrição em processos de patrimonialização (VECCHIOLI, 2018; VECCHIOLI et al., 2016). Nesse enquadramento, essas iniciativas podem ser analisadas em relação a questões como curadoria, museografia e formas de mediação com o público, ainda que transpostas para o ambiente digital. É também nesse contexto que aparece a noção de “dispositivos interativos digitais” (DID), mobilizada por Virginia Vecchioli para dar conta de projetos que articulam diferentes recursos — como modelizações espaciais, arquivos documentais e interfaces de navegação — em propostas que combinam exposição, interação e exploração por parte dos usuários.

Em outra chave analítica, termos como “dispositivos multimídia virtuais” (LARRALDE ARMAS, 2017) e “webdocumentários” (HIGUERA RUBIO; TEZANOS; SERRANO, 2018; SERRANO; TEZANOS, 2017) sublinham a convergência de linguagens e suportes, chamando atenção para a combinação de diferentes mídias e para as especificidades do ambiente web como espaço de circulação. Em conjunto, essas abordagens evidenciam que não há um enquadramento único e estabilizado para esse tipo de produção, mas antes um campo em consolidação, no qual distintas tradições — como os estudos da memória, a museologia e o audiovisual — oferecem chaves analíticas diversas para sua interpretação.

Para além de suas condições materiais de emergência e dos diferentes enquadramentos analíticos que buscam apreendê-las, essas reconstruções se inscrevem em um campo mais amplo de disputas em torno das formas de representar, narrar e tornar inteligível o passado ditatorial. Nesse sentido, esses projetos participam das lutas por memória, verdade e justiça, ao mesmo tempo em que introduzem mediações específicas, associadas às linguagens e às condições de produção dos ambientes digitais, bem como às desigualdades de acesso e circulação que atravessam esses dispositivos.

Partindo dessa perspectiva, propõe-se analisar essas iniciativas como mediações situadas, atravessadas por escolhas, enquadramentos e limitações. Tal abordagem retoma as discussões desenvolvidas nas seções anteriores acerca da medialidade da memória e dos processos de espacialização do passado, partindo da compreensão de que diferentes dispositivos — materiais, espaciais ou digitais — participam ativamente da configuração das formas pelas quais o passado se torna visível, inteligível e experienciável no presente (ERLL, 2012; JELIN, 2002). Interessa, assim, examinar de que maneira esses ambientes digitais configuram modos específicos de relação com o passado, ao mesmo tempo em que delimitam aquilo que pode — ou não — ser visto, explorado e compreendido. Nesse sentido, as reconstruções digitais são tomadas como formas específicas de mediação que organizam experiências, selecionam enquadramentos e produzem determinadas condições de visibilidade do passado.

Tais reconstruções digitais começaram a surgir na Argentina no início do século XXI, mobilizando técnicas como modelagem tridimensional, realidade virtual e aumentada, entre outras formas de visualização digital. Por meio desses recursos, torna-se possível acessar os espaços utilizados pelo aparato repressivo e conhecer aspectos do sistema generalizado de desaparecimento de pessoas instituído durante o período, incluindo práticas de ocultação e desaparecimento de corpos. Ao articular a configuração dos espaços às práticas repressivas neles desenvolvidas, essas iniciativas permitem explorar relações entre espacialidade e violência que assumem distintas formas em cada reconstrução.

Conforme analisa Vecchioli (2018), os documentários interativos e as tecnologias transmídia voltados à memória do terrorismo de Estado configuram formatos que articulam diferentes linguagens e regimes de enunciação, combinando elementos do documentário com recursos próprios do meio digital. A articulação entre essas linguagens ultrapassa sua dimensão formal e se expressa em modos específicos de organização narrativa e de interação com os públicos, reconfigurando as formas de navegação, exploração e apreensão dessas experiências de memória. Nesses dispositivos, a experiência do passado passa a depender também das possibilidades de circulação, escolha e interação oferecidas pelas interfaces digitais.

A constituição dessas reconstruções depende profundamente de formas anteriores e contemporâneas de inscrição da memória, especialmente dos testemunhos de sobreviventes. Esses relatos, construídos ao longo de décadas de luta por reconhecimento e justiça, fornecem subsídios fundamentais para a reconstrução dos espaços de repressão. Muitas dessas experiências incorporam, assim, esforços sistemáticos de registro e documentação digital de

testemunhos e de outros materiais — como documentos judiciais, registros cartográficos e fotografias — que são articulados às reconstruções espaciais. Como observa Vecchioli (2018, p. 96), “las imágenes y los testimonios se validan recíprocamente”, indicando que a construção dessas narrativas digitais se apoia em um regime de legitimação cruzada entre diferentes tipos de evidência.

Nesses dispositivos, a navegação assume um papel central na organização da experiência, na medida em que a narrativa depende das seleções realizadas pelo usuário, que pode definir percursos, priorizar conteúdos e modular o tempo de exposição (DODEBEI, 2015; VECCHIOLI, 2018). Nesse sentido, pode-se pensar a experiência como uma espécie de “realidade performativa”, na qual o usuário não ocupa apenas a posição de espectador, mas interage com o dispositivo digital, engajando-se em uma experiência situada dos CCD. A navegação combina, assim, dimensões de contemplação e manipulação, abrindo espaço para experiências diferenciadas e múltiplos usos e apropriações.

Ao serem mobilizadas no campo da memória, essas reconstruções digitais têm sido frequentemente apresentadas como instrumentos capazes de favorecer a expressão da memória recente e a apropriação de narrativas sobre o passado (MARGIOTTA, 2022). Nesse enquadramento, configuram-se como artefatos cujos usos, sentidos e formas de circulação variam de acordo com os contextos e os atores envolvidos. Tal característica retoma discussões anteriormente desenvolvidas acerca da medialidade da memória e dos processos de enquadramento do passado, uma vez que essas iniciativas não constituem suportes neutros de transmissão: são dispositivos que articulam escolhas narrativas, regimes de visibilidade e formas específicas de experiência e interação (ERLL, 2012; JELIN, 2002). Assim, ao ampliar as possibilidades de acesso ao passado, essas reconstruções também participam ativamente da produção social da memória, condicionando modos de percepção, apropriação e reconhecimento das experiências históricas que representam.

Diante disso, esses dispositivos têm sido incorporados, em diferentes contextos, tanto a propostas educativas voltadas à transmissão de conhecimentos sobre a ditadura argentina e as violações de direitos humanos quanto a investigações e processos judiciais relacionados aos crimes cometidos durante a ditadura, especialmente no contexto de reabertura dos julgamentos (VECCHIOLI, 2018; MARGIOTTA, 2022). Em determinadas situações, essas iniciativas estiveram associadas à produção de representações espaciais destinadas a auxiliar a organização de informações no âmbito judicial, em diálogo com testemunhos, documentos e outros vestígios da repressão estatal. Nesse sentido, podem ser compreendidas como parte de

esforços coletivos de reconstrução e elaboração pública do passado, sendo mobilizadas, em alguns casos, como recursos auxiliares em processos por crimes de lesa-humanidade.

Contudo, ainda que esses dispositivos apresentem múltiplas possibilidades de uso, é necessário problematizar os sentidos que orientam essas apropriações e os efeitos que produzem. Esses dispositivos não são ferramentas neutras nem produzem, por si mesmos, efeitos democratizantes: resultam de escolhas técnicas, políticas e institucionais que moldam as formas de apresentação e acesso ao passado. Nesse sentido, em vez de avaliar suas potencialidades de forma abstrata, interessa analisar como essas mediações se concretizam em experiências específicas. É nessa direção que o capítulo seguinte se dedica ao exame de iniciativas de reconstrução virtual de centros clandestinos de detenção na Argentina.

3 Entre a memória e a mediação: reconfigurações nas reconstruções virtuais

Ao longo deste trabalho, a memória foi compreendida como uma mediação continuamente produzida por dispositivos, práticas e enquadramentos que organizam suas formas de aparecimento no presente. No capítulo anterior, essa perspectiva foi desenvolvida a partir da articulação entre espacialização da memória e tecnologias digitais, enfatizando como diferentes dispositivos participam da configuração das formas pelas quais o passado se torna visível, inteligível e experienciável. É sob esse enquadramento que as reconstruções virtuais analisadas neste capítulo são compreendidas como mídias de memória (ASSMANN, 2011; ERL, 2012). O objetivo, agora, é examinar como essa chave de leitura ilumina o funcionamento desses dispositivos e as formas de mediação que eles instauram.

Entre essas experiências, destacam-se as desenvolvidas por *Memoria Abierta* e *Huella Digital*, escolhidas para esta pesquisa em razão da continuidade de suas atividades, da consolidação institucional e da articulação sistemática entre reconstrução espacial, testemunhos e acervos documentais. Ao longo dos anos, ambas desenvolveram projetos de reconstrução digital de centros clandestinos de detenção mobilizando equipes multidisciplinares, arquivos, entrevistas e parcerias institucionais, configurando experiências particularmente relevantes para compreender as formas contemporâneas de mediação digital da memória na Argentina.

Compreendidas como mídias de memória, essas reconstruções deixam de ser analisadas apenas como recursos tecnológicos ou instrumentos de documentação, passando a ser interrogadas em função das formas específicas de mediação que instauram. Parte-se da hipótese de que essas reconstruções ampliam as possibilidades de acesso e circulação da memória ao mesmo tempo que introduzem formas particulares de seleção, estabilização e visibilidade, atravessadas por disputas em torno dos sentidos do passado e das maneiras legítimas de representá-lo.

As iniciativas desenvolvidas por *Memoria Abierta* e *Huella Digital* inserem-se em um cenário mais amplo de reconstruções digitais de ex-centros clandestinos de detenção na Argentina, marcado tanto pela amplitude da violência estatal — com mais de 600 centros identificados (VECCHIOLI, 2018) — quanto pelas dificuldades associadas à preservação material desses espaços. Nesse contexto, diferentes projetos passaram a investir em formas de reconstituição tridimensional voltadas à reinscrição desses lugares no presente, variando

quanto aos seus objetivos, temporalidades, condições de acesso e formas de institucionalização. Algumas dessas experiências assumiram caráter pontual ou experimental, como a reportagem produzida pela *Todo Noticias* sobre o CCD Virrey Ceballos (TN, 2016) ou o projeto desenvolvido por *Periodismo Modelado* em torno da *Mansión Seré* (RABAGLIA; CHAROVSKY, 2015), evidenciando tanto a diversidade de linguagens mobilizadas quanto os limites de continuidade e preservação que atravessam parte dessas iniciativas.

É nesse cenário heterogêneo que as experiências desenvolvidas por *Memoria Abierta* e *Huella Digital* adquirem particular relevância para esta pesquisa. Em contraste com iniciativas pontuais ou que não tiveram continuidade, ambas desenvolveram trajetórias mais prolongadas de trabalho com a reconstrução espacial, articulando de forma recorrente modelagem digital, testemunhos, arquivos e políticas de memória. Essa continuidade e a diversidade dos materiais mobilizados permitem acompanhar de maneira mais consistente as operações, escolhas e tensões que atravessam a mediação digital do passado, incluindo as dificuldades e limitações que se manifestam no desenvolvimento de seus projetos.

Mobilizadas aqui não como “casos” exemplares, mas como dispositivos analíticos, essas iniciativas permitem observar, em situação, as operações que atravessam as mediações digitais da memória. Em ambos os casos, as reconstruções ultrapassam a reconstituição arquitetônica de espaços desaparecidos e organizam percursos, definem pontos de vista e articulam camadas heterogêneas de informação por meio de interfaces específicas. Ao fazê-lo, produzem condições de experiência que tornam visíveis certas dimensões do passado ao mesmo tempo em que relegam outras à opacidade, tornando apreensíveis os enquadramentos, seleções e tensões que estruturam essas mediações.

Embora iniciativas como as desenvolvidas por *Memoria Abierta* e *Huella Digital* possam ser situadas no interior de um campo mais amplo de práticas voltadas à documentação, preservação e representação do passado recente, observa-se que sua presença na literatura acadêmica se dá de maneira desigual e, em grande medida, indireta. No caso de *Memoria Abierta*, os trabalhos identificados concentram-se sobretudo na análise de seu arquivo oral e documental, privilegiando questões relacionadas às metodologias de produção de testemunhos, às formas de organização e disponibilização dos acervos e aos usos dessas fontes em pesquisas e processos judiciais (BACCI; OBERTI; SKURA, 2012; BARCALA DE MOYANO, 2003; NAFTAL; CARNOVALE, 2015; CARNOVALE; LORENZ; PITTALUGA, 2006). Nesses estudos, a instituição aparece principalmente como um dispositivo de produção e gestão de fontes sobre o passado recente, sendo suas iniciativas de

reconstrução espacial digital pouco exploradas ou mencionadas apenas de forma tangencial. Por sua vez, no caso de *Huella Digital*, foi identificado um número ainda mais restrito de trabalhos, com destaque para uma análise recente que aborda suas produções no contexto das experiências imersivas e das transformações introduzidas pelo digital nos modos de representação do passado (BERTALINI, 2024). Ainda assim, tal abordagem privilegia os efeitos culturais e comunicacionais dessas experiências, sem se deter de maneira sistemática sobre suas condições de produção, suas mediações técnicas ou suas especificidades enquanto dispositivos de reconstrução espacial. Nesse sentido, permanece uma lacuna no que se refere à análise articulada dessas iniciativas, especialmente no que diz respeito às relações entre tecnologia, espaço e memória que elas colocam em jogo.

A análise aqui desenvolvida apoia-se, em grande medida, nas entrevistas realizadas com integrantes de ambas as iniciativas, cujas trajetórias e posições institucionais oferecem acesso privilegiado aos processos de concepção, desenvolvimento e circulação desses dispositivos. No caso de *Huella Digital*, foi entrevistado seu fundador, Martín Malamud, responsável pela concepção e coordenação dos projetos de reconstrução virtual. Já em *Memoria Abierta*, a interlocução se deu com Gonzalo Conte, cuja atuação se vincula ao desenvolvimento e à articulação das iniciativas voltadas à documentação e representação dos espaços do terrorismo de Estado. Mais do que fontes informativas sobre aspectos técnicos ou operacionais, essas entrevistas são mobilizadas como instâncias que tornam visíveis as racionalidades, escolhas e tensões que atravessam a produção dessas mediações, permitindo acompanhar, a partir de seus próprios enunciados, os modos pelos quais esses dispositivos são pensados, justificados e disputados.

É nesse enquadramento que se coloca a questão que orienta este capítulo: de que modo as reconstruções virtuais reconfiguram as mediações por meio das quais o passado se torna acessível no presente? Mais especificamente, interessa examinar o que esses dispositivos permitem ver e experimentar, quais limites instauram e que tensões emergem das formas de articulação entre espacialidade, visualidade e interatividade que lhes são próprias. Em lugar de avaliar sua eficácia ou alcance, a análise concentra-se nas operações por meio das quais essas reconstruções produzem determinados regimes de visibilidade e inteligibilidade, delineando, assim, os contornos — sempre parciais e disputados — daquilo que pode ser visto, percorrido e narrado.

Ao longo deste capítulo, sustenta-se que as reconstruções virtuais rearticulam formas de mediação anteriormente discutidas e, ao fazê-lo, condensam em um mesmo dispositivo espacialidade, visualidade e interatividade. Tal hipótese dialoga diretamente com as

discussões desenvolvidas ao longo desta tese acerca da medialidade da memória, dos regimes de visibilidade e dos processos de enquadramento que atravessam as formas de representação do passado, partindo da compreensão de que todo dispositivo de memória implica seleções, modos de inteligibilidade e disputas em torno daquilo que pode ser tornado visível, narrável e socialmente reconhecido (JELIN, 2002; ERLI, 2012; POLLAK, 1989). Essa articulação não se dá de maneira neutra nem transparente: ao mesmo tempo em que torna os espaços e as experiências do passado acessíveis sob novas condições, produz enquadramentos que reorganizam o que pode ser visto, percorrido e compreendido. Nesse processo, certas dimensões são privilegiadas, enquanto outras são atenuadas ou permanecem fora de campo, configurando modos particulares de inteligibilidade. As reconstruções, portanto, participam ativamente da produção de narrativas sobre o passado, podendo simplificar relações, ordenar percursos e contribuir para formas de estabilização que tensionam a heterogeneidade e o caráter disputado dessas memórias.

O capítulo se organiza em cinco seções, articuladas em torno de diferentes dimensões das reconstruções virtuais de ex-centros clandestinos de detenção e das mediações que elas produzem. A primeira seção situa *Memoria Abierta* e *Huella Digital* em suas trajetórias e contextos de atuação, recuperando, a partir das informações disponibilizadas em seus próprios sites e de outros textos e materiais produzidos pelas iniciativas, os percursos dessas iniciativas para além dos projetos de reconstrução virtual analisados neste capítulo. Em seguida, a análise se volta aos próprios dispositivos, examinando, na seção 3.2, como espacialidade, narrativa e regimes de visibilidade se articulam na configuração das experiências e na produção de sentidos sobre o passado. A seção 3.3 desloca o foco para os processos de concepção e produção das reconstruções, tomando as entrevistas realizadas com integrantes das duas iniciativas como fonte central para examinar objetivos, escolhas técnicas, procedimentos e formas de articulação que participam da construção desses dispositivos. Na seção 3.4, são examinadas as tensões, os limites e as disputas que atravessam essas mediações, evidenciando seu caráter situado e não estabilizado e os conflitos implicados em sua produção, circulação e legitimação. Por fim, a seção 3.5 retoma os principais achados da análise e os articula ao debate teórico desenvolvido na tese, buscando explicitar as reconfigurações da mediação produzidas por essas experiências no campo da memória.

3.1 As reconstruções virtuais em seus contextos de produção

Antes de examinar as reconstruções em seu funcionamento, é preciso considerar os percursos das iniciativas que lhes deram forma. Cada projeto se inscreve em uma trajetória própria, marcada por experiências, práticas e formas de atuação que ajudam a compreender as condições em que essas reconstruções foram concebidas e desenvolvidas. Considerar esses percursos permite deslocar momentaneamente a atenção dos dispositivos já constituídos para os processos que lhes dão origem. A análise comparativa conduz, então, a uma questão preliminar: em que medida os contextos institucionais, os percursos profissionais e as concepções de memória que orientam cada iniciativa ajudam a compreender as escolhas que se materializam nas reconstruções virtuais? É em torno dessa questão que se organiza a presente seção. Para isso, as trajetórias aqui reconstruídas são examinadas a partir das formas pelas quais as próprias iniciativas apresentam e narram sua atuação, tomando como fontes principais as informações disponibilizadas em seus sites e outros textos e materiais produzidos por elas.

Essa pergunta desloca a análise para um conjunto de aspectos que permanecem pouco visíveis quando a atenção se concentra exclusivamente nos dispositivos já concluídos. Cada reconstrução resulta de um percurso que envolve decisões sucessivas, negociações, limites materiais, referências intelectuais, formas de organização do trabalho e interlocuções estabelecidas com diferentes campos de atuação. Esses elementos não constituem, portanto, um pano de fundo externo à análise. Eles participam da própria definição dos problemas que cada iniciativa procura enfrentar e dos critérios a partir dos quais determinadas soluções técnicas, narrativas e documentais passam a ser consideradas pertinentes.

A noção de "trabalhos da memória", formulada por Elisabeth Jelin (2002), oferece uma perspectiva particularmente produtiva para a análise proposta. Ao compreender a memória como resultado de práticas sociais desenvolvidas por diferentes atores, a autora desloca a atenção para os processos de elaboração das narrativas sobre o passado e para as disputas que acompanham sua produção e circulação. Seu interesse recai sobre o trabalho permanente de interpretação, seleção e atribuição de sentidos por meio do qual diferentes grupos constroem relações com experiências históricas compartilhadas. Essa perspectiva permite situar as reconstruções virtuais no interior desses processos de elaboração, compreendendo-as como parte das formas pelas quais o passado continua sendo produzido e reinterpretado no presente.

Se os trabalhos da memória se desenvolvem por meio de práticas sociais, torna-se igualmente necessário considerar os espaços nos quais essas práticas se organizam e adquirem continuidade. É nesse ponto que o diálogo com Ricard Vinyes (2009) se mostra particularmente fecundo. Ao discutir as políticas de memória, o autor evidencia que elas se materializam em instituições, projetos e formas de intervenção pública que organizam modos específicos de relação com o passado. As instituições dão sustentação a essas iniciativas, acumulam experiências, consolidam repertórios de atuação e definem horizontes a partir dos quais determinados problemas passam a ser formulados e enfrentados. Recuperar alguns aspectos das trajetórias de *Memoria Abierta* e *Huella Digital* significa, nesse sentido, aproximar-se dos contextos em que essas formas de compreender as reconstruções virtuais foram sendo construídas.

A proposta desta seção insere-se nesse horizonte analítico. O interesse não reside em reconstruir exaustivamente a história das iniciativas analisadas, nem em realizar um estudo institucional de *Memoria Abierta* e *Huella Digital*. O percurso desenvolvido nas páginas seguintes procura reunir elementos que permitam situar essas experiências em seus contextos de produção, identificando aspectos de suas trajetórias que ajudam a compreender as escolhas presentes nas reconstruções virtuais. As diferenças observadas ao longo do capítulo poderão, assim, ser relacionadas aos caminhos percorridos por cada iniciativa, aos problemas que buscaram enfrentar e às concepções que orientaram o desenvolvimento de seus projetos.

A análise de *Memoria Abierta* oferece um primeiro ponto de observação desse problema, já que sua trajetória evidencia uma forma específica de compreender as reconstruções virtuais, diretamente relacionada ao percurso institucional da organização. Constituída em 2000 como uma aliança de organismos de direitos humanos, a instituição surgiu com o propósito de preservar, organizar e disponibilizar documentação relativa ao terrorismo de Estado e às lutas por memória, verdade e justiça na Argentina. Desde seus primeiros anos, sua atuação concentrou-se na constituição de acervos documentais, na produção de registros sobre a repressão e na preservação dos antigos centros clandestinos de detenção. Nesse contexto, as reconstruções virtuais são incorporadas a uma política documental já consolidada, ampliando o conjunto de instrumentos mobilizados pela instituição para investigar, organizar e transmitir conhecimentos sobre o passado recente.

Essa origem institucional ajuda a compreender o lugar ocupado pelo programa *Topografía de la Memoria*. Conforme argumenta Gonzalo Conte (2009), seu objetivo consiste em conhecer, sistematizar e documentar os espaços utilizados pela repressão, produzindo instrumentos capazes de ampliar suas possibilidades de investigação, preservação e

interpretação. As reconstruções virtuais inserem-se nesse horizonte como uma entre diferentes formas de representação dos antigos centros clandestinos de detenção, ao lado de levantamentos arquitetônicos, maquetes, desenhos, animações e registros espaciais. Sua incorporação decorre da ampliação dos recursos disponíveis para documentar esses lugares, preservando a mesma preocupação que orienta os demais projetos da instituição: produzir formas consistentes de conhecimento sobre os espaços da violência de Estado. Nesse sentido, a adoção da reconstrução virtual não representa uma ruptura com o repertório documental desenvolvido por *Memoria Abierta*, mas sua extensão para um meio capaz de reorganizar espacialmente informações que já vinham sendo produzidas por outros instrumentos.

A trajetória de Gonzalo Conte insere-se nesse mesmo universo institucional. Arquiteto formado pela *Universidad de Buenos Aires*, coordena o programa *Topografía de la Memoria* desde sua criação e desenvolve sua atuação em estreita interlocução com organismos centrais do campo dos direitos humanos, entre eles o *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS) e a *Comisión Provincial por la Memoria*. Seu percurso profissional aproxima a arquitetura, a investigação documental e as políticas de memória, oferecendo um repertório técnico particularmente voltado ao estudo dos antigos centros clandestinos de detenção. Para além de sua trajetória individual, sua atuação expressa uma forma de compreender as reconstruções virtuais que se constitui no interior desse campo institucional e que atribui centralidade à documentação, à produção de registros espaciais e à preservação das evidências materiais da repressão.

Essa concepção também orienta a relação estabelecida pela instituição com a Justiça. Desde a reabertura dos julgamentos por crimes contra a humanidade na Argentina, *Memoria Abierta* passou a atuar como perita em diferentes processos judiciais, elaborando registros arquitetônicos integrais, representações audiovisuais e outros materiais empregados em inspeções e audiências. As reconstruções produzidas pelo *Topografía de la Memoria* inserem-se, assim, em um regime de documentação que ultrapassa o campo estritamente memorial, sem dele se dissociar. Sua utilização como elemento probatório não constitui um desdobramento contingente ou um uso posterior dos modelos tridimensionais, mas uma possibilidade inscrita na própria concepção do programa, desenvolvido em estreita interlocução com as demandas de investigação e responsabilização pelos crimes da ditadura.

A mesma perspectiva se manifesta na composição das equipes responsáveis pelos projetos. Conforme descreve Conte (2009), arquitetos, arqueólogos, geólogos, antropólogos e sobreviventes participam conjuntamente do levantamento, da interpretação e da documentação dos antigos centros clandestinos de detenção. A diversidade de formações

envolvidas traduz a amplitude das questões enfrentadas pelo programa, que reúne investigação documental, preservação patrimonial, produção de prova e elaboração de narrativas sobre o passado. Nesse contexto, as reconstruções virtuais constituem um ponto de convergência entre diferentes formas de expertise mobilizadas em um mesmo projeto institucional de produção de conhecimento sobre a violência de Estado.

Por outro lado, a análise de *Huella Digital* permite observar um distinto percurso institucional de elaboração das reconstruções virtuais. Criada por uma equipe multidisciplinar dedicada à produção de documentários interativos sobre a história recente argentina, a iniciativa organiza seu projeto em torno da reconstrução virtual, que passa a constituir o principal eixo de articulação de suas atividades. Sua identidade institucional constitui-se em torno da experimentação com linguagens audiovisuais e tecnologias digitais, concebidas como formas de construir narrativas sobre os antigos centros clandestinos de detenção. Ao contrário do percurso observado em *Memoria Abierta*, as reconstruções virtuais ocupam, nesse caso, uma posição constitutiva da própria identidade da iniciativa.

A trajetória de Martín Malamud ajuda a compreender essa orientação da iniciativa. Formado na *Escuela Nacional de Bellas Artes Prilidiano Pueyrredón*, Malamud desenvolveu sua atuação profissional como ilustrador, desenhista, animador por computador e desenvolvedor de videogames, além de atuar como docente de animação digital na *Universidad de Buenos Aires*. Esse percurso aproxima diferentes linguagens de representação visual e tecnologias digitais, aspecto que se reflete na própria concepção de *Huella Digital*. Inseridas nesse horizonte, as reconstruções virtuais passam a ser concebidas como uma linguagem narrativa capaz de articular espacialidade, imagem e testemunho na elaboração de experiências sobre o passado recente.

Essa orientação narrativa, entretanto, não significa um afastamento do campo memorial argentino. Ao contrário, *Huella Digital* desenvolveu suas reconstruções em colaboração com organismos de direitos humanos, universidades e sobreviventes, compartilhando com esses atores o compromisso com as políticas de memória, verdade e justiça. O repertório mobilizado, contudo, é distinto daquele observado em *Memoria Abierta*. Em vez de organizar acervos documentais ou produzir instrumentos voltados à sua sistematização, o projeto concentra seus esforços na elaboração de documentários interativos que articulam espacialidade, testemunho e representação digital, explorando as possibilidades narrativas oferecidas pelos ambientes virtuais. Também aqui a reconstrução constitui uma forma de mediação do passado, mas construída a partir de pressupostos diferentes daqueles que orientam a experiência de *Memoria Abierta*.

Essa orientação torna-se particularmente evidente na maneira como a iniciativa mobiliza os testemunhos dos sobreviventes. Se, em *Memoria Abierta*, eles são incorporados a uma trama documental mais ampla, em *Huella Digital* constituem o próprio princípio organizador da reconstrução. O projeto parte do reconhecimento de que a experiência do cativeiro produziu lembranças necessariamente parciais, condicionadas pelas vendas, pelas restrições de circulação e pelas diferentes posições ocupadas pelos sobreviventes no interior dos centros clandestinos. Conforme descrevem os responsáveis pela iniciativa, os projetos foram desenvolvidos "construyendo un relato colectivo a partir de la memoria fragmentaria de les sobrevivientes", permitindo que cada sobrevivente "pueda plasmar su recuerdo individual" e, ao mesmo tempo, ampliar sua compreensão dos espaços e das circunstâncias da experiência vivida a partir da memória compartilhada (HUELLA DIGITAL, s.d.). A memória fragmentária constitui, assim, o próprio ponto de partida do projeto. A reconstrução virtual é desenvolvida a partir dessa condição, colocando diferentes lembranças em relação a uma mesma espacialidade e fazendo da diversidade das experiências um elemento da narrativa produzida pelo dispositivo.

Essa escolha produz uma consequência importante para a forma como *Huella Digital* compreende a relação entre memória e representação. Ao reconhecer a parcialidade dos testemunhos como condição do conhecimento sobre os centros clandestinos, a iniciativa incorpora essa característica à própria construção da reconstrução virtual. As diferentes lembranças são relacionadas a uma espacialidade comum, permitindo que aquilo que cada sobrevivente pôde ver, recordar e narrar seja colocado em contato com outras perspectivas. A reconstrução passa, assim, a reunir diferentes formas de lembrar e conhecer o espaço, preservando as diferenças entre as experiências que lhe dão origem.

Outro aspecto recorrente na documentação produzida por *Huella Digital* diz respeito à representação. Ao apresentar os objetivos da iniciativa, seus idealizadores observam que a busca por uma aproximação à verdade envolve dois riscos inseparáveis. O primeiro decorre da intensidade dos testemunhos e das imagens mobilizadas, que, em determinadas circunstâncias, exigem preparação para que o impacto provocado pela violência representada possa ser acompanhado por um exercício de reflexão. O segundo diz respeito aos limites inerentes a qualquer tentativa de representar o horror, reconhecendo que "los intentos por representar el horror del genocidio resultan un absoluto imposible" (HUELLA DIGITAL, s.d.). A reconstrução virtual é apresentada, portanto, como um exercício de aproximação, consciente de que qualquer tentativa de representar a experiência concentracionária permanece necessariamente incompleta.

Tal formulação proposta por *Huella Digital* aproxima-se de um debate mais amplo acerca das possibilidades e dos limites da representação histórica. Ao discutir as relações entre memória, testemunho e escrita da história, Paul Ricoeur (2007) chama atenção para o fato de que toda representação do passado é construída por mediações sucessivas, produzidas a partir de vestígios, testemunhos e processos interpretativos, sem que isso elimine sua pretensão de produzir conhecimento historicamente fundamentado. Em direção semelhante, Dominick LaCapra (2001) argumenta que os acontecimentos traumáticos colocam desafios particulares à representação, uma vez que resistem a formas totalizantes de narração e exigem modalidades de elaboração capazes de reconhecer as marcas persistentes da violência sem reduzi-la a uma reconstrução plenamente transparente. Lidas à luz dessas reflexões, as escolhas de *Huella Digital* indicam uma compreensão da reconstrução virtual como uma mediação construída a partir de vestígios, testemunhos e interpretações, capaz de tornar parcialmente inteligível a experiência dos antigos centros clandestinos sem apagar as lacunas que a constituem. Essa compreensão dos limites da representação também repercute na forma como o dispositivo é construído. A incompletude das lembranças permanece presente na composição da narrativa, por meio da articulação entre diferentes perspectivas sobre o espaço e sobre a experiência do cativo.

É justamente nesse contexto que a fragmentação dos testemunhos adquire outro significado. A opção de construir um "relato colectivo" a partir de memórias fragmentárias aproxima-se das reflexões de Alessandro Portelli (2008), para quem as lacunas, os deslocamentos e as diferenças presentes nos testemunhos expressam os processos pelos quais a experiência é elaborada e adquire significado histórico. Sob essa perspectiva, a reconstrução virtual não procura eliminar as discontinuidades entre as diferentes lembranças dos sobreviventes. Ao colocá-las em relação no interior de um mesmo espaço reconstruído, o projeto produz uma narrativa na qual diferentes lembranças são reunidas e relacionadas a partir de uma mesma espacialidade, preservando as particularidades das experiências que lhes dão origem. A fragmentariedade dos testemunhos participa, assim, da própria construção da experiência mediada, uma vez que diferentes formas de lembrar e conhecer o espaço são colocadas em relação no interior da reconstrução virtual.

Essa forma de articulação também ajuda a compreender a posição que *Huella Digital* assume em relação à Justiça. As reconstruções produzidas foram empregadas em diferentes julgamentos por crimes contra a humanidade, servindo de suporte audiovisual para depoimentos e sustentações orais. Diferentemente de *Topografía de la Memoria*, entretanto, a iniciativa não participa da produção de perícias nem coordena inspeções judiciais. Sua

contribuição consiste na disponibilização de um dispositivo já concluído, posteriormente incorporado aos processos judiciais conforme as demandas de cada caso. Essa diferença revela que, embora ambas as iniciativas compartilhem o compromisso com as políticas de memória, verdade e justiça, elas ocupam posições distintas no interior desse campo e atribuem às reconstruções virtuais funções igualmente distintas.

Nesse sentido, os percursos examinados ao longo desta seção permitem situar as reconstruções virtuais em seus respectivos contextos de produção. A análise de *Memoria Abierta* evidencia um projeto construído a partir da documentação, da investigação arquitetônica e da articulação com as políticas de memória, verdade e justiça. No caso de *Huella Digital*, a reconstrução virtual adquire centralidade em uma proposta voltada à experimentação com linguagens narrativas e tecnologias digitais, desenvolvida em estreito diálogo com sobreviventes e organismos de direitos humanos. Esses diferentes pontos de partida ajudam a compreender por que iniciativas dedicadas à reconstrução de antigos centros clandestinos de detenção podem produzir dispositivos orientados por escolhas distintas.

Retomando a noção de "trabalhos da memória" proposta por Elisabeth Jelin (2002), as trajetórias examinadas evidenciam que as mediações do passado são produzidas em espaços institucionais nos quais se articulam experiências profissionais, repertórios técnicos, compromissos políticos e formas específicas de compreender a relação entre memória, justiça e representação. As reconstruções virtuais integram esse processo: sua configuração expressa as escolhas realizadas por aqueles que as concebem e desenvolvem, tornando visíveis determinadas maneiras de elaborar e transmitir a experiência da violência de Estado. As páginas seguintes deslocam a atenção para os próprios dispositivos. A partir da análise de suas interfaces, dos modos de navegação e das formas de articulação entre espacialidade, testemunhos e documentação, será possível observar como esses diferentes percursos institucionais se inscrevem materialmente nas reconstruções virtuais.

3.2 Configurações da experiência: espacialidade, narrativa e regimes de visibilidade

Na seção anterior, foram reconstruídas as trajetórias de *Memoria Abierta* e *Huella Digital* a partir das formas pelas quais as próprias iniciativas apresentam e narram sua atuação, com atenção aos contextos de produção, aos percursos de seus projetos e aos objetivos que orientam as reconstruções. Nesta seção, a análise se volta para os dispositivos propriamente ditos, examinados em sua configuração e em seu funcionamento. Parte-se da

experiência direta com as reconstruções, observando como seus espaços são apresentados, como podem ser percorridos e explorados e como diferentes elementos são articulados na apresentação do passado.

Essa dimensão da análise retoma as discussões desenvolvidas na seção 2.2 sobre as formas de mediação digital da memória, especialmente no que se refere às relações entre visualidade, espacialidade e experiência. As escolhas que configuram os dispositivos — desde a disposição dos espaços e os percursos oferecidos até os enquadramentos visuais e os recursos interativos — estabelecem condições específicas para a percepção e a exploração dos ambientes reconstruídos. A análise dessas dimensões permite observar como as reconstruções organizam a experiência do usuário e produzem formas particulares de tornar o passado visível, perceptível e inteligível.

No caso de *Huella Digital*, para realizar a análise proposta, optou-se por privilegiar a reconstrução do *Casino de Oficiales* da ESMA dentre os diferentes centros clandestinos contemplados pelo projeto. Essa escolha não é arbitrária. O projeto *Centros Clandestinos*, desenvolvido pela iniciativa, abarca a reconstrução de espaços como o *Club Atlético, Automotores Orletti, El Campito* e *La Cacha*, acessíveis a partir da página inicial por meio da seleção do centro que o usuário deseja visitar.¹⁴ Nesse conjunto, a opção por focalizar a ESMA responde a uma decisão interpretativa desta pesquisa, que a considera um caso particularmente significativo, tanto por sua centralidade nas políticas de memória na Argentina quanto por se configurar como uma das reconstruções mais difundidas do projeto, na qual se condensam soluções técnicas, narrativas e estéticas mobilizadas nas demais experiências. Desse modo, sua análise permite apreender, de forma concentrada, aspectos estruturais do funcionamento do dispositivo, sem perder de vista sua inserção em um conjunto mais amplo de reconstruções.

Na reconstrução da ESMA, o espaço se apresenta como um ambiente digital navegável em primeira pessoa, no qual o usuário é posicionado no interior da estrutura e convidado a percorrê-la a partir de seus próprios deslocamentos. Essa escolha de enquadramento define um regime específico de relação com o espaço, baseado na simulação de presença e na ativação de uma perspectiva incorporada, na qual ver e mover-se tornam-se operações indissociáveis. A possibilidade de girar o campo de visão e avançar pelos ambientes produz uma experiência de imersão que aproxima o visitante de uma lógica

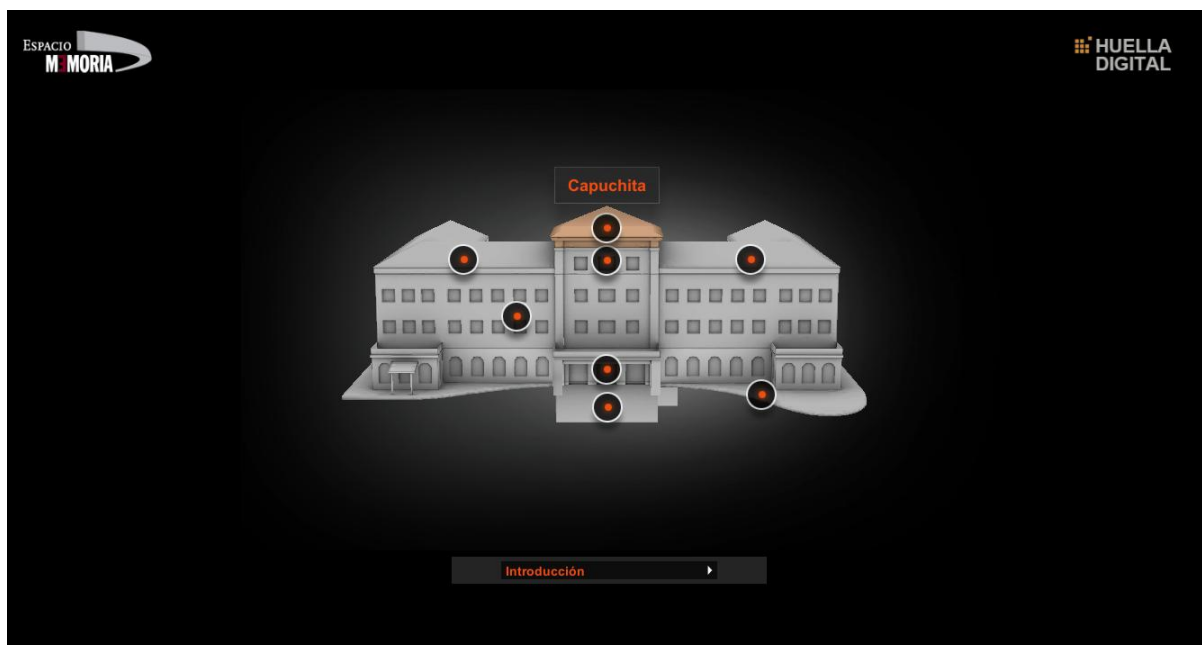
¹⁴ Disponível em: <https://www.huelladigital.com.ar/V6/>. Acesso em: 01 maio 2026.

exploratória: o conhecimento do espaço se constrói progressivamente à medida que o usuário percorre seus diferentes ambientes, decide para onde olhar e estabelece seu próprio percurso.

Essa espacialidade é estruturada por duas modalidades distintas, mas não equivalentes. Por um lado, o dispositivo oferece uma introdução guiada, realizada exclusivamente no espaço externo do edifício, na qual uma narração apresenta o projeto e contextualiza o lugar; por outro, o acesso ao interior da ESMA se dá por meio de uma navegação livre, baseada em uma interface interativa que inclui uma planta clicável do edifício, como se observa na Figura 1. É por meio dessa planta que o usuário seleciona setores específicos — como *capucha*, *capuchita*, *sótano* ou *pecera*¹⁵ — e passa a explorá-los autonomamente, sem condução narrativa direta. Essa dissociação entre uma introdução guiada e uma exploração interna aberta desloca de maneira decisiva a forma de engajamento do usuário, que deixa de ser conduzido para tornar-se agente de seu próprio percurso, assumindo um papel ativo na construção da experiência. A autonomia oferecida ao usuário, portanto, permanece condicionada pelas possibilidades previamente inscritas na interface: ele escolhe o percurso, mas percorre um espaço cujos pontos de acesso e conteúdos já foram definidos pelo projeto.

¹⁵ Os termos *capucha*, *capuchita* e *pecera* correspondem às denominações historicamente utilizadas para diferentes setores do Casino de Oficiales da ESMA, amplamente empregadas por sobreviventes, pela bibliografia especializada e nos processos judiciais relativos ao centro clandestino de detenção. Por essa razão, optou-se por mantê-los em espanhol ao longo da tese. Já *sótano* designa o subsolo do edifício.

Figura 1 - Interface de navegação baseada em planta do edifício

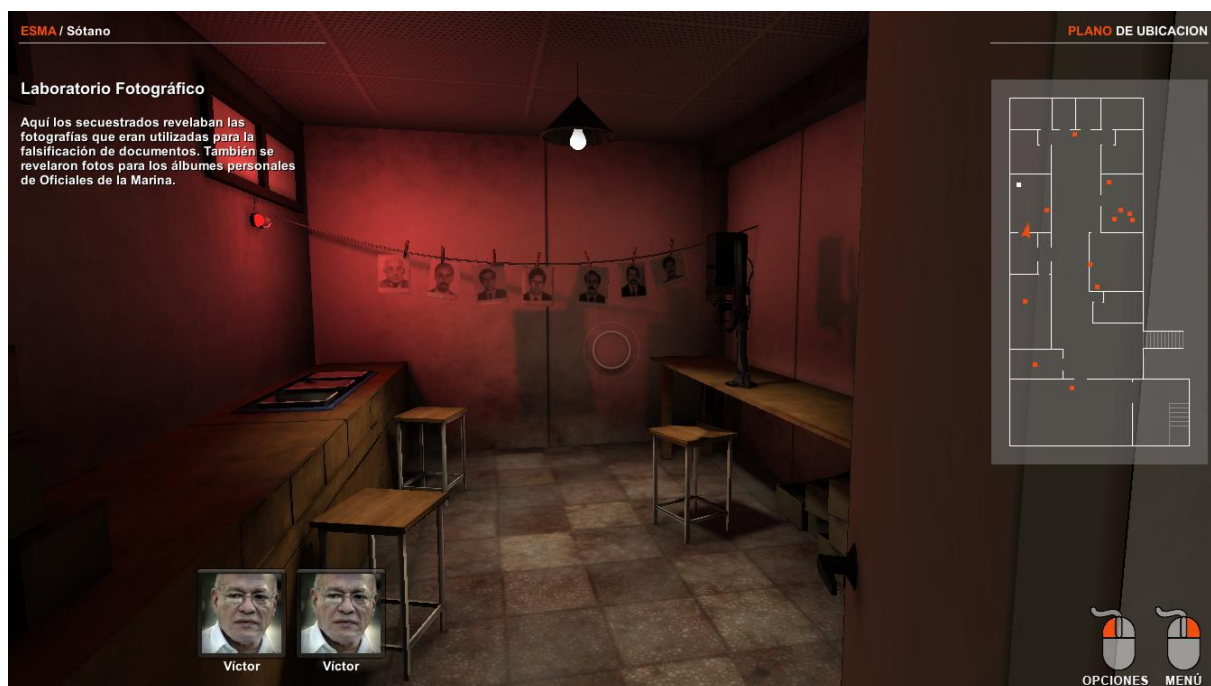


Fonte: *Huella Digital*. Disponível em: <https://huelladigital.com.ar/V6/esma/webgl/>. Acesso em: 1 maio 2026.

A relação com o espaço reconstruído é mediada por uma estética que combina realismo visual e uma lógica de interação fortemente marcada por referências ao universo dos videogames. Ainda que os ambientes sejam modelados com atenção a detalhes arquitetônicos, móveis e objetos, a forma de deslocamento, a perspectiva em primeira pessoa e a própria lógica de exploração aproximam a experiência de uma gramática lúdica e interativa, na qual o usuário “circula” pelo espaço de maneira contínua. Essa estética se expressa também na presença de objetos interativos, como documentos e elementos do ambiente que podem ser acionados pelo visitante. No laboratório fotográfico localizado no subsolo, por exemplo, as imagens afixadas nas paredes funcionam como pontos de acesso a um conjunto ampliado de fotografias digitalizadas, permitindo ao usuário explorar visualmente registros associados aos integrantes do grupo de tarefas (Figura 2). Em diferentes casos, como na oficina, é possível acessar materiais como jornais da época digitalizados, que apresentam notícias e campanhas vinculadas à repressão, ativados diretamente a partir de objetos presentes no ambiente reconstruído. A Figura 3 permite visualizar tanto os elementos inseridos no espaço quanto os conteúdos documentais acionados a partir deles, evidenciando a articulação entre a reconstrução espacial e o acesso a arquivos digitalizados integrados à interface. A incorporação desses elementos produz um efeito de estratificação da experiência, na qual a reconstrução espacial, os documentos de época e os testemunhos se articulam como diferentes

camadas de informação, que se sobrepõem e se complementam no interior do dispositivo. A localização desses materiais no interior dos ambientes reconstruídos também modifica sua leitura: jornais, fotografias e outros documentos deixam de aparecer como conteúdos independentes e passam a ser associados aos espaços em que a interface os insere.

Figura 2 - Ambiente do laboratório fotográfico na reconstrução virtual do Casino de Oficiales da ESMA.



Fonte: *Huella Digital*. Disponível em: <https://huelladigital.com.ar/V6/esma/webgl/>. Acesso em: 1 maio 2026.

Figura 3 - Objeto interativo no ambiente da oficina e visualização de jornais digitalizados na reconstrução virtual da ESMA.



Fonte: *Huella Digital*. Disponível em: <https://huelladigital.com.ar/V6/esma/webgl/>. Acesso em: 1 maio 2026.

A ausência de figuras humanas nos ambientes reconstruídos contrasta com a presença constante de vozes testemunhais, acionadas automaticamente à medida que o usuário percorre determinados espaços. Esses testemunhos, acompanhados pela identificação visual dos sobreviventes — com nome, imagem e breve biografia exibidos no canto inferior da tela —,

articulam-se à navegação em primeira pessoa e ao mapa de localização lateral presente na interface, compondo, como também se observa nas figuras 2 e 3, diferentes camadas simultâneas de mediação. Sua inserção ao longo do percurso introduz uma dimensão narrativa que acompanha a exploração espacial e lhe atribui outros sentidos. A voz do testemunho atravessa, assim, a experiência de navegação e inscreve relatos situados no interior de um deslocamento que, à primeira vista, parece inteiramente conduzido pelo próprio usuário.

A ausência de figuras humanas nos ambientes reconstruídos ganha outra dimensão quando relacionada à própria concepção de representação formulada pelo projeto. Como discutido na seção anterior, *Huella Digital* reconhece os limites de qualquer tentativa de representar o horror, afirmando que “los intentos por representar el horror del genocidio resultan un absoluto imposible” (HUELLA DIGITAL, s.d.). A reconstrução é apresentada, nesse enquadramento, como uma aproximação necessariamente incompleta diante de uma experiência que não pode ser integralmente restituída.

Essa concepção encontra uma expressão concreta na própria composição dos ambientes. Embora o dispositivo reconstrua a arquitetura, os objetos e a disposição dos espaços, ele não introduz personagens virtuais que encenem os acontecimentos ocorridos na ESMA. A presença humana aparece por outras vias: nas fotografias dos sobreviventes, nos documentos e, sobretudo, nas vozes que acompanham a navegação. A escolha estabelece uma distinção entre a reconstrução do lugar e a representação daquilo que aconteceu nele. O ambiente pode ser modelado e percorrido, enquanto a experiência da violência permanece vinculada aos relatos daqueles que a vivenciaram.

Essa distinção incide diretamente sobre a experiência de presença produzida pela navegação em primeira pessoa. O usuário pode ocupar virtualmente uma posição dentro do edifício e explorar seus ambientes, mas sua perspectiva permanece circunscrita à condição de quem percorre uma reconstrução. A perspectiva em primeira pessoa simula o deslocamento pelo espaço; o testemunho, por sua vez, introduz uma dimensão da experiência histórica que a exploração do ambiente não pode reproduzir. A imersão aproxima o usuário da espacialidade da ESMA, ao mesmo tempo que mantém aberta a distância entre percorrer virtualmente o lugar e ter vivido a violência que nele ocorreu. É nessa distância que o testemunho adquire força analítica: sua presença impede que a experiência de navegação seja tomada como equivalente à experiência histórica da repressão.

É nessa combinação entre aproximação e distância que aparece uma das tensões centrais do dispositivo. Se, por um lado, a lógica de exploração — associada a uma estética próxima à dos videogames — favorece formas de engajamento baseadas na circulação livre e

na escolha do percurso, por outro, a inserção de vozes testemunhais e de conteúdos contextuais introduz elementos que reconfiguram essa dinâmica, deslocando-a de uma experiência centrada exclusivamente na ação do usuário. Mais do que opor diferentes regimes de experiência, o dispositivo faz coexistir — de maneira por vezes instável — formas distintas de relação com o passado, nas quais a agência do usuário é continuamente atravessada por narrativas, enquadramentos e limites que a reorientam. A própria organização da navegação torna perceptível, assim, uma questão central da mediação digital discutida no capítulo anterior: as formas de acesso ao passado são configuradas pelas arquiteturas técnicas que organizam sua circulação, suas possibilidades de interação e os modos pelos quais seus conteúdos podem ser percebidos e compreendidos (HOSKINS, 2017; VAN DIJCK, 2007; NEIGER; MEYERS; ZANDBERG, 2011; CHUN, 2006).

Na reconstrução da ESMA, essa dimensão da mediação pode ser observada na articulação entre os diferentes registros que compõem a interface. Enquanto o usuário se desloca pelo espaço, a navegação em primeira pessoa, o mapa lateral, as vozes testemunhais, as identificações dos sobreviventes e os demais conteúdos apresentados na tela disputam e orientam sua atenção. Ver, escutar, ler e se deslocar passam, assim, a ocorrer simultaneamente, de modo que a experiência do ambiente depende também da maneira como esses elementos são distribuídos ao longo do percurso. A interface não apenas reúne diferentes recursos em uma mesma tela: ela estabelece relações entre eles, determina momentos e formas de acesso e, com isso, participa da definição daquilo que o usuário pode perceber e compreender sobre o espaço da repressão.

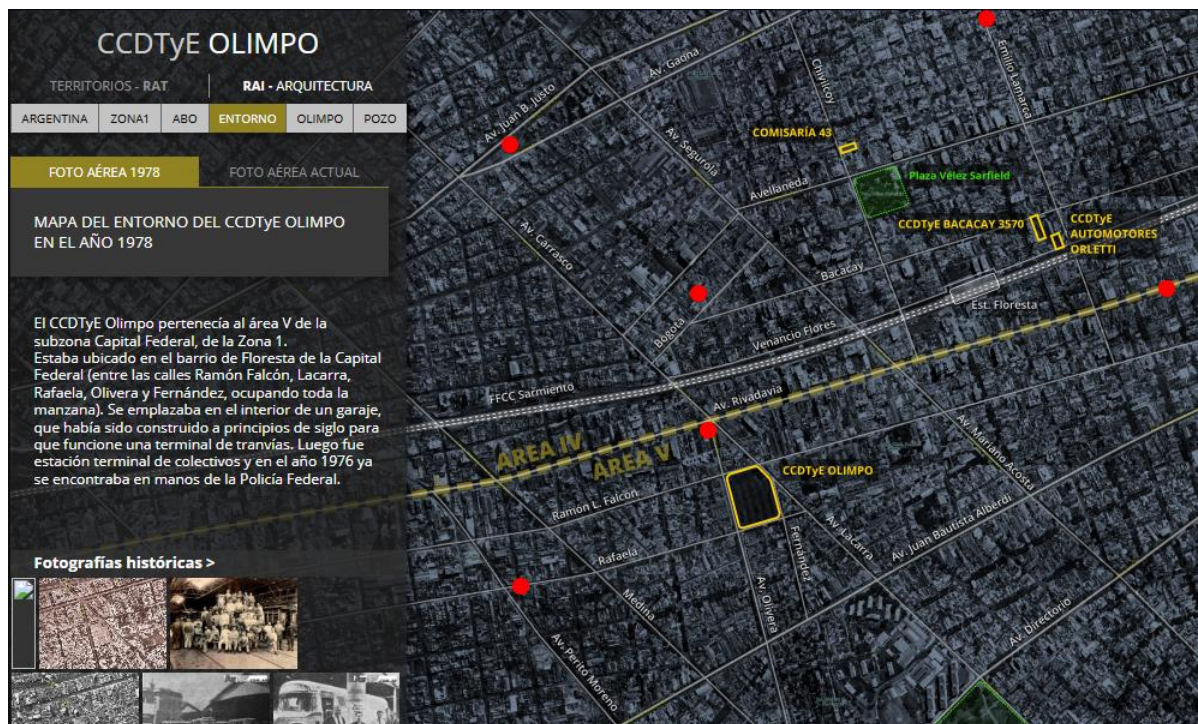
Em *Memoria Abierta*, configura-se outro regime de organização da experiência, cuja relação entre espaço, documento e testemunho guarda estreita relação com a trajetória da própria iniciativa, marcada pela construção de dispositivos voltados ao registro, à sistematização e à consulta de materiais documentais. Como visto na seção anterior, essa orientação atravessa diferentes projetos desenvolvidos pela organização e encontra expressão nas formas pelas quais seus dispositivos articulam os materiais reunidos em torno dos lugares de memória. A experiência do espaço se estrutura, assim, segundo princípios distintos dos observados no caso anterior, com menor ênfase na imersão e maior centralidade para a consulta e o cruzamento de registros. A comparação entre os dois casos permite examinar como diferentes escolhas de mediação reconfiguram as formas de acesso ao passado, os modos de torná-lo inteligível e as maneiras pelas quais ele é inscrito no presente.

Para a análise dos dispositivos desenvolvidos por *Memoria Abierta*, tomou-se como objeto a reconstrução do ex CCD *Olimpo*¹⁶, única disponível para acesso online no momento da pesquisa, uma vez que os *Registros Arquitectónicos Integrales* (RAI) de *Mansión Seré* e *Vesubio* não se encontram acessíveis em razão de limitações de compatibilidade tecnológica. Essa condição não constitui apenas um dado contingente, mas evidencia, desde o início, a dependência desses dispositivos em relação às infraestruturas técnicas que os sustentam, aspecto que incide diretamente sobre suas formas de circulação e acesso no presente.

Ao acessar o RAI do *Olimpo*, observa-se uma organização da interface que difere significativamente daquela analisada em *Huella Digital*. Em vez de uma navegação contínua em primeira pessoa, estruturada a partir da simulação de deslocamento no interior do espaço, o dispositivo se apresenta como um ambiente segmentado, organizado em diferentes seções — “entorno”, “olimpo” e “pozo” — que distribuem os materiais segundo critérios temáticos e documentais, como se pode ver na Figura 4. O acesso aos conteúdos ocorre por meio de seleções sucessivas entre esses módulos, que também incorporam materiais visuais como a fotografia aérea do entorno do CCD *Olimpo* em 1978. Essa estrutura inicial já indica uma forma de interpelar o usuário que não se orienta pela imersão, mas pela consulta e articulação de informações, aproximando a experiência de uma lógica de arquivo.

¹⁶ Disponível em: <https://ratraiolimpo.memoriaabierta.org.ar/>. Acesso em: 04 maio 2026.

Figura 4 - Interface inicial do RAI do ex CCD Olimpo, organizada em módulos de navegação.



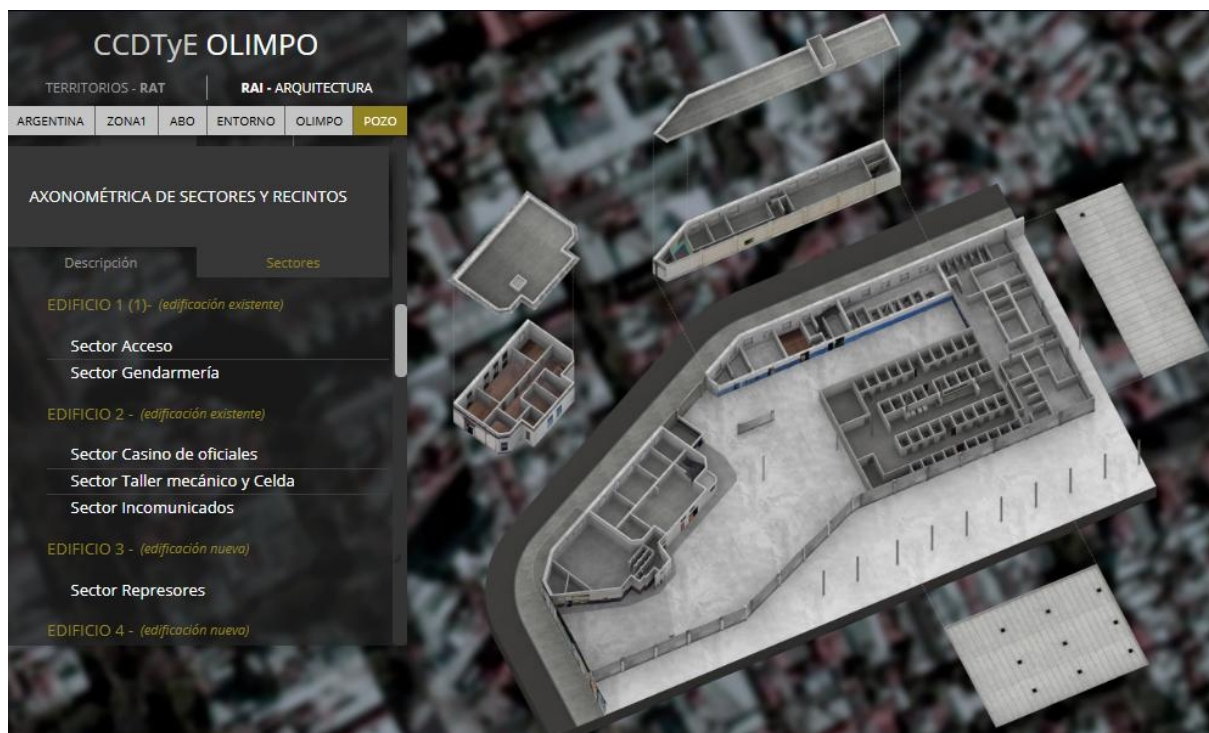
Fonte: *Memoria Abierta*. Disponível em: <https://ratraiolimpo.memoriaabierta.org.ar/>. Acesso em: 04 maio 2026.

Na seção *entorno*, o foco recai sobre a área que circunda o edifício, apresentada por meio de mapas e fotografias aéreas que permitem comparar o espaço em dois momentos distintos — 1978 e a atualidade —, acompanhadas por textos explicativos que situam o edifício em sua localização, usos e processos de transformação em lugar de memória (Figura 4). Já a seção *Olimpo* concentra-se na parte externa do edifício e articula registros fotográficos e audiovisuais — incluindo imagens históricas, fotografias contemporâneas e vídeos realizados por drone —, novamente acompanhados por descrições textuais que enquadram e contextualizam esses materiais. Em ambos os casos, o espaço é construído como objeto de observação e comparação, e a articulação entre registros de diferentes momentos estabelece a temporalidade como um dos princípios de organização da experiência e de produção de sentido.

É, contudo, na seção *pozo* que se concentra a reconstrução propriamente dita, ainda que esta se apresente em termos bastante distintos daqueles observados em *Huella Digital*. Organizada nas subseções *estructura* e *materiales*, essa parte do dispositivo articula diferentes formas de representação, tendo como eixo as axonometrias do conjunto arquitetônico e de seus setores, às quais se associam plantas, registros fotográficos e fragmentos testemunhais.

Como se observa na Figura 5, as representações axonométricas organizam o espaço de maneira técnica e segmentada, permitindo identificar suas diferentes unidades e estruturando o acesso aos conteúdos a partir dessa decomposição analítica do conjunto. A espacialidade é apreendida por meio de uma operação de leitura e interpretação do espaço reconstruído, e não pela simulação de presença ou deslocamento imersivo. Ao selecionar um determinado edifício ou recinto, o usuário acessa os materiais associados àquele espaço, incluindo testemunhos escritos de sobreviventes, imagens correspondentes e a própria maquete digital. Há, ainda, a possibilidade de acessar vídeos que combinam registros atuais com animações da reconstrução virtual de setores demolidos.

Figura 5 - Representação axonométrica do CCD Olimpo com indicação de setores e edificações.



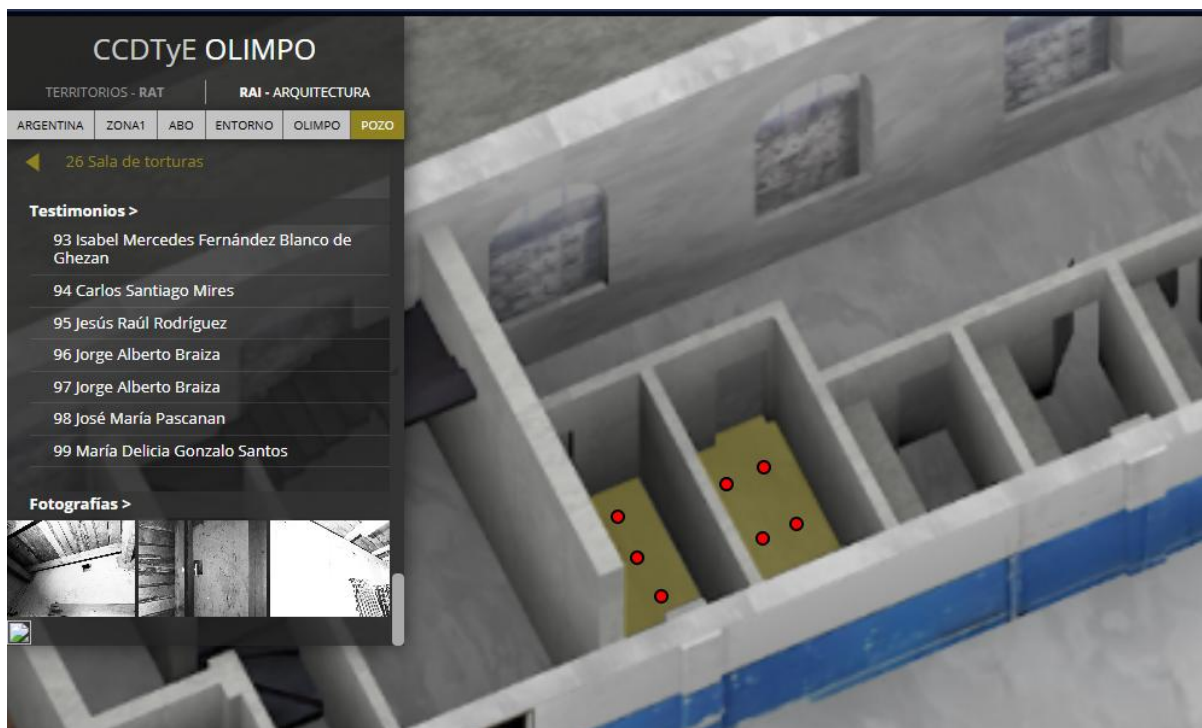
Fonte: *Memoria Abierta*. Disponível em: <https://ratraiolimpo.memoriaabierta.org.ar/>. Acesso em: 04 maio 2026.

Essa configuração indica que a relação com o espaço se organiza pela articulação entre diferentes camadas documentais, que permitem reconstruir, de maneira fragmentada e relacional, as características e os usos dos ambientes. Cada registro cumpre uma função específica: a planta localiza, a fotografia mostra, o testemunho relata e a representação arquitetônica organiza espacialmente essas informações. O espaço vai sendo recomposto pelo

cruzamento desses materiais, fazendo da reconstrução um suporte para a organização e a consulta da informação. A posição do usuário decorre dessa própria configuração: em lugar de construir sua experiência pelo deslocamento contínuo, ele assume uma posição próxima à de um leitor-investigador, que seleciona e relaciona materiais à medida que realiza acessos pontuais e escolhas orientadas. Cada clique conduz a um novo conjunto de evidências, de modo que a construção de inteligibilidade depende da consulta e da correlação entre os materiais disponibilizados. A experiência espacial, nesse arranjo, permanece vinculada ao trabalho de investigação realizado pelo usuário, e a visualização do espaço se articula diretamente às possibilidades de consulta e cruzamento dos registros.

É também nesse ponto que se evidencia a especificidade da relação com o testemunho. Diferentemente do que se observa em *Huella Digital*, onde os testemunhos em áudio atravessam a navegação e operam como uma camada que densifica a experiência espacial, em *Memoria Abierta* eles aparecem majoritariamente em forma escrita e organizados segundo critérios documentais — seja vinculados a espaços específicos, seja reunidos na seção *materiales*, onde são agrupados por testemunhante. Aqui, a associação entre relato, recinto e representação arquitetônica produz outra operação: o testemunho ajuda a identificar e interpretar um espaço determinado, enquanto a própria organização do dispositivo permite relacioná-lo a outros registros referentes ao mesmo lugar. Na Figura 6, esses testemunhos são associados a um recinto determinado — no caso, a *sala de torturas* — e apresentados em listas que podem ser acionadas pelo usuário, abrindo janelas com os relatos escritos, acompanhados por fotografias do espaço e articulados à própria representação arquitetônica do setor. A interface organiza esses materiais de forma consultável e seletiva, permitindo que diferentes registros sejam relacionados entre si a partir da navegação documental proposta pelo dispositivo. Essa disposição confere ao testemunho um papel central, mas distinto: ele não acompanha o percurso do usuário, nem estrutura uma experiência imersiva, mas se apresenta como fonte documental que pode ser consultada, comparada e articulada com outros registros.

Figura 6 - Interface de acesso a fragmentos testemunhais associados a setores específicos do CCD Olimpo.



Fonte: *Memoria Abierta*. Disponível em: <https://ratraiolimpo.memoriaabierta.org.ar/>. Acesso em: 04 maio 2026.

A análise do dispositivo permite, assim, identificar um regime de mediação no qual diferentes formas de apresentação do espaço e dos testemunhos são organizadas segundo critérios de sistematização e validação da informação. Essa organização aproxima o dispositivo de uma lógica arquivística: os materiais são classificados, associados a espaços determinados e disponibilizados para consulta e cruzamento. A reconstrução espacial participa dessa operação ao fornecer a estrutura na qual esses registros podem ser relacionados. Essa configuração torna mais visível sua aptidão para dialogar com contextos nos quais a precisão dos dados e a possibilidade de verificar sua procedência assumem centralidade — dimensões já discutidas anteriormente na tese, especialmente no que se refere aos usos dessas ferramentas em processos judiciais e na produção de provas.

Ao mesmo tempo, essa forma de organização produz efeitos específicos sobre a experiência do usuário. Se, por um lado, a ênfase na sistematização e na articulação documental contribui para a construção de um dispositivo robusto do ponto de vista da validação e da verificabilidade, por outro, pode produzir uma experiência na qual a dimensão narrativa não se apresenta de maneira imediatamente perceptível, exigindo do usuário um

trabalho mais ativo de construção de sentido. A inteligibilidade do dispositivo depende, assim, da capacidade de articular fragmentos, em vez de acompanhar um percurso previamente conduzido, o que evidencia uma outra forma de mediação do passado, igualmente situada e atravessada por escolhas técnicas, epistemológicas e políticas.

Em *Memoria Abierta*, portanto, a violência aparece por meio dos vestígios associados aos espaços: documentos, plantas, fotografias, registros audiovisuais e testemunhos. O usuário precisa relacionar esses materiais para construir uma compreensão do que ocorreu naquele lugar. A interface não oferece uma cena reconstruída da violência. Ela reúne elementos a partir dos quais o passado pode ser reconhecido e interpretado. O que se torna visível, portanto, são registros que remetem às experiências ocorridas naquele espaço, apresentados em diferentes suportes e temporalidades. Ao mesmo tempo, a própria organização modular da interface — que separa entorno, edifício e estrutura interna — introduz descontinuidades que impedem a apreensão totalizante do espaço, tornando perceptível o caráter lacunar e reconstruído dessas representações. Desse modo, mais do que preencher visualmente as ausências deixadas pela violência, o dispositivo as reinscreve como parte constitutiva da experiência, produzindo uma forma de visibilidade que se ancora na fragmentação, na mediação documental e na exigência de um olhar que se constrói no entrecruzamento de registros heterogêneos.

Nesse sentido, a comparação entre os dois dispositivos mostra uma diferença na própria direção do percurso construído para o usuário. Em *Huella Digital*, é o espaço reconstruído que organiza a exploração e conduz aos documentos e testemunhos incorporados aos ambientes. Em *Memoria Abierta*, a consulta aos diferentes registros sustenta a compreensão da espacialidade: plantas, fotografias, testemunhos e representações arquitetônicas são relacionados pelo usuário ao longo da navegação. As duas iniciativas trabalham com reconstrução espacial, documentação e testemunho, mas distribuem esses elementos de maneiras diferentes e, com isso, atribuem ao usuário tarefas distintas na construção de sentido sobre o passado.

É precisamente nesse ponto que emergem algumas das tensões centrais implicadas na reconstrução digital de experiências de violência extrema. Se, por um lado, as tecnologias digitais ampliam as possibilidades de tornar acessíveis experiências e vestígios historicamente apagados, por outro, introduzem desafios relativos às formas pelas quais o sofrimento e a violência podem ser representados e às ausências que permanecem inscritas nesses dispositivos. A análise realizada evidencia que essas reconstruções operam constantemente sobre um limite delicado: o de tornar visível aquilo que, em grande medida, resiste à plena

representação. Em *Huella Digital*, essa tensão aparece na articulação entre uma estética próxima à dos videogames e a presença persistente das vozes testemunhais, que impedem a estabilização da experiência em uma lógica puramente lúdica ou exploratória. Em *Memoria Abierta*, por sua vez, manifesta-se na própria fragmentação documental da interface, que evita produzir uma visualização totalizante do passado e reinscreve as lacunas como parte constitutiva da experiência. Em ambos os casos, a mediação digital não elimina a ausência nem resolve as dificuldades de representação da violência, mas reorganiza as formas pelas quais elas podem ser percebidas, narradas e elaboradas, em consonância com as transformações contemporâneas das práticas de memória em ambientes digitais e conectivos (HUYSEN, 2000; VAN DIJCK, 2007; HOSKINS, 2017; CHUN, 2006).

Ao mesmo tempo, a comparação entre os casos permite compreender que as configurações técnicas observadas estão relacionadas às condições concretas em que cada dispositivo foi concebido e desenvolvido. As diferenças entre as interfaces remetem, assim, às trajetórias das iniciativas, aos saberes mobilizados em sua elaboração e às concepções que orientam o uso da tecnologia no campo da memória. A análise realizada até aqui indica, portanto, que as formas assumidas pelas reconstruções estão vinculadas às escolhas e aos contextos que presidem sua produção. É precisamente essa dimensão que orienta a seção seguinte, dedicada à análise das condições de produção dessas mediações. O foco se desloca para os sujeitos e as iniciativas envolvidos na elaboração dos dispositivos, considerando os saberes mobilizados, os públicos a que se dirigem e as expectativas que orientam sua construção.

3.3 A construção da mediação: dispositivos, objetivos e condições de produção

A análise das reconstruções permite identificar diferentes formas de organizar a experiência de acesso ao passado. Para compreender como essas formas foram construídas, contudo, é necessário acompanhar os processos de concepção dos próprios dispositivos e as razões que orientaram determinadas escolhas ao longo de seu desenvolvimento. É nesse ponto que as entrevistas com Martín Malamud, de *Huella Digital*, e Gonzalo Conte, de *Memoria Abierta*, assumem papel central nesta seção. Seus relatos permitem acompanhar decisões que permanecem pouco visíveis nos dispositivos concluídos e compreender como objetivos, conhecimentos e possibilidades técnicas foram sendo articulados durante sua elaboração.

As entrevistas são tomadas aqui como fontes para a análise das concepções que orientaram esses projetos e das condições em que suas escolhas foram formuladas. Os relatos de Malamud e Conte permitem observar como os dispositivos foram pensados, quais problemas surgiram durante seu desenvolvimento e como determinadas soluções foram definidas diante das possibilidades e dos limites encontrados em cada projeto. A análise dessas narrativas interessa, portanto, menos pela reconstituição linear dos projetos do que pelo que elas revelam sobre os modos de conceber a relação entre tecnologia e memória. É a partir desse material que a seção examina como objetivos e escolhas técnicas se relacionam às condições de produção das reconstruções.

Os objetivos atribuídos às iniciativas constituem um ponto importante para compreender as escolhas que deram forma aos dispositivos. Nos relatos dos entrevistados, esses objetivos aparecem relacionados às circunstâncias em que os projetos foram desenvolvidos e aos usos que se pretendia produzir com as reconstruções. As entrevistas permitem acompanhar, assim, como determinadas finalidades foram adquirindo contornos mais precisos ao longo do desenvolvimento dos projetos e como essa definição incidiu sobre as formas de conceber seus dispositivos. A atenção aos objetivos conduz, também, à questão dos públicos a que essas iniciativas se dirigiam e dos usos que lhes eram atribuídos, aspectos que ajudam a compreender as diferentes formas de mediação construídas nos dois casos.

No caso de *Huella Digital*, o percurso relatado por Martín Malamud revela uma trajetória marcada por experimentação, vínculos institucionais e reconfigurações progressivas de objetivos, que, articulada à trajetória da própria iniciativa reconstruída na seção 3.1, ajuda a compreender as escolhas que deram forma ao projeto. Essa trajetória individual se inscreve em uma posição de enunciação atravessada pela articulação entre formação técnica, prática artística e engajamento político. Formado em computação e em artes visuais — com estudos na *Escuela Nacional de Bellas Artes Prilidiano Pueyrredón* e atuação no campo do desenho e da ilustração —, Malamud desenvolveu uma trajetória profissional vinculada à animação por computador, ao desenvolvimento de linguagens interativas e à produção visual, ao mesmo tempo em que atua como professor titular de Animação por Computador na *Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo* da *Universidad de Buenos Aires* (FADU-UBA) (MALAMUD, entrevista, 2024; MALAMUD, s/d). É, ainda, um dos diretores da iniciativa *Huella Digital*, ao lado de Diego Cagide, posição a partir da qual participa diretamente da definição de seus objetivos, estratégias e parcerias institucionais. Essa inserção simultânea nos campos técnico, artístico e acadêmico se articula, ainda, a uma experiência geracional diretamente atravessada pelos efeitos da última ditadura, que o próprio entrevistado descreve

como vivida de forma “intensa” e marcada por impactos pessoais e coletivos (MALAMUD, 2015). Nesse sentido, a constituição de *Huella Digital* — e os objetivos que a orientam — não pode ser dissociada desse entrecruzamento entre saberes, trajetórias e experiências, que configura tanto as possibilidades técnicas do projeto quanto os modos de problematização do passado que ele mobiliza. Essa combinação de formação técnica, prática artística e atuação universitária ajuda a situar algumas das escolhas que aparecem no projeto, especialmente a atenção dada à visualização, à interatividade e à experimentação com diferentes linguagens digitais.

A gênese do projeto de *Huella Digital* remonta ao contato de Martín com uma animação inacabada sobre o centro clandestino *Club Atlético*, desenvolvida por Rodolfo Rapetti no âmbito da *Secretaría de Derechos Humanos de la Nación*. A interrupção do projeto pela Secretaria teve, assim, um efeito que ultrapassou a simples retomada de um trabalho já iniciado: ela deslocou a iniciativa para um novo circuito de produção no qual Malamud assumiu a continuidade da reconstrução por meio de uma organização independente, articulada inicialmente em torno de seu próprio espaço de atuação universitária. A partir daí, Malamud mobilizou uma ampla rede de alunos e ex-alunos, que chegou a reunir cerca de 40 pessoas, evidenciando como a constituição do projeto está diretamente vinculada à mobilização de conhecimentos técnicos e à formação de uma rede colaborativa em torno da reconstrução digital.

Desde o início, buscou-se ampliar o escopo do grupo universitário por meio da articulação com outros atores institucionais. A parceria com o *Instituto Espacio para la Memoria* (IEM), órgão autárquico vinculado ao governo da Cidade de Buenos Aires, possibilitou a realização da primeira etapa do projeto: as reconstruções digitais do *Casino de Oficiales de la ESMA*, do *Club Atlético* e de *Automotores Orletti*. Em seguida, novas colaborações foram estabelecidas com universidades públicas: com a *Universidad Nacional de General Sarmiento*, foi desenvolvida a reconstrução de *El Campito*; e com a *Universidad Nacional de Quilmes*, a de *La Cacha*. Longe de constituírem apenas um encadeamento cronológico, essas parcerias configuram condições concretas de possibilidade para a definição e ampliação dos objetivos do projeto, evidenciando sua dependência de recursos institucionais, redes de colaboração e formas específicas de legitimação no campo da memória.

Segundo Malamud, os objetivos da iniciativa foram sendo descobertos à medida que o trabalho avançava — um processo de formulação que se deu de forma situada e relacional. Essa perspectiva permite compreender de outra maneira a própria trajetória do projeto,

marcada pela ampliação progressiva de seus objetivos à medida que diferentes atores e instituições passaram a participar de sua produção e utilização. Inicialmente, o propósito central era o de preservar a memória dos centros clandestinos, articulando os testemunhos de sobreviventes com os espaços reconstruídos digitalmente. Esse movimento inicial, contudo, abre espaço para uma ampliação progressiva dos usos do dispositivo, à medida que novos interlocutores e demandas passam a incidir sobre o projeto. O aprofundamento do vínculo com o IEM, por exemplo, fez emergir um novo horizonte de uso: o apoio a processos judiciais, por meio do uso das reconstruções como suporte técnico para depoimentos e alegações. Em seguida, vieram dois outros objetivos: o uso pedagógico — voltado à formação em diferentes níveis educacionais — e o uso memorial — dirigido a sobreviventes e familiares de vítimas da repressão.

A sequência descrita por Malamud mostra uma iniciativa que vai encontrando suas funções ao longo do próprio percurso. A passagem de uma preocupação inicial com a preservação dos centros clandestinos para usos judiciais, educativos e memoriais altera, inclusive, aquilo que se espera do próprio dispositivo: a reconstrução precisa ser suficientemente consistente para sustentar uma argumentação judicial, ser inteligível para fins pedagógicos e ser capaz de produzir uma aproximação significativa para pessoas diretamente afetadas pela repressão. O relato do entrevistado permite perceber, assim, que a definição dos objetivos também funcionou como um processo de aprendizagem sobre as possibilidades e os limites da própria ferramenta.

A multiplicidade desses objetivos resulta de um processo de negociação contínua entre diferentes expectativas em torno do dispositivo, que passam a coexistir em sua trajetória. É precisamente nessa multiplicidade de usos que se delineiam também os diferentes públicos aos quais a iniciativa se dirige, bem como os regimes de validação que orientam sua recepção e apropriação. Cada uso atribui ao dispositivo uma função específica na relação com o passado e mobiliza formas próprias de validação, fazendo com que a mesma reconstrução adquira sentidos distintos conforme o contexto em que é empregada. Essa configuração retoma uma questão discutida nos capítulos anteriores: as mediações digitais participam da produção dos sentidos atribuídos ao passado justamente porque condicionam as formas pelas quais ele pode ser acessado, mobilizado e legitimado.

O uso jurídico, por exemplo, insere as reconstruções em um regime de prova, no qual a memória é tensionada por exigências de verificação, consistência e legibilidade institucional, aproximando-se de outras práticas de produção de representações espaciais voltadas à articulação entre testemunhos, documentos e organização da informação em

processos judiciais (VECCHIOLI, 2018; MARGIOTTA, 2022). Nesses contextos, tais dispositivos passam a integrar os próprios modos de construção da verdade jurídica. O uso educativo, por sua vez, articula-se à elaboração de inteligibilidade sobre o passado e à formação de repertórios interpretativos, operando em um registro pedagógico que envolve a construção de sentidos sobre aquilo que é apresentado e sobre as formas de interpretá-lo; já o uso memorial, voltado a sobreviventes e familiares, ativa dimensões afetivas e experienciadas que escapam, em grande medida, aos enquadramentos formais, colocando em jogo outras formas de relação com o passado.

Ao serem incorporados ao dispositivo, esses diferentes usos podem também produzir deslocamentos nos objetivos que orientaram sua elaboração, evidenciando que a memória, como discutido nos capítulos anteriores, se constitui em processos sociais nos quais diferentes atores atribuem sentidos ao passado a partir das circunstâncias em que o mobilizam (JELIN, 2002; VEZZETTI, 2012). Essa dimensão processual também permite compreender a mediação digital como parte dessas operações de produção de sentido: ao organizar as condições de acesso ao passado, o dispositivo oferece possibilidades de apropriação que podem ultrapassar os usos inicialmente previstos por seus produtores.

Um episódio relatado por Malamud ilustra essa dimensão. Durante a primeira apresentação pública da reconstrução de *El Campito*, realizada na *Universidad Nacional de General Sarmiento*, uma mulher da plateia compartilhou que seu pai, desaparecido na ditadura, havia sido visto pela última vez naquele centro clandestino. Assistir à reconstrução lhe permitiu, segundo relatou, experimentar um contato simbólico com os últimos dias do pai, adquirindo uma percepção mais concreta e sensível do que poderia ter acontecido com ele. O episódio permite observar como a apropriação do dispositivo pode deslocar os sentidos inicialmente atribuídos ao projeto. A reconstrução havia sido concebida para tornar acessível a história de um centro clandestino; para aquela visitante, porém, o espaço reconstruído passou a funcionar como referência para uma história familiar específica. O uso memorial, nesse caso, adquire um sentido que ultrapassa sua definição como uma das finalidades do projeto: a reconstrução passa a mediar uma relação pessoal com aquele espaço e com a experiência da ausência.

Essa diversidade de usos coloca demandas específicas sobre o desenvolvimento das reconstruções. Como observa Malamud, os diferentes contextos de utilização exigem formas próprias de mediação e de validação, o que incide sobre as decisões tomadas ao longo do projeto. A trajetória de *Huella Digital* revela, assim, uma iniciativa atravessada por expectativas sociais e políticas heterogêneas, cuja articulação depende de decisões situadas,

de parcerias institucionais e de negociações constantes em torno dos sentidos atribuídos ao passado recente. As escolhas técnicas acompanham, portanto, mudanças concretas nos usos atribuídos ao projeto: a mesma reconstrução precisa funcionar como suporte para um processo judicial, recurso pedagógico e lugar de aproximação para sobreviventes e familiares. A multiplicidade de funções passa a fazer parte da própria configuração do dispositivo.

Se, no caso de *Huella Digital*, os objetivos emergem de um processo marcado pela experimentação e pela reconfiguração progressiva ao longo do desenvolvimento do projeto, em *Memoria Abierta* observa-se uma formulação inicial mais diretamente ancorada em uma trajetória coletiva no campo dos direitos humanos, cuja atuação e orientação, apresentadas na seção 3.1, ajudam a compreender os projetos desenvolvidos pela organização. Nesse contexto, o percurso de Gonzalo Conte, entrevistado nesta pesquisa, inscreve-se em uma posição de enunciação fortemente marcada pela articulação entre trajetória familiar, militância em organismos de direitos humanos e atuação técnico-profissional no campo da arquitetura e da investigação documental. Arquiteto formado pela *Universidad de Buenos Aires*, Conte coordena o programa *Topografía de la Memoria* de *Memoria Abierta*, dedicado ao levantamento dos circuitos repressivos e à investigação dos edifícios que funcionaram como centros clandestinos de detenção (CONTE, entrevista, 2024; COMISIÓN PROVINCIAL POR LA MEMORIA, s/d). Sua trajetória está diretamente vinculada ao campo dos direitos humanos: é filho de Augusto e Laura Conte — fundadores do *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS) — e irmão de Augusto María Conte, desaparecido em 1976, experiência que atravessa de maneira constitutiva sua relação com a memória e a justiça. Além de sua atuação em *Memoria Abierta*, integra a Comissão Diretiva do CELS e da *Comisión Provincial por la Memoria*, participando de espaços institucionais centrais na formulação de políticas de memória, verdade e justiça na Argentina (CELS, 2024). Nesse sentido, a posição ocupada por Conte insere-se em uma tradição de militância e institucionalização das lutas por direitos humanos, que também atravessa a trajetória de *Memoria Abierta* e ajuda a situar os objetivos que orientam sua atuação. A centralidade atribuída à produção de registros espaciais com valor documental e à sua articulação com processos judiciais deve ser compreendida, portanto, em relação a esse percurso institucional, no qual a documentação dos espaços repressivos se consolidou como uma forma de produzir e organizar informações sobre o passado.

Essa trajetória institucional também aparece na maneira como Conte narra a origem e os objetivos de *Memoria Abierta*. Segundo o entrevistado, a iniciativa nasceu há mais de duas décadas com o propósito de enfrentar o desafio de representar as violações cometidas durante

a última ditadura argentina. Desde sua origem, portanto, sua atuação esteve vinculada às disputas em torno da memória, da verdade e da justiça, enquanto seus objetivos foram sendo redefinidos ao longo do tempo em relação às demandas que emergiam no campo dos direitos humanos e às possibilidades de atuação construídas pela própria organização.

Quando Conte situa o trabalho de *Topografías* nesse percurso, a produção de registros espaciais aparece como parte de um repertório de práticas desenvolvido anteriormente pela organização. Documentação, arquivo oral, investigação dos circuitos repressivos e colaboração com processos judiciais constituíam formas de atuação já consolidadas, às quais a investigação dos espaços de repressão veio se articular. A reconstrução digital passa, assim, a integrar esse repertório como uma forma específica de registrar e tornar acessíveis informações sobre os lugares da repressão. Essa inserção ajuda a compreender a importância atribuída à precisão arquitetônica, à organização dos dados e à possibilidade de relacionar cada representação espacial a outras fontes. O dispositivo incorpora, desse modo, elementos de uma forma de trabalho que antecede sua própria constituição.

Como apresentado na seção 3.1, a trajetória de *Memoria Abierta* foi marcada pela articulação entre diferentes frentes de atuação, entre as quais se encontram o arquivo documental, concebido como patrimônio histórico; o arquivo oral, que reúne mais de mil entrevistas com sobreviventes, familiares, militantes e ativistas; e o programa *Topografías de la Memoria*, voltado à produção de uma cartografia da repressão que evidencie sua lógica sistemática e suas tramas de cumplicidade. Retomar essa configuração a partir do relato de Conte permite observar como essas frentes são relacionadas no interior da própria prática institucional. Na sua narrativa, elas aparecem vinculadas a um mesmo esforço de produzir e organizar informações sobre a repressão, ainda que cada uma opere por meio de procedimentos específicos. *Topografías* se insere nesse conjunto ao tomar os espaços como uma dimensão particular da documentação da repressão, aproximando a investigação arquitetônica das práticas de registro que já caracterizavam a atuação da organização.

A articulação entre essas frentes permite compreender um objetivo mais amplo que atravessa a atuação de *Memoria Abierta*: criar ferramentas que permitam construir e sustentar, ao longo do tempo, um percurso de memória ancorado na verdade, na justiça e na transmissão intergeracional. Conte insiste na importância de trabalhar a memória “hoje”, ativando seu potencial mobilizador no presente e convocando novas gerações à luta. A memória aparece, assim, como uma prática voltada ao presente e às disputas que nele se desenvolvem, ainda que tenha como referência experiências do passado.

No caso do programa *Topografías*, a construção de mapas e diagramas dos centros clandestinos de detenção constitui simultaneamente uma estratégia de documentação e de intervenção, especialmente em processos judiciais. Aqui, o objetivo de representar o espaço não se dissocia da necessidade de produzir evidência, o que insere o projeto em um regime específico de validação, no qual a memória é mobilizada como prova. A produção desses registros espaciais integra, desse modo, uma concepção mais ampla da memória como instrumento de intervenção nas disputas do presente e de continuidade das lutas por justiça.

Essa orientação para a intervenção no presente também coloca em questão os modos pelos quais os dispositivos são apropriados por aqueles que deles fazem uso. Operadores do direito, educadores, estudantes, sobreviventes e familiares estabelecem relações distintas com as reconstruções, de acordo com as finalidades e experiências que orientam sua utilização. A diversidade desses interlocutores incide sobre os sentidos atribuídos aos dispositivos e sobre os critérios pelos quais sua utilidade é reconhecida, fazendo com que uma mesma reconstrução possa adquirir funções diferentes conforme o contexto em que é mobilizada. Os públicos deixam, assim, de ocupar uma posição exterior ao processo de mediação: suas demandas e formas de apropriação participam das condições em que esses dispositivos são utilizados e interpretados.

No caso de *Memoria Abierta*, as inspeções judiciais relatadas por Gonzalo Conte permitem observar concretamente essa articulação. Descritas pelo entrevistado como momentos reveladores, essas situações reúnem agentes do sistema de justiça, sobreviventes, peritos e pesquisadores, cujas posições se encontram na produção e interpretação de informações sobre os antigos centros clandestinos. A elaboração de registros técnicos voltados ao uso judicial se entrelaça aos relatos e às experiências dos sobreviventes que retornam aos espaços de violência para reconhecê-los e descrevê-los. As inspeções oculares tornam visível, desse modo, um processo no qual diferentes saberes são colocados em relação e no qual a experiência dos sobreviventes participa da produção de registros que também adquirem valor no âmbito judicial.

Nesse contexto, a iniciativa *Topografías de la Memoria* pode ser compreendida como uma forma de elaboração situada, construída no contato com as práticas desenvolvidas pela organização e com os relatos das vítimas. Esse processo dialoga com uma tradição na qual os testemunhos de sobreviventes desempenham, desde a CONADEP, um papel central na descrição, localização e reconhecimento dos espaços da repressão (CRENZEL, 2008). A necessidade de representar visualmente esses espaços conduz ao desenvolvimento de formas documentais que dialogam com os procedimentos judiciais, ao mesmo tempo em que os

tensionam, ao incorporar dimensões da experiência dos sobreviventes que não se esgotam nas exigências da prova. Ao descrever o que denomina um “coral de vozes” formado durante as inspeções, Conte sublinha uma concepção de verdade construída de forma relacional, na qual o testemunho ganha força na confrontação entre diferentes relatos e na escuta compartilhada, evidenciando um regime de validação fundado na articulação entre perspectivas distintas.

A centralidade atribuída ao testemunho nesse processo retoma uma questão discutida anteriormente a partir de Ludmila da Silva Catela (2001): sua participação na construção social das memórias da violência de Estado. Em *Topografías de la Memoria*, essa dimensão assume uma configuração específica, pois os relatos dos sobreviventes são incorporados a um processo de elaboração no qual entram em relação com os espaços investigados e com outros registros produzidos ao longo do trabalho. A expressão “coral de vozes”, utilizada por Conte para descrever as inspeções, permite compreender essa dinâmica: as representações são elaboradas a partir do encontro entre diferentes relatos e das discussões que se estabelecem em torno deles. As lembranças podem confirmar informações já registradas, suscitar revisões ou introduzir elementos que modificam a compreensão de determinado espaço. A escuta dos sobreviventes, portanto, participa diretamente da produção do conhecimento sobre os sítios e da elaboração das representações que os documentam.

A dinâmica descrita permite retomar, no âmbito desta análise, uma questão já discutida no capítulo 1 a propósito do *Nunca Más*: a transformação de relatos individuais em uma produção compartilhada de sentido sobre a violência de Estado. Naquele caso, essa operação esteve vinculada a uma instância institucional dotada de autoridade para reunir, organizar e conferir estatuto público aos testemunhos. Em *Topografías de la Memoria*, a produção compartilhada de conhecimento assume uma forma processual: os relatos são colocados em relação durante a própria investigação dos sítios e articulados às informações produzidas por outras vias. Essa diferença também permite perceber formas distintas de constituição da autoridade. No *Nunca Más*, a legitimidade da narrativa está fortemente relacionada à posição institucional da CONADEP e aos procedimentos que conferiram autoridade pública ao material reunido. Em *Topografías*, a legitimidade das representações se produz no próprio processo de elaboração, à medida que diferentes informações podem confirmar, complementar ou tensionar umas às outras. O testemunho permanece central, mas sua força se articula às relações estabelecidas entre os relatos, o espaço investigado e os registros produzidos sobre ele.

Essa forma de elaboração também permite compreender a concepção de autoridade que orienta o trabalho de Conte. A legitimidade da representação depende da possibilidade de

colocar em relação conhecimentos produzidos a partir de experiências distintas, sem que um deles determine isoladamente o resultado final. A arquitetura fornece referências para a identificação e a organização do espaço; os testemunhos permitem atribuir significado a essas referências; e os procedimentos de registro transformam o conhecimento produzido durante a investigação em documentação passível de circulação institucional. A técnica, nesse processo, não substitui a experiência dos sobreviventes: ela organiza e torna comunicável um conhecimento que se constitui no encontro entre memória e espaço. É nessa articulação que os registros elaborados pela organização adquirem força documental e podem ser mobilizados também em contextos judiciais.

A passagem da entrevista permite, assim, qualificar a relação entre testemunho e técnica em *Memoria Abierta*. A precisão dos registros depende da participação de pessoas capazes de reconhecer os lugares e relacioná-los às experiências vividas, enquanto plantas, fotografias, diagramas e reconstruções fornecem formas de organizar e fixar esse conhecimento. A autoridade desses registros resulta, portanto, do processo que os produz: a experiência dos sobreviventes é incorporada a procedimentos técnicos que permitem transformar informações situadas sobre os espaços em documentos dotados de circulação e uso institucional.

Ainda assim, o grupo mantém atenção aos aspectos afetivos implicados nas inspeções, evitando a tecnificação excessiva do testemunho e reconhecendo os limites dos enquadramentos jurídicos. A articulação entre registro técnico e escuta sensível torna visível uma forma de trabalho na qual diferentes saberes participam da produção das representações e da atribuição de legitimidade aos registros. É a partir dessa dimensão que a análise pode avançar para os atores envolvidos na elaboração dos dispositivos e para os conhecimentos que mobilizam. Mais do que produtos técnicos acabados, as iniciativas analisadas resultam de processos coletivos nos quais diferentes participantes contribuem para definir o que deve ser registrado, como será representado e quais critérios conferirão legitimidade a essas representações.

No caso de *Huella Digital*, a ênfase inicial recai sobre a experiência dos sobreviventes e sua incorporação ao processo de reconstrução dos centros clandestinos de detenção. Na entrevista, Malamud atribui grande importância ao envolvimento afetivo dos integrantes com a memória da ditadura e à participação dos sobreviventes na construção das reconstruções. O testemunho ocupa, assim, uma posição central no modo como o projeto concebe a produção de conhecimento sobre os espaços da repressão. Ao mesmo tempo, ela contrasta com a forma como Conte descreve o trabalho de *Memoria Abierta*, mais

frequentemente associado à documentação, à pesquisa e à articulação interdisciplinar. Isso não significa, contudo, que *Huella Digital* se desenvolva à margem de outros campos de conhecimento. Ao revisitar o percurso da iniciativa, o entrevistado reconhece a importância das colaborações estabelecidas com instituições como o *Instituto Espacio para la Memoria* (IEM), a *Universidad Nacional de General Sarmiento* (UNGS) e a *Universidad Nacional de Quilmes* (UNQ), cujas equipes — formadas por historiadores, antropólogos e especialistas em arquivos — participam ativamente da realização das entrevistas, da pesquisa de base e da elaboração dos conteúdos que acompanham as reconstruções digitais.

Em *Memoria Abierta*, por sua vez, a articulação entre diferentes formas de saber aparece de maneira mais explicitamente tematizada, associada à constituição de equipes interdisciplinares que reúnem arquitetos, arqueólogos, sociólogos, cinegrafistas e outros profissionais. Como destaca Gonzalo Conte, o trabalho desenvolvido pela iniciativa se apoia em uma experiência acumulada ao longo de décadas, envolvendo a produção de múltiplas ferramentas de investigação e representação dos espaços da repressão. Nesse contexto, a técnica integra um processo mais amplo, no qual a produção de registros espaciais se relaciona à investigação documental, ao trabalho com os testemunhos e às demandas que emergem dos processos judiciais.

Apesar das diferenças entre os dois casos, o trabalho coletivo e a articulação entre diferentes formas de conhecimento constituem elementos centrais na produção das iniciativas. Tanto em *Huella Digital* quanto em *Memoria Abierta*, os testemunhos de sobreviventes ocupam um papel estruturante, ainda que sejam mobilizados em arranjos distintos de mediação. Enquanto, em *Huella Digital*, eles se articulam de maneira mais direta à construção de experiências espaciais imersivas e à dimensão sensível da navegação, em *Memoria Abierta* integram procedimentos de documentação, sistematização e produção de registros voltados também à validação institucional e jurídica. Em ambos os casos, contudo, o testemunho é produzido e interpretado em relação com saberes técnicos, práticas institucionais e formas específicas de representação do passado. A legitimidade dos dispositivos se constitui, desse modo, na relação entre diferentes formas de autoridade, vinculadas à experiência dos sobreviventes, ao conhecimento técnico dos profissionais envolvidos e ao reconhecimento institucional conferido pelas organizações e universidades que participam de sua produção. Essa articulação assume configurações distintas em cada projeto, conforme o lugar atribuído a esses diferentes saberes e às instituições que os mobilizam.

A circulação desses projetos entre universidades, organismos de direitos humanos, tribunais, escolas e públicos diretamente afetados pela repressão faz com que os

conhecimentos mobilizados em sua produção sejam submetidos a diferentes contextos de uso e critérios de validação. O conhecimento histórico produzido e organizado nas reconstruções, portanto, circula entre espaços nos quais sua autoridade e sua utilidade são definidas de maneiras distintas. Essa circulação retoma questões discutidas ao longo da tese acerca da história pública e da história digital, agora observadas a partir das condições concretas de produção e circulação das reconstruções analisadas. A análise empírica desenvolvida ao longo desta seção permite, assim, articular essas discussões ao material examinado e situar as reconstruções em um campo mais amplo de disputas em torno de como o passado é produzido, legitimado e colocado em circulação no espaço público.

As possibilidades abertas por essas iniciativas, no entanto, são atravessadas por tensões que fazem parte de sua própria constituição. Como indicam as entrevistas, a articulação entre testemunho, saber técnico e mediação digital envolve desafios relacionados tanto às formas de representação quanto aos critérios de legitimação mobilizados. Se, por um lado, a interdisciplinaridade e o uso de tecnologias digitais ampliam as possibilidades de tornar visíveis experiências de violência frequentemente apagadas do espaço urbano, por outro, essa ampliação envolve escolhas e limites que se tornam particularmente evidentes quando diferentes exigências incidem sobre o mesmo dispositivo. A experiência dos sobreviventes pode entrar em tensão com as exigências de sistematização documental; as necessidades dos processos judiciais podem exigir formas de organização diferentes daquelas mobilizadas em contextos educativos ou memoriais; e as possibilidades oferecidas pelas tecnologias digitais também condicionam as formas pelas quais esses espaços e experiências podem ser representados. Essas tensões não aparecem apenas no resultado final dos dispositivos. Elas atravessam as decisões tomadas durante sua produção e ajudam a explicar por que projetos voltados a espaços e problemas semelhantes assumem configurações tão diferentes. É justamente nessas divergências entre demandas, formas de saber e critérios de legitimação que a mediação se torna um campo de conflito, questão que será examinada na seção seguinte.

3.4 Tensões, limites e disputas: a mediação como campo de conflito

Ao discutir as disputas, os silêncios e os limites da justiça no pós-ditadura, a seção 1.3 partiu de uma constatação que permanece importante para a análise aqui desenvolvida: “No hay soluciones perfectas para la salida del horror; no hay tampoco verdades sencillas para

pasados complejos” (HILB, 2018, p. 166). A formulação de Claudia Hilb ajuda a retomar, sob outra perspectiva, uma questão que atravessa esta tese: as formas de elaboração do passado recente argentino são marcadas por impasses que não desaparecem com a consolidação de determinadas políticas ou narrativas. Se naquele momento a discussão estava voltada às possibilidades e aos limites da justiça no pós-ditadura, interessa agora observar como alguns desses impasses reaparecem quando o passado é reconstruído por meio de dispositivos digitais.

As tensões encontradas nesses dispositivos podem ser situadas em debates mais amplos sobre as formas contemporâneas de produção e circulação da memória. A expansão dos recursos de visualização e presentificação do passado, como observa Huyssen, pode aproximar a memória de dinâmicas de consumo e espetacularização, produzindo novas tensões em torno das formas de tornar o passado visível no presente (HUYSSSEN, 2000). Essa perspectiva permite interrogar as escolhas envolvidas na reconstrução virtual de espaços associados à repressão: ao definir o que pode ser visto, como pode ser percorrido e que tipo de experiência pode ser produzida, esses dispositivos também participam das disputas em torno das formas de representação e significação desse passado.

É a partir dessas questões que a seção se organiza em dois movimentos articulados. O primeiro examina as controvérsias que envolvem as formas de construir a experiência do passado por meio desses dispositivos, com atenção à imersão, ao hiper-realismo, à visualização da violência e aos limites éticos da reconstrução virtual. O diálogo entre *Huella Digital* e *Memoria Abierta* permite observar como diferentes escolhas acerca da relação entre espaço, testemunho e interação produzem entendimentos distintos sobre a experiência do passado. O segundo movimento volta-se às condições que sustentam essas iniciativas, acompanhando problemas relacionados à obsolescência tecnológica, à precariedade infraestrutural, à fragilidade das políticas públicas de memória e às reconfigurações recentes do campo político argentino. A análise dessas condições desloca a discussão para os limites de permanência e circulação das reconstruções e para as disputas que incidem sobre sua continuidade no presente.

Os relatos dos responsáveis pelas iniciativas permitem acompanhar como essas questões são percebidas e enfrentadas no próprio processo de elaboração das reconstruções. Em *Memoria Abierta*, as preocupações de Gonzalo Conte concentram-se de maneira mais explícita nos riscos éticos e estéticos implicados em determinadas formas de representação digital da violência. Entre os principais pontos levantados por Conte está a crítica à estética hiperrealista e ao formato de navegação interativa, que se aproximariam do universo dos

videogames e permitiriam ao visitante simular percursos livres por espaços de violência nos quais, na vivência das vítimas, toda possibilidade de agência era suprimida. Ao alertar para o risco de que tais recursos produzam uma experiência enganosa, espetacularizante ou dessensibilizada, Conte reivindica uma ética da contenção e da escuta, na qual a tecnologia deve permanecer “subsumida” a um trabalho silencioso e respeitoso, evitando sobrepor a mediação técnica à experiência daqueles que passaram pelos centros clandestinos. Ao fazê-lo, enuncia uma concepção de reconstrução que se recusa a teatralizar ou estetizar o horror, orientando-se por um compromisso político com a dignidade e a memória das vítimas.

A crítica de Conte incide, nesse sentido, sobre uma questão que ultrapassa a aparência visual dos dispositivos: a posição que eles atribuem ao usuário diante do espaço reconstruído. A navegação em primeira pessoa pressupõe um sujeito capaz de decidir para onde olhar, por onde avançar e quanto tempo permanecer em determinado ambiente. Quando aplicada a antigos centros clandestinos de detenção, essa forma de interação introduz uma experiência de escolha em espaços nos quais os sujeitos reais estavam submetidos à privação radical de qualquer possibilidade de decisão sobre seus próprios deslocamentos. A ressalva de Conte ganha força justamente nessa diferença entre a liberdade incorporada pela interface e a experiência histórica do confinamento. Seu argumento permite, portanto, interrogar a própria ideia de imersão como forma privilegiada de aproximação com o passado: quanto mais a reconstrução procura produzir uma sensação de presença, maior pode ser a distância entre a experiência do usuário e as condições concretas daqueles que viveram naquele espaço.

A problematização formulada por Conte torna particularmente relevante a análise de iniciativas que apostam mais diretamente em recursos interativos e imersivos, como ocorre em *Huella Digital*. A plataforma, neste caso, explora a navegação espacial e a circulação virtual como formas de aproximação sensível à materialidade dos antigos centros clandestinos de detenção, permitindo ao visitante percorrer ambientes reconstruídos digitalmente. Entretanto, como discutido nas seções anteriores, essa experiência não se realiza de maneira homogênea ou plenamente transparente. Embora a plataforma possibilite percursos relativamente livres pelo espaço virtual, os testemunhos incorporados à navegação introduzem interrupções, contextualizações e marcas da experiência vivida que tensionam a aparente autonomia do deslocamento. O testemunho reinscreve, no interior da espacialidade digital, a violência histórica dos centros clandestinos, funcionando como elemento que densifica a experiência e impede que a navegação se converta em uma forma plenamente fluida ou transparente de acesso ao passado.

Há, contudo, outra dimensão dessa experiência que merece atenção: a reconstrução apresenta os ambientes sem os corpos que os ocuparam. O usuário pode percorrer a *capucha*, a *pecera*, o *sótano* ou outros setores do *Casino de Oficiales* sem encontrar diante de si os sujeitos submetidos àquelas condições de confinamento e violência. A ausência de figuras humanas produz um espaço simultaneamente reconhecível e esvaziado, no qual a arquitetura, os objetos e os vestígios documentais permanecem enquanto os corpos desaparecem da cena. Essa escolha adquire um peso particular em uma reconstrução dedicada a centros clandestinos de detenção, já que parte fundamental da violência que se pretende rememorar esteve ligada justamente à transformação dos sujeitos em corpos ocultados, privados de circulação e retirados do campo público de visibilidade. A experiência do usuário se constrói, assim, sobre uma presença espacial que convive com uma ausência humana radical.

Essa característica também recoloca o problema dos limites da representação discutido anteriormente na tese. A reconstrução restitui dimensões arquitetônicas do espaço e permite percorrê-las, porém não pretende — e tampouco poderia — restituir a experiência daqueles que estiveram confinados nesses lugares. A frase adotada pelo próprio projeto, segundo a qual “los intentos por representar el horror del genocidio resultan un absoluto imposible” (HUELLA DIGITAL, s.d.), é importante justamente porque introduz uma distância entre a precisão possível da reconstrução e aquilo que permanece fora de seu alcance. O espaço pode ser modelado, documentado e percorrido; a experiência da violência permanece irredutível a essa restituição. A ausência das figuras humanas torna essa distância perceptível na própria interface e impede que a reconstrução seja confundida com uma reprodução integral da experiência concentracionária.

Nesse sentido, em vez de indicar uma “falha” do dispositivo ou simplesmente confirmar os riscos apontados por Conte, essa tensão evidencia as próprias contradições implicadas na tentativa de traduzir experiências de violência extrema para linguagens digitais imersivas. A oposição entre liberdade de circulação e memória do confinamento permanece inscrita na própria experiência proposta pela reconstrução virtual, revelando um dos impasses que acompanham sua elaboração. Assim, *Huella Digital* expressa concretamente os impasses, negociações e ambiguidades que atravessam contemporaneamente a mediação digital da memória traumática.

As diferenças entre *Huella Digital* e *Memoria Abierta*, portanto, ganham sentido a partir dessas diferentes respostas aos problemas colocados pela reconstrução virtual. Enquanto *Huella Digital* explora de maneira mais aberta as potencialidades imersivas e interativas das tecnologias digitais, apostando na navegação espacial como forma de aproximação sensível

aos antigos centros clandestinos de detenção, *Memoria Abierta* adota uma postura mais cautelosa diante dos riscos éticos e estéticos implicados nessas linguagens. A comparação entre as duas iniciativas permite perceber que a escolha por determinados recursos de interação e visualização envolve concepções distintas sobre como o visitante pode se relacionar com um passado traumático e sobre os limites que devem orientar essa experiência. Em ambos os casos, contudo, torna-se visível o esforço de enfrentar um mesmo impasse: como construir formas de aproximação com o passado traumático sem reduzir a violência a espetáculo, simulação ou consumo imagético.

As divergências entre as propostas expressam, assim, diferentes concepções sobre os limites da representação, os modos de produzir experiência e o papel das tecnologias na relação contemporânea com o passado. Ao problematizar os efeitos da navegação livre, do hiperrealismo e da imersão sensorial, as iniciativas analisadas reafirmam uma questão discutida nos capítulos anteriores: as formas de mediação tecnológica participam da produção de sentido e condicionam os modos pelos quais o passado pode ser percebido e experienciado. No caso das reconstruções virtuais, isso significa que as escolhas relativas à espacialidade, à interação e à visualização também definem as condições de acesso e de relação com a violência de Estado.

Essas tensões não estão restritas ao plano conceitual ou às reflexões produzidas pelos próprios responsáveis pelas iniciativas analisadas. Elas emergem também nas reações suscitadas por esses dispositivos, evidenciando que as disputas em torno da mediação digital da memória dizem respeito às formas consideradas legítimas de representar experiências marcadas pela violência extrema. Nesse sentido, a trajetória de *Huella Digital* torna particularmente visível como o gesto de reconstruir digitalmente centros clandestinos de detenção produziu controvérsias ligadas à autoridade narrativa das imagens, à adequação das linguagens digitais e aos limites éticos da experiência imersiva.

Martín Malamud rememora, por exemplo, os embates em torno da apresentação da reconstrução virtual da ESMA durante o julgamento dos repressores. Na ocasião, familiares dos acusados reagiram de maneira veemente à presença do modelo digital, questionando sua fidelidade e denunciando-o como fantasioso. Para Malamud, tais reações expressavam menos uma crítica metodológica consistente do que um desconforto diante da própria força da imagem digital. A reconstrução, segundo ele, havia sido elaborada a partir de múltiplos testemunhos de sobreviventes, visitas ao local e extensa documentação, o que lhe conferia densidade e rigor. A controvérsia em torno do dispositivo revela, assim, como as tecnologias de visualização aplicadas à memória da repressão podem se converter em objeto de disputa

sobre verdade, legitimidade e autoridade narrativa. Na interpretação de Malamud, a acusação de artificialidade ou fantasia acabava por revelar o peso político adquirido pela reconstrução ao confrontar discursos que procuravam relativizar ou desacreditar a materialidade da repressão.

A interpretação de Malamud é significativa porque atribui à reconstrução uma capacidade de intervenção que ultrapassa sua função ilustrativa. A disputa em torno da fidelidade do modelo transforma a própria imagem digital em objeto de contestação: questionar a reconstrução significa também questionar os procedimentos pelos quais uma determinada versão espacial do passado adquiriu autoridade. O conflito, portanto, envolve a relação entre imagem, testemunho e verdade. Quando Malamud enfatiza a multiplicidade de testemunhos, as visitas ao local e a documentação mobilizada pela equipe, ele apresenta a reconstrução como resultado de um procedimento de acumulação e cruzamento de evidências. Sua defesa do modelo diante das acusações de fantasia procura deslocar a discussão da aparência artificial da imagem para as condições de produção que sustentam sua legitimidade.

Essa passagem é particularmente relevante porque mostra uma característica recorrente das disputas em torno das reconstruções digitais: a aparência visual do dispositivo pode se tornar o principal alvo da crítica, mesmo quando sua elaboração depende de procedimentos documentais complexos. O caráter artificial da imagem permanece visível, e é justamente essa artificialidade que pode ser mobilizada para questionar sua autoridade. Ao mesmo tempo, a reconstrução procura adquirir legitimidade por meio de testemunhos, documentos e informações arquitetônicas que conferem sustentação à modelagem. A autoridade da imagem, nesse caso, é construída na relação entre uma forma visual reconhecidamente produzida e os diferentes registros que fundamentam sua produção.

Apesar dessas tensões, Malamud observa que, durante boa parte do período em que o projeto foi desenvolvido, existia na Argentina um consenso público significativo em torno da veracidade dos crimes da ditadura, sustentado sobretudo pelos efeitos políticos do relatório *Nunca Más* e do *Juicio a las Juntas*. Nesse contexto, as críticas dirigidas à *Huella Digital* não colocavam necessariamente em dúvida a existência dos centros clandestinos, dos desaparecimentos ou das práticas repressivas, mas incidiam principalmente sobre a linguagem mobilizada pela reconstrução. O uso de ambientes gráficos interativos, frequentemente associados ao universo dos jogos e do entretenimento, era percebido por alguns setores como inadequado ao tratamento de experiências vinculadas à tortura, ao desaparecimento e à violência de Estado. Essas críticas expressavam desconfortos diante das formas de experiência produzidas por determinados dispositivos digitais e dos riscos de banalização,

consumo imagético ou espetacularização do horror. Malamud observa, contudo, que parte desses receios foi sendo progressivamente atenuada ao longo do tempo, à medida que tecnologias digitais passaram a adquirir maior legitimidade em contextos educativos, culturais e memorialísticos. Sua observação sugere, assim, transformações mais amplas nas formas socialmente aceitáveis de mediação do passado e nas sensibilidades que atravessam o uso contemporâneo dessas linguagens.

As tensões em torno da legitimidade das mediações digitais apareciam também nas discussões sobre os próprios modos de articulação entre virtualidade e experiência presencial nos espaços de memória. Malamud menciona, por exemplo, debates ocorridos no contexto do Museu da ESMA acerca da pertinência do uso da reconstrução virtual no interior da exposição museográfica. Embora o projeto não tenha sido incorporado à curadoria do museu e o entrevistado descreva o episódio como um conflito “menor”, a situação evidencia hesitações e desacordos sobre o lugar da virtualidade na experiência memorial e sobre os limites entre presença física e mediação digital na relação contemporânea com o passado traumático.

Nesse aspecto, as reações públicas dirigidas à *Huella Digital* aproximam-se das preocupações ético-estéticas formuladas por Gonzalo Conte ao refletir sobre os limites da representação digital do trauma. Questionado sobre as controvérsias que poderiam ter envolvido a produção e a circulação das reconstruções de *Memoria Abierta*, Conte não relatou, durante a entrevista, episódios de oposição pública a essas iniciativas. Sua reflexão, porém, desloca a discussão para conflitos mais internos ao próprio campo da memória, concentrando sua reflexão nas tensões implicadas nos modos de representar o horror e nas formas consideradas legítimas para produzir experiência sobre o passado recente. Trata-se, também nesse caso, de disputas profundamente políticas, ainda que menos visíveis, pois dizem respeito a quem pode representar, como representar, com quais recursos e para quais públicos.

Ao refletir sobre essas questões, Conte enfatiza o papel da arte como mediadora simbólica do trauma, atribuindo a ela uma capacidade elaborativa que se distancia tanto da lógica da reconstituição objetiva quanto da estetização espetacular da violência. Segundo ele, a arte teria ocupado um lugar fundamental na elaboração coletiva do terror de Estado ao possibilitar formas de atravessar emocional e reflexivamente o passado, ainda que nenhuma elaboração seja capaz de reparar plenamente a dor produzida por essas experiências. Sua crítica dirige-se particularmente a iniciativas que, em suas palavras, “se subieron al carro de que sea la técnica la que tira”, isto é, projetos em que a lógica técnica e a busca pela fidelidade visual passam a orientar a representação em detrimento da escuta sensível das experiências

das vítimas. Para Conte, as ferramentas digitais devem permanecer subordinadas às necessidades da representação, e não o contrário. O risco, nesse sentido, seria que o excesso de detalhes, a simulação totalizante e a busca por uma visualização excessivamente completa do passado acabassem silenciando justamente aquilo que a memória exige preservar: lacunas, ambiguidades, hesitações e zonas de indeterminação.

A crítica formulada por Conte encontra um ponto de contato com a discussão de Evgeny Morozov sobre o tecno-utopismo (MOROZOV, 2013). Ao problematizar a atribuição de capacidades excessivas às soluções técnicas, Morozov chama atenção para os limites das expectativas depositadas na tecnologia como resposta a problemas que permanecem atravessados por conflitos e indeterminações. No caso das reconstruções virtuais, essa questão aparece na expectativa de que níveis crescentes de detalhamento visual, sofisticação técnica e imersão possam produzir uma relação mais fiel ou mais potente com o passado. A tecnologia pode criar novas formas de acesso e experiência, mas não elimina os conflitos e as questões que acompanham a elaboração do passado. É nesse limite que a posição de Conte ganha particular relevância: ao defender que a técnica permaneça subordinada às necessidades da representação, ele desloca o critério de uma reconstrução baseada na quantidade de informação ou no grau de imersão para as formas pelas quais esses recursos participam da elaboração da experiência do trauma.

Essa preocupação aparece também na defesa do que Conte denomina “o tom do sítio”, expressão mobilizada para se referir à atmosfera sensível produzida pela experiência da visita e à relação que se estabelece com o espaço. O “tom”, segundo ele, deve ser construído a partir das sensibilidades das vítimas e da densidade emocional dos espaços, recusando estratégias orientadas pelo choque, pela velocidade ou pela espetacularização imagética. Para Conte, a experiência da memória requer um ritmo lento, cuidadoso e eticamente orientado, capaz de preservar a atenção diante daquilo que o espaço representa. Desse modo, a tensão entre imersão e contenção ganha uma dimensão que ultrapassa a escolha dos recursos empregados: envolve a disputa pelas formas de experienciar e elaborar a violência histórica.

A noção de “tom do sítio” permite, assim, compreender que a crítica de Conte à imersão está relacionada à experiência que os recursos digitais organizam para o visitante. O problema aparece quando a tecnologia passa a definir o ritmo, a intensidade e a forma de contato com o lugar, subordinando a experiência às possibilidades oferecidas pelo dispositivo. A preocupação com o “tom” introduz, portanto, um critério de adequação entre a forma da mediação e as características do espaço representado. Para Conte, determinados ambientes exigem uma experiência marcada pela lentidão, pela atenção e pela escuta; recursos

associados à exploração, ao impacto visual ou à simulação podem produzir uma experiência incompatível com essas exigências.

Essa posição ajuda a compreender uma diferença importante entre os dois projetos. Em *Huella Digital*, a possibilidade de circular pelo espaço constitui parte central da experiência proposta ao usuário. Em *Memoria Abierta*, a relação com o espaço é construída por meio da seleção de documentos, plantas, fotografias e testemunhos, deixando ao usuário a tarefa de estabelecer relações entre esses materiais. As duas soluções produzem experiências distintas diante do mesmo problema: como aproximar o público de espaços cuja história envolve formas extremas de violência e, ao mesmo tempo, preservar a distância necessária para que essa aproximação não se transforme em simulação do sofrimento.

Nesse percurso, as tensões ganham outras formas: são disputas sobre quem pode representar, como fazê-lo, com quais recursos e para quais públicos. Conte valoriza particularmente o caráter “coral” das reuniões dedicadas à discussão das maquetes e representações dos sítios, marcadas por divergências, negociações e escutas atentas entre diferentes atores envolvidos. Esses desacordos integram o próprio processo de elaboração das representações e, na perspectiva de Conte, assumem importância no trabalho reparatório, ao tornar visível que as escolhas sobre como representar o passado são construídas por meio de negociações entre diferentes perspectivas. Ainda que mais sutis do que os conflitos públicos enfrentados por *Huella Digital*, tais tensões são politicamente densas, pois dizem respeito às fronteiras entre técnica e sensibilidade, entre mediação institucional e experiência subjetiva, entre rigor documental e elaboração simbólica.

Ao colocar em diálogo as experiências de *Huella Digital* e *Memoria Abierta*, torna-se evidente que os conflitos em torno das práticas de memória digitalizadas atravessam tanto a circulação pública dos dispositivos quanto os processos que definem sua forma de representação. A representação do passado recente, sobretudo quando mediada por tecnologias digitais, envolve sempre uma série de decisões sobre o que mostrar, como mostrar e sob quais regimes de visualização e experiência o passado se torna acessível e inteligível (HUYSEN, 2000; VAN DIJCK, 2007; CHUN, 2006). Assim, enquanto *Huella Digital* explicita de maneira mais visível os embates públicos ligados à legitimidade da linguagem digital e à força política da visualização, *Memoria Abierta* concentra sua reflexão nos limites éticos da representação e nos riscos de uma simulação que, ao pretender tornar o passado plenamente acessível, pode produzir uma experiência que apague sua dimensão fragmentária e traumática.

As disputas em torno das formas legítimas de representar o passado traumático, contudo, não se desenvolvem em um terreno abstrato ou exclusivamente simbólico. Elas atravessam também as próprias condições que permitem a existência e a permanência dessas reconstruções no ambiente digital. Nesse sentido, os chamados “problemas técnicos” deixam de aparecer como obstáculos meramente operacionais para revelar a dependência dessas iniciativas de infraestruturas tecnológicas cuja manutenção exige recursos, decisões institucionais e formas de sustentação que nem sempre se mantêm ao longo do tempo. As limitações enfrentadas pelas plataformas analisadas dizem respeito, portanto, às condições que determinam o que pode permanecer acessível e circulando no presente. A memória digitalizada evidencia, assim, uma dependência de estruturas de sustentação que envolvem tanto a manutenção técnica dos dispositivos quanto as condições políticas e financeiras que tornam essa manutenção possível.

A trajetória de *Huella Digital* evidencia de maneira particularmente clara essa condição de precariedade estrutural da memória digital. Em entrevista, Martín Malamud relata que a plataforma enfrentou sucessivas dificuldades relacionadas às transformações da própria infraestrutura da internet, especialmente após mudanças implementadas nos navegadores que tornaram incompatível o sistema de plugins anteriormente utilizado pelo projeto. Desenvolvida originalmente em Unity, a reconstrução precisou passar por extensos processos de adaptação e reformulação para continuar funcionando. Ao descrever esse processo, Malamud enfatiza a rapidez com que as tecnologias digitais se tornam obsoletas, observando que “todo cambia muy rápido” e que novas alterações nos navegadores ou na estrutura da web podem, a qualquer momento, comprometer novamente o acesso à plataforma. Essas dificuldades tornam-se ainda mais significativas diante da ausência de financiamento institucional contínuo, fazendo com que a sustentação técnica da iniciativa dependa de esforços autônomos e intermitentes de manutenção e atualização. A permanência da reconstrução revela, assim, as condições materiais e econômicas que atravessam a continuidade dessas iniciativas de memória no ambiente digital.

O caso de *Huella Digital* permite observar, em uma escala mais ampla, que a memória digital está submetida a processos acelerados de atualização, compatibilidade e obsolescência que escapam ao controle dos próprios produtores dos dispositivos. A imagem do ambiente digital como espaço de armazenamento ilimitado e permanência contínua se confronta, nesse caso, com a instabilidade das arquiteturas técnicas das quais dependem as reconstruções virtuais. Sua preservação exige a manutenção de estruturas que podem se transformar ou deixar de funcionar, tornando a continuidade do acesso uma questão também institucional e

econômica. A preservação da memória passa, portanto, a depender das condições que permitem manter operantes as estruturas responsáveis por sua visualização, circulação e acessibilidade pública.

Essa fragilidade torna-se particularmente evidente no caso das reconstruções desenvolvidas no âmbito do programa *Topografía de la Memoria de Memoria Abierta*. Entre os diferentes RAI produzidos pelo projeto, apenas a reconstrução do CCD Olimpo permanece atualmente acessível online. As reconstruções de *Mansión Seré* e *Vesubio*, elaboradas em tecnologias posteriormente tornadas incompatíveis com os navegadores contemporâneos, deixaram de circular publicamente na web, permanecendo disponíveis apenas para consulta presencial nos arquivos da instituição. Tal deslocamento evidencia como a obsolescência das infraestruturas digitais pode alterar profundamente as formas de acesso, visualização e experiência da memória. Mais do que uma limitação estritamente técnica, trata-se de uma transformação nas próprias condições de permanência pública das narrativas sobre o passado e nos modos pelos quais essas experiências podem continuar sendo acessadas no presente.

A obsolescência tecnológica aparece, assim, não como problema secundário ou externo às iniciativas analisadas, mas como dimensão constitutiva das próprias formas contemporâneas de mediação digital da memória. Tal condição permite retomar a reflexão de Andreas Huyssen (HUYSEN, 2000), discutida em capítulos anteriores, para quem a memória nunca pode ser definitivamente protegida ou estabilizada, permanecendo sempre sujeita a deslocamentos, desaparecimentos e reconfigurações históricas. Embora formulada originalmente em relação aos monumentos e lugares de memória, essa percepção mostra-se igualmente pertinente para pensar a fragilidade das mediações digitais contemporâneas, cuja permanência depende de arquiteturas técnicas constantemente ameaçadas pela rápida transformação dos sistemas tecnológicos.

Nesse sentido, a digitalização da memória não elimina os problemas da preservação, da transmissão e da permanência do passado, mas reinscreve essas questões em novas materialidades e dependências infraestruturais. Ao invés de garantir automaticamente estabilidade e acesso contínuo, as tecnologias digitais introduzem outras formas de vulnerabilidade, condicionadas por transformações aceleradas dos sistemas tecnológicos, pela dependência de plataformas privadas e pela necessidade permanente de atualização técnica. A aparente capacidade ilimitada de armazenamento associada ao ambiente digital convive, portanto, com formas igualmente intensas de desaparecimento, descontinuidade e obsolescência.

Os casos de *Huella Digital* e *Memoria Abierta* permitem perceber, assim, uma característica particular da memória quando sua circulação depende de dispositivos digitais: a permanência do conteúdo e a permanência do dispositivo deixam de coincidir. Um arquivo pode continuar preservado enquanto a interface que permitia acessá-lo desaparece; uma reconstrução pode permanecer tecnicamente existente e, ainda assim, deixar de integrar a experiência pública para a qual foi concebida. A obsolescência introduz, desse modo, uma diferença entre preservar materiais e preservar as condições de acesso a eles. Essa diferença é especialmente importante para iniciativas que pretendem atuar na transmissão intergeracional da memória, pois a continuidade de sua circulação depende de decisões técnicas, recursos financeiros e estruturas institucionais que precisam ser renovados ao longo do tempo.

Embora Gonzalo Conte não enfatize os desafios técnicos da mesma maneira que Martín Malamud, sua entrevista aponta para outro aspecto igualmente decisivo das condições de sustentação da memória digital: a fragilidade das políticas institucionais de apoio contínuo às iniciativas memorialísticas, questão que também aparece, ainda que de forma menos central, nas observações de Malamud sobre as dificuldades de manutenção autônoma da plataforma *Huella Digital*. Ao refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelos espaços de memória na Argentina, Conte destaca a ausência de políticas duradouras de financiamento, manutenção e formação, observando que o trabalho memorial frequentemente depende de esforços descontínuos, recursos insuficientes e iniciativas sustentadas de forma precária. Sua fala desloca a discussão da obsolescência estritamente tecnológica para o problema mais amplo das condições políticas e institucionais que tornam possível a continuidade dessas iniciativas ao longo do tempo. As limitações enfrentadas pelas reconstruções virtuais envolvem, portanto, as próprias condições de sustentação das estruturas que permitem sua circulação e preservação, sujeitas às oscilações das relações com o Estado e das políticas públicas de memória.

A trajetória de *Huella Digital* evidencia de maneira particularmente clara essa dependência em relação às estruturas institucionais do campo memorialístico argentino. Alguns dos principais obstáculos enfrentados pela iniciativa estiveram diretamente relacionados às formas descontínuas de apoio estatal e às disputas em torno da preservação dos próprios vestígios materiais da repressão. Mais explícito foi o impasse envolvendo a tentativa de reconstrução de um sexto centro clandestino localizado nas imediações da Avenida Richieri. Segundo Malamud, o local foi reformado sem preservação adequada, inviabilizando a continuidade dos trabalhos da equipe. Em sua leitura, a postura do então ministro Sergio Berni — descrito pelo entrevistado como contrário às pautas de direitos

humanos — foi determinante para esse desfecho. O episódio evidencia como as próprias possibilidades de preservação, documentação e reconstrução dos vestígios materiais da repressão permanecem condicionadas às prioridades políticas e institucionais de cada conjuntura, tornando as iniciativas memorialísticas vulneráveis a mudanças administrativas, descontinuidades estatais e disputas em torno das políticas públicas de memória.

As fragilidades institucionais mencionadas por Malamud não se limitaram às relações entre os projetos e o Estado, alcançando também o próprio campo memorialístico. O caso do *Instituto Espacio para la Memoria* (IEM), parceiro de *Huella Digital* nas primeiras reconstruções, aparece como exemplo particularmente significativo dessas tensões. Segundo Malamud, o instituto acabou sendo dissolvido durante os governos kirchneristas em meio a conflitos e disputas internas no campo dos direitos humanos. Sua dissolução evidencia a instabilidade das estruturas institucionais responsáveis pela sustentação das políticas de memória na Argentina e mostra como a continuidade dessas iniciativas pode depender de alianças sujeitas a mudanças, conflitos e rearranjos.

Ao mesmo tempo, Malamud ressalta que *Huella Digital* encontrou importante acolhimento junto a diferentes organismos de direitos humanos. Segundo ele, não houve oposição significativa por parte desses grupos; ao contrário, o projeto foi recebido com interesse e apoio por diversos atores do campo memorialístico. O próprio IEM, embora possuísse natureza estatal e autárquica, contava com representantes de organizações historicamente vinculadas às lutas por memória, verdade e justiça, como *Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio* (HIJOS) e o *Servicio Paz y Justicia* (SERPAJ), funcionando como espaço de articulação entre iniciativas institucionais e movimentos sociais. Da mesma forma, a presença de figuras emblemáticas do movimento argentino de direitos humanos — como Nora Cortiñas, integrante das *Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora*; Estela de Carlotto, presidenta das *Abuelas de Plaza de Mayo*; e Adolfo Pérez Esquivel, fundador do SERPAJ e prêmio Nobel da Paz — em apresentações públicas vinculadas ao projeto evidencia que a sustentação dessas iniciativas depende também da constituição de redes de legitimidade política, reconhecimento simbólico e apoio coletivo capazes de garantir sua circulação e permanência pública.

As questões levantadas por Conte e Malamud permitem observar, portanto, que a precariedade da memória digital envolve as condições institucionais e materiais que sustentam sua permanência. A continuidade dessas iniciativas depende da manutenção das plataformas e das estruturas que lhes dão suporte, mas também das condições políticas que permitem sua sustentação ao longo do tempo. Nesse quadro, a preservação dos espaços vinculados à

repressão, a disponibilidade de recursos e a continuidade das políticas de memória tornam-se parte das próprias condições de existência dessas reconstruções.

Essas condições, contudo, estão sujeitas às reconfigurações do campo político argentino e às disputas contemporâneas em torno dos sentidos públicos do passado. Como discutido no primeiro capítulo, a consolidação das políticas de memória a partir dos anos 2000 contribuiu para institucionalizar determinadas narrativas ancoradas nos paradigmas de memória, verdade e justiça. Nos últimos anos, porém, o avanço de setores conservadores e negacionistas passou a tensionar esses consensos, recolocando em disputa a legitimidade dos testemunhos, das políticas de reparação e da própria linguagem dos direitos humanos. As fragilidades técnicas e institucionais discutidas anteriormente ganham, nesse contexto, uma dimensão política mais evidente: sua continuidade está vinculada às condições em que o campo da memória se organiza e às disputas que definem, no presente, quais iniciativas encontram apoio para permanecer.

Ao rememorar os anos de desenvolvimento de *Huella Digital*, Martín Malamud destaca que o contexto político atual é significativamente distinto daquele em que o projeto foi concebido. Segundo ele, durante muitos anos existiu um consenso social sólido — ainda que não absoluto — em torno dos crimes cometidos pela ditadura, relegando o negacionismo a posições marginais. Hoje, contudo, esse consenso encontra-se progressivamente esgarçado, permitindo a emergência de discursos revisionistas que passaram a conquistar maior circulação e legitimidade, inclusive no interior do próprio aparato estatal. Para Malamud, trata-se de um cenário particularmente preocupante, no qual a própria ideia de verdade histórica volta a ser objeto de disputa. Sua leitura evidencia que o trabalho da memória, longe de constituir um campo estabilizado, permanece atravessado por disputas políticas e correlações de força capazes de redefinir tanto os sentidos atribuídos ao passado quanto as próprias condições de sustentação dessas iniciativas. Tal percepção dialoga diretamente com as reflexões de Jelin (2002) sobre a memória como campo de conflitos e disputas, bem como com as formulações de Huyssen (2000) acerca das batalhas de memória e da permanente instabilidade dos regimes contemporâneos de rememoração.

As transformações do contexto político aparecem também na forma como Malamud descreve a própria trajetória de *Huella Digital*. Segundo ele, o projeto jamais contou com apoio institucional contínuo ou financiamento estável, sendo sustentado sobretudo pelo compromisso político de seus integrantes — especialmente dele próprio e de Diego Cajide — com a necessidade de realização daquele trabalho. O grupo inicial, que chegou a reunir cerca de quarenta colaboradores, foi progressivamente reduzido até restarem apenas quatro ou cinco

pessoas nos últimos anos de atividade. A diminuição dos recursos financeiros e humanos impactou diretamente a continuidade da iniciativa, atualmente paralisada. Malamud ressalta, contudo, que essa paralisação não deve ser compreendida como consequência direta do governo de Javier Milei, mas como resultado da conjugação de diferentes fatores, entre eles o desgaste acumulado ao longo dos anos, a ausência de novas demandas concretas e as próprias dificuldades estruturais de manutenção do projeto.

Ainda assim, sua narrativa evidencia como as mudanças de governo e as reconfigurações das políticas públicas afetaram diretamente as condições de funcionamento da iniciativa ao longo do tempo. A mencionada dissolução do IEM, ainda durante os governos kirchneristas, aparece como um dos episódios que impactaram diretamente o grupo. Posteriormente, durante o governo Macri, a ausência de interlocução com o Estado e o enfraquecimento das agendas de memória levaram a equipe a buscar apoio em outras frentes, especialmente em universidades públicas. Já durante o governo de Alberto Fernández, embora tenham existido tentativas de articulação para novos projetos, elas não chegaram a se concretizar em razão de dificuldades internas e estruturais. A trajetória de *Huella Digital* evidencia, assim, que mesmo iniciativas desenvolvidas de maneira relativamente autônoma permanecem profundamente dependentes das condições políticas e institucionais que atravessam o campo memorialístico em cada conjuntura histórica.

As preocupações com o cenário político contemporâneo aparecem também de maneira central na fala de Gonzalo Conte. Assim como Malamud, ele identifica um processo de enfraquecimento das condições institucionais e financeiras que sustentam as políticas de memória, verdade e justiça na Argentina. Ainda que suas ênfases sejam distintas, ambos convergem na percepção de que o campo memorialístico atravessa atualmente um processo de retração e desarticulação. Enquanto Malamud enfatiza o esgarçamento de consensos sociais anteriormente mais consolidados, Conte chama atenção para a retração do Estado e para o abandono progressivo das políticas de preservação da memória. Segundo ele, o governo de Javier Milei passou a operar um movimento de afastamento e apagamento da memória, ao permitir seu progressivo desgaste e questionar diretamente as formas pelas quais ela foi construída ao longo do tempo.

A crítica formulada por Conte ao governo de Milei ultrapassa, contudo, a simples comparação com administrações anteriores. Embora reconheça que os problemas de financiamento e sustentação institucional não sejam recentes, ele identifica no cenário atual um processo mais radical de desestruturação das políticas de memória. Segundo sua avaliação, os espaços memorialísticos encontram-se hoje esvaziados, sem orçamento

suficiente para funcionar adequadamente, com atividades interrompidas e com vínculos fragilizados em relação ao sistema de justiça. Assim como ocorre em *Huella Digital*, *Memoria Abierta* enfrenta dificuldades persistentes para sustentar suas atividades, preservar arquivos e dar continuidade às ações educativas e judiciais vinculadas ao trabalho da memória. Ao afirmar que sustentar a memória exige muito mais do que disposição política — requerendo financiamento, capacitação e institucionalidade —, Conte evidencia que as disputas em torno do passado se manifestam também nas condições materiais que tornam possível sua preservação pública.

Na leitura de Conte, os efeitos dessa retração tornam-se visíveis em múltiplas dimensões: ausência de recursos básicos para manutenção dos espaços, precarização das universidades e dos organismos de direitos humanos e enfraquecimento das articulações entre os espaços de memória e o sistema judicial. Ainda que suas críticas estejam dirigidas principalmente ao governo Milei, sua reflexão assume um alcance mais amplo. Ao relacionar a atual crise da memória à ascensão internacional de governos autoritários, ao silêncio de parte da juventude e ao uso instrumental das tecnologias, Conte propõe uma interpretação que ultrapassa a dimensão estritamente institucional e aponta para transformações mais profundas das sensibilidades políticas contemporâneas. Ao reconhecer que “algo hemos hecho todos para que esto suceda”, desloca parcialmente a discussão da denúncia para uma reflexão sobre os limites, impasses e desafios atuais do trabalho memorialístico.

A frase de Conte introduz uma inflexão importante em relação à leitura exclusivamente institucional da conjuntura. Sua crítica ao governo de Milei permanece evidente, porém a formulação desloca a responsabilidade para o próprio campo que produziu, sustentou e transmitiu as políticas de memória nas últimas décadas. A questão passa a envolver também os limites das estratégias de transmissão, a capacidade de renovação dos discursos e as formas de interlocução estabelecidas com diferentes gerações. Essa dimensão autorreflexiva impede que a crise seja explicada somente pela mudança de governo e recoloca em debate as condições pelas quais determinadas formas de memória conseguem conservar legitimidade no presente.

As entrevistas com Malamud e Conte permitem observar que as reconstruções virtuais de antigos centros clandestinos de detenção não se reduzem a instrumentos técnicos destinados à preservação ou transmissão do passado. As controvérsias em torno da imersão, do hiper-realismo e da linguagem interativa, as dificuldades impostas pela obsolescência tecnológica, a fragilidade das políticas de financiamento e preservação, bem como as reconfigurações recentes do campo político argentino, evidenciam que essas iniciativas se

constituem no interior de condições técnicas, institucionais e políticas marcadas pela instabilidade. Nesse sentido, as vulnerabilidades observadas integram as próprias condições contemporâneas de circulação, legitimidade e permanência das narrativas sobre o passado. Tais aspectos reforçam os argumentos desenvolvidos ao longo da tese acerca das disputas que atravessam as políticas de memória e de sua inscrição em correlações de força historicamente situadas (JELIN, 2002; HUYSEN, 2000).

As reconstruções virtuais analisadas tornam particularmente visíveis as tensões que atravessam a mediação digital da memória no presente. Ao reorganizarem formas de visualização, experiência e circulação do passado, esses dispositivos também produzem novas vulnerabilidades, dependências infraestruturais e disputas em torno da legitimidade das narrativas e das condições de sua permanência pública. A mediação digital da memória aparece, assim, como um espaço de negociação entre técnica, política, sensibilidade e regimes de autoridade, no qual as formas de acesso ao passado são continuamente condicionadas pelas escolhas que orientam sua representação e pelas condições que permitem sua permanência.

3.5 Síntese analítica: reconfigurações da mediação no campo da memória

A incorporação de tecnologias digitais ao campo da memória na Argentina altera as condições de produção das representações sobre o passado. As reconstruções virtuais analisadas neste capítulo tornam esse processo visível ao interferirem na maneira como os lugares da repressão são apresentados, conhecidos e investidos de autoridade. Sua incorporação modifica as formas de mediação pelas quais esses lugares, os testemunhos a eles associados e os documentos que os sustentam são postos em relação no presente.

A comparação entre *Huella Digital* e *Memoria Abierta* permite perceber que a mediação assume formas distintas conforme as concepções que orientam cada projeto. As diferenças entre as duas iniciativas revelam maneiras específicas de compreender a relação entre o espaço da repressão, os testemunhos que o tornam conhecível e os documentos utilizados para sustentar suas representações. As entrevistas com Martín Malamud e Gonzalo Conte tornam particularmente evidente que essas escolhas estão relacionadas às trajetórias das iniciativas e às condições em que seus projetos foram produzidos.

Essa constatação desloca a discussão sobre as reconstruções virtuais para além de seu funcionamento imediato. O dispositivo que chega ao usuário é resultado de um conjunto de condições que permanece, em grande parte, fora de sua interface. Recursos técnicos,

conhecimentos especializados e possibilidades de financiamento condicionam sua produção e sua continuidade, enquanto a obsolescência dos sistemas pode comprometer sua permanência. A mediação envolve, assim, também as condições que permitem que determinada representação do passado continue disponível e possa voltar a ser acionada.

As reflexões dos entrevistados sobre o impacto de suas iniciativas e sobre as dificuldades para mantê-las em funcionamento permitem aprofundar essa dimensão da mediação. Em ambos os casos, a relevância atribuída às experiências analisadas se relaciona à capacidade de sustentar, ao longo do tempo, determinadas formas de atuação no campo da memória, ainda que essa capacidade esteja sujeita a diferentes formas de pressão. Financiamento, apoio estatal, articulações institucionais, renovação geracional e desgaste dos sujeitos envolvidos aparecem, em seus relatos, como parte das condições que tornam possível a continuidade dessas experiências. A atenção a essas condições permite compreender que a mediação também se constrói no trabalho necessário para manter os dispositivos em funcionamento e preservar as práticas que lhes dão sentido.

No relato de Malamud, essa relação entre alcance e condições de continuidade aparece de maneira particularmente evidente. Ao ser questionado sobre os resultados alcançados por *Huella Digital*, o entrevistado atribui especial relevância aos usos judiciais das reconstruções virtuais desenvolvidas pelo projeto. Afirmar que “el impacto judicial fue importante”, destacando especialmente os casos da ESMA, Club Atlético e Campo de Mayo, nos quais as reconstruções espaciais foram incorporadas aos processos. Ao mesmo tempo, sua fala estabelece uma diferença importante entre esse reconhecimento institucional mais delimitado e a dificuldade de avaliar a circulação pública mais ampla da iniciativa. Embora mencione usos pontuais do material em escolas secundárias, Malamud ressalta reiteradamente não possuir “una evaluación objetiva” acerca do alcance social das reconstruções produzidas, nem dados precisos sobre seus acessos e formas de recepção. Também em relação à continuidade do projeto sua resposta é cautelosa: “por ahora no, no tenemos planes”, afirma, ainda que sem descartar completamente a possibilidade de retomada futura.

A fala de Malamud evidencia, assim, uma assimetria entre aquilo que pode ser reconhecido institucionalmente e aquilo que permanece difícil de acompanhar no âmbito da circulação pública. Os usos judiciais oferecem referências concretas para avaliar a inserção das reconstruções em situações específicas, enquanto o alcance social do projeto permanece sem parâmetros objetivos de mensuração. A mesma dificuldade aparece quando se considera sua continuidade. A ausência de planos imediatos para a retomada de *Huella Digital* recoloca

as condições de financiamento, as demandas institucionais e as circunstâncias políticas entre os fatores que condicionam a permanência dessas experiências.

As reflexões formuladas por Gonzalo Conte aprofundam essa relação entre a continuidade das iniciativas e as condições que sustentam sua atuação. Ao discutir as perspectivas futuras de *Memoria Abierta*, Conte enfatiza repetidamente a necessidade de “sostener” práticas, redes e formas de intervenção em um contexto marcado pelo avanço das direitas, pela instabilidade política e pelas dificuldades de financiamento. Em sua fala, a continuidade das iniciativas está vinculada à capacidade de identificar alianças, construir linguagens compartilhadas e preservar espaços de articulação coletiva. “Hay todavía partes del Estado y todavía hay una sociedad civil [...] buscando cómo se proveen de fondos para seguir”, afirma, indicando que a permanência dessas experiências exige formas contínuas de organização, negociação e sustentação institucional.

Ao abordar a questão do impacto alcançado pelas iniciativas, Conte reconhece a existência de mecanismos estatísticos de mensuração dos acessos e da circulação, mas atribui importância a outros indicadores para avaliar os efeitos das iniciativas. Em sua reflexão, vínculos construídos ao longo dos processos, aprendizagens produzidas nas experiências e capacidade de articulação entre diferentes atores também constituem formas de avaliar o alcance do trabalho desenvolvido. Em vez de apresentar as ferramentas isoladamente, o entrevistado insiste na necessidade de pensá-las “articuladamente”, combinando diferentes recursos de acordo com as especificidades de cada contexto, processo judicial ou espaço de memória. É nesse sentido que descreve projetos como *Representaciones audiovisuales del territorio*, nos quais trajetórias de vítimas, testemunhos judiciais, dados espaciais e informações sobre a repressão são integrados em cartografias digitais capazes de representar territorialmente a violência de Estado e seus efeitos.

As reflexões formuladas por Conte ainda introduzem uma questão diretamente relacionada às disputas contemporâneas em torno da representação do passado. Ao afirmar que as direitas também “reconstruyen una realidad” e “se representan virtualmente”, o entrevistado chama atenção para a ampliação dos atores que participam da produção e da circulação de representações sobre o passado. Essa observação dialoga com o debate sobre história pública desenvolvido por Malerba (2017), especialmente no que diz respeito à expansão dos espaços e dos públicos envolvidos na produção do conhecimento histórico na era digital. As tecnologias digitais ampliam as possibilidades de intervenção nesse espaço público, mas também colocam em circulação interpretações produzidas por atores com posições e finalidades distintas. No caso argentino, essa questão adquire particular relevância

diante do avanço das direitas e dos discursos revisionistas e negacionistas discutidos no primeiro capítulo: a disputa pelos sentidos da ditadura passa também pela capacidade de produzir representações capazes de alcançar públicos, disputar sua atenção e adquirir reconhecimento social.

Essa ampliação da circulação torna ainda mais importante a questão dos usos do passado. Como discutido no primeiro capítulo a partir de Todorov (2000), a rememoração não possui um valor político intrínseco; seus sentidos dependem das formas e das finalidades que orientam sua mobilização. A observação de Conte permite aproximar esse problema das condições contemporâneas de circulação das representações: os mesmos ambientes e recursos que favorecem a elaboração de iniciativas comprometidas com a memória da violência de Estado podem ser mobilizados por projetos que procuram reinterpretar ou relativizar esse passado. A presença das direitas nesse espaço evidencia que a própria produção e circulação de representações sobre o passado constituem dimensões da disputa memorial.

Essa preocupação ajuda a compreender a importância que Conte atribui à construção de uma linguagem capaz de alcançar públicos diversos sem reduzir a complexidade da experiência histórica. Quando afirma que “*tiene que haber un lenguaje común donde todos escuchemos y podamos tener algo que interpretar*”, o entrevistado coloca a circulação pública como parte do próprio trabalho de disputa da memória. A questão envolve encontrar formas de comunicação que permitam alcançar diferentes públicos e, ao mesmo tempo, preservar a possibilidade de interpretação. Em um espaço atravessado por representações concorrentes do passado, a linguagem torna-se também uma condição para disputar os sentidos que essas representações podem adquirir.

Ao mesmo tempo, as entrevistas revelam que a continuidade dessas iniciativas é atravessada por formas persistentes de desgaste subjetivo e sobrecarga política. Ao refletir sobre a necessidade de “*sostener ciertas formas de la práctica*”, Conte sugere que a permanência do trabalho memorial depende também da capacidade de distribuir responsabilidades e construir condições que permitam sua continuidade para além dos sujeitos que historicamente o sustentaram. A preocupação com a renovação geracional, a circulação territorial das iniciativas e a criação de espaços de intercâmbio entre diferentes atores do campo da memória evidencia que a continuidade dessas práticas envolve relações e vínculos que precisam ser continuamente sustentados. O problema da permanência, portanto, alcança as condições humanas e políticas que dão suporte às iniciativas e que podem se fragilizar com o tempo.

Essa dimensão ajuda a precisar o próprio sentido da mediação quando considerada no contexto digital. Conforme foi discutido, Van Dijck (2007) e Hoskins (2017) mostram que as tecnologias conectivas interferem nas formas de acesso, circulação e inteligibilidade do passado, alterando as condições em que as representações são produzidas e experimentadas. As reconstruções aqui analisadas permitem observar essa dinâmica em uma escala concreta: ao reorganizarem a relação com os lugares, os testemunhos e as evidências, elas também dependem de práticas, recursos e condições que sustentem sua existência no tempo. A mediação digital, portanto, envolve o dispositivo e as condições que permitem que ele seja produzido, permaneça disponível e volte a ser acionado.

As reconstruções virtuais analisadas evidenciam, portanto, que a mediação do passado se constitui no encontro entre formas de experiência, regimes de visibilidade e condições concretas de produção e circulação. Ao articular espaços marcados pela violência de Estado, testemunhos, documentos e recursos digitais, esses dispositivos produzem modos particulares de tornar o passado presente e inteligível, ao mesmo tempo em que inscrevem essas representações nas disputas que atravessam o campo da memória. O que está em jogo, nesse sentido, é a própria autoridade das formas pelas quais esse passado pode ser conhecido, experimentado e significado no presente. É nesse ponto que as reconstruções virtuais deixam de ser tomadas como simples recursos de representação e passam a ser compreendidas como espaços nos quais se produzem, negociam e disputam sentidos sobre a ditadura militar argentina.

Conclusão

As análises desenvolvidas ao longo desta tese permitem compreender que as reconstruções virtuais de centros clandestinos de detenção na Argentina excedem a condição de instrumentos destinados à difusão da memória sobre a ditadura. Ao articular espacialidades físicas, modelagens digitais, testemunhos e arquivos documentais, esses dispositivos produzem formas específicas de mediação do passado, reconfigurando as maneiras pelas quais a violência estatal pode ser visualizada, narrada e experienciada no presente. Ao ampliar o acesso a determinados acontecimentos e documentos, tais reconstruções também intervêm nos próprios processos de inteligibilidade do passado, deslocando fronteiras entre documento e simulação, prova e experiência, preservação e interpretação. Nesse sentido, a pesquisa buscou demonstrar que as tecnologias digitais não operam como suportes neutros das memórias da ditadura, mas participam ativamente das disputas que atravessam sua construção social, incidindo sobre aquilo que se torna visível, sobre as formas de interação que esses ambientes tornam possíveis e sobre os critérios de autoridade e legitimidade mobilizados em torno da representação do passado traumático.

A noção de mediação desenvolvida nesta pesquisa permite, assim, considerar as reconstruções virtuais como parte dos processos pelos quais o passado é continuamente produzido e significado no presente. Sua forma de existência resulta das relações estabelecidas entre diferentes materiais, linguagens e sujeitos, fazendo com que cada dispositivo organize determinadas possibilidades de ver, percorrer e interpretar os lugares da repressão. Essa perspectiva permite observar a mediação em diferentes planos, que envolvem a própria composição dos dispositivos, as condições de sua circulação e as disputas que atravessam sua permanência no campo da memória.

Um primeiro aspecto diz respeito às condições materiais e infraestruturais que sustentam esses processos. As análises realizadas evidenciaram que essas iniciativas digitais não podem ser dissociadas das infraestruturas técnicas, econômicas e institucionais que condicionam sua produção e circulação. Os dispositivos analisados estão inseridos em ecossistemas digitais marcados por lógicas de plataformação, regimes algorítmicos de visibilidade e dinâmicas de permanente instabilidade tecnológica. Nesse contexto, a circulação das memórias da ditadura passa a depender de arquiteturas técnicas, formatos de navegação, critérios de indexação e plataformas privadas que incidem diretamente sobre aquilo que pode ser encontrado, acessado e compartilhado. Conforme discutido ao longo da tese, tais condições introduzem tensões específicas para as iniciativas de memória, que

passam a operar em ambientes atravessados simultaneamente por promessas de ampliação do acesso, riscos de obsolescência, assimetrias de visibilidade e formas renovadas de dependência infraestrutural. Esses fatores integram, portanto, as próprias condições de circulação e permanência das representações do passado no ambiente digital.

Essas condições materiais ganham outra dimensão quando relacionadas às circunstâncias políticas e institucionais que sustentam as iniciativas ao longo do tempo. Conforme revelaram as entrevistas realizadas e as análises desenvolvidas ao longo da tese, a permanência dessas iniciativas depende de negociações contínuas envolvendo financiamento, apoio estatal, articulações institucionais e disputas em torno dos sentidos legítimos da memória da ditadura na Argentina contemporânea. Nesse contexto, as reconstruções virtuais evidenciam as fragilidades, conflitos e assimetrias que atravessam o próprio campo memorial. A retração de políticas públicas, o avanço de discursos negacionistas e as transformações recentes do cenário político argentino incidem diretamente sobre as possibilidades de preservação, atualização e circulação dessas iniciativas, revelando que a memória se sustenta nas condições sociais, institucionais e políticas que permitem sua continuidade e reconhecimento público. As reconstruções virtuais permanecem, assim, sujeitas às disputas que definem quais representações do passado encontram condições para permanecer visíveis, reconhecidas e socialmente legítimas.

A análise comparativa entre *Huella Digital* e *Memoria Abierta* permitiu evidenciar que não existe uma forma única ou homogênea de elaboração das memórias da ditadura em ambientes digitais. Embora ambas as iniciativas compartilhem o esforço de construir dispositivos voltados à visualização e à elaboração pública do passado traumático, seus modos de articulação entre tecnologia, espacialidade, documentação e experiência resultam em diferentes formas de mediação. Nesse sentido, as diferenças entre os casos tornam-se particularmente significativas diante de um mesmo problema histórico e epistemológico que atravessa as políticas contemporâneas da memória: como representar virtualmente experiências marcadas pela violência extrema sem converter o passado em uma experiência transparente, consumível ou espetacularizada? As respostas construídas por cada iniciativa diante desse impasse revelam diferentes concepções acerca das relações entre memória, verdade e experiência, produzindo modos distintos de organizar a visualidade, a navegação e a relação com os testemunhos e arquivos mobilizados. Ao mesmo tempo, a comparação evidenciou que, apesar de suas especificidades, ambas enfrentam tensões semelhantes relacionadas aos limites da representação da violência estatal, às disputas em torno da legitimidade das narrativas sobre o passado e às condições políticas e institucionais de

sustentação das práticas memorialísticas no presente. Os casos analisados, portanto, evidenciam a diversidade e a instabilidade das formas contemporâneas de mediação do passado ditatorial argentino, cuja configuração permanece vinculada às escolhas, condições e disputas que atravessam sua produção e circulação.

É justamente a partir das tensões, continuidades e deslocamentos observados entre os casos analisados que se torna possível situar a principal contribuição teórica desta pesquisa: compreender as reconstruções virtuais de centros clandestinos de detenção como práticas historicamente situadas, inscritas em trajetórias mais amplas das políticas de memória e dos processos de justiça de transição na Argentina. Essa perspectiva desloca o foco das funcionalidades técnicas e dos efeitos pedagógicos, jurídicos ou memorialísticos dos dispositivos para as condições históricas e institucionais que orientam sua produção e circulação. A análise considera, assim, os contextos em que essas iniciativas se desenvolvem e as disputas, negociações e escolhas que participam de sua elaboração e conferem determinados enquadramentos de legitimidade às representações produzidas.

A pesquisa permite situar essas iniciativas em um movimento de continuidade e deslocamento em relação às formas de elaboração da memória da ditadura construídas desde a redemocratização argentina. Elas não inauguram uma ruptura absoluta, mas reinscrevem, sob novas condições técnicas e midiáticas, problemas históricos e epistemológicos que atravessam as disputas em torno do passado traumático. As reconstruções virtuais retomam questões já presentes nas políticas de memória — entre elas, o estatuto dos testemunhos, o uso de evidências e os modos de conferir autoridade às representações do passado — e as colocam diante de possibilidades específicas de visualização, circulação e experiência. É nessa articulação entre permanências e deslocamentos que esses dispositivos adquirem sua dimensão propriamente política: ao produzir formas particulares de acesso e apreensão do passado, participam das disputas sobre como a violência estatal pode ser conhecida, interpretada e reconhecida no presente. A análise das condições em que essas mediações são produzidas permite, assim, compreender as tecnologias digitais como parte das disputas históricas e políticas que continuam a definir os sentidos atribuídos à ditadura.

Em um contexto marcado pela expansão das mediações digitais e pela intensificação das disputas em torno da verdade histórica, as questões colocadas por esta pesquisa ultrapassam o caso argentino. Elas dizem respeito às condições em que diferentes sociedades procuram tornar o passado traumático presente, inteligível e socialmente reconhecível em ambientes cada vez mais mediados por tecnologias digitais. Essas mediações não inauguram tais disputas, mas alteram as condições em que elas se desenvolvem, introduzindo novas

formas de acesso ao passado e novas possibilidades de intervenção sobre suas representações. A fragilidade das plataformas e a obsolescência tecnológica, por sua vez, mostram que a permanência de uma representação não depende somente do dispositivo que a abriga. Ela exige condições capazes de mantê-la acessível e socialmente significativa. É nesse sentido que as reconstruções virtuais analisadas nesta tese podem ser compreendidas como parte de uma disputa contínua pelos modos de conhecer e significar o passado da ditadura: sua existência, circulação e permanência dependem das condições históricas que lhes dão sustentação e dos sujeitos que, no presente, continuam a disputar seus sentidos. As tecnologias digitais, portanto, não encerram a disputa pelo passado; constituem um de seus espaços de realização.

Referências

Fontes

ARGENTINA. Cámara Federal de Apelaciones en lo Criminal y Correccional de la Capital Federal. Causa 13/84: Juicio a las Juntas Militares. Buenos Aires, 1985.

ARGENTINA. Decreto n.º 157, de 13 de dezembro de 1983. Declara la necesidad de promover la persecución penal contra integrantes de organizaciones subversivas. Boletín Oficial de la República Argentina, Buenos Aires, 15 dez. 1983. Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/7090919/19831215>. Acesso em: 23 fev. 2026.

ARGENTINA. Decreto n.º 158, de 13 de dezembro de 1983. Somete a juicio a los integrantes de las Juntas Militares. Boletín Oficial de la República Argentina, Buenos Aires, 15 dez. 1983. Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/7090920/19831215>. Acesso em: 23 fev. 2026.

ARGENTINA. Ley n.º 24.390, de 21 de novembro de 1994. Régimen de prisión preventiva. Boletín Oficial de la República Argentina, Buenos Aires, 22 nov. 1994. Disponível em: <https://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/776/norma.htm>. Acesso em: 23 fev. 2026.

ARGENTINA. Ley n.º 27.362, de 10 de maio de 2017. Interpretación del artículo 7º de la Ley 24.390 en delitos de lesa humanidad. Boletín Oficial de la República Argentina, Buenos Aires, 12 maio 2017. Disponível em: <https://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/270000-274999/274607/norma.htm>. Acesso em: 23 fev. 2026.

ASSOCIATED PRESS. Milei ordena más ajustes en el área de derechos humanos y activistas temen por el futuro de las políticas de memoria. Spectrum News, 21 maio 2025. Disponível em: <https://spectrumnews1.com/oh/toledo/noticias/2025/05/21/milei-ordena-ms-ajustes-en-rea-de-ddhh-activistas-temen-por-el-futuro-de-las-polticas-de-memoria>. Acesso em: 13 mar. 2026.

CANAL ABIERTO. Denuncian una ola de despidos y desmantelamiento de programas en el Archivo Nacional de la Memoria. Canal Abierto, 14 nov. 2024. Disponível em: <https://canalabierto.com.ar/2024/11/14/denuncian-una-ola-de-despidos-y-desmantelamiento-de-programas-en-el-archivo-nacional-de-la-memoria/>. Acesso em: 13 mar. 2026.

CASA ROSADA. Cristina Fernández consideró que la recuperación de la ex ESMA es un acto de resistencia de la memoria y de la vida. Buenos Aires: Presidencia de la Nación Argentina, 2015. Disponível em: <https://www.casarosada.gob.ar/informacion/archivo/28685-cristina-fernandez-considero-que-la-recuperacion-de-la-ex-esma-es-un-acto-de-resistencia-de-la-memoria-y-de-la-vida>. Acesso em: 23 de março de 2026.

CELS; MEMORIA ABIERTA. Memoria cancelada: el intento libertario de relegitimar la dictadura. Buenos Aires: CELS; Memoria Abierta, 2024. Disponível em: https://www.cels.org.ar/web/wp-content/uploads/2024/07/CELS-MA_Memoria-Cancelada-ESP.pdf. Acesso em: 13 mar. 2026.

CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES (CELS). Comissão directiva. 2024. Disponible em: <https://www.cels.org.ar/web/organizacion/comision-directiva/>. Acesso em: 26 abr. 2026.

CHEQUEADO. A 48 años del golpe: cayó más del 90% el presupuesto para la ESMA y los espacios de memoria. Chequeado, 24 mar. 2025. Disponible em: <https://chequeado.com/el-explicador/24-de-marzo-en-2024-cayo-un-90-el-presupuesto-de-la-esma-y-los-espacios-de-la-memoria-y-para-2025-no-hay-fondos-previstos/>. Acesso em: 13 mar. 2026.

COMISIÓN PROVINCIAL POR LA MEMORIA. Gonzalo Conte. s/d. Disponible em: <https://www.comisionporlamemoria.org/la-cpm/integrantes/gonzalo-conte/>. Acesso em: 26 abr. 2026.

CONTE, Gonzalo. Entrevista concedida à autora. Plataforma Google Meet, 02 mai. 2025.

EL PAÍS. La motosierra de Milei devasta los sitios de memoria sobre los crímenes de la dictadura. El País, 12 jan. 2025. Disponible em: <https://elpais.com/argentina/2025-01-12/la-motosierra-de-milei-devasta-los-sitios-de-memoria-sobre-los-crmenes-de-la-dictadura.html>. Acesso em: 13 mar. 2026.

ELDIARIO.ES. El Gobierno de Milei y las políticas de memoria histórica en Argentina. elDiario.es, 2024. Disponible em: https://www.eldiario.es/internacional/javier-milei-argentina-memoria-historica_1_11952339.html. Acesso em: 13 mar. 2026.

ELDIARIOAR. Relato de decisiones del Gobierno: balance alarmante de “Memoria cancelada” en el gobierno de Milei. elDiarioAR, 2024. Disponible em: https://www.eldiarioar.com/sociedad/relato-decisiones-gobierno-balance-alarmante-memoria-cancelada-gobierno-milei_1_11560852.html. Acesso em: 13 mar. 2026.

ENLACE CRÍTICO. Memoria en construcción: el debate por la ex ESMA. 2015. Disponible em: <https://www.enlacecritico.com/informacion/memoria-en-construccion-el-debate-por-la-ex-esma/>. Acesso em: 23 de março de 2026.

HUELLA DIGITAL. Centros clandestinos. Disponible em: <https://www.huelladigital.com.ar>. Acesso em: 1 maio 2026.

HUELLA DIGITAL. *Huella Digital*. Buenos Aires, [20--]. Disponible em: <https://www.huelladigital.com.ar/V6/>. Acesso em: 6 set. 2025.

MALAMUD, Martín. El eterno aprendiz entre el tango, el dibujo y las milongas porteñas. Clarín, Buenos Aires, 2015. Disponible em: https://www.clarin.com/cultura/martin-malamud-eterno-aprendiz-tango-dibujo-milongas-portenas_0_e6XL8ioUT.html. Acesso em: 26 abr. 2026.

MALAMUD, Martín. Entrevista concedida à autora. Plataforma Google Meet, 12 fev. 2025.

MALAMUD, Martín. Reseña biográfica. Martín Malamud – sitio personal, s/d. Disponible em: <http://www.martinmalamud.com.ar/12/resenabiografica.php>. Acesso em: 26 abr. 2026.

MEMORIA ABIERTA. Equipo de trabajo. s/d. Disponible em: <https://www.memoriaabierta.org.ar>. Acesso em: 26 abr. 2026.

PROCURADURÍA DE CRÍMENES CONTRA LA HUMANIDAD. Datos estadísticos sobre los juicios por delitos de lesa humanidad en Argentina. Buenos Aires: Ministerio Público Fiscal de la Nación, 2025. Disponível em: <https://www.mpf.gob.ar/lesa/>. Acesso em: 13 mar. 2026.

TIEMPO ARGENTINO. Abuelas de Plaza de Mayo reclamó protección para el Banco Nacional de Datos Genéticos. Tiempo Argentino, 2024. Disponível em: https://www.tiempoar.com.ar/ta_article/abuelas-plaza-mayo-justicia-proteccion-banco-nacional-datos-geneticos. Acesso em: 13 mar. 2026.

Bibliografia

ACUÑA, Carlos; SMULOVITZ, Catalina. Militares en la transición argentina: del gobierno a la subordinación constitucional. In: ACUÑA, Carlos et al. Juicio, castigos y memorias: derechos humanos y justicia en la política argentina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995. p. 19-99.

ADORNO, Theodor W.; Horkheimer, Max. "A Indústria Cultural: O Esclarecimento como Mistificação das Massas. In: *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos*. Traduzido por Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ALMEIDA, Juniele R. de; ROVAI, Marta G. de O. (Org.) *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ASSMANN, Aleida. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

AVELAR DE ALMEIDA, Karina. *Lugares de memória em disputa: ditadura, comissões da verdade e tempo presente*. Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

AVELAR DE ALMEIDA, Karina. *Memória e esquecimento nos espaços públicos de Juiz de Fora: a questão da ditadura militar*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2019.

AYERS, Edward L. The Past and Futures of Digital History. 1999. Disponível em: <https://www.vcdh.virginia.edu/PastFutures.html>. Acesso em: 31 ago. 2025

BACCI, Claudia; OBERTI, Alejandra; SKURA, Susana. La vitalidad del testimonio: acerca de la experiencia del Archivo Oral en Memoria Abierta. Cambios y Permanencias, Bucaramanga, n. 3, p. 34-48, 2012. Disponível em: <https://revistas.uis.edu.co/index.php/revistacyp/article/view/7343>. Acesso em: 22 abr. 2026.

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. Traduzido por Marcos Bagno. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1958.

BALÉ, Cinthia. ¿Quién tiene derecho a recordar? Las disputas por la memoria durante los gobiernos kirchneristas (Argentina, 2003-2015). *Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea*, 22, 2021, pp. 315-338, <https://doi.org/10.14198/PASADO2021.22.11>

BALÉ, Cinthia. La producción estatal de memoria en la Argentina reciente: un abordaje desde el proceso de señalización de ex Centros Clandestinos de Detención y lugares de reclusión ilegal del terrorismo de Estado (2003-2015). In: *Clepsidra. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria* | ISSN 2362-2075. Volumen 7, Número 13, marzo 2020, p. 10-31.

BARBUTO, V. Los sitios de memoria en la agenda de la democracia. *Democracia y derechos*. Publicación de la Red Universitaria sobre Derechos Humanos y Democratización para América Latina, 2(3), 2012, p. 125-137. Disponible em: <http://www.unsam.edu.ar/ciep/wpcontent/uploads/pdf/2013%20Democracia%20y%20Derechos%20-%20Numero%203%20-%20Versi%C3%B3n%20final.pdf>

BARCALA DE MOYANO, Graciela G. Memoria Abierta: patrimonio documental de organismos de derechos humanos en la Argentina. *Scire: representación y organización del conocimiento*, Zaragoza, v. 9, n. 1, p. 139-150, 2003. Disponible em: <https://www.iversid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/1462>. Acesso em: 22 abr. 2026.

BAUER, Caroline Silveira. A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão. *Revista de História Comparada* (UFRJ), v. 3, p. 4, 2008.

BAUER, Caroline Silveira. O controle sobre argentinos no Brasil e brasileiros na Argentina: vigilância e repressão extraterritoriais. *Revista Taller*, v. 1, p. 1, 2012.

BAUER, Caroline Silveira. Políticas de memória: aproximações conceituais e teóricas. In: GALLO, Carlos Artur (org.). *Nas trincheiras da memória: lutas pelo passado, políticas de memória e justiça de transição no sul da Europa e na América do Sul*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

BAUER, Caroline Silveira. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. *Dimensões*, vol. 32, 2014, p. 148-169.

BAUER, Caroline Silveira. *Um estudo comparativo da prática do desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a instituição de políticas de memória na democracia*. 2011. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BERISTAIN, Carlos Martín. Verdad, justicia y reparación: democracia y derechos humanos en América Latina. In: BERISTAIN, Carlos Martín; MORENO, Carmen (ed.). *Contribuciones de las políticas de verdad y reparación a las democracias en América Latina*. San José, Costa Rica: Producción Editorial – Servicios Especiales del Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 2011. p. 11-47.

BERTALINI, Carolina. Memorias populares en el giro digital: experiencias inmersivas en entornos virtuales de turismo de lesa humanidad. *Nueva Revista de Literaturas Populares*, n. 2, p. 34-81, nov. 2024. Disponible em: <https://revistas.untref.edu.ar/index.php/nrlp/article/view/2228/1928>. Acesso em: 22 abr. 2026.

BONNER, M. D. (2005). *Sustaining Human Rights: Women and Argentine Human Rights Organizations*. University Park: Penn State University Press.

BRYSK, A. (1994). *The Politics of Human Rights in Argentina: Protest, Change, and Democratization*. Stanford: Stanford University Press.

BULLENTINI, Ailín. Lo que dejó el macrismo en el área de Derechos Humanos. *Página 12*, 15 dez. 2019. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/236612-lo-que-dejo-el-macrismo-en-el-area-de-derechos-humanos>. Acesso em: 16 ago. 2023.

BURDICK, Anne, et al. *Digital_Humanities*. MIT Press, 2012.

CALADO, Rui. Políticas de memória na Argentina (1983-2010): transição política, justiça e democracia. *Revista da FLUP, Porto, IV série, v. 4, p. 51-64*, 2014.

CAMERON, Fiona; KENDERDINE, Sarah (org.). *Theorizing Digital Cultural Heritage: A Critical Discourse*. Cambridge, MA: MIT Press, 2007.

CANELO, Paula. ¿Cambiamos? La batalla cultural por el sentido común en la Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2019.

CARMO, Marcia. Quem é a vice de Milei, que defende revisar indenizações da ditadura na Argentina. *BBC News Brasil*, 20 novembro 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxw1x1x4njxo>.

CARNOVALE, V. Memorias, espacio público y Estado: la construcción del museo de la memoria. *Estudios AHILA de Historia Latinoamericana*, 2006. Disponível em: <http://riehr.com.ar/archivos/Investigacion/Carnovale%20-%20Museo%20de%20la%20ESMA.pdf>

CARNOVALE, Vera. La historia de la militancia revolucionaria en la memoria reciente. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

CARNOVALE, Vera; LORENZ, Federico; PITTALUGA, Roberto. Memoria y política en la situación de entrevista: en torno a la constitución de un archivo oral sobre el Terrorismo de Estado en la Argentina. In: CARNOVALE, Vera; LORENZ, Federico; PITTALUGA, Roberto (org.). *Historia, memoria y fuentes orales*. Buenos Aires: CeDInCI, 2006.

CASEY, Edward S. *Remembering: A Phenomenological Study*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

CASEY, Edward S. *The World on the Ground: A Geography of Memory*. Bloomington: Indiana University Press, 2002.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASWELL, Michelle. *Archiving the Unspeakable: Silence, Memory, and the Photographic Record in Cambodia*. Madison: University of Wisconsin Press, 2014.

CATELA, Ludmila da Silva. No habrá flores en la tumba del pasado: la experiencia de reconstrucción del mundo de los familiares de desaparecidos. La Plata: Ediciones Al Margen, 2001.

CHUN, Wendy Hui Kyong. *Control and Freedom: Power and Paranoia in the Age of Fiber Optics*. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.

COHEN, Daniel J.; ROSENZWEIG, Roy. *Digital History: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.

CONADEP. *Nunca Más: informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*. Buenos Aires: EUDEBA, 1984.

CRENZEL, Emilio. Hacia una historia de la memoria de la violencia política y los desaparecidos en Argentina. In: MONTAÑO, E. A.; CRENZEL, E. (coords.). *Las luchas por la memoria en América Latina*. Historia reciente y memoria política. México: Bonilla Artigas. Editores : UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales, 2015. 428

CRENZEL, Emilio. *La Historia Política del Nunca Más: La Memoria de las Desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.

CRYMBLE, Adam. *Technology and the Historian*. Transformations in the Digital Age. Chicago: University of Illinois Press, 2021.

D'OTTAVIO, A. Apuntes sobre conservación material de sitios de memoria emplazados en CCTyE de la Ciudad de Buenos Aires: desafíos y tensiones. *Cuadernos del IDES*, 32, 2016, p. 57-76.

DA SILVA CATELA, L. “Lo que merece ser recordado...”. Conflictos y tensiones en torno a los proyectos públicos sobre los usos del pasado en los sitios de memoria. *Clepsidra. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria*, ISSN 2362-2075, N° 2, octubre 2014, pp. 28-47.

DA SILVA CATELA, L. Pasados en conflicto. De memorias dominantes, subterráneas y denegadas. In: E. Bohoslavsky, M. Franco, M. Iglesias y D. Lvovich (comps.), *Problemas de historia reciente del Cono Sur*, Vol. 2. Buenos Aires: 2011, Prometeo.

DA SILVA CATELA, Ludmila. Memoria, política y derechos humanos en Argentina. In: JELIN, Elizabeth; VINYES, Ricard (org.). *Cómo será el pasado*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2014.

DE DOMINICIS, Lucía; SORDO, Giuliana; VERDILE, Laura. No fue un error: retrocesos del gobierno de Mauricio Macri en Memoria, Verdad y Justicia. *La Primera Piedra*, 18 mar. 2019. Disponible em: <https://www.laprimerapietra.com.ar/2019/03/no-fue-un-error-retrocesos-del-gobierno-de-mauricio-macri-en-memoria-verdad-y-justicia/>. Acceso em: 16 ago. 2023.

DODEBEI, Vera. Memoração e patrimonialização em três tempos: mito, razão e interação digital. In: TARDY, Cécile (dir.); DODEBEI, Vera (dir.). *Memória e novos patrimônios*. Nouvelle édition [en ligne]. Marseille : OpenEdition Press, 2015.

ERLL, Astrid. *Memoria colectiva y culturas del recuerdo: estudio introductorio*. Ediciones Uniandes, Bogotá, 2012.

ERLL, Astrid. *Memory in Culture*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

FEIERSTEIN, Daniel. *Los dos demonios (recargados)*. Buenos Aires: Marea, 2018.

FEITLOWITZ, Marguerite (1998). *A Lexicon of Terror: Argentina and the Legacies of Torture*. Oxford: Oxford University Press.

FELD, C. Preservar, recuperar, ocupar. Controversias memoriales en torno a la ex-ESMA (1998-2013). *Revista Colombiana de Sociología*, 40(1), 2017, p.101-131.

FELD, Claudia. *Del estrado a la pantalla: las imágenes del juicio a los ex comandantes en Argentina*. Madrid: Siglo XXI Editores, 2002.

FELD, Claudia; SALVI, Valentina (org.). *Las voces de la represión: declaraciones de perpetradores de la dictadura argentina*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2019.

FRANCO, Marina. La «transición» argentina como objeto historiográfico y como problema histórico. *Ayer*, Madrid, v. 107, n. 3, p. 125-152, 2017.

FORTI, Steven. *Extrema derecha 2.0. Qué es y cómo combatirla*, Siglo XXI, Madrid: 2021.

FOSTER, Meg. Online and Plugged in? Public History and Historians in the digital age. *Public History Review*, v.21, p.1-19, 2014.

GALLO, Carlos Artur. A justiça das transições: uma proposta de análise para Portugal, Espanha, Argentina e Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 15, n. 38, p. 1-31, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.38.253850>

GALLO, Carlos Artur. O Cone Sul entre a memória e o esquecimento: elementos para uma comparação. *Revista Debates*, v. 11, n. 3, p. 57-78, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.74779>. Acesso em: 08 abr. 2024.

GARBERO, Vanesa. Políticas públicas en torno a los ex Centros Clandestinos de Detención Tortura y Exterminio de Argentina: aproximaciones a partir de un estudio de caso. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 43 - 77, maio/ago. 2019.

GINZBURG, Victoria. “Macri mostró desprecio y desinterés”. *Página 12*, 11 ago. 2016. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-306576-2016-08-11.html>. Acesso em: 04 abr. 2024.

GOLDENTUL, Analía; PALMISCIANO, Cristian. ¿Hay que temerle a Victoria Villarruel? *Nueva Sociedad*, dezembro 2023.

GRIFFIN, R. *Fascism: An Introduction to Comparative Fascist Studies*. Cambridge: Polity Press, 2018.

GUGLIELMUCCI, Ana. *La consagración de la memoria: una etnografía acerca de la institucionalización del recuerdo sobre los crímenes del terrorismo de Estado en la Argentina*. Buenos Aires: Antropofagia, 2013.

HABERMAS, Jürgen. Sobre o emprego público da história. In: *A Constelação Pós- Nacional*. São Paulo: LiteraMundi, 2001.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

- HALL, Stuart. Encoding/Decoding. In: HALL, Stuart; HOBSON, Dorothy; LOWE, Andrew; WILLIS, Paul (eds.). *Culture, Media, Language: Working Papers in Cultural Studies, 1972–79*. London: Hutchinson, 1980. p. 128–138.
- HARRISON, Rodney. *Heritage: Critical Approaches*. London: Routledge, 2013.
- HARTOG, François. O tempo desorientado. *Tempo e História*: “Como escrever a História da França?”. Anos 90, Porto Alegre, p.7-28, jul. 1997.
- HIGUERA RUBIO, Diego; TEZANOS, Dolores; SERRANO, Luciana. TIC y sitios de memoria: reflexiones desde la reconstrucción virtual del Centro Clandestino de Detención “El Campito” (Campo de Mayo). In: CARRETERO, Mario; et al. *Nuevos desafíos en educación: una mirada interdisciplinaria*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Flacso Argentina, 2018.
- HILB, Claudia. *¿Por qué no pasan los 70?* Buenos Aires, Siglo XXI Editores Argentina, 2018.
- HIRSCH, Marianne. *Family Frames: Photography, Narrative and Postmemory*. Cambridge (Mass.) y Londres, Harvard University Press, 1997.
- HITCHCOCK, T. Confronting the Digital: Or How Academic History Writing Lost the Plot. *Cultural and Social History*, 10(1), 2013, p. 9-23.
- HOSKINS, Andrew. *Digital memory studies: media pasts in transition*. New York: Routledge, 2017.
- HOSKINS, Andrew. Digital network memory. In: ERLI, Astrid; RIGNEY, Ann (Eds.). *Mediation, remediation, and the dynamics of cultural memory*. Berlin: de Gruyter, 2012.
- HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.
- HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. São Paulo: Contraponto, 2014.
- HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS (IPPDH). *Princípios fundamentais para as políticas públicas sobre lugares de memória*. Buenos Aires: IPPDH, 2012.
- INTERNATIONAL COALITION OF SITES OF CONSCIENCE. *Sites of Conscience*. Disponível em: <https://www.sitesofconscience.org>. Acesso em: 22 mar. 2026.
- IPPDH. *Princípios fundamentais para as políticas públicas sobre lugares de memória*. Buenos Aires: IPPDH, 2012.
- JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado: Cómo construimos la memoria social*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2020.

JELIN, Elizabeth. *Las tramas del tiempo: familia, género, memorias, derechos y movimientos sociales*. Compilado por Ludmila Da Silva Catela; Marcela Cerrutti; Sebastián Pereyra. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

JENKINS, Henry. *Convergence culture: where old and new media collide*. New York: New York University Press, 2006.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. Intangible Heritage as Metacultural Production. *Museum International*, v. 56, n. 1-2, p. 52-65, 2004.

KREFT, F. G.; SAUX, M. G.; LAUZÁN, S. *Políticas Públicas de Verdad y Memoria en 7 países de América Latina* (Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay, Perú y Uruguay). Santiago de Chile: Programa Derechos Humanos y Democracia / Facultad de Derecho / Universidad de Chile, 2011.

LESSA, Francesca. *Memory and Transitional Justice in Argentina and Uruguay: Against Impunity*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades*. Paz e Terra: Rio de Janeiro/São Paulo, 2016 (p.7-54).

LEVITSKY, S., & MURILLO, M. V. *The Politics of Institutional Weakness in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

LOWENTHAL, David. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

LUCENA, André. Em debate, vice de Milei critica Lula e apela ao negacionismo sobre a ditadura argentina. *Carta Capital*, 9 novembro 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/em-debate-vice-de-milei-critica-lula-e-apela-ao-negacionismo-sobre-a-ditadura-argentina/>

LVOVICH, D., BISQUERT, J. *La cambiante memoria de la dictadura militar desde 1984: Discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática*. Buenos Aires: 2008, UNGS/Biblioteca Nacional.

MACÓN, Cecilia. “Mapas afectivos”: el MUME y el Parque de la Memoria como matrices críticas para la representación artística del pasado. *Clepsidra. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria*, Buenos Aires, n. [INSERIR NÚMERO], p. [INSERIR PÁGINAS], 2022.

MAGALHÃES, Livia G. *Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina*. 2013. [Doutorado em História] – Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil.

MAGALHÃES, Livia G.. 40 years after victory: disputing memories over the 1978 World Cup in Argentina. *Soccer & Society*, v. 1, p. FSAS 1793625, 2020.

MAGALHÃES, Livia G.. A Copa do Mundo da ditadura ou da resistência? Comemorações e disputas de memórias sobre a Argentina de 1978. *Estudos Históricos*, v. 32, p. 675-694, 2019.

MALERBA, Jurandir. “Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital”. *Revista Brasileira de História*, v.37, n.74, 2017, p.135-154, 2017.

MARTIARENA, FERNANDES, SILVEIRA & GALLO. Políticas de memória e governo de direita no Cone Sul: Um Panorama Sobre Os Governos Macri, Piñera, Bolsonaro E Lacalle Pou. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 18, n.1, p. 131-153, jan.-abr. 2024.

MEMORIA ABIERTA; CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES. *Memoria cancelada: el intento libertario de relegitimar la dictadura*. Buenos Aires: CELS, 2023. Disponível em: <https://www.cels.org.ar/>. Acesso em: 19 set. 2024.

MEMORIAABIERTA. *Memoria Abierta*. Buenos Aires, [20--]. Disponível em: <https://memoriaabierta.org.ar/wp/>. Acesso em: 6 set. 2025.

MENEGELLO, Cristina. Patrimônios difíceis (sombrios). In: CARVALHO, Aline; MENEGELLO, Cristina (orgs.). *Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

MERRIL, Samuel; KEIGHTLEY, Emily; DAPHI, Priska (Eds.). *Social Movements, Cultural Memory and Digital Media: Mobilising Mediated Remembrance*. Cham, Palgrave Macmillan, 2020.

MESSINA, Luciana Silvia. Sitios y lugares de la memoria: dimensiones, experiencias y controversias. In: BESSE, Alberto Juan; ESCOLAR, Ruth Cora (org.). *Políticas y lugares de la memoria: figuras epistémicas, escrituras, inscripciones sobre el terrorismo de Estado en la Argentina*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2019. p. [INSERIR PÁGINAS].

MESSINA, Luciana. La construcción de un lugar de memoria: el caso del ex Centro Clandestino de Detención “Olimpo”. *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano*, 22, 2010, p.135-144.

MESSINA, Luciana. Lugares y políticas de la memoria: a propósito de las tensiones en la calificación de las víctimas. *Clepsidra. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria*, n. 2, p. [INSERIR PÁGINAS], 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS (Argentina). Secretaría de Derechos Humanos. Espacios de memoria en la Argentina. Coordenação geral: Judith Said. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, 2015.

MUDDE, Cas. *La ultraderecha hoy*. Barcelona: Paidós, 2021.

NAFTAL, Alejandra; CARNOVALE, Vera. La construcción del Archivo Oral de Memoria Abierta. *Cambios y Permanencias*, n. 6, p. 672-[INSERIR PÁGINA FINAL], 2015. Disponível em: <https://revistas.uis.edu.co/index.php/revistacyp/article/view/7250>. Acesso em: 22 abr. 2026.

NEIGER, M.; MEYERS, O.; ZANDBERG, E. (Eds). *On Media Memory: Collective Memory in a New Media Age*. London: Palgrave Macmillan, 2011.

NINO, Carlos Santiago. *Radical Evil on Trial*. New Haven: Yale University Press, 1996.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 28-51, maio 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. In: Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. São Paulo: PUC-SP, vol. 10. dez. 1993, p 7-28.

NOVARO, Marcos. *Historia de la Argentina 1955-2010*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *La dictadura militar 1976-1983: del golpe de Estado a la restauración democrática*. Buenos Aires: Paidós, 2003.

OHANIAN, María Jazmín. Memorias y espacios clandestinos: el caso de la reconstrucción virtual de la ESMA. In: GUGLIELMUCCI, Ana; LEAL, Sigifredo (eds.). *Vivir para contarlo: Violencias y memorias en América Latina*. Bogotá: Papeles del Viento Editores, 2015.

OHANIAN, María Jazmín; MALAMUD, Martín. Memorias 3D interactivas de la ESMA. Nuevas narrativas. In: X Jornadas de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013.

PAGANINI, Mariana. Experiencia y transmisión intergeneracional. La construcción de significados en los y las jóvenes visitantes del Espacio para la Memoria y la Promoción de los Derechos Humanos ex CCDTyE “Olimpo” (2015-2017). 2020. Dissertação (Magíster en Historia y Memoria) – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2020.

PALERMO, Vicente; NOVARO, Marcos. *Política y poder en el gobierno de Menem*. Buenos Aires: Norma, 1996.

PERLATTO, Fernando. A destruição de estátuas e as disputas pelos espaços públicos de memória. *Revista Escuta*, 11 jun. 2020. Disponível em: <https://revistaescuta.wordpress.com/2020/06/11/a-destruicao-de-estatuas-e-as-disputas-pelos-espacos-publicos-de-memoria/>. Acesso em: 29 mar. 2026.

PERLATTO, Fernando. A destruição de estátuas e as disputas pelos espaços públicos de memória. *Revista Escuta*, p. 1 - 3, 11 jun. 2020.

PERLATTO, Fernando. *As disputas do passado na esfera pública: ditadura, democracia e tempo presente*. Juiz de Fora: Editora UFJF/ClioEdições, 2023.

PERLATTO, Fernando. *Pelas frestas: literatura, história e cotidiano em regimes*. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2021.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p.3-15.

- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana: mito e política, luto e senso comum. In: *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.
- PUCCIARELLI, Alfredo (coord.). Los años de Alfonsín: ¿El poder de la democracia o la democracia del poder? Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.
- QUIROGA, Hugo. El tiempo del “Proceso”: conflictos y coincidencias entre políticos y militares (1976-1983). Rosario: Homo Sapiens, 2005.
- QUIROGA, Hugo. La Argentina en emergencia permanente: la democracia en crisis (1983-2003). Buenos Aires: Edhasa, 2005.
- RABAGLIA, Martín; CHAROVSKY, Juan. *Reconstrucción 3D Mansión Seré*. YouTube, 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SjdK_AtgBwY. Acesso em: 6 set. 2025.
- RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RIGNEY, Ann. *The afterlives of Walter Scott: memory on the move*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- ROSE, Gillian. *Visual Methodologies: An Introduction to Researching with Visual Materials*. 4th ed., Sage Publications, 2016.
- ROTHBERG, Michael. *Multidirectional memory: remembering the Holocaust in the age of decolonization*. Stanford: Stanford University Press, 2009.
- ROUSSO, Henry; CONAN, Eric. *Vichy, un passé qui ne passe pas*. Paris: Fayard, 1994.
- SALVI, Valentina. *De vencedores a víctimas: memorias militares sobre el pasado reciente en la Argentina*. Buenos Aires: Biblos, 2012.
- SALVI, Valentina; BALÉ, Cinthia. Impunidad, justicia y delitos de lesa humanidad: quiebre y rearticulación del consenso político tras el fallo “2x1” de la Corte Suprema de Justicia (Argentina, 2017). *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana* Dr. Emilio Ravignani, Buenos Aires, n. 61, 2024.
- SANAHUJA, José António & BURIAN, Camilo Lopez. Las 'nuevas derechas' y la ultraderecha neopatriota: conceptos, teoría y debates en el cruce de ideología y globalización. In: Sanahuja, J. A; Stefanoni, P. *Extremas derechas y democracia: perspectivas iberoamericanas*. Fundación Carolina, 2023, pp. 13-37.
- SANTOS, Cecília MacDowell. A justiça ao serviço da memória: mobilização jurídica transnacional, direitos humanos e memória da ditadura. In: SANTOS, C. M.; TELES, E.; TELES, J. A. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Aderaldo & Rotschild Editores, 2009, volume II.
- SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

SERRANO, L. y TEZANOS, D. (2017). Trazas reales, inscripciones digitales: reflexiones desde la reconstrucción virtual del CCD “El Campito”. *Actas de las IX jornadas de Jóvenes Investigadores del Instituto de Investigaciones Gino Germani*, Buenos Aires, Argentina, 2017.

SIKKINK, Kathryn. *The Justice Cascade: How Human Rights Prosecutions Are Changing World Politics*. New York: W. W. Norton, 2011.

SMITH, Laura Jane. *Uses of Heritage*. London: Routledge, 2006.

SOARES, I.; R, QUINALHA. Lugares de memória no cenário brasileiro da justiça de transição. In: *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n. 10, p. 75-86, junho/2011.

SOLÍS DELGADILLO, Juan Mario. *Los tiempos de la memoria en las agendas políticas de Argentina y Chile*. Buenos Aires: Eudeba, 2015.

STEFANO, Mariana di. La memoria dictatorial en el discurso de la gestión Macri (Argentina, 2015-2019). *Revista Caracol*, n. 20, p. 73-98, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-9651.i20>.

STEFANONI, Pablo. "La incorrección política o el juego de los espejos locos" & "Qué quieren los libertarios y por qué giraron a la extrema derecha?". In: Stefanoni, P. *La rebeldía se volvió de derechas?* Buenos Aires: Siglo XXI, 2021, pp. 67-134.

SUTTON, B. (2018). *Surviving State Terror: Women's Testimonies of Repression and Resistance in Argentina*. New York: New York University Press.

SVAMPA, Maristella. *Policrisis: cómo enfrentar el vaciamiento de las izquierdas y la expansión de las derechas autoritarias*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2023.

TANDECIARZ, Silvia R. (2017). *Citizens of Memory: Affect, Representation, and Human Rights in Post-Dictatorship Argentina*. Lewisburg: Bucknell University Press.

TEITEL, Ruti. (2000). *Transitional Justice*. Oxford: Oxford University Press.

TN – Todo Noticias. *El horror en pleno Monserrat: así funcionaba el centro clandestino de detención Virrey Cevallos*. 23 mar. 2016. Disponible en: https://tn.com.ar/sociedad/el-horror-en-pleno-montserrat-asi-funcionaba-el-centro-clandestino-de-detencion-virrey-cevallos_661066/. Acceso en: 6 set. 2025.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.

TRAVERSO, Enzo. *Las nuevas caras de la derecha*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2018.

TUAN, Yi-Fu. *Space and Place: The Perspective of Experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.

UNESCO, *Carta sobre la preservación del patrimonio digital*. París, 2003.
http://portal.unesco.org/es/ev.phpURL_ID=17721&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

VAN DIJCK, José. *Mediated memories in the digital age*. Stanford: Stanford University Press, 2007.

VECCHIOLI & MALAMUD, et al. Centros Clandestinos: de su desaparición a su reconstrucción virtual. La experiencia museográfica sobre el CCD El Campito Guarnición Campo de Mayo. In: *Actas del IX Seminario Internacional Políticas de la Memória*. Centro Cultural de la Memoria. Secretaría de DDHH de la Nación. Noviembre, 2016.

VECCHIOLI, Virginia. La monumentalización de la ciudad: los sitios de memoria como espacios de intervención experta de los hacedores de ciudad. *Estudios Sociales Contemporáneos*, Mendoza, n. 10, p. 33-44, 2014.

VECCHIOLI, Virginia. Políticas de memoria: herramientas estratégicas para su estudio. In: GALLO, Carlos Artur (org.). *Nas trincheiras da memória: lutas pelo passado, políticas de memória e justiça de transição no sul da Europa e na América do Sul*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

VECCHIOLI, Virginia. Usos del documental interactivo y las tecnologías transmedia en la recreación de los centros clandestinos de detención de la dictadura argentina. Antipoda. *Revista de Antropología y Arqueología*, núm. 33, 2018, Octubre-Diciembre, pp. 79-100.

VERBITSKY, Horacio. *El vuelo*. Buenos Aires: Planeta, 1995.

VEZZETTI, Hugo. *Pasado y presente: guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012, 240p.

VEZZETTI, Hugo. *Sobre la violencia revolucionaria: memorias y olvidos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012.

VINYES, Ricard. *El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA, 2009.

VOMMARO, Gabriel; MORRESI, Sergio; BELLOTTI, Alejandro. *Mundo PRO: anatomía de un partido fabricado para ganar*. Buenos Aires: Planeta, 2015.

WELD, Kirsten. *Paper Cadavers: The Archives of Dictatorship in Guatemala*. Durham: Duke University Press, 2014.

WILLIAMS, Paul. *Memorial Museums: The Global Rush to Commemorate Atrocities*. Berg, 2007.

WROBEL, Iván. El campo de los Derechos Humanos. Una relectura del concepto a partir del caso del Parque de la Memoria – Monumento a las Víctimas del Terrorismo de Estado. Clepsidra. *Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria*, Buenos Aires, v. 11, n. 22, 2024.